HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 3

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 3
Rio de Janeiro e Minas Gerais

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;
— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e
— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.

— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as “muletas” usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o “você sabe” ou “veja bem”. Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como “daí em diante” e “depois disso”, que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

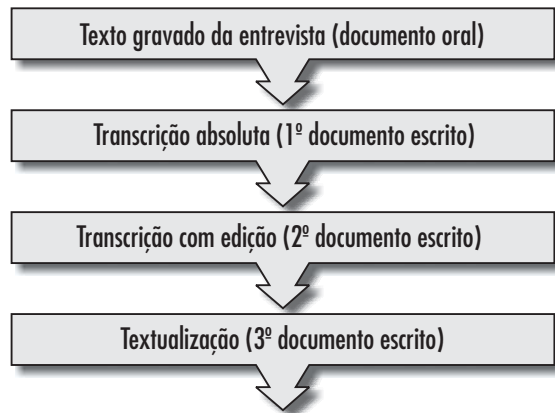
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização*. 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Heitor Furtado Arnizaut de Mattos

- Natural da Cidade de Salvador, BA.
- Durante a Segunda Guerra Mundial, na Itália, comandou a 7ª Companhia de Fuzileiros do III Batalhão do Regimento Sampaio, orgânico da Força Expedicionária Brasileira (FEB).
- Principais funções exercidas: Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, de Brasília (julho de 1964 a outubro de 1966); Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, em Santa Maria–RS; Diretor de Transporte do Exército; Diretor de Armamento e Munição; Comandante Militar do Planalto (junho de 1977 a janeiro de 1979); Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa; Comandante do IV Exército (setembro de 1981 a setembro de 1983).
- No exterior, realizou o curso de Infantaria de Fort Benning e exerceu a função de Professor de Português na Academia de West Point, ambos nos Estados Unidos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (1967).
- Na Revolução de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel, servindo em órgão do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 7 de novembro de 2000.

Que fatos, General Arnizaut, o senhor gostaria de abordar nos pródromos, na eclosão e nas conseqüências da Revolução de 31 de Março de 1964?

Pode-se depreender, do copioso material existente, que o programa de expansão da idéia motriz do movimento subversivo, desde o seu início, é uma impressionante busca de conquistas, de parceiros, de posições e de dominação.

Volto um pouco no tempo, mais precisamente à Intentona Comunista de 1935, da qual participei, como cadete do 1º ano da Escola Militar do Realengo, integrando uma patrulha destinada a prender elementos comunistas rebelados da Escola Militar de Aviação dos Afonsos. Na época, essa Escola subordinava-se ao Ministério da Guerra, pois, ainda, não havia o Ministério da Aeronáutica. A Intentona de 1935 foi a primeira experiência comunista violenta, sangrenta, apoiada e conduzida por Moscou no Brasil, visando à substituição do regime democrático pela ditadura do proletariado, semelhante às existentes na União Soviética e em seus satélites.

Nessa intentona, estão as raízes da reação ao Movimento Comunista Internacional (MCI) no Brasil, reiniciado, com todo ímpeto, durante o Governo do Senhor João Goulart que, ao implantar o caos no País, obrigou o povo e as Forças Armadas a depô-lo, por meio do Movimento Revolucionário de 1964.

Na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964, era Tenente-Coronel, servindo no Grupo Combinado de Logística do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul, órgão do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Pouco ou quase nada se comentava, no local de trabalho, sobre a Revolução. Entretanto, participava da Cruzada Democrática, grupo de oficiais do Clube Militar, que se reunia na Casa de Deodoro, próximo ao prédio do antigo Ministério da Guerra, na Praça da República, no Rio de Janeiro. Nas eleições do Clube, invariavelmente, existiam duas chapas: a nossa, da Cruzada, contrária ao rumo político que os acontecimentos apontavam, e a chapa vermelha, de oposição às nossas idéias.

Desencadeada a Revolução, em 31 de março de 1964, fui chamado para fazer parte do Gabinete do Ministro Costa e Silva. Seu Chefe de Gabinete era o Coronel Syseno Sarmento. Organizou-se, logo a seguir, um Escalão Avançado do Gabinete em Brasília, chefiado pelo Coronel Jayme Portella de Mello, ao qual me integrei. Pouco tempo, ali, permaneci, pois vim a ser indicado para comandar o Batalhão de Polícia do Exército, em Brasília.

Ao citar esse trajeto da minha carreira militar, quero concluir que não tive participação em fatos efetivos relacionados com a Revolução. Busquei apoiá-la como oficial de estado-maior e comandante de batalhão, dedicando-me ao cumprimento de minhas atribuições com todo o empenho possível.

O primeiro Presidente da República, após a Revolução, Castello Branco, teve uma atitude de desprendimento ao recusar permanecer no cargo tempo superior ao

mandato do deposto João Goulart. Conseguiram, com muito esforço, que ele ficasse mais um ano. Essa atitude do General Castello foi bem diferente do atual Presidente que tudo fez para prorrogar seu mandato, com a reeleição.

O Governo Goulart caracterizou-se pela demagogia e por criar uma situação conflitante entre componentes das Forças Armadas. Os governos da Revolução modificaram extraordinariamente a situação, desenvolvendo o País, que se tornou, em pouco tempo, a oitava economia do mundo. Não transformaram seus governos em valhacouto de elementos das Forças Armadas, mas convidaram os melhores nomes para o exercício de alguns importantes cargos federais, como o General Rubens Ludwig, que foi Ministro da Educação, e o Coronel Andreazza, Ministro dos Transportes, ambos muito bem-sucedidos em suas gestões.

Comenta-se muito sobre a edição do Ato Institucional nº 5, mas o testemunho de Fernando Gabeira, guerrilheiro urbano da época, no livro *A Esquerda Armada no Brasil, 1967/1971,* de Antonio Caso, publicado em 1976, justifica-o plenamente, quando diz: "...a promulgação do AI-5 acabou com todas as possibilidades de vida do movimento de massas no Brasil". Isto é, criou-se um instrumento jurídico para por fim aos atos esquerdistas violentos, comuns nas ruas das cidades brasileiras.

A anistia, idealizada para pôr fim aos constrangimentos dos dois lados, transformou-se numa oportunidade para aqueles, que eram contra a Revolução, extravasarem suas frustrações. Muitos deles, exercendo importantes cargos no governo atual, continuam se beneficiando da anistia, ao mesmo tempo que reverenciam Fidel Castro, outorgando-lhe todo tipo de distinção quando o que esse homem fez de mais marcante foi sacrificar milhares de vidas humanas no *paredón*.

Havia insatisfação da população com o Governo Goulart?

Houve insatisfação, caracterizada nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas diversas capitais e em outras cidades do País, chegando a reunir um milhão de pessoas tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Enquanto o Governo organizava e realizava comícios e pronunciamentos, a população carioca, como tantas outras, colocava velas nas janelas, pedindo a Deus que a situação reinante melhorasse, considerando que o Brasil caminhava, celeremente, para a substituição de sua frágil democracia pelo comunismo ateu.

Quem estava com Goulart? Líderes sindicais comunistas, os chamados pelegos, e seus seguidores, em número reduzido, mas muito atuantes, além dos estudantes da esquerda radical, partidários da luta armada, como diz claramente Vladimir Palmeira, no livro *A Esquerda Armada no Brasil*, por mim já citado, o qual fala, no capítulo referente aos estudantes, dos 300 alunos mais convictos e mais combativos

da massa universitária, dentre os quais ele se encontrava, e que não acreditavam em soluções pacíficas para a problemática nacional. Para eles, que apoiavam o Governo do Presidente João Goulart, "a violência era uma necessidade imperiosa".

Esta realidade, que tanto perturbava a vida nacional, contribuiu para a insatisfação da população com aquele governo, que nunca se posicionou contra a anarquia e os desmandos que se generalizaram.

Qual era a posição da Igreja, na época, com relação ao Governo Goulart?

Uma parte considerável da Igreja, a sua maioria absoluta, em 1964, estava contra o Governo deposto. Depois, surgiu a chamada "Igreja Progressista" que se posicionou contra a Revolução, influindo decisivamente nas decisões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não sabemos ao certo qual o lado que defende. Passa a impressão que a maioria dos seus representantes está sempre do lado do "bandido", como se diz, de modo pejorativo. Surgiram, também, elementos que, até hoje, se aproveitam da Igreja para seu proselitismo, como Frei Beto, Leonardo Boff e outros, que denigrem a verdadeira Igreja Católica Apostólica Romana, tão bem conduzida por sua Santidade o Papa João Paulo II.

Como o senhor viu, na época, as "Ligas Camponesas" e outros movimentos semelhantes?

Tudo isto constitui o esquema comunista de atuar. Naquele tempo, havia as "Ligas Camponesas", de Francisco Julião, apoiadas pelo Governo de Arraes, hoje, existe o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), provido de meios de toda ordem, sem os quais não poderia realizar os amplos e constantes deslocamentos e invasões perturbadores da vida no meio rural.

Então, o que gostaria de destacar é o esquema do Partido Comunista (PC): explora o contingente humano das chamadas "organizações de massa" para as ações do movimento e conta com o apoio dos "aliados". O PC não deve se expor.

"Ligas Camponesas", "grupo dos onze", MST são organizações, ontem e hoje, que frutificaram pelo trabalho persistente e obcecado dos comunistas, contando com "aliados" no Governo que as facilitam e apóiam nas ações, como Arraes e Brizola, no passado, e Mário Covas, Prefeito de Santos, que alimentava esse pessoal e, agora, é Governador de São Paulo. O esquema, apesar de derrotado, é sempre o mesmo, corrigindo alguns erros.

Com relação ao meio militar, antes da eclosão da Revolução, houve cisão nas Forças Armadas?

Os elementos, a serviço da desagregação, buscaram jogar sargentos contra oficiais, visando à cisão nas Forças Armadas. A criação dos "generais do povo" objetivava o domínio desses chefes para que alcançassem o que desejavam – a implantação de uma

república sindicalista de natureza comunista. Os sargentos passaram a receber toda a força, ao invés dos oficiais, provocando a desarmonia na relação entre os mesmos.

O Exército e as Forças Armadas em geral foram intérpretes da maioria da vontade nacional, quando deflagraram a Revolução?

Sem dúvida! Já citamos os movimentos populares das Marchas da Família, pedindo um basta àquele estado de coisas.

Quantas vezes fui interpelado por vizinhos e amigos civis, querendo saber até quando as Forças Armadas permitiriam a baderna e o grevismo, incitados pelo governo, tomarem conta da vida do País.

Veja, que até a imprensa ficou do lado da Revolução.

No Editorial de *O Globo*, de autoria do senhor Roberto Marinho, publicado em 7 de outubro de 1984, ou seja, no final do período revolucionário, disse o jornalista a respeito da Revolução de 1964:

> *"Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemonos firmes em nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente.*
>
> *(....) Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um "pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários."*

Quais foram os principais líderes militares e civis da Revolução?

Entre os militares, citaria os generais Mourão, Guedes, Muricy e o Marechal Denys que foram os responsáveis pelo desencadeamento da Revolução, junto com o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais. O General Médici, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), teve um papel muito importante. Entre os civis, incluiria, junto com o Magalhães Pinto, o Governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, assim como o Governador Adhemar de Barros, de São Paulo.

O Movimento de Março de 1964 foi exclusivamente de preparação interna ou houve participação externa?

De meu conhecimento, não houve qualquer participação externa. O próprio embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, já declarou que nada teve a ver com a eclosão da Revolução, a não ser de observação.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do "esquema militar" do Governo?

Não havia nem "esquema", e sim o favorecimento de determinados elementos para mostrar que estavam atendendo ao Exército. Promoviam chefes sem liderança ou capacidade, os "generais do povo", como citei. Podiam ser "generais do povo", mas não do Exército.

Uma observação importante sobre os governos da Revolução é que, obtidos os excelentes resultados com relação ao desenvolvimento do País, achavam, principalmente o Marechal Castello Branco, que não precisavam fazer propaganda dos mesmos. Acreditavam que os próprios êxitos e o fato de atuarem com correção, prescindiam, por isso mesmo, de tal atitude. A imprensa, por sua vez, dominada por comunistas, omite os fatos favoráveis.

Os desmandos do Governo Goulart tornaram-se um ônus muito pesado para o primeiro governo da Revolução?

Para falar do primeiro governo da Revolução, para recordar o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, deixe-me falar pela mensagem do inesquecível Gustavo Corção:

> *"Nenhum outro jamais encontrou, no País, quadro igual de devastação, de destruição, de desmoralização e de anarquia. UMA GREVE POR DIA. Promovida pelo inimigo cruel que ocupava os postos, desde a Presidência da República; a desmoralização da autoridade sistematicamente promovida nas escolas, nos lugares de trabalho, nas repartições e na família; e um índice de inflação que, no ano de 1964, chegaria infalivelmente a 144%.*
>
> *Viveu-se o CAOS. E um caos perverso, preparado para entregar a grande Nação Brasileira ao comunismo russo ou chinês."*

O Governo Castello Branco caracterizou-se como de austera restauração da ordem. O regime foi conduzido com uma lógica e um vigor intelectual impressionantes. Numa faixa um tanto rígida de comportamento entre as exigências da "linha dura" e o seu desejo de manter, o mais possível, a estrutura democrática do País, naquilo que não colidisse com os objetivos da Revolução.

Todavia a maior dificuldade estava na delicada situação econômico-financeira. O Brasil devia alguns bilhões de dólares entre empréstimos e financiamentos de déficit do Estado. Deveria pagar em 1964, 1,8 bilhão de dólares, o que correspondia a um percentual de cerca de 50 % do total da receita das nossas exportações.

O seu desabafo em carta a seus filhos e netos é bem o retrato da situação:

> *"Sou verdadeiramente o síndico de uma falência cuja massa falida está numa desordem incrível. O trabalho é hercúleo. Conto com muita gente, paciência do povo e esperança de um número de brasileiros...!"*

O Plano de Ação Econômica do primeiro governo da Revolução (PAEG) constituiu-se numa tentativa vitoriosa de substituir a paixão pela razão, na direção dos negócios econômicos. Além disso, deu soluções a problemas crônicos, como as regras para a exploração do subsolo, a reforma agrária, com o seu Estatuto da Terra, enfim as primeiras medidas retificadoras da ordem econômica.

Foi o Presidente da "consolidação da Revolução pela sua autoridade moral e intelectual".

Castello Branco, no Ato Institucional nº 2, exigiu a inclusão do item que impossibilitava a sua reeleição. Que diferença para o atual primeiro mandatário que colocou o continuísmo à frente de todas as suas obrigações para com a Nação.

Já no Governo Castello Branco, começaram as primeiras ações da luta armada comunista, que cresceu, a partir de 1968, na administração Costa e Silva.

Quais os objetivos dessa luta armada desencadeada no campo e na cidade? Houve apoio externo?

A luta armada foi uma opção da esquerda, que rompeu com a linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – a linha adotada pelos velhos comunistas, como Luís Carlos Prestes –, que queriam tomar o Poder através de ações subversivas. Já, os apóstolos da luta armada buscaram a destruição do Estado e do Exército, por meio do emprego da violência como único caminho para a tomada do Poder, contando com considerável apoio externo, principalmente de Cuba e da China comunista.

Na página 96, do livro *A Esquerda Armada no Brasil,* o ex-Sargento José Ronaldo Tavares de Lira diz textualmente:

> *"Nós, os sargentos, que nos organizamos depois do golpe, juntamente com os operários e estudantes, optamos imediatamente pela luta armada, pois estávamos convencidos de que aquele regime não poderia ser derrubado de outra forma.*
>
> *Com esse propósito, o grupo organizado iniciou reuniões de estudos políticos e aprofundou a questão da luta armada, tratando de conhecer melhor os processos revolucionários armados de outros povos.*
>
> *Simultaneamente ao estudo político, o grupo iniciou também a sua preparação militar, naturalmente mais intensa para os elementos civis incorporados, isto é, os operários e estudantes."*

No mesmo livro, na página 109, Carlos Marighella diz que: "O Objetivo dos revolucionários brasileiros é a subversão do atual regime militar e, por conseguinte, a derrubada da ditadura instaurada no Brasil."

Mesmo antes da Revolução, em Minas Gerais, por exemplo, a Polícia apreendeu o Plano Revolucionário do Partido Comunista para o movimento que ele faria eclodir, em curto prazo, mas que foi totalmente aniquilado pela Revolução de Março. Desse documento, constam as seguintes recomendações sobre o processo de neutralizar a ação das Forças Armadas, nos quartéis ou nos navios:

"É necessário, no plano de ação, regular todos os pormenores. Cada oficial suspeito à revolução deverá ter um agente responsável pela sua eliminação. Essa eliminação terá que ser executada, na hora prescrita, sob pena de morte do responsável por ela.

Quanto aos sargentos, é preciso fazer a ficha de todos os que puderem prejudicar o movimento, pelo seu prestígio na tropa, pela sua inteligência e coragem, para que sejam incluídos no plano de eliminação."

Os diversos grupos que conspiraram a favor da nossa Revolução uniram-se, obtendo o seu fortalecimento, e derrotaram o grupo engajado na luta armada definitivamente. Gabeira aponta no seu testemunho, naquele livro já citado, que "as manifestações estudantis nas ruas do Rio de Janeiro, depois da Revolução de 1964, tinham um único segredo tático e muito simples: andar sempre contra a direção do trânsito". A edição do AI-5 pôs fim a essa situação.

A anistia promulgada pelo Governo Figueiredo acabou com todas essas questões, mas a esquerda está apelando. Veja o caso do Capitão Carlos Lamarca, Comandante de uma Companhia do 4º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, SP, que desertou, em janeiro de 1969, sem antes furtar de sua Unidade grande quantidade de armamento e munição, aproveitando-se de sua condição de comandante de subunidade e oficial prestigiado, pois havia sido recrutado, em 1962, para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas (ONU) e esteve destacado, quase durante um ano, na Zona de Gaza, perto do canal de Suez. Traidor de seu comandante e companheiros, entregou todo o material – fuzis automáticos, metralhadoras e pistolas – à organização esquerdista Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Sua esposa, após a deserção, passou a receber os vencimentos e, agora, querem dar indenização para a família da companheira comunista com quem veio a viver. É um absurdo!

O que o senhor acha, na sua experiência pessoal, dos 20 anos da Revolução?

Nesse período, o Brasil experimentou o maior crescimento de sua história. Passamos de uma posição superior a 40ª, para a oitava economia do mundo, orgulho

para todos os brasileiros. Combateu-se, sem tréguas, a corrupção e o descalabro administrativo, e os governos da Revolução instituíram o planejamento de longo prazo, dando um sentido e direção a todos que desejassem investir no desenvolvimento do País. Evitamos a desmoralização das Forças Armadas, elemento essencial na luta contra o avanço comunista, permitindo a sua ação para manter o povo livre dos opressores comunistas.

A principal razão da euforia dos brasileiros autênticos, que se postam em uma posição de observadores imparciais, fundamenta-se no fato de que houve uma continuidade administrativa, política e, principalmente, na área econômica, dentro da substituição dos primeiros mandatários.

Os governos da Revolução de 1964 podem ser definidos pela idéia-força: continuidade sem continuísmo.

Após este período, o País vem caindo, com governos incompetentes.

Como o senhor analisa hoje, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente? Desapareceu o comunismo?

O comunismo não desapareceu, apesar da derrocada do regime na sua fonte: Rússia e demais países da antiga Cortina de Ferro. Os comunistas permanecem defendendo suas idéias, em Cuba, Coréia do Norte e, inclusive, no Brasil.

No seu entender, a Revolução permaneceu muito tempo no Poder?

O período revolucionário durou o tempo necessário, acabando na época certa. Porém, faltou a Revolução providenciar para que a Lei da Anistia não valesse só para um lado, como acontece hoje.

General, o senhor gostaria de abordar algo mais a respeito da Revolução?

Deixo para o Projeto diversos documentos e livros abordando este período de nossa História. Gostaria de ter falado muito mais. Quando fui convidado, vibrei, procurei reunir as informações, mas creio não ter sido aproveitada, como desejava, a grande quantidade de fontes compiladas e consultadas em minha preparação.

Destaco, neste final de entrevista, um artigo do jornalista Olavo de Carvalho com o título de *A Mão Esquerda*, que aborda com muita propriedade o modo de funcionamento do movimento esquerdista, chamando a atenção para o espírito de clandestinidade, um dos componentes tradicionais de seu modo de ser. Afirma Olavo em seu artigo que "este País não conhecerá a normalidade democrática enquanto a esquerda não abdicar de sua eterna vocação de agir por baixo do pano, sob a desculpa de que é perseguida e coitadinha de mais para ser sincera e franca".

General-de-Divisão César Montagna de Souza

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Desempenhou, entre outras, as funções de instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Comandante do Grupo-Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro; Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar; Comandante da 3ª Divisão de Exército (3ª DE) – Divisão Encouraçada; e Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- Em novembro de 1955, servia no Grupo-Escola de Artilharia, quando foi preso e transferido para a Circunscrição de Recrutamento (CR) de Goiânia, por ter manifestado discordância sobre decisão do Ministro da Guerra, na época, o General Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott.
- No exterior: Além de sua participação na campanha da Itália, foi aluno do Curso de Artilharia do Fort Sill e Adido Militar, ambos nos Estados Unidos.
- Possui todos os curso regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Na reserva, presidiu o Clube Militar no biênio 1981/1982.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era Coronel Chefe da 3ª Seção da Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea, quando comandou a tomada do Quartel-General da Artilharia de Costa, no Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2000.

Quais foram as raízes do Movimento revolucionário desencadeado em 31 de março de 1964?

Alguns remontam as raízes da Revolução de 1964 ao Movimento de 1922. Não aceito isto, apesar de reconhecer que os oficiais daquela época tiveram importante participação no Movimento de 1964. Teríamos que, obrigatoriamente, de referenciá-las aos movimentos de 1924, 1926, 1930 e 1932 e até ao de 1935.

Nas raízes do Movimento de 1964 encontram-se os acontecimentos da década de 1950, a eleição de Getúlio Vargas e, depois, o atentado contra o Carlos Lacerda, que causou a morte do Major da Aeronáutica Rubens Vaz. Em 1953, houve um manifesto dos coronéis que levou a deposição de Jango, Ministro do Trabalho de Vargas. Todos esses fatos, no fim, culminaram com o suicídio de Vargas, em 1954.

O senhor poderia nos dizer algo acerca do panorama político brasileiro anterior a 31 de março?

Assisti, como aluno, à Revolução de 1930. Senti na minha carne as revoluções de 1932 e 1935.

Fui à guerra. Após o regresso, servindo com o General Cordeiro, participei da deposição de Getúlio Vargas, em 1945. Nessa ocasião, passei a conviver com a política. Eleitor da União Democrática Nacional (UDN), perdi com o Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945, quando foi eleito o General Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Getúlio. Nesse mesmo pleito, Getúlio conseguiu eleger-se senador por 12 Estados diferentes! Naquela época era possível.

Em 1950, Getúlio, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi sufragado para o cargo de presidente da República, derrotando, mais uma vez, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Voltou ao Poder com toda a força, numa luta especial contra a UDN e, em particular, contra o Carlos Lacerda. O Vice-Presidente de Getúlio era o Café Filho. No seu Governo, houve o atentado contra Carlos Lacerda, a morte de Rubens Vaz, foi divulgado o memorial dos coronéis, como já disse, e, depois, ocorreu o suicídio de Getúlio, em 1954. Nessas circunstâncias, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Café Filho que escolheu para Ministro da Guerra o General Lott, um *troupier* de primeira grandeza.

Nessa fase, surgiram movimentos de insatisfação, em particular na Aeronáutica e no Clube Militar. O presidente do Clube Militar era o General Canrobert Pereira da Costa e o Vice-Presidente Juarez Távora. Uma reunião, realizada em julho de 1955, resultou na prisão e transferência de vários oficiais. O Presidente Café Filho, em virtude de problemas médicos, passou o cargo ao Deputado Carlos Luz, Presidente da Câmara dos Deputados. O General Lott, Ministro da Guerra, suspeitando

que o presidente em exercício, junto com Café Filho, agia no sentido de não respeitar o resultado das eleições recém-realizadas, ou seja, ambos pretendiam "dar um golpe", depôs Carlos Luz como também impediu que Café Filho reassumisse.

Não concordei e expus meu ponto de vista contrário, vindo, por isso, a ser preso e transferido para Goiânia. O golpe militar do Lott, em novembro de 1955, dividiu o Exército e, na Aeronáutica, provocou vários movimentos de rebeldia, sem o êxito pretendido por seus idealizadores, pois não possuíam a base militar necessária.

A vitória eleitoral da UDN, com Jânio Quadros, em 1960, teria diminuído a tensão existente, porém a atuação desse político tirou as esperanças do povo brasileiro. Em 1961, tentamos impedir que o Jango assumisse o Poder, mas foi em vão e, mais uma vez, o Exército se dividiu. Era este o panorama político existente no País.

Havia na verdade um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Não há dúvida, a insatisfação existia em todas as classes. Basta consultar os jornais e as revistas daquela época. Tenho, aqui comigo, um número da revista *O Cruzeiro*, de abril de 1964, com um artigo do David Nasser, escrito três meses antes, que profetizava o que iria acontecer no Brasil. Portanto, este é um documento dos vários que existem nesse sentido, caracterizando, claramente, que a insatisfação era completa. O nosso David Nasser, no final do artigo, dizia o seguinte, alertando aqueles que viam o Exército como simples elemento de manobra:

"...Assim será com a Marinha. Assim será com a FAB. Assim será, principalmente, com o Exército Brasileiro. O grande mudo. Porque o velho leão – preso e espezinhado na jaula da legalidade – não está morto, embora o pareça."

Qual era, de modo geral, a posição da Igreja com relação ao Governo deposto?

Olha, nós católicos – sou católico também – estávamos insatisfeitos e preocupados com os caminhos que a Igreja vinha tomando. A Igreja foi muito influenciada pelos comunistas. Padres e bispos, após a revolução, começaram a colocar as "manguinhas" de fora e perturbaram o Governo. Era esta a situação.

Mas, assim mesmo, general, não sei se o senhor concorda, havia uma parte significativa da Igreja que participou ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Havia uma facção que, realmente, contestava: os conhecidos padres progressistas, entre aspas.

Entretanto, padre progressista, mesmo, ficou mais caracterizado após a Revolução.

O que se passava no meio militar? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária? O senhor poderia citar exemplos?

Estávamos diante de um quadro de guerra revolucionária. Brizola, animado pelo êxito de sua campanha pela posse de João Goulart, em 1961, criou o "grupo dos onze". O Julião as "Ligas Camponesas".

As medidas tomadas pelo Estado-Maior do Exército (EME), a fim de instruir os quadros – oficiais e sargentos – sobre a doutrina de guerra revolucionária foram oportunas e acertadas. O EME produziu uma série de documentos que facilitavam o entendimento do assunto. Passamos a dominá-lo e, como tal, a reconhecer nos fatos que ocorriam a existência de uma guerra revolucionária em andamento. A sensibilidade do EME permitiu a inclusão, nos currículos dos estabelecimentos de ensino militares, o assunto guerra revolucionária.

O próprio General Castello Branco, que era o chefe do EME, quando proferiu a aula inaugural do ano letivo de 1964, no mês de fevereiro, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), teve o ensejo, como chefe, de deixar uma mensagem, para a reflexão dos capitães, sobre o assunto.

Surgiu, portanto, um alerta entre os oficiais e sargentos do Exército referente ao desenvolvimento de ações ligadas à doutrina revolucionária comunista. Eu mesmo, quando servia na Seção do Serviço Militar da 2ª Região Militar, tive a oportunidade de conscientizar sargentos e alunos dos diferentes Tiros-de-Guerra, em São Paulo.

Os diretores do Clube Militar, integrantes da Cruzada Democrática, que havia sido criada por nós, sustentavam uma dura luta para manter-se na presidência. Conseguimos ganhar as eleições em 1960, permanecendo até 1962, quando infelizmente perdemos, mais uma vez, as eleições. Quem venceu, não foi um elemento integrante da Cruzada Democrática, do Clube Militar.

General, o senhor gostaria de acrescentar mais algum aspecto relacionado com os antecedentes e causas do Movimento de 31 de Março?

Sobre os êxitos da Revolução, devemos enaltecer o trabalho das mulheres. Existia, aqui, no Rio de Janeiro, não sei se o senhor conheceu, uma organização de mulheres da qual a presidente era a irmã do General Justino Alves Bastos – Amelinha Alves Bastos. A presidente da Cruz Vermelha, também, era muito efetiva. Contavam com a ajuda e orientação do Coronel Antonio de Mendonça Molina.

Outro ponto que gostaria de acrescentar, e assim registrar, é que, sem dúvida nenhuma, a decisão do General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, amigo do Presidente Goulart, de aderir ao movimento que havia eclodido, evitou a guerra civil no País, que começava a caracterizar-se. Creio que os historiadores chegarão a essa conclusão: não houve a eclosão da guerra civil, em face da atuação de Kruel.

O senhor poderia fazer um relato do episódio que ficou conhecido como a tomada do quartel-general da Artilharia de Costa, ocorrido em 1º de abril de 1964?

Como é do conhecimento geral, a Revolução Democrática de 1964 foi deflagrada, em Juiz de Fora, pelo General Olympio Mourão Filho, com o apoio imediato do Governador Magalhães Pinto, na manhã de 31 de março, no dia seguinte à reunião dos sargentos, no Automóvel Clube do Brasil.

Eclodida a Revolução, procurou-se logo a adesão das demais unidades da Federação.

No Rio de Janeiro, o Comandante do I Exército mobilizou suas forças contra o General Mourão e foram organizadas forças-tarefas (FT) que se deslocaram para Minas e para São Paulo onde o General Amaury Kruel só se definiu a favor do Movimento, por volta da meia-noite do dia 1º de abril. O Coronel Arídio Brasil, Comandante do Forte de Copacabana, amigo do General Kruel, decidiu aderir somente após aquele definir-se.

O clima durante todo o dia 31 de março era de grande tendência pró-revolução, contando com o apoio do Governador Carlos Lacerda.

O Quartel-General (QG) do Exército estava alvoroçado, nossos contatos mostravam que o General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Ademar de Queiroz, diretores de departamento e grande número de oficiais, se definiam a favor da revolução.

O Ministro da Guerra, no Rio, contava com o Comando do I Exército e da 1ª Região Militar (1ª RM). Na Vila Militar, o comando da divisão controlava suas unidades.

O Comandante da Artilharia de Costa, General Morais que, interinamente, acumulava o Comando da 1ª RM, era contra a revolução. A Fortaleza de São João e o Forte da Lage já se definiam pró-revolução, contávamos, ainda, com poucos elementos no Forte Duque de Caxias e no 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa (8º GMAC), depois, 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (8º GACosM).

Quando o Forte de Copacabana aderiu, na madrugada, houve uma ligação com a Escola de Comando e Estado-Maior que enviou para lá um grupo de oficiais, entre eles os coronéis Espírito Santo e Cerqueira Lima.

O General Morais, ao chegar ao QG, pela manhã, tomou conhecimento das atitudes do Coronel Arídio, tentou demovê-lo e o recriminou por ter aceito o reforço de oficiais da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Um caminhão, que tentava sair do Forte de Copacabana, foi impedido e aprisionado pela tropa do QG que recebeu um reforço de contingentes enviados pelo Forte Duque de Caxias.

Naquela ocasião, eu, que servia na Diretoria da Artilharia de Costa, tinha decidido verificar, pessoalmente, o que estava ocorrendo na minha área. Constatei o impasse entre o Forte de Copacabana e o QG, tendo em seguida me dirigido para a ECEME.

Na Escola, presenciei um diálogo entre o Coronel João Figueiredo e o General Orlando Geisel e aquele dizia que devíamos tomar o QG para resolver a situação. Logo me prontifiquei a fazê-lo e o General Orlando disse que seria uma "tenentada" mas autorizava.

Foram dadas ordens e 20 oficiais do 1º ano da Escola se apresentaram como voluntários para a ação. Eles portavam seus próprios armamentos; organizamos um comboio de carros particulares (o meu Citroen, uma Kombi, uma Rural Wyllis e um outro carro); no total éramos 21 oficiais, eu e meu primo Coronel Oscar de Souza que também servia na Diretoria e me acompanhava desde o início do dia e 19 oficiais da ECEME, pois um tinha ficado preso no elevador do prédio de moradia.

Na esquina das ruas Raul Pompéia com Francisco Otaviano paramos o comboio e meu primo, que estava à paisana, verificou a situação. No portão, encontrava-se um cabo, armado com uma metralhadora Thompson; a guarda estava normal e o trânsito fluía sem alteração. Dei as ordens e o Coronel Dickson Grael, mais antigo oficial da ECEME, passou-as para os alunos. Seguimos em grande velocidade pela Rua Francisco Otaviano e, usando a surpresa, desembarcamos dos carros mesmo sem parar totalmente, invadimos o QG.

Na minha frente estava o cabo com a Thompsom, tomei-a das mãos dele e prossegui encontrando na varanda com um capitão de quem também tirei a pistola e entrei no QG.

No interior, estavam o Tenente-Coronel Borges Fortes e um coronel, sentados. Perguntei pelo General Comandante e ele respondeu que o nome dele era Coronel Rubens, repeti a pergunta e obtive a mesma resposta. Dei voz de prisão ao coronel e fui à estação rádio VHF chamando as Unidades subordinadas, dizendo que, em nome da Revolução, havia tomado o Quartel-General de Artilharia de Costa.

Durante a invasão, houve alguns tiros porém só foi ferido um sargento que, ao perceber o movimento, tentou me atingir com sua arma e foi baleado por um dos alunos da ECEME e um outro oficial, por uma baioneta de um dos guardas.

Isto tudo aconteceu por volta das 11h30min do dia 1º de abril.

A TV Rio, que funcionava exatamente em frente ao QG, conseguiu filmar parte do que aqui encontra-se relatado e colocou no ar, logo depois do acontecido.

O Presidente Goulart, que estava no Palácio Laranjeiras, tomando conhecimento da rápida evolução dos acontecimentos no Rio fugiu para Brasília e em seguida para Porto Alegre.

Ao finalizar este relato gostaria de registrar os nomes dos oficiais que me acompanharam na ação, foram eles:

– Oscar Couto de Souza, Dickson Grael, Agnello de Araújo Brito, Omar Oliveira da Silva, Milton da Silva Oliveira, Benedito Onofre Bezerra Leonel, Sillas Bueno,

Agostinho Moura de Almeida, João Saraiva, Ruperto Clodoaldo Pinto, Rubens Bayma Denys, Flavio Moutinho de Carvalho, José Eduardo Portela Soares, Atahualpa de Albuquerque, Helder Macedo Gaudie Ley, Túlio Soviero, Mero Mendes Ferreira, José Meireles, Hugo Floriano Magalhães Mota e Niaze Almeida Gerude.

Agradeço a cópia do depoimento feito pelo General Montagna, em 1953, que inclui parte do filme produzido pela TV Rio e perguntamos quais os principais acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução?

Resumiria, citando os acontecimentos ocorridos depois do célebre comício da Central, no dia 13 de março. Creio que até esse episódio havia um propósito, mas não existia liderança. Depois, ocorreu aquele problema de 13 de março...

Quando sentimos que estava havendo uma ação direta sobre a disciplina e a hierarquia. A partir daí, o Movimento não pôde ser mais retardado.

Acha o senhor que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, quando foi deflagrada a Revolução?

Acho, sem dúvida. Agora mesmo, tivemos a oportunidade de assistir a um vídeo. Todo mundo contente, feliz, após o Movimento. Havia mesmo era insatisfação com o Governo Goulart, fato hoje omitido.

Havia uma revolução em andamento, de cunho comunista, para a mudança da ordem institucional do Brasil?

Fato inconteste. Poderíamos até, em vez de nomear de Revolução, denominar o Movimento de Contra-Revolução de 1964.

Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão da Revolução?

Sou muito intransigente nesse aspecto, porque acho que foram covardes e procuraram defender os seus interesses particulares. Nunca pensaram no Brasil. Caso contrário, teriam aderido à Revolução.

Importante assinalar que mesmo aqueles que não eram da ala esquerdista, também, não fizeram força para dar o apoio de que o Presidente Castello Branco precisava.

É um ponto importante, porque o Castello Branco era intransigente a favor da legalidade e da Democracia. Ele respeitou muito a Câmara dos Deputados, o Congresso de uma maneira geral e, também, o Judiciário. Aliás, para nós revolucionários, achamos até que não foi tão bom, porque bastante gente que procedia muito mal ficou por aí, impune.

Como se portaram, após a Revolução, os sindicatos e as entidades taxadas de esquerdistas?

Eram oposição sistemática a toda iniciativa do Governo revolucionário. Qualquer coisa que o Governo tentava realizar era contestada, arranjavam um meio qualquer para atrapalhar.

Quais foram, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Vamos começar pelos militares, prefiro. O General Mourão foi o Comandante da 3ª Divisão de Exército (3ª DE), no Sul, e como ele falava abertamente sobre todos os casos do João Goulart, foi transferido para a 2ª Região Militar, em São Paulo. Como continuasse a falar claramente em revolução, transferiram-no para Minas, e com um detalhe: não poderia levar ninguém, só foi ele. Não pôde levar nem o Chefe do Estado-Maior.

Esta é uma particularidade que muita gente não conhece, ou seja, a maneira como o General Mourão foi parar em Minas Gerais.

Desde abril de 1963, servia na Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea e pude sentir a grande liderança do General Ademar de Queiroz, meu comandante.

Ele convocava os generais e coronéis para que procurassem se conscientizar da situação e agir contra o que estava ocorrendo no País. Naquelas oportunidades encontrou apoio de vários coronéis como Joaquim Fontoura, Policarpo, Antônio Carlos Serpa e Jayme Portella.

O General Ademar aproveitava as viagens de serviço para tomar pulso da situação e verificar as perspectivas de atuação. Teve a oportunidade de, em agosto de 1963, contatar o General Castello Branco em Recife.

Infelizmente, passou para a reserva antes do início da Revolução, ainda em 1963.

Entre os líderes civis, sem dúvida nenhuma, temos que render homenagem ao Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. O próprio Carlos Lacerda também enalteço. Digo sempre que o Carlos Lacerda deixou de ser "lacerdista", mas continuei a sê-lo, pois lutava pelos princípios que ele defendia. Depois, ele foi se unir ao Juscelino Kubitschek!

A Revolução de 31 de Março foi exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Jamais tive qualquer notícia sobre isso.

Qual foi o posicionamento dos Estados Unidos em relação à Revolução de 31 de Março?

Imediato reconhecimento. Mantínhamos muita ligação, pois éramos aliados deles. Lutamos juntos na Segunda Guerra Mundial, na Itália.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do chamado "esquema militar" do Governo Federal, quando se desencadeou a Revolução?

O militar, por formação, procura sempre respeitar a legalidade, dedicando-se às tarefas normais no âmbito de suas atribuições; por isso vários companheiros trabalhavam em diversos escalões do Governo, mesmo sem identificarem-se com eles.

Muitos que estavam em Unidades do Exército, não se harmonizavam com o pensamento de seus comandantes e agiram por conta própria, como aconteceu no Grupo-Escola, em Resende. As Baterias de Artilharia do Grupo que receberam ordem do Comandante para ocupar posição contra a tropa revolucionária, passaram para o lado desta e só restou ao Comandante retornar a seu aquartelamento.

Qual a sua apreciação quanto ao aspecto "chefia e liderança" por parte dos oficiais das Forças Armadas, em especial naquelas tropas engajadas diretamente na iminência de um combate: a 4ª RM/DI do General Mourão, o II Exército do General Kruel, a AMAN que entrou em posição com os seus cadetes, bem como o próprio I Exército que teve tropas lançadas na direção de São Paulo?

Diria, nesse sentido, que houve de tudo. Muitos revelaram grande liderança e ação de chefia, comprovaram a capacidade de comando; por outro lado, certos comandantes de Unidade nada conseguiram com seus subordinados, como o Comandante do Grupo-Escola, citado anteriormente que, sem ação, assistiu ao êxodo das Baterias de Artilharia do seu Grupo, sem força para reagir.

Foi correto o emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução de 1964?

A atitude do General Médici, sem dúvida nenhuma, foi muito acertada. Ele procurava fazer com que os seus cadetes não fossem influenciados. Além disso, na AMAN só havia pessoal competente, de valor. No momento oportuno, de maneira discreta, tomou a sua decisão. Entendeu que era necessário colocar os cadetes em posição defensiva, aproveitando o corte do rio, para impedir a progressão das tropas vindas do Rio.

Este episódio teve um outro fato importantíssimo. Elevou extremamente o moral das tropas de São Paulo que vinham contra as do Rio com pouquíssima munição, com menos meios e por isso estavam bastante preocupadas. A decisão do General Médici foi fundamental.

O senhor acredita que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão após 31 de março?

Sim, construíram a união que perdura até nossos dias. De 1964 para agora decorreram vários anos, um período enorme, em que prevalece o entendimento e a união que não havia antigamente.

O Movimento de 31 de Março era baseado em alguma ideologia?

Foi um movimento democrático, contra a ideologia comunista. Nada tinha de discricionário.

A mídia apoiou o Movimento? O senhor poderia citar exemplos?

Apoiar o Movimento não quer dizer que tenha havido colaboração com o mesmo. A mídia já vinha repetindo que estava insatisfeita com a situação.

No correr dos governos revolucionários, gradativamente passou a insurgir-se, contrariada com as medidas sobre a liberdade de imprensa.

Entretanto, nós é que apoiamos a revolução que o povo e a mídia desejavam. A mudança de posição da mídia deveu-se a inúmeras outras razões não bem esclarecidas.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou prejuízos ao País?

É algo que nem precisamos comentar. O expressivo número de benefícios é inegável. De uma posição de quase total insignificância, o País passou à oitava economia do mundo.

Tive a oportunidade de fazer uma palestra, no aniversário do Movimento de 1964, no Clube Militar, quando estava no cargo de presidente, e repassei, justamente, todos esses benefícios devidos à Revolução. A revista do clube publicou a palestra.

O que o senhor tem a nos dizer acerca das ações de guerrilha e terrorismo (seqüestros de embaixadores, assaltos a quartéis e bancos) praticados por extremistas?

Essas ações fazem parte do esquema da guerra revolucionária. Não era outra coisa senão a guerra revolucionária em andamento, do modo como a conhecemos.

O AI-5 foi necessário?

Sim, precisávamos dar uma parada na crescente agitação. O episódio que provocou o processo foi culpa de um congressista, ainda jovem, o Márcio Moreira Alves, que, hoje em dia, milita na imprensa escrita e, em algumas situações, tem-se aproximado dos militares.

Foi necessária a criação de órgãos de informações e de operações, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

Ninguém faz nada sem informações. Um dos mais graves erros do Governo Collor foi o repúdio aos serviços de informações. Os DOI eram destacamentos para realizar investigações. Acredito que foi acertada a criação desses órgãos.

A Revolução muito se demorou no Governo do País?

Não posso afirmar categoricamente, mas acredito que possa ter demorado mais tempo que o desejado inicialmente. De qualquer forma, o Brasil já vivia em pleno regime democrático, no último período governamental sob égide revolucionária.

Qual a sua opinião acerca do panorama político nos governos revolucionários, principalmente, o comportamento do Congresso Nacional?

A maioria dos parlamentares agiu de forma covarde, porque barganhavam apoio. Não havendo interesse, apenas apoio reticente. Até hoje procedem assim: não pensam no próprio País, mas vigiam de perto seus interesses particulares.

Hoje em dia muito se fala em "ditadura militar", "anos de chumbo" etc. O que o senhor pensa a respeito disso?

É um processo que visa a desestabilizar ou difamar o Exército. Hoje em dia, raros órgãos da imprensa publicam notícias que valorizem as Forças Armadas. Por exemplo, as comemorações do Dia da Vitória, acontecida há três dias, um episódio glorioso para as Forças Armadas, não mereceram a mais ínfima referência.

Durante os governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferir vantagem?

Sabemos que não... nunca se colocou, por exemplo, o problema salarial, como questão de frente.

Como o senhor avalia os anos da Revolução?

Durante a Revolução, os governos estabeleciam as metas que deveriam ser atingidas. Cada um deles fazia o seu planejamento, determinava as ações a realizar e trabalhava intensamente para atingir aqueles objetivos. Assim, tiraram o Brasil de uma posição inferior e proporcionaram anos de prosperidade, logo, posso considerar que a Revolução honrou seus compromissos, cumprindo os seus propósitos com elevado patriotismo e competência.

Qual a sua avaliação a respeito da "abertura" que se iniciou no Governo Geisel?

Diria que houve muita condescendência, de tal modo que prejudicou até a nós mesmos, os militares.

Houve ou existe, ainda, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades, da própria Imprensa e, também, de certos setores da sociedade, dita sociedade civil, em relação aos militares?

A mídia e determinados próceres governamentais, inequivocamente, o demonstram, pois ignoram deliberadamente ou mistificam qualquer assunto de natureza militar.

E a lei da anistia, como é que o senhor a interpreta?

A anistia só funcionou para o lado deles.

A chamada "batalha da comunicação social" foi perdida pelos governos da revolução?

Tudo indica que não conseguimos sequer participar dessa "batalha da comunicação social", como seria desejável. É de estranhar, porque tínhamos pessoal de reconhecida capacidade. Não poderia indicar a razão específica, mas tínhamos a vontade e oficiais preparados. Infelizmente não logramos sucesso.

Como o senhor analisa, após a queda do Muro de Berlim, o radicalismo ideológico existente nos tempos da bipolaridade, da guerra fria? Desapareceu o comunismo? Qual a situação do Brasil, nesse particular?

Para nós, no dia a dia, nos diálogos com outras pessoas, fica a impressão de que o comunismo acabou, de que não há mais comunistas. Entretanto, o comunismo não acabou! Ele está aí presente nas mais diversas "linhas de conduta", apenas disfarçado, mas atuante. Os partidos comunistas, no Brasil, continuam em atividade.

Talvez sem a mesma força do passado!

Na atual situação, o próprio Presidente sente os efeitos da "abertura" que patrocinou. O movimento denominado Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por exemplo, que poderia ter sido atacado no início, nas suas origens, não o foi. Foram deixando, deixando, e agravou-se o problema que estamos assistindo, agora, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, quando tiveram que tomar uma medida séria para impedir que o Presidente fosse desmoralizado.

A imagem do Exército brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam numerosas pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

Reconhecimento pelo que o Exército tem feito. Felizmente, há os que se colocam a nosso favor, até mesmo por um descuido da própria Imprensa. De qualquer forma, de vez em quando, já vemos divulgados alguns documentos e informações sobre as nossas atividades, por parte de alguns jornalistas. Sem dúvida alguma, e em todos os sentidos, reconhecem que ainda somos um elemento de grande importância para a sociedade e para o País.

General Montagna, a mensagem final. O que o senhor desejaria deixar com relação ao Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Desde o tempo em que era o presidente do Clube Militar, tínhamos vontade de desenvolver projeto semelhante. Chegamos a fazer algumas gravações. Procurávamos preencher uma lacuna, a da ausência de informações do passado, preservando a memória.

Logo que recebi o convite para a entrevista, acedi em comparecer, na intenção de colaborar através de meu conhecimento. Não sou historiador, nem grande pesquisador. Até costumo dizer que sou um “colecionador de papéis”. Possuo documentos interessantes, que compulso com satisfação desde aquela época.

General-de-Brigada Ruy Leal Campello

- Natural da Cidade de Rio Grande, RS.
- Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), inicialmente como 1º Tenente Subcomandante da 5ª Companhia do II Batalhão do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) e, posteriormente, promovido a capitão, como seu Comandante.
- Principais funções militares: Como Oficial Superior – Oficial de Estado-Maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos, Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Oficial de Gabinete do Ministro Odylio Denys, Costa Silva (Adjunto da D/2) e Orlando Geisel, bem como Comandante do Regimento Sampaio (1º Regimento de Infantaria); Como Oficial-General – Diretor de Movimentação, Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada e Diretor de Pessoal Civil.
- Missões no exterior: Integrante do Batalhão Suez, na Península do Sinai e Chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington (EUA).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, era Tenente-Coronel Adjunto da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército – Geografia, História e Estatística. Integrou o Estado-Maior do General Orlando Geisel – Comando da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e, a partir de maio, passou a integrar o Gabinete do Ministro do Exército General Costa e Silva.

Entrevista realizada no dia 8 de novembro de 2000.

Inicialmente, devo agradecer a lembrança de meu nome para participar deste importante projeto para a História da Força. Na verdade, falar sobre a Revolução de 1964, no momento atual, quando buscam denegri-la, é fundamental e necessário.

Vivi, intensamente, os acontecimentos que culminaram com o Movimento Revolucionário de 1964. Felizmente, tive, naqueles momentos, naquela conjuntura, chefes que souberam posicionar-se, e cujos exemplos e orientações, pude, mais tarde, transmitir àqueles com quem servi.

Qual foi a sua vivência pessoal, a sua participação, nos pródromos, no surgimento e, posteriormente, no desenvolvimento da Revolução de 1964?

Com relação aos pródromos, atenho-me, para não alongar muito o tempo da entrevista, aos acontecimentos que provocaram o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964. Uma análise mais abrangente sobre as causas do Movimento nos remontaria ao período do começo da República.

Assim, me posiciono no 25 de agosto de 1961, data da renúncia do Presidente Jânio Quadros. À época, encontrava-me como adjunto da Divisão de Informações (D/2) do Gabinete do Ministro da Guerra, Odylio Denys. Escusado dizer que o Presidente Jânio Quadros contava com o apoio integral do Exército. A Força enxergava no Presidente Jânio uma pessoa capaz de colocar ordem no País, naquela conjuntura, mas que acabou tornando-se a maior "gafe política", surpreendendo a todos com a inesperada renúncia. Transformou-se no homem que desperdiçou a oportunidade de realizar um governo exitoso, com o apoio das três Forças Armadas e da população, porque não reconhecer. Sua atitude colocou o País à beira do caos.

A ação dos três ministros militares consegue contornar a *débâcle* política. Novo Governo toma posse e nomeia ministério. A D/2, então chefiada pelo nosso querido amigo, de saudosa memória, Newton Castello Branco Tavares, apresenta ao Ministro Segadas Viana, substituto do General Denys, a renúncia coletiva, a despeito do pedido do General Segadas, que nos queria manter na Seção.

Bem, aí... é uma parte pessoal, mas interessante. O novo chefe da D/2 tinha sido meu instrutor na Escola Militar do Realengo e na Escola de Comando e Estado-Maior, o Coronel Augusto de Oliveira Pereira, posteriormente General-de-Divisão. Ele me faz um apelo:

– Campello, não conheço a D/2, você pode ajudar-me?

– Coronel Pereira, não posso permanecer na D/2 - respondi.

Exatamente na mesma hora em que estou falando, chega o novo Chefe de Gabinete do Ministro Segadas Viana, o General Ênio Garcia, trazendo um documento na mão, e confidencia:

– Augusto, “isso assim, assim...”

Embora presente, não ouvi. O general saiu e eu disse:

– Coronel Pereira, por esta razão é que não posso permanecer na D/2, porque aqui, nesta Divisão, o que o ministro ou o chefe de gabinete falasse, era na nossa presença. Não posso ficar num lugar em que serei um homem marcado por pertencer a um outro *time*.

Finda a missão no Gabinete do Ministro Denys, o Tenente-Coronel Campello é classificado no Estado-Maior do Exército (EME), na Seção de Geografia, História e Estatística. No fim do ano de 1963 – setembro de 1963 – o General Castello Branco assume a Chefia do EME e, interessante registrar, vai encontrar um grande número de oficiais completamente engajados no processo revolucionário. O EME era tratado como se fosse um “depósito de pessoal”: quem não estivesse concordando com o governo, iria para o Estado-Maior do Exército.

No EME, vivi aqueles acontecimentos cruciais dos anos de 1963 e 1964, até a eclosão, propriamente, do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

O senhor gostaria de destacar alguma atitude ou ação do nosso Marechal Castello Branco, nesse período, ele que foi fundamental?

Acabo de entregar-lhe um trabalho, de minha autoria, intitulado “Marechal Castello Branco”, elaborado para o painel de que participei, no dia 18 de setembro último, atendendo a um convite do General Negreiros, em homenagem ao Marechal Castello, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Nesse ensaio, conto o que vi, não propriamente no Estado-Maior, mas antes, durante e depois, quando o General Castello assume a Presidência da República.

Quando o General Castello foi empossado na Chefia do Estado-Maior, a situação do País era caótica. Vou contar um fato que ocorreu em fevereiro de 1964 – 21 de fevereiro de 1964 – justamente a data da comemoração da tomada de Monte Castelo, importante vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial.

Poucos dias antes – dois ou três – há um anúncio, uma notícia, de que seria prestada, na Vila Militar, no Regimento Escola de Infantaria, uma homenagem ao Presidente da República, um almoço, ao qual compareceria o nosso lembrado Marechal Mascarenhas de Moraes.

A notícia causou espécie, porque o almoço aconteceria na hora praticamente da comemoração de Monte Castelo. E, diga-se de passagem, que, naquela época, a solenidade ficava totalmente a cargo da Associação dos Ex-combatentes, pois não constava no calendário das comemorações. Então, em companhia do Coronel Hugo Abreu que,

na ocasião, servia no Quartel-General da 1ª RM/2ª Seção, fomos falar com o Marechal Mascarenhas. Ele tinha um gabinete que funcionava próximo ao da 1ª Região Militar – um gabinete em que ele dava um expediente mais *pro forma*, para receber os amigos e tal. Nosso objetivo era alertá-lo de que não ficaria bem deixar de comparecer à solenidade do dia 21 de fevereiro. O Marechal não gostou, e praticamente nos despediu, mas deixou um sinal no ar: “O que vale é que esta situação está por pouco.”

Dado o respeito que tínhamos pelo nosso Comandante da FEB, encerramos a visita. Quando de nossa entrada no gabinete do Marechal, cruzamos com dois generais: o Comandante da Vila Militar, General Oromar Osório, e o General Wallenstein Teixeira de Mendonça. Naquela oportunidade, quando entramos, disse ao Hugo: “Já perdemos a nossa visita.” Eles já tinham feito convite ao Marechal, já tinham estado com ele.

O que fazer? Lembramos, então, do nome do Chefe do Estado-Maior do Exército. O Coronel Hugo Abreu pede-me para levar a efeito a nova tentativa:

– Campello, você conhece melhor o General Castello, você serve no Estado-Maior do Exército.

– Bom, eu o conheço, mas não tenho intimidade com o General. Mas, nesta hora, vou falar com ele, pode deixar – respondi.

E fui ao General Castello – o Coronel Murillo Gomes Ferreira, seu Assistente, é testemunha. Contei-lhe a história, e o Murillo insistiu:

– Não, você vai falar com o General.

Recebido em seu gabinete, o General Castello convidou-me a sentar à direita da cabeceira da mesa de reuniões. Disse-lhe, então, o que acontecia, destacando o motivo de meu desejo em falar-lhe.

– Porque o senhor é chefe de prestígio e confiança de todos nós e, portanto, o homem capaz de convencer o Marechal a não comparecer a essa cerimônia.

– Coronel Campello, muito obrigado por suas palavras. O senhor não está autorizado a transmitir a ninguém. Não deverei comparecer a esse almoço - gravei a resposta do General Castello.

A entrevista estava encerrada. Não disse o que iria fazer. Feito isso, levantei-me, cumprimentei-o e saí.

Mas voltei à sala do Assistente, Coronel Murillo e, da outra porta do corredor, foi possível ver o General Castello, de túnica e gorro, frente aos elevadores do 6º andar. Concluímos: ele deve ir conversar com o Marechal Mascarenhas. Ao final da tarde, correu a notícia de que o Marechal Mascarenhas não iria à Vila Militar, em virtude de indisposição.

No dia seguinte, 21 de fevereiro, manhã chuvosa, houve a solenidade e o único oficial general presente foi o Chefe do Estado-Maior do Exército, Castello

Branco. Pedimos que ele depositasse a coroa em nome do Exército; as Unidades mandavam, também, coroas... a cerimônia, naquela época, era muito grande. Como o término da solenidade permitiria, ainda, a ida ao almoço, que seria, mais tarde, ocorreu que fomos verificar se o general fora ou não. Fizemos isso, naquela situação. Tínhamos que conferir para possibilitar a divulgação, imediata, da decisão do General Castello, que provaria cabalmente as suas convicções.

Assim, terminada a cerimônia, voltamos ao Quartel-General (QG) e fui ao Gabinete do Estado-Maior do Exército. Perguntei ao Coronel Murillo:

– Onde está o General Castello?

– Campello, você quer saber onde está o General Castello? Olha a porta aí!

O General Castello estava na cabeceira da mesa, tomando uma refeição, mandada buscar na área da Central – porque naquele tempo não havia refeição no QG. Ele não tinha ido mesmo! Sua decisão podia, agora, ser divulgada amplamente.

Esse é o Castello Branco!

A verdade é que o General Castello, a partir da assunção da chefia do EME, ficou em evidência, e trazia consigo a esperança capaz de atender à solução para a difícil conjuntura que envolvia o País. E ele assumiu essa qualidade de somar, no âmbito da cúpula do Exército, porque havia aqueles que ainda tergiversavam, por algum motivo. Por ocasião do início dos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola Superior de Guerra (ESG), em março de 1964, faz importantes declarações e esclarecimentos quanto à missão do Exército e seus reflexos para a tranqüilidade da Nação. A 13 de março, na Central do Brasil, teve lugar concreta demonstração da crise, ante os discursos de líderes sindicais. O General Castello expediu circular às Unidades subordinadas ao Estado-Maior do Exército, fazendo ver a todos o quadro dramático que se apresentava. Enviou emissários portadores de um documento, onde estavam enfatizadas as conseqüências dos acontecimentos em curso.

Então, naquela ocasião, o chefe do Movimento estava aparecendo: era o General Castello, o Chefe do Estado-Maior do Exército. Isso foi de grande importância para o desenrolar dos acontecimentos, a partir de 31 de março.

De um modo geral, como o senhor situaria o panorama político brasileiro?

Olha, só vendo o que nós sofremos neste País, onde imperava o caos. Basta lembrar, aqui, no Rio de Janeiro: a greve do pessoal do setor de gás, obrigando-nos a ter que comprar "fogãozinho" de querosene para confeccionar as refeições; a greve dos coveiros do Cemitério São João Batista e lembro, acerca dessa paralisação, um episódio. Indo ao cemitério, com o General Castello, para o enterro do pai do General

Adhemar Villela dos Santos – o General Castello era amicíssimo dele, por ligações desde Realengo e do 12º Regimento de Infantaria, de Belo Horizonte – vimos os caixões colocados na entrada do cemitério, pois, em virtude da greve, o sepultamento não era realizado.

Faltavam feijão, arroz e outros tipos de suprimentos. Não havia transporte para chegar ao trabalho e sei muito bem disso porque enfrentei esse problema, num período mais recuado, dentro dos pródromos da Revolução, quando era major, adjunto da 4ª Seção da Zona Militar Leste (posteriormente I Exército e, atualmente, Comando Militar do Leste), e tínhamos que atualizar o planejamento para assegurar o transporte da cidade, no caso da greve dos bondes. O Coronel Syzeno Sarmento, depois General, era o Chefe da 4ª Seção. O plano, em síntese, consistia no emprego de meios de transporte alternativo nos itinerários dos bondes, para conduzir a população, naturalmente, buscando minimizar a situação. O Exército, naquela ocasião, podia fazer isso.

Nos idos de março de 1964, o panorama político era o pior possível, um caos.

Como a maioria da população reagia em relação ao Governo João Goulart? O povo estava insatisfeito?

Essa situação retratada antes, acrescida do tremendo processo inflacionário existente e, ainda, uma exploração sem limites, redundava em insatisfação popular. A par disso, havia a pressão dos sindicatos junto à Presidência da República e, assim, a todo instante aumento de vencimentos e de preços. Era uma verdadeira calamidade.

O Governo desmoralizava-se nesse ambiente. Não podemos esquecer nosso processo político errado que elege o vice-presidente na esperança de que ele não venha a atuar ou substituir o presidente. Nós, militares, sabemos muito bem que a missão do subcomandante é substituir o comandante. O Jânio Quadros renuncia, e aí? Mas, aqueles que conheciam o Jango, que estavam a par da situação política, não queriam deixá-lo assumir, pretendendo uma outra solução que, realmente, não era uma solução legal. O fato é que, não se conseguiu implantá-la naquela oportunidade.

O País sofreu, naquele espaço, as conseqüências de uma posse imposta pelas condições constitucionais.

O parlamentarismo foi, então, a solução de emergência que adotaram, com a concordância dos ministros militares, que agiram desse modo, para evitar um mal maior. Os ministros receberam vários apoios à atitude tomada, inclusive dos nossos próprios companheiros, mas, vamos e venhamos, eram patriotas, eram chefes, mas não queriam ser responsabilizados pelo derramamento de sangue. Aí, entra um outro episódio, que é o posicionamento do III Exército.

Queria lembrar que o João Goulart, de uma forma hábil, criou o plebiscito que derrubou o parlamentarismo, voltando tudo ao que os ministros militares não queriam: ele presidente, num regime presidencialista.

Pois é, com o parlamentarismo, o Jango teria as suas ações cerceadas naturalmente pela presença do Primeiro-Ministro, o que o contrariava.

João Goulart queria amplos poderes que a situação anterior – o presidencialismo – propiciaria e, acabou conseguindo, inclusive, com a atuação de oficiais próximos a ele. Houve, até, uma antecipação da data do plebiscito. E aí, João Goulart ficou "dono do País".

Qual era a posição da Igreja, naquela época?

Nesse "espetáculo", assim podemos chamar, da renúncia do Jânio Quadros, houve um fato ligado a importante prelado da Igreja católica: o pronunciamento de Dom Vicente Scherer, que era o Cardeal Arcebispo de Porto Alegre, através do qual posicionou-se a favor da assunção do Jango Goulart no cargo de Presidente. Era um homem tradicionalista, católico – é um pleonasmo – sempre atuou conosco, mas naquele ambiente do Rio Grande – está falando o velho gaúcho aqui – todos foram envolvidos, entre estes, especialmente o General Machado Lopes, me perdoe se cito o nome de um chefe que já não está mais entre os vivos, a quem eu admirava, mas nunca entendi o seu posicionamento, também favorável à posse de Jango. Lembro-me, como se fosse hoje, do "radiograma" que dele recebemos, no qual respondia ao Sr. Ministro Denys: "O III Exército, unido e coeso, não obedece, não recebe mais ordens do Marechal Denys. Assinado: General Machado Lopes, Comandante do III Exército."

Esse rádio existe na D/2 do Gabinete do Ministro. Mas é preciso dizer que, no estado-maior do General Machado Lopes, estava o General Assis Brasil, posteriormente Chefe da Casa Militar da Presidência da República, e outros oficiais, que, talvez, tenham, até, remetido esse "rádio", sem o conhecimento dele. Não sei... Não sei...

Quem sabe? Tudo pode ter acontecido.

Não sei... Não posso saber. Mas sei que o General Antônio Carlos Muricy lá estava, movimentado, para assumir a chefia do Estado-Maior do III Exército, mas voltou e veio se apresentar ao Gabinete do Ministro, aqui no Rio. Não concordara com a atitude do General Machado Lopes. Quando perguntam quais eram os líderes da Revolução, o General Muricy é um deles.

Qual a sua visão quanto às "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"?

As "Ligas Camponesas" surgiram em Pernambuco, com o Francisco Julião. Sabe-se que no Brasil existem regiões agravadas pelo clima árido onde as dificuldades

são maiores, a vida é mais difícil, o povo é mais pobre, sofre mais. No Nordeste, a vida é muito dura e aqueles homens pobres e sofridos eram, realmente, explorados pelos senhores de engenho. E a exploração tornava-se um caminho fácil de ser trilhado para o proselitismo político.

Esse homem, Francisco Julião, inclusive foi eleito deputado federal, aproveitou a situação existente e veio a criar, naquela região, as "Ligas Camponesas", espécie de quistos, perigosos e difíceis de controlar. O Governo do Estado de então, Miguel Arraes, estava de acordo com isso tudo e, também, o Professor Paulo Freire, organizador de uma cartilha que ensinava a ler assim: "Letra 'f' – 'f' de fome. O Brasil tem fome."

Acresce-se à exploração do povo, o problema da posse e divisão da terra. Muito bem, esse era o espetáculo, principalmente no Nordeste do País.

O "grupo dos onze" já era coisa diferente e aí aparece Leonel Brizola, líder que cresceu no Governo do Jango, cuja cadeia da legalidade ganhou vulto. Explorou o "espeto" do gaúcho e o Rio Grande cerrou com o Governo, embora não estivesse 100% de acordo com o Brizola. Na hora "H", o Brizola soube reagir e formou a cadeia de rádio, chamada cadeia da legalidade, ajudado pelo seu vigor de homem moço, e criou um clima extremamente perigoso.

Mais tarde, com o "dedo" de Leonel Brizola, aparecem a "Operação Pintassilgo" e aquelas ações de guerrilha no Paraná, Caparaó etc. Mandou, inclusive, gente para receber treinamento de guerrilha em Cuba e, dizem, recebeu dinheiro, que não se sabe como...

Sumiu o dinheiro.

Mas tudo isso realmente aconteceu.

Inclusive o "grupo dos onze" tinha uma semelhança com um grupo de combate não é?

Tinha, porque o grupo de combate possuía onze homens; era uma estrutura paramilitar.

Essas guerrilhas, Caparaó e a outra, de Foz do Iguaçu, em que o Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, aquele célebre comunista, tomou parte, acabaram nos criando uma série de entraves, pois havia repercussão no campo internacional.

E o que se passava no meio militar? Houve um trabalho para criar cisões, separações entre oficiais e sargentos, e com isso ferir a hierarquia e a disciplina?

O trabalho existiu, feito, justamente, pelos sindicatos que tinham voz ativa. Visavam ao atendimento de certas reivindicações, tal como a eleição dos sargentos que, inclusive, foi um ponto crítico, pois as campanhas políticas passaram a ferir a hierarquia.

Os sargentos começaram a ser explorados e jogados contra os chefes. São episódios que tomaram vulto e tornaram-se cruciais nos antecedentes do Movimento de 1964.

O senhor falou de acontecimentos cruciais. Poderia citá-los, particularmente em março? O que aconteceu em março de 1964?

É fácil rememorar todos os fatos graves acontecidos na Cidade do Rio de Janeiro, em março de 1964.

O primeiro deles, pela ordem, foi o comício na Central do Brasil, dia 13, no qual o Presidente reúne aquela turba toda, com reivindicações, a maioria das quais o Governo não tinha condições de atender. Era exploração política e contou com a pureza dos ministros militares. O General Castello foi ao gabinete cobrar do Ministro da Guerra dizendo-lhe que ele não deveria ter comparecido.

Depois, foi o problema do Sindicato dos Metalúrgicos, onde os marinheiros, lá reunidos, diziam-se rebelados. Houve a intervenção de tropas do Exército e os principais implicados foram levados presos para o Batalhão de Guardas. Aí, relaxaram a prisão e eles saíram, inclusive conduzindo nos ombros os almirantes Aragão e Suzano; uma vergonha! Esse espetáculo fez com que aquela gente que não acreditava, ainda, no estágio avançado de deterioração política que estávamos vivendo, ficasse, também, revoltada. Esse foi um dos acontecimentos...

Em seguida, outro episódio, no Automóvel Clube do Brasil; nesse, o Ministro da Guerra não comparece, estava baixado, adoentado, recolhido ao hospital. O General Chefe do Gabinete compareceu ao Automóvel Clube do Brasil.

Não havia mais o que fazer. Foi a gota d'água.

Porque o discurso do Jango foi um discurso anarquista.

"Senhores sargentos...", lembro-me, porque escutei, "Senhores sargentos...", e seguiu aquela coisa toda... Reunir aqueles homens... Estavam sendo enganados e jogados contra os seus superiores, porque nosso Exército é democrático e trata com dignidade seus integrantes. Nós, oficiais, temos grandes amigos, entre os sargentos.

Então, essa foi à gota d'água.

Não podemos nos esquecer de mencionar a revolta dos sargentos, em Brasília, em 1963, que foi o primeiro caso complicado, a causa primeira.

General, sua opinião a respeito da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Eu ia falar sobre esse fato. As Marchas da Família aconteceram em São Paulo, inicialmente, e em Porto Alegre e, depois, no Rio de Janeiro já comemorando a Revolução.

Houve em Minas também.

Em Minas, parece que houve também. Existe um número da revista Reader's Digest, dessa época, que publica um artigo muito bonito, intitulado: "A Nação que se salvou a si mesma", onde estão estampadas fotos do espetáculo proporcionado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Há um outro documento, que possuo, este publicado pela Editora Civita, de São Paulo, não sei se hoje ainda existe, estudo muito bonito, com o título: "Do comunismo de Karl Marx ao Muro de Berlim." No final, aborda os antecedentes do Movimento de 1964 e a assunção da Presidência da República do Marechal Castello Branco.

As Forças Armadas, de um modo geral, e o Exército, em particular, foram intérpretes da vontade da maioria do povo brasileiro?

Creio que não há nenhuma dúvida a respeito. Lembremo-nos das perguntas que nos eram dirigidas: "Mas, o que vocês estão fazendo!? Como é que vocês estão deixando acontecer isso!?"

Trabalhava, naquela ocasião, como oficial de informações, e recebia essa gente toda, que nos procuravam para dar um basta naquele caos.

Havia, então, um movimento de cunho comunista em andamento no País?

Havia, e para comprová-lo vamos aos pródromos da Revolução de 1964. Em 1922, aparece o movimento comunista. Depois, em 1935, irrompe a Intentona Comunista, liderada por Prestes, quando o Brasil se dá conta do perigo vermelho.

Essa gente nos deu muito trabalho. Só agora, com a queda do Muro de Berlim, os mais incrédulos se convenceram de que o regime comunista não era aquilo que eles pensavam, muito embora existam, ainda, vários recalcitrantes.

Outro dia, indo à sede da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB), passei por um "sobradão" antigo, na esquina da rua das Marrecas com aquela rua do Quartel-General da Polícia Militar, e está lá, escrito na frente do prédio: "Partido Comunista do Brasil, fundado em – não lembro a data completa – de 1922." Eles ainda estão aí!

Qual a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

O Congresso Nacional foi surpreendido, assim como o País todo. Aqueles que supunham haver um "esquema militar" capaz de conter ou de anular o esforço, pode-se dizer, revolucionário, desmoronaram juntos com o Governo.

A verdade é que havia alguns militares, ditos do "esquema", que não tinham se convencido da necessidade de romper com aqueles ditames legais sob os quais fomos educados. Como dizia o General Castello, era preciso colocar a lega-

lidade sob censura. Não era possível continuar obedecendo, porque o Exército não é guarda pretoriana. Estávamos sendo usados numa direção que não convinha ao País.

Então, o "esquema" desmoronou e os parlamentares governistas, na hora "H", mudaram. E, surgiram vozes no Congresso apoiando a Revolução, até porque os governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Guanabara, justamente os de maior peso, sem detrimento dos demais Estados da Federação – sentiam os acontecimentos mais de perto e podiam aquilatar a gravidade do momento histórico que estavam vivendo – posicionaram-se a favor do Movimento de 1964.

Assim, sem apoio, desmoronou-se o Governo e o próprio Presidente abandonou o barco, essa é a verdade. Aqui no Rio, no Gabinete do Ministro da Guerra, todos abandonaram os seus postos.

Como foi sua participação pessoal na eclosão do Movimento de 1964?

No anoitecer do dia 1º de abril, o General Orlando Geisel reúne os oficiais que o acompanhariam, integrando o seu estado-maior, a fim de assumir o comando da 1ª Divisão de Infantaria e Guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

O general me chamou e fez a pergunta:

– Campello, você tem algum problema?

– Não senhor, não tenho problema – respondi.

– Perguntei, por que eu estou aqui... – e concluiu o General Geisel – então, você vai comigo para a Vila Militar, pois a conhece bem.

Faziam parte do estado-maior que o General Geisel levou para a Vila Militar, o Coronel Ariel Pacca da Fonseca, o Tenente-Coronel Darcy Lázaro, o Major Leônidas Pires Gonçalves, o Major Ivan de Souza Mendes e eu. Nessa época, eu era tenente-coronel, logo acima, na hierarquia militar, dos dois majores. O pátio interno do Palácio Duque de Caxias estava regurgitando de tropas das seguintes Unidades: o Grupo de Artilharia de São Cristóvão, comandado pelo Tenente-Coronel Araripe; o Batalhão de Guardas; a tropa do Regimento Mecanizado do Coronel Gahyva.

Embora pertencesse ao Estado-Maior do Exército, passei pelo QG do I Exército que parecia um velório, ninguém se entendia lá dentro.

Embarcamos nas viaturas que nos transportaram à Vila Militar. Entramos no QG da 1ª DI e o comandante, General Oromar Osório, já a essa altura, tinha conhecimento do que estava acontecendo, da derrocada do tão falado "esquema militar". O episódio em que o Marechal Odylio Denys conclama o Coronel Raimundo, Comandante do Regimento Sampaio, a apoiar a Revolução, convencendo-o a não prosse-

guir contra as forças da 4ª Região Militar que se deslocavam de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, pusera, praticamente, fim ao Destacamento Cunha Mello, com tropas da Vila Militar.

O General Oromar estava somente acompanhado de um tenente-coronel de Cavalaria – no momento não vem o nome – e do ajudante-geral. Não há resistência, nem relutância ante a evidência dos fatos. O General Geisel determina a convocação dos comandantes das Unidades da Vila Militar e, pouco mais tarde, é feita a passagem do comando da 1ª DI.

Qual era o posto do General Geisel?

O General Geisel era general-de-divisão.

Os comandantes das Unidades, cerca de duas horas da manhã, comparecem ao QG da 1ª DI. Os oficiais entraram em forma e, de acordo com o regulamento, o General Oromar Osório entregou o comando da 1ª Divisão de Infantaria e Guarnição da Vila Militar em Deodoro. Em alto e bom som, com sua voz de trovão, ouviu-se o General Geisel: "Assumo o Comando etc." A convite do Geisel, os oficiais acompanharam o General Oromar à saída do Quartel-General. Um espetáculo para ser rememorado.

Nessa altura, o General Muniz Aragão conseguiu, com firmeza e sua destacada autoridade, assumir, simultaneamente, o Comando do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs). Um outro chefe que também se impôs.

Foi uma fase crucial do Movimento revolucionário e a atitude, o comportamento, a desenvoltura e o prestígio do General Orlando Geisel e de outros chefes pesaram bastante para que fosse fortalecida a coesão do Exército.

Alguns dias depois, o General Orlando Geisel passou o comando da 1ª DI ao General Ulhoa Cintra que forma outro estado-maior; e sou nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Costa e Silva, outro chefe que devemos destacar pela conduta, pelo pulso, pela energia, como um chefe capaz de conduzir os subordinados num momento difícil.

Esse homem, ali, no 9º andar do Palácio Duque de Caxias, Gabinete do Ministro, à época, controlou a maioria dos oficiais que queriam saber como e o que iria acontecer, e nos fechou a porta: "Os senhores esperem, porque nós estamos decidindo." Lá dentro, estavam o General Castello, o General Costa e Silva e outros oficiais-generais. Quando foi decidido quem devia, ou quem não devia, aí, então, vem o General Geisel: estava nomeado Comandante da 1ª DI. É uma atitude revolucionária, o General Aragão, toda aquela gente estava ali, e a decisão saiu naquela hora. O General Everaldo Oliveira Reis – Ministro do STM –, na época, Major servindo no Estado-Maior do Exército, estava lá conosco.

Como se portaram os sindicatos e entidades extremistas, esquerdistas, logo após o início da Revolução?

Foram surpreendidos duas vezes: ao ser desencadeado o Movimento e, também, pela perda do apoio que tinham na Presidência da República. Tudo que eles faziam contavam com o apoio do Governo. É aquela história do "já temos o Governo, falta-nos o Poder".

Quais os principais líderes, civis e militares, da Revolução de 31 de Março de 1964?

No Estado da Guanabara, já extinto e que abrangia a Cidade do Rio de Janeiro, era o Carlos Lacerda. Apesar de ter sido um líder da Revolução, no transcurso da Revolução criou problemas. Tinha outras ambições políticas. Carlos Lacerda, realmente, era um líder político, como hoje não existe mais. Tinha uma dialética clara, capaz de destruir tudo e de arrastar multidões.

O Governador Magalhães Pinto posicionou-se com firmeza pela Revolução, em Minas Gerais, e foi um dos líderes de 1964. Colocou, inclusive, a Polícia Militar do Estado ao lado do Exército. Em São Paulo, o Governador Adhemar de Barros, um homem inteligente e esperto, também, mas que, é inegável, ajudou 100% o Exército. Podemos fazer-lhe restrições, mas, nessa hora, demonstrou coragem política e ficou com a Revolução.

E, no Rio Grande do Sul, o Governador Ildo Menegheti.

Essa gente deu real apoio à Revolução, enquanto, de outros governadores, não se sabia muito bem qual seria a atitude.

Creio que esses que citei foram os principais líderes civis, aqueles que tiveram, vamos dizer, um peso ponderável no transcorrer dos acontecimentos. Mas, evidente, houve outros líderes que, no momento, não me vêm à mente.

Entre os militares o senhor já citou vários, mas gostaria que agora fossem repetidos.

Entre os militares há uma gama deles. Já falei no General Castello, no General Costa e Silva, no General Orlando Geisel e, também, no General Ernesto Geisel.

Foram meus chefes e desfrutei da satisfação, honra e privilégio de ter tido a oportunidade de servir com esses homens. Na minha carreira, aprendi bastante com eles. O País, não só o Exército, deve muito a esses líderes. Foram decisivos, de verdade.

Destaco, ainda, o General Muricy, que foi um chefe de primeira grandeza, no bojo desses acontecimentos; o General Syzeno Sarmento e outros.

E com o General Muricy, lá em Minas, o Marechal Denys.

O Marechal Denys, chefe experiente, que soube posicionar-se. Estava cometendo "o crime" de esquecê-lo. Servi com o Marechal Denys no Comando da Zona

Militar do Leste, atual Comando Militar do Leste, e, depois, com a ascensão do mesmo ao cargo de Ministro, fui para o Gabinete, no qual permaneci até setembro de 1961. Assim, acompanhei-o em momentos cruciais da vida nacional, quando da crise política motivada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Bem, antes disso, nos fatos acontecidos após a eleição do Juscelino – e aí aparece a figura do General Lott – era major, adjunto da 4ª Seção da Zona Militar do Leste, chefiada pelo Coronel Syzeno, e posso afirmar que o Presidente Juscelino só governou porque tinha o apoio da Zona Militar do Leste, aqui no Rio. O General, depois Marechal, Denys tinha a guarnição do Rio de Janeiro "na mão".

Quando de serviço de permanência, durante a madrugada, ouvia-se a campainha do Quartel-General soando, avisando a guarda para entrar em forma; ia-se verificar e era o Marechal Denys que chegava. Vinha de correr as principais Unidades aqui no Rio.

Você tinha que se apresentar: ele estava deitado numa cama de campanha e, no escuro, víamos a brasa de seu cigarro – era um homem que fumava permanentemente. Era o Marechal Denys.

Nessa ocasião, era um legalista, mas o General Castello também era um legalista, e muitos oficiais também comungavam com esse espírito, porque é bom que se saiba, ninguém estava a fim de mazorcas.

A verdade é que se chegou a um ponto em que o próprio Governo se tornou ilegal, pelos seus atos.

A Revolução de 1964 foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo? Os Estados Unidos tiveram alguma participação?

Esse é um problema político, evidente. Todos sabem que os Estados Unidos eram e são uma potência mundial e vivia-se a época da bipolaridade. Do outro lado, estava a União Soviética, que não existe mais. Então, o Brasil tinha uma posição de importância, atestada por frase que ouvi do próprio Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, na Casa Branca, em Washington – na ocasião o Presidente era o General Garrastazu Médici: "para onde for o Brasil, irá a América do Sul". Diga-se, por oportuno, que ali fui presente por ser o Chefe da Comissão Militar Brasileira, em Washington.

Admite-se, pois, que estavam informados sobre o que ocorria, não só no Brasil, mas em toda a América do Sul. Havia troca de informações.

Troca de informações sim, mas quanto a algum apoio?

Consta que o Embaixador dos Estados Unidos da América, Lincoln Gordon, considerando que poderia faltar petróleo, no caso do prolongamento da crise con-

seqüente do Movimento revolucionário, porque, na ocasião, a nossa produção era muito pequena, teria sugerido prestar esse tipo de apoio. Aí, teria vindo uma fração de uma Esquadra do Atlântico Sul, com suprimentos, para o caso de necessidade, mas que não chegou a entrar em águas nacionais, porque a Revolução, de imediato, tornou-se vitoriosa. Nada disso foi comprovado.

Servia, na ocasião, em nosso País, o Coronel Vernon Walters, adido militar junto à embaixada americana e cheguei a vê-lo na D/2.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" do João Goulart?

O General Meira Mattos abordou muito bem essa questão, quando declarou que a situação criada pelo Presidente, decorrente das atitudes por ele tomadas, foi de tal ordem negativa, que seria viável afirmar que ele, João Goulart, praticamente estava praticando suicídio. Isso porque, ao jogar os sargentos contra os oficiais, jamais poderia contar com esquema algum, nem mesmo com os próprios militares que com ele serviam.

Nessa hora devemos destacar o General Amaury Kruel que, apesar de amigo pessoal do Jango, era um soldado, e foi contrário àquelas medidas que feriam a disciplina militar. Assumiu o comando do II Exército, tornou-se uma dúvida, naquela hora da eclosão do Movimento, mas aliou-se aos demais revolucionários. Não citei o seu nome entre os líderes militares, mas faço-o neste momento. O General Kruel foi um líder, também, e sua decisão em posicionar-se a favor do General Castello e do General Costa e Silva, assumiu importância capital. Afinal de contas, eram colegas de turma.

Não se deve omitir, outro ponto, que concorreu para as dificuldades de funcionamento do "esquema militar" governista, pois tem a ver com o isolamento de Brasília. Aquele movimento dos sargentos aconteceu pela precariedade das ligações. Então, veja bem, todo fim de semana havia uma "revoada" de Brasília para o Rio de Janeiro. Nada funcionava, porque o centro das atividades, o centro nevrálgico estava aqui, no Rio de Janeiro.

O emprego operacional dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a favor da Revolução de 1964, foi correto?

Creio que o General Médici agiu como Comandante. Possuía sob seu comando uma tropa de escol, altamente instruída, e tinha que se posicionar. Estabeleceu ligação efetiva com o General Kruel, ao qual prometeu apoio, do mesmo modo que tinha ligação com o General Âncora, que era o Comandante do I Exército, sediado

no Rio de Janeiro. Além de evitar, com sua decisão, um possível choque entre os I e II Exércitos, que marchavam um na direção do outro, soube, com habilidade, realizar, na AMAN, o encontro entre os generais Kruel e Âncora, encontro que encerrou qualquer tipo de hostilidade no Vale do Paraíba.

O General Médici nunca exporia a mocidade militar brasileira a um desastre militar. Ao decidir empregá-la, fê-lo sabendo, *a priori*, a decisão do General Kruel, favorável ao Movimento revolucionário. Seguramente, não aconteceria aqui o desastre da "escola militar francesa de Saint-Cyr", quando empregada e dizimada, na batalha de Char-Le-Roi[1], ao Sul da Bélgica, em 1914, na Primeira Grande Guerra. O General Médici era um chefe e fez o que devia fazer.

Qual a sua apreciação sobre o aspecto "chefia e liderança", do lado da Revolução?

Já citamos os líderes, como os generais Médici, Castello, Costa e Silva, Muricy, sem omitir o General Adalberto Pereira dos Santos, lá no Sul, homens que chefiavam, comandavam, lideravam.

Essa liderança faltava no tal "esquema militar" do Jango, o senhor não concorda?

Voltando ao General Muniz Aragão, presenciei sua ação na Vila Militar, ao assumir o comando da Brigada Pára-quedista – na ocasião era Núcleo da Divisão Aeroterrestre. O comandante em exercício, General João Costa, foi praticamente destituído, embora tenha se apresentado, no outro dia de manhã, ao General Geisel por ter passado o comando ao General Aragão.

Registro um fato interessante, até hilariante, passado com o General Muniz Aragão. Chegou um informe de que estaria ocorrendo uma reunião suspeita no Clube dos Sargentos da Vila Militar. O General Aragão não conversou, entrou no jipe e cruzou a ferrovia, pela passagem de nível da estação da Vila Militar – o QG/GUEs era em Deodoro e o clube ficava naquela estrada São Pedro de Alcântara.

O General Aragão, aquele imenso homem e com um enorme bastão de comando na mão, adentrou a reunião. Sem delongas, mandou recolher todos os sargentos, presos, ao Regimento Andrade Neves (2º Regimento de Cavalaria de Guardas). Veja bem a delicadeza da situação: os sargentos recolhidos presos ao Regimento Andrade Neves. A situação na Vila era de calma, os comandantes, todos, tinham-se apresentado ao General Geisel.

No final da manhã, as famílias dos sargentos ficaram sabendo, pois os mesmos não foram almoçar, e formou-se uma fila no portão das armas do Regimento

---

[1] Char-Le-Roi – Cidade centro-sul da Bélgica, local da 1ª Batalha da Primeira Guerra Mundial.

Andrade Neves. O Comandante da Unidade, Coronel Anísio Rocha, oficial da Arma de Cavalaria, porte atlético – embora fosse do "esquema" – estava com o General Aragão. Logo a notícia chega ao QG/DI e o General Orlando Geisel ordena que eu vá resolver o problema. Busco contato, inicialmente, com o General Aragão, no QG /GUEs, mas encontro-o descansando e o Coronel Freitas Lima não quer chamá-lo.

Resolvi falar com o Anísio. Lá chegando, o coronel disse que recebera ordem de prendê-los, mas que não havia nada com eles: eram o Presidente, o Vice-Presidente, o Tesoureiro etc. do clube, que estavam reunidos para passar os cargos da administração daquela organização em decorrência da mudança do comando da Vila Militar o que seria uma norma. À essa altura, já sabia, também, da inocência deles. Ponderei ao Anísio que, como nada havia contra os sargentos, poderia liberá-los e comunicar ao General Aragão, até porque o General Geisel não desejava esse tipo de problema na Vila Militar, principalmente naquela hora em que todos precisavam estar unidos. O coronel tergiversou um pouco, mas concordou comigo e liberou os sargentos.

Quando o General Aragão soube do fato, vou-me permitir uma expressão febiana, a "cobra fumou". Não tive mais notícias. Comuniquei ao General Orlando Geisel que tinha mandado soltar os sargentos e ele disse que eu deveria cientificar a solução ao General Aragão, pois todos conhecíamos o general e era preciso cuidado para não feri-lo. Veja bem a situação de um oficial de estado-maior. Disse ao General Orlando que, sem dúvida, falaria com o General Aragão. Não consegui contato e, portanto, prossegui nas minhas tarefas. À noite, estava de serviço de permanência no QG/DI, e ouvi um barulho na escada – havia grampos metálicos que prendiam o tapete nos degraus. Era o General Aragão que entrou na sala de reuniões, com o seu famoso bastão de comando na mão, e permaneceu tirando uma "pestana". Resolvi entrar, fazendo algum barulho – ele era meio surdo – logo despertando-o, e após pedir licença, expliquei-lhe a história. Respondeu-me que, apesar de tudo, o Anísio não poderia ter tomado tal atitude, sem primeiro falar com ele.

O episódio foi encerrado nessa conversa; não sei, depois, o que aconteceu com o Anísio. Foi um incidente que mostra a delicadeza de certas medidas, mas que têm que ser tomadas, a despeito das sutilezas; por outro lado, o oficial de estado-maior deve tomar a si a responsabilidade e acatar a ordem. Eu a cumpri, acabou a prisão dos sargentos.

Mais tarde, ficou esclarecido que teria havido um mal-entendido na informação que chegara ao QG/GUEs. A reunião estava sendo realizada na sede do Clube dos Sargentos localizada no bairro do Rocha e não no clube da Vila Militar.

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

O objetivo estratégico era levantar, despertar e carrear os integrantes das três Forças Armadas e a população para o objetivo final, que era a deposição do Governo Goulart. Era o que se tinha em vista e o que, realmente, o General Mourão conseguiu, ao desencadear o Movimento.

Neste momento, gostaria de registrar a atuação decidida, também, do então Coronel Meira Mattos que, sem esperar ordem, marchou na direção de Brasília.

Outros fatos foram vividos por mim, na Vila Militar.

Recebi a determinação, por exemplo, do General Orlando Geisel, de ir ao Parque de Motomecanização que estava abandonado. Com os devidos cuidados, aproximo-me do portão das armas, determino que os jipes, eram dois, parem e acendam as luzes. Nisso vem um sargento que tinha servido comigo no Batalhão Suez – por isso o General Geisel levou-me para a Vila Militar, por minha experiência – e perguntei o que havia. O sargento, que era de outra Unidade responsável pela guarda, respondeu que estava, justamente, esperando alguém, pois o quartel estava vazio, sem ninguém.

O Coronel Cerveira, já falecido, Chefe do Parque de Moto, que era comunista, abandonara a Unidade, tendo antes cedido todas as viaturas para o Destacamento Cunha Mello, formado para confrontar-se com as tropas do General Mourão, vindas de Minas. Determinei ao sargento que permanecesse na guarda da Unidade e, no dia seguinte, de manhã, chegou novo comandante.

O Ivan de Souza Mendes teve que ir a Santa Cruz para acionar o comando do Batalhão de Engenharia. Lembro-me de que conversei com o Ivan: "Ivan, você é de Engenharia, portanto, terá maiores facilidades de entendimento." O Comandante do Batalhão era do "esquema", mas sem saber o que estava fazendo – esqueço o nome dele, já faleceu.

Com a Revolução, robusteceu-se a coesão e a união dentro das Forças Armadas?

Claro, porque naquele período, vamos dizer, o clima de desconfiança existente, aos poucos, foi desaparecendo, pois não havia mais motivo. Esse foi um momento desagradável que vivemos, de não poder falar, como estamos falando aqui, entre camaradas.

Vou contar um fato. Vindo do estágio feito na 3ª Divisão de Cavalaria, em 1954 – veja bem, em 1954, no início do ano seguinte, sou transferido para a Zona Militar do Leste, e vou ser adjunto do meu Comandante de Batalhão na Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Coronel Syseno Sarmento.

No dia 24 de maio, na homenagem a Osório, na Praça XV, no Rio de Janeiro, não estava sabendo da efervescência política que tomava conta dos quadros naquela ocasião, era um negócio muito sério, e troco umas palavras com um oficial de Artilharia,

o Carlos Molinari Cairoli, um homem inteligente. Nem bem acabei de falar, ele me diz: “Campello, quero te dizer uma coisa: estou com o General Lott.” Não entendi, aquilo passou. À tarde do dia seguinte, fui chamado pelo Coronel Comandante do Batalhão de Infantaria Blindado de São Cristóvão, que me perguntou: “Você falou isso assim, assim?” Respondi: “Coronel, o senhor vai me perdoar, claro que falei, sou soldado, mantenho a minha palavra, o senhor vai me desculpar, mas vou comunicar este fato ao meu chefe de seção.” E levei o assunto ao conhecimento do Coronel Syzeno, e aí, então, fui esclarecido sobre as ligações, os grupos que se formavam, que discordavam, nessa ou naquela direção. Isto é um exemplo dos tais pródromos a que todos se referem. Veja as dificuldades por que passavam os oficiais mais modernos, inclusive na tropa.

Esse é o mal da política dentro das Forças Armadas...

Desastroso.

E o camarada para sobreviver, para superar isso, precisava ter calma, discernimento, e chefes. Aí acontece o quê? O General Syzeno Sarmento, meu coronel chefe de seção, no episódio do Cruzador Tamandaré vai juntar-se ao grupo revolucionário – e me dá ordem pelo telefone: “Ruy, você ponha a sua túnica e vá apresentar-se ao QG da Zona Militar do Leste. Veja bem, não vou fazer nada contra o Marechal Denys, mas vou para São Paulo.”

Tive sorte, porque me conduzi acertadamente, e como um homem da 4ª Seção, um major que fazia tudo. Sabia das viaturas, da gasolina, dos suprimentos, os recursos de todas as Unidades, conhecia o plano de transporte, em caso de eclosão de um problema qualquer, trabalho feito por mim. Ficava tudo nas minhas mãos e também nas do Tenente-Coronel Siculo Perlingeiro que tinha solicitado transferência do QG. Permaneceu só o adjunto. Então eu era “o homem”, embora não estivesse de acordo com determinadas coisas. Mas o que iria fazer? Fiquei lá, cumpri a missão, e depois o tempo encarregou-se de indicar-me outros rumos.

O Movimento de 31 de Março tinha ideologia? Caso positivo, qual era a ideologia?

O Movimento visava a marcar uma posição contrária ao marxismo, portanto voltado para a defesa da Democracia, na qual vivíamos e fomos educados.

Nunca, em hipótese alguma, aceitaríamos adotar uma posição favorável ao marxismo ou algo dessa ordem, pois tínhamos sido formados no ideal democrático.

A mídia apoiou o Movimento?

Naquela época não se usava o termo mídia, que é originário do inglês *media,* mas a palavra imprensa. Seu significado envolve todos os meios de comunicação, imprensa falada, televisada etc.

A mídia apoiou. Entretanto, é interessante destacar que, agora, criticam e posicionam-se contra o Movimento de 1964, quando todos conhecem os serviços que a Revolução prestou ao País. Outro dia, peguei o jornal *Estado de São Paulo*, num consultório, e vi um reclame, tenho-o na memória, citando a edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). A finalidade precípua do AI-5 foi proporcionar condições para o endurecimento de certas medidas, justamente para que se pudesse concretizar o processo revolucionário. Então, os homens do "Estadão" rememoram os fatos, dizendo que parte da imprensa aceitou a censura e as diretivas do comando da Revolução etc., mas que o "Estadão" não os tinha absorvido, e que naqueles espaços do jornal deixados pelo corte da censura, publicaram poesias – o reclame diz a quantidade – sendo que a maioria delas com trechos dos Lusíadas. Isso foi há poucos dias; comemoram as atitudes tomadas pelo *Estado de São Paulo*.

Entretanto, esse jornal apoiou a Revolução, e *O Globo* a mesma coisa. Inclusive, a Revista do Clube Militar publica, neste último número, um editorial do *O Globo,* datado de 1984, portanto vinte anos depois, a favor da Revolução.

O termo revolução está correto? Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Esse termo – revolução – se consultarmos o "Aurélio", verificamos tratar-se de um movimento que visa a modificar o *status quo* com o emprego da força, mas que eu complementaria com um "se necessário". Em 1964, houve uma revolução no processo político, sem derramamento de sangue. Felizmente, não houve necessidade disso, e chamou-se de Revolução.

O povo apoiou, pois queria tranqüilidade e liberdade para tomar a sua condução e ir para o trabalho, receber o seu salário, comprar os gêneros de que precisasse ou que pudesse comprar e não aquela história de que "hoje não tem gás, amanhã não tem bonde, hoje falta arroz..." Isso não é vida!

Lembro-me de que, naqueles dias antes da eclosão da Revolução, tínhamos uns postos de comando e controle, onde trabalhavam oficiais ligados ao Movimento, localizados em determinados apartamentos, na cidade. No dia 31 de março, junto com outros oficiais, estava num desses locais, que depois soube pertencer ao General Intendente Xexéo, na época, Diretor de Intendência do Exército. O Xexéo estava em Brasília e residia no apartamento do Darcy Lázaro, seu cunhado.

Quando houve a notícia da eclosão da Revolução – porque as rádios estavam no ar, informando sobre o movimento da tropa de Minas Gerais e a fuga do Presidente – os apartamentos daquela rua, cujo nome não me lembro, ficaram regorgitando de gente na janela, batendo palmas, uma reação popular espontânea.

Nós descemos para ver e, a seguir, rumamos para o Quartel-General. Corria a tarde do dia 31 de março.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não era propriamente um governo militar. Mas, não se pode negar que o governo tinha um reforço muito grande daqueles homens, daqueles chefes militares, de confiança de cada um dos presidentes. Técnicos, altamente categorizados, em condições de cumprir as missões que lhes eram dadas. Mas, não era um governo militar, na acepção do vocábulo. O Congresso – a Câmara e Senado – continuaram em pleno funcionamento.

Qual a sua visão sobre os vinte anos de Revolução?

O Brasil não parou. O País foi marchando, nas sendas do progresso. De 1964 a 1985 o desenvolvimento foi notável, em todos os sentidos, na educação, nos transportes, nas comunicações, na energia. Foi um período de tranqüilidade de que desfrutamos. Mas chegou o momento em que o processo revolucionário esgotou-se, e não havia mais condição de prosseguir. Outros caminhos deveriam abrir-se ao País, mesmo porque a opinião pública internacional pressionava e criava dificuldades.

Na sua opinião, por que razão os sucessos obtidos pela Revolução – a década de 1970 por exemplo, considerada como a melhor de todas da História do Brasil, em termos de sucesso econômico – não aparecem, não são ventilados?Por que as novas gerações de brasileiros não têm conhecimento disso?

O problema é o seguinte: uma vez substituídos aqueles homens que estavam ligados diretamente à Revolução de 1964, os grupos de oposição, já no Governo, procuram denegrir o trabalho dos que os antecederam.

Agora, não sei por que esses brasileiros que assim procedem, agem dessa forma, ou seja, puro "revanchismo". Os homens que governaram o Brasil, na fase revolucionária, procuraram dar o melhor de si para o desenvolvimento nacional, decisão elogiável, não resta dúvida alguma. A Revolução aconteceu forçada pelos próprios desmandos de homens irresponsáveis, muitos dos quais ainda estão por aí, fazendo parte do Governo atual. Eles foram agentes da baderna.

Na sua opinião, a Revolução cometeu erros? Se houve, quais foram eles?

Todo governo comete acertos e erros. Mas não poderia dizer "só cometeu erros". Citaria, como um deles, a sua duração por mais tempo que o necessário.

Outro problema muito grave foi justamente o que ocorreu no Governo Costa e Silva, a partir da edição do Ato Institucional Nº 5, relacionado com as cassações. Nós falamos em "revanchismo"; houve gente que se valeu daquele instrumento para vingança.

Quero citar um fato, para mostrar um pouco do que foi o General Costa e Silva, um soldado investido na Presidência da República, como aquele homem chefiou o processo revolucionário. Respondia pela Divisão de Informações e fui ao Palácio Laguna com processos de cassação de oficiais da Escola de Sargentos das Armas, para decisão do Ministro Costa e Silva. Os processos eram resultados de inquéritos feitos pela Comissão de Investigação Sumária. Havia outros mais.

O Ministro me recebe – eu levava o expediente de manhã – vê e suspira: "Mas Campello! Esses moços... o Exército precisa deles, eles não sabem de nada." Nessa hora, o assistente do Ministro entra em ação, influenciando, favoravelmente, pela cassação. Era um erro da Revolução. Mas, nesse instante, o Ministro afasta-se para atender um telefonema – naquela época não existia telefone sem fio. Aproveito, então, para admoestar o assistente: "Seu 'fulano' faça o favor de não se meter, de não meter o 'bedelho' aqui. O Ministro é o juiz, e eu sou o responsável pelo expediente que trago em mão. Você cale a boca."

O Ministro retorna e pergunta: "Campello, o que é que você acha? O Exército vai perder esses meninos, não gostaria de assinar isso. O que é que você acha?" Respondi: "Creio que o senhor tem toda a razão." E ele acabou não assinando. Esse é o papel do oficial de estado-maior. Acho que é importante registrar o fato que mostra a figura do Chefe General Costa e Silva.

O General Castello atuou da mesma maneira, porque, em algumas ocasiões em que o General Costa e Silva concordou com a cassação, o General Castello, na Presidência, "lá em cima", quando conhecia melhor os homens do que o Costa e Silva, não assinava.

Nessa questão, foram cometidos, com toda a certeza, alguns erros.

Outro ponto em que elementos ditos revolucionários foram além das suas atribuições diz respeito ao problema dos Centros de Operações de Defesa Interna/ Destacamentos de Operações de Informações (CODI/DOI). Eles não foram responsáveis; o erro foi colocar o Exército em missões de polícia, advindo com isso uma deterioração dos princípios morais de nosso pessoal, porque eles foram trabalhar com gente de outra formação. Foi um prejuízo para a oficialidade mais jovem.

E que até hoje tem repercussão.

Isso calou fundo, foi um erro nosso. Em outros aspectos, nos campos político, econômico, social etc., o saldo do período da Revolução foi mais do que positivo.

O senhor acha que as Forças Armadas tiraram proveito da situação?

Negativo!

O Exército sempre deu "a mão a cortar" e até hoje tem sido assim. Nunca exerci alguma função fora do Exército, nos meus quase 47 anos de serviço.

E dentro desse aspecto, na verdade se falava em máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança, então até fomos prejudicados.

E temos sido até hoje, porque muitos não entendem que as exigências da segurança precisam ser olhadas criteriosamente; o Brasil tem expressão, e não podemos ficar de braços cruzados. Os tempos passam, os fatos evoluem. Tivemos oportunidade de trabalhar com outros Exércitos, de andar fora do País, em missão, então concluímos sobre nossas necessidades. O Exército é um dos estamentos da nacionalidade, não podemos deixar isso à parte.

Nós somos avessos à comunicação social, como é que o senhor vê isso?

Isso seria um demérito, seria um engano, seria um erro, porque o Exército não deve recolher-se e permanecer no anonimato, como está acontecendo, isso é estultice. Aqui no Rio é diferente, mas em muitas guarnições sabe-se que o Exército é parte importante da vida local. Comandei, em Pelotas, a 8ª Brigada. O General Adalberto, Vice-Presidente da República, esteve lá e perguntou-me: "De onde é que você tirou tanta tropa? Respondi: "General, sou Comandante de uma Brigada, então, não posso trazê-la para apresentar-se e prestar continência ao senhor? A população de Pelotas nunca viu isso."

Passei lá um ano, quase dois, era absolutamente o "dono do lugar", e a Brigada executou duas manobras no terreno, com tiro real. O Grupo de Artilharia só fazia exercício de tiro lá no Norte do Estado, em São Jerônimo.

O Comandante da Brigada colocou a GU em Pinheiro Machado. Dois anos seguidos, duas manobras. Na primeira, 90% das espoletas do Grupo falharam. Por quê? Não eram utilizadas, não atiravam, a Região recolheu tudo. Mudou o Comandante e no outro ano veio a munição nova. O Comandante da Região chama o General: "Mas Campello, como é que acontece isso, você não tem gasolina? Não, eu tenho gasolina." E saiu outro exercício. O General Mourão comandava a Divisão.

Atiraram, todas as armas, tudo bonito. Então, o Exército pode atuar, tem que realizar seu trabalho, é disso que precisamos. Os grandes políticos nada faziam, vinham ao QG do General denunciar uns aos outros.

Então esclarecia: "Não estou aqui para fofoca, minha tarefa é comandar a Brigada, você vá reclamar isso lá na Prefeitura, ou com o Governador do Estado, não entro nesse negócio." Aproveito para lembrar que no dia 7 de Setembro, em Pelotas, Dom Chemello – religioso de alta hierarquia da Igreja – não quis rezar a missa da

Independência, que normalmente é celebrada, dizendo que "o Brasil não era um País independente". E ele está aí, Dom Chemello.

Essa é a parte da Igreja de passeata, os "progressistas"; esses homens são deletérios, mas estão aí.

Quanto às ações de guerrilha e terrorismo, quais foram as conseqüências? Qual era o objetivo desse pessoal? Recebiam apoio externo?

Acredito que havia apoio externo. Eram ações altamente prejudiciais ao Governo. Veja bem, no seqüestro do embaixador americano – eu era o E3 (Chefe da 3ª Seção, de Operações) do I Exército, na ocasião – o Governo foi desmoralizado, e esse era o objetivo deles.

Um detalhe interessante, para ver como são as coisas. Dentre os presos trocados por um dos embaixadores seqüestrados, estava um capitão. Servira no Batalhão de Guardas, onde assisti várias vezes aos exercícios de alarme em que ele atuava. Aquele homem dava serviço de permanência, com acesso à mesa do Chefe de Estado-Maior do I Exército. De repente, descobriram uma correspondência pessoal que o incriminava. Preso – era um camarada moreno, forte – veio aquele espanto: "mas como! aquele fulano!" Ninguém sabia de nada, veja o perigo.

É um fato real que pode ser comprovado. Não sei o seu nome, mas está registrado entre os elementos trocados, consta o capitão Fulano e ele deve estar por aí, porque foi anistiado, já voltou, passado o tempo. O que aconteceu em 1935, exatamente isso, pode acontecer a qualquer hora.

Eis uma razão para o cumprimento de uma medida de segurança sem afrouxamentos.

A Revolução cerceou a liberdade de tal modo que justificasse essa forma de atuar dos opositores ao regime? Havia falta de meios para questionar ou dialogar com o Governo, obrigando-os à luta armada?

Sofriam vigilância e controle, mas, através da imprensa, tinham voz – havia declarações da imprensa contrárias ao Governo, aqui e ali apareciam, pois a censura existente não era 100% efetiva. Recebiam recursos originados do exterior, essa é a verdade.

Creio que o surgimento de guerrilhas no País, as tais tentativas para criar "zonas liberadas", e aqui é preciso salientar a imensidão territorial brasileira como fator que favorecia a montagem das mesmas, foi um dos fatos que levaram à aprovação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). O Governo, para combatê-las, não poderia fazê-lo, vamos dizer, através do diálogo, que não convence a todos, talvez alguns,

os mais cordatos, mas aqueles que são fanáticos... Veja bem o que ocorre no mundo hoje. O fanatismo é algo que não tem limite.

O senhor acha que foi necessária a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)? E quanto aos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI)? Qual a sua opinião a respeito?

A destruição do Sistema Nacional de Informações é um crime.

A cadeia de informações do Exército, por exemplo, tem que funcionar, pois o comandante não pode tomar uma decisão sem estar bem informado. O desmoronamento do esquema governamental de Jango aconteceu porque eles estavam mal-informados.

Quanto aos DOI/CODI, embora com uma participação muito importante em momento extremamente difícil, houve uma expansão de ações indevidamente executadas. Eis um fato para ilustrar. Determinada manhã, cheguei ao Regimento Sampaio e encontrei o xadrez com muitos presos. Dentre os presos, não havia um soldado do Regimento. Soube que fora ordem do oficial de permanência da DI para que fossem recolhidos ao xadrez. Eram todos jovens, estudantes.

Conversei com eles e afirmavam que nada tinham feito. É sempre assim, afinal estão mal-orientados. Mas, deixá-los, ali, jogados no chão, eles ficariam revoltados pelo resto da vida. Falei com o Comandante da DI, General Castilho, já falecido, e ponderei a retirada dos presos, mencionando que a DI dispunha de uma Companhia de Polícia, o xadrez do Regimento não tinha condições para recebê-los e que não era conveniente mantê-los comigo. O General relutou um pouco, a princípio, mas acabou concordando e acionou a Companhia de Polícia para tomar providências.

Então, por tal razão, registro que, sem controle ou a assistência do comando superior, podem ocorrer excessos. E isso cala fundo.

Hoje, muito se fala em "anos de chumbo", "ditadura militar" etc. Fazem parte do "revanchismo"?

Não tenha dúvida e já está mais do que *demodé*. Acho isso falta de assunto, falta de argumento, porque em todos os países as crises existem, são vividas, passam e o país continua. São exemplos a Revolução Francesa e a Comunista. Agora, aqui, tudo lançam contra o Exército.

Pensamos, o sujeito vai dizer hoje que foi um crime a destruição do Arraial de Canudos, um genocídio. Querem reescrever a história, denegrindo aqueles que realmente construíram a nacionalidade. Está faltando à mocidade de hoje a educação moral e cívica, que antigamente, no ginásio, aprendíamos. No Exército,

incutimos esse espírito no nosso soldado. É o que está faltando, e o Brasil precisa desta mensagem.

A conjuntura internacional acelerou a "abertura"? Como o senhor analisaria a "abertura" do Governo Geisel? O Governo Figueiredo tinha condições de continuar?

O General Ernesto Geisel era um homem de grande inteligência, de grande visão. O então Coronel Ernesto Geisel foi meu chefe, fui adjunto dele na 2ª Divisão de Informações. Conheci-o muito bem, tive a honra de servir com ele, foi o último homem que me ensinou alguma coisa.

Ele estava certo, tinha que haver uma abertura, e na conjuntura internacional no concerto das nações, o Brasil estava sendo prejudicado.

Então era necessária – lenta, gradual e segura – para permitir que se voltasse ao *status* anterior, mas não àquele processo de corrupção que precedeu a Revolução.

Foram homens, inclusive, que saíram do Governo como tinham entrado, você não aponta nenhum deles numa CPI –Comissão Parlamentar de Inquérito – nenhum.

Todos saíram pobres.

Pois é. Permitam-me contar aqui um pouco da minha vida, porque vivi junto com eles.

Quando terminei a Escola Superior de Guerra, depois do Comando da Brigada, colocaram-me como Diretor do Pessoal Civil. Na Diretoria, aprendi muito. Recordo-me de que, certa vez, fiz um expediente para recompletamento de pessoal civil, e no estudo que foi realizado na Diretoria, examinamos a possibilidade de nomear, para determinadas funções, ainda que não na quantidade de que precisávamos.

Descobrimos que existiam recursos, inclusive, que o Exército não estava utilizando. E o estudo bateu "na mão" do Ministro – outro homem de quem não falei, o General Frota, um Chefe que deve ser citado, porque, também, soldado, chefe e líder. O Ministro impedido por um problema que não vem ao caso, fez com que o expediente fosse levado pelo seu assistente para o Presidente despachar.

Só para não ficar a dúvida, o problema foi do Frota com o Geisel, não é?

Exatamente.

A discordância.

O General Frota desentendera-se com o Presidente, e então não comparecia ao despacho. O coronel que levou o expediente está aí, é membro do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército. O Presidente da República, General Ernesto Geisel, perguntou: "Quem é que fez isso?" O assistente do Presidente da República, General Hugo Abreu, informou: "Foi o General Campello."

O Presidente despachou: “Aprovo” e lá estava o despacho no canto superior direito do ofício com a assinatura – E. Geisel.

O Ministro do Exército tinha me dito que não adiantaria, que não iria acontecer nada, porque o Presidente não assinaria, e eu insisti. Mas o General Geisel conhecia bem o Exército e seus oficiais.

Quando o expediente voltou, aprovado, o Ministro me chamou, e perguntou: “Mas Campello, como é que conseguimos isso?” Respondi: “General, o senhor tem ou não tem um chefe, um Diretor de Pessoal Civil? Porque nós estamos aqui para ajudá-lo, para trabalhar, está aí o resultado.”

General, com a queda do Muro de Berlim acabou o comunismo, ou qual é a situação do comunismo no atual contexto?

Uma ideologia, uma idéia, não se funde ou termina, permanece, pois há sempre seus fanáticos seguidores. Os problemas internos, na União Soviética, chegaram a um tal ponto que o comunismo faliu, econômica e politicamente. Apesar das mudanças de seus líderes, aquela gente toda – eles não puderam sustentá-los. Mas o comunismo em si, a idéia, esta não morreu, porque existem os doutrinados e ainda há outros iludidos com a política, em circunstâncias diversas.

As pesquisas de opinião têm mostrado o Exército numa posição importante, prevalecendo até sobre outras Instituições, mais de 80% de aprovação. Qual a sua opinião a respeito?

Vejo isso como natural, é o reconhecimento do trabalho que o Exército está fazendo e sempre fez. É pena que não possa ser maior, pelas dificuldades econômicas existentes, pelas possibilidades diminutas de incorporação de determinados cidadãos, que só teriam a lucrar com o serviço militar.

General, a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

O que eu tenho a dizer é que procurei responder às indagações com a maior sinceridade possível, e peço até que me desculpem se em algumas coisas fui prolixo, ao relatar determinados fatos.

Durante o meu tempo de serviço ao Exército, tive a maior felicidade na carreira profissional, e recebi o apreço de todos esses chefes aqui citados, com os quais convivi nessas ocorrências. E, como militar, orgulho-me de ter com eles trabalhado e servido, antes, durante e depois da Revolução, até a minha passagem para a reserva, em cumprimento de lei. Por isso, do Exército só tenho boas impres-

sões, pela vivência e amigos que fiz dentre os que comandei e que, vez por outra, ainda os encontro. E fui um homem de guerra...

5ª Companhia do "Sampaio".

Pois é, a 5ª Companhia do Sampaio.

Certa vez disse ao General Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior: "Aqui dentro há um major que é filho do meu cabo motorista na FEB. E ele disse: "Como, General? Mas que bonito vou mandar chamar o major!" E esse é o nosso Exército.

Pois isso é a felicidade! Guardo a mensagem que recebi daqueles com quem convivi e trabalhei, pois muito me ajudaram e não posso esquecer a vivência na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e em outras paragens de nosso Brasil; o Batalhão Suez, na Península do Sinai; e, em Washington como Chefe da Comissão Militar Brasileira.

É preciso que se relate com franqueza aquilo que se fez, sem querer deprimir ou assacar coisas contra os que já passaram, porque erros sempre ocorrerão. Afinal, todos trabalharam visando ao bem do Brasil e tenho a satisfação de ter com eles servido e colaborado.

General-de-Brigada Cid de Goffredo Fonseca

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Exerceu a função de instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), na Cadeira de Geografia Política e Econômica, e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); comandou o Colégio Militar de Belo Horizonte; a 2ª Brigada Mista (Corumbá – MS); a 11ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas – SP) e, na reserva, chefiou a Agência do Serviço Nacional de Informação (SNI) em Belo Horizonte (MG).
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra. No exterior, cursou, em Fort Leavenworth (EUA), o "Command and General Staff College".
- Em 1964, era estagiário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), servindo no Comando da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora.

Entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2000.

É com muito prazer que participo deste Projeto, porquanto me sinto, de certa forma, orgulhoso por ter tomado parte no desembocar da Revolução de 31 de Março de 1964, de uma forma muito efetiva, já que, na oportunidade, servia em Juiz de Fora.

Lamento não ter possibilidade de reproduzir com fidelidade todos os acontecimentos vividos naquela ocasião, porque já se vão mais de 36 anos, o que pode explicar alguma falha de memória.

Que fatos o senhor gostaria de registrar, relacionados aos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, à sua eclosão, e depois às suas conseqüências?

Quero referir-me, inicialmente, ao ano de 1963, quando cursava o terceiro ano da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME). Naquela oportunidade, a Escola nos transmitia conhecimentos sobre guerra revolucionária e seus diversos estágios, conforme se desenvolviam no Brasil. Assim, conscientes da situação que vivíamos no País, acompanhávamos, exatamente, a condução do processo revolucionário comunista que estava sendo implantado.

Terminado o curso da ECEME, fui classificado em Juiz de Fora, na 4ª Região Militar (RM), no Quartel-General (QG). Apresentei-me no dia 5 de março de 1964, isto é, muito próximo do início da Revolução, e logo participei de uma manobra de quadros no Sul de Minas. Estranhei o fato de caber a dois estagiários, eu e o Major Ari Capella, a organização de, praticamente, todo o exercício, criando os incidentes que seriam desencadeados.

Entretanto, é que estávamos nas vésperas da Revolução e a execução da manobra visava, também, ao reconhecimento do eixo Belo Horizonte-São Paulo e à realização de contatos com os comandantes de organizações militares daquela região. A manobra terminou no dia 22 ou 23 de março. Antes de 31 de março iríamos passar, ainda, por algumas experiências muito interessantes.

No primeiro domingo de folga, viajei com minha mulher e filhos. Fomos a Barbacena, cidade de grata recordação para minha família: minha mãe fora criada lá, meu avô era professor do Colégio Militar de Barbacena, época em que minha mãe era mocinha; por isso queria rever a cidade de que minha mãe tanto gostava.

Procurei uma fazenda de cultivo de flores – Barbacena é conhecida pelas plantações e pelas flores – e fomos a uma, chamada Três Marias, cujas proprietárias eram três senhoras. Chegamos à sede da fazenda, batemos palmas, e uma delas nos atendeu muito gentilmente: "O senhor está vindo numa época muito ruim, estamos vivendo um momento de crise, o mato está tomando conta da fazenda, o meu capataz internou-se na floresta, porque disse que não quer ser comunista, e todo mundo vai ser comunista! Estamos envidando todos os esforços para buscá-lo. Mas o culpado

disso, meu senhor – disse ela para mim, sem saber da minha identidade – é o Exército Brasileiro que não dá um jeito nesse País." Ficamos, então, ouvindo aquela recriminação ao Exército que não tomava uma atitude, com relação àqueles acontecimentos.

Voltamos a Juiz de Fora e, no dia seguinte, ao passar pela praça principal, eram 7 ou 8h da noite, vi uma concentração humana, com tochas acesas, rezando, de uma forma muito emocionante, para a salvação do País.

Dois dias depois, Leonel Brizola iria fazer uma palestra num cinema de Juiz de Fora, e a população toda estava indignada, não queria de forma nenhuma a presença daquele cidadão. O que fez o General Mourão, que era o Comandante da 4ª RM? Simplesmente colocou-nos de prontidão, para que não houvesse nenhuma conotação, nenhuma participação do Exército naquele evento.

E, assim foi. A população civil "correu" com o Brizola e não o deixou falar. Seguiu-se a Semana Santa, aquele ambiente ainda extremamente conturbado, mas perguntei ao Chefe do Estado-Maior:

– Coronel, dá para eu ir ao Rio de Janeiro?

– Pode ir, não tem problema nenhum – respondeu-me.

Dessa forma, viajei, a fim de passar a Semana Santa no Rio de Janeiro. Saí de lá na noite de segunda-feira, dia 30 de março, em que houve a reunião de João Goulart com os cabos e soldados, no Automóvel Clube do Brasil.

Nessa oportunidade, estava na casa do meu sogro. Quando acabou a reunião, acordei a minha mulher e meus filhos, peguei o carro e voltei rapidamente para Juiz de Fora, porque, depois daquilo, ninguém mais podia esperar outra coisa, a não ser a nossa revolta contra a tal sucessão de ignomínias.

Cheguei à casa por volta das seis ou sete horas da manhã, uniformizei-me, fui para o quartel, e já tínhamos começado a Revolução. O General Mourão explicou-me o que estava havendo, e me mandou para a 3ª Seção do Estado-Maior, onde fiquei poucas horas, porque, logo depois, o próprio General Mourão disse-me: "Cid, você vai para o Destacamento Tiradentes, com destino ao Rio de Janeiro, vai integrar o Estado-Maior do Destacamento."

Lá pelas quatro horas da tarde, mais ou menos, já nos encontrávamos com todo o dispositivo pronto, o Esquadrão na estrada, deslocando-se em direção ao Rio de Janeiro, fazendo a vanguarda, quando dirigi-me ao gabinete do General Mourão, a chamado dele. Nesse momento, o telefone tocou e o Major Antônio Cúrcio Neto, que era o assistente do General, atendeu e disse: "É o General Castello." O General Mourão atendeu, e pelo que pude deduzir, do que ouvi, informava ao General Castello que não podia mais retornar, que já estava com a tropa toda na rua, e não havia mais nenhuma possibilidade de voltar atrás.

Parece-me que o General Castello insistia que tinha havido uma precipitação, vamos dizer assim, ou um adiantamento em relação à hora de começar o Movimento; foi isso que percebi da conversa do General Mourão com o General Castello Branco.

Logo após, chegou o General Muricy, do Rio de Janeiro, acompanhado do Tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde veio a ser o Ministro do Exército. Vieram, também, o Tenente-Coronel Heitor de Caracas Linhares e o Major Alísio Sebastião Mendes Vaz que compunham – vamos dizer assim – o seu Estado-Maior.

A preocupação inicial que percebi no General Muricy, com relação ao nosso eixo de atuação para o Rio de Janeiro, era a possibilidade de uma intervenção da tropa que viesse de São Paulo, na região de Três Rios, utilizando para tal a ligação que passa por Volta Redonda e vai atingir a Rodovia Presidente Dutra. Havia a intenção de fazer a cobertura em face dessa direção.

No fim da tarde de 31 de março, o General Muricy se deslocou com a tropa, pela estrada, em direção ao Rio de Janeiro, e determinou que eu permanecesse em Juiz de Fora, para receber um Batalhão, do 12º RI que estava vindo de Belo Horizonte para Juiz de Fora.

Esse batalhão chegou por volta de nove horas da noite, mais ou menos, um pouco desequipado, despreparado, pois, na verdade, estávamos vivendo o início da instrução militar. Veio sem armas coletivas, só armamento individual; tivemos dificuldade também para alimentar a tropa. Ainda providenciei a distribuição de metralhadoras, morteiros e munição, recebidos do Depósito Regional de Armamento. Surgiu um problema de abastecimento, porque as viaturas vieram com os tanques vazios e verifiquei que o rendimento de uma bomba de gasolina civil era extremamente pequeno para uma operação militar – um conta-gotas reduzido.

Lá pelas duas horas da madrugada o batalhão deslocou-se, para reforçar as tropas comandadas pelo General Muricy, que desciam em direção ao Rio de Janeiro, e eu também segui para integrar-me ao Destacamento.

O primeiro contato do Destacamento foi com o Batalhão de Petrópolis – esse eu não vivi, porque estava na preparação do batalhão do 12º RI. O encontro que presenciei foi com um batalhão do Regimento Sampaio, comandado, na época, pelo Coronel Raimundo.

Ele vinha formando um grupamento tático, com um Grupo 105 do Regimento Floriano, da Vila Militar.

Nesta oportunidade – vivi esse problema – conseguimos colocar o Marechal Denys, que já se encontrava em Juiz de Fora, no QG, sabendo da presença do Regimento Sampaio, diante de nós, em comunicação com o Coronel Raimundo,

Comandante da Unidade, pelo Seletivo da Central do Brasil. O Marechal Denys manteve um contato importantíssimo com o Coronel Raimundo: “Raimundinho, venha para o nosso lado!” E o Coronel passou para cá, integrando-se ao nosso grupamento. O Coronel Raimundo havia sido Assistente-Secretário do Marechal, pelo qual tinha um especial apreço e admiração.

O Grupo do Regimento Floriano quis voltar, não quis incorporar-se à tropa, mas, nesse momento, o General Muricy agiu com muita rapidez, colocou um caminhão interceptando a estrada, e o Grupo permaneceu conosco.

O Destacamento prosseguiu sua marcha e, algum tempo depois, fizemos contato com um batalhão do 2º Regimento de Infantaria e um Grupo de Artilharia, possivelmente o outro Grupo do Regimento Floriano. Estas Unidades, realmente, se desdobraram à nossa frente, ocuparam posições, armas coletivas e tudo mais. Estava chefiando o Grupamento Tático (GT) oponente o General Cunha Mello.

Houve conversações entre o Estado-Maior dele e o nosso, mas acredito que, àquela altura dos acontecimentos, o fator decisivo foi a própria renúncia do Comandante do I Exército e ministro interino. Vivíamos a tarde de 1º de abril.

Nessa altura, o 2º Regimento de Infantaria ou um dos seus batalhões – não estou bem certo – entrou em forma e voltou para o Rio, não se alinhou conosco, bem como o outro Grupo do Floriano. Nós prosseguimos.

Quando chegamos à altura da entrada de Petrópolis, onde há, até hoje, um monumento de uma carruagem, o General Muricy ordenou: “Cid, você vai ficar aqui e mande um GT para lá, outro GT para cá, e outro GT para acolá”. Eu, como o mais moderno do Estado-Maior, era o recebedor de ordens diretas; os três GTs nossos eram à base dos três regimentos de Infantaria da 4ª RM/DI, o 10º, o 11º, e o 12º.

Já eram cerca de dez horas da noite, chovia, eu me encontrava até desprevenido, porque estava sem nenhum agasalho, mas fiquei no cruzamento fazendo a distribuição da tropa.

Naquele momento, um civil chegou-se a mim e disse:

– Major, posso ajudá-lo?

– Como?

– Estou com aquele carro ali - era um Willman, um carrinho pequenininho da época.

– Aceito e muito obrigado.

E o cidadão ficou do meu lado, como meu motorista, com a sua “viatura”, o Willman.

O General Muricy tinha ido para Petrópolis, dormir em um hotel, cujo nome me informou. Mais ou menos às onze horas da noite, chegam o General Mourão e

sua mulher D. Maria, no carro dele, com o motorista; acompanhava-o um cidadão, mais tarde, ministro do Supremo Tribunal Federal.

Ministro Neder.

Isso mesmo. Vinham, também, os majores Cúrcio Neto e Moraes. O General Mourão indagou:

– Cid, onde está o General Muricy?

– O General Muricy está em Petrópolis, no hotel.

– E onde está a tropa?

– Estamos com um GT em "tal" lugar, o outro em "tal" lugar e o terceiro em "tal" lugar.

– Ordem para o General Muricy: descer com a tropa agora, com a "testa" no gasômetro.

– Sim senhor.

A bordo do Willman, fomos para o hotel em Petrópolis. O General Muricy não estava dormindo, transmiti a decisão do General Mourão e voltei para dar as ordens para os grupamentos táticos. Começamos a descer a serra, de madrugada, chovendo, com um material muito usado, era o que tínhamos na época; o nosso Grupo de Artilharia, de Juiz de Fora, o 4º RO 105, seus caminhões eram todos da guerra, e é bom não esquecer que as estradas eram as da época, e não as de hoje.

Não eram as estradas que a Revolução construiu, transformando completamente as rodovias em todo o País.

Desci a serra no carro do Prefeito de Juiz de Fora, que já vinha transportando o General Muricy e o seu Estado-Maior: Tenente-Coronel Walter Pires, Tenente-Coronel Linhares e Major Alísio Mendes Vaz.

Havia necessidade de o General Muricy encontrar-se com o General Mourão, antes da chegada ao Rio de Janeiro e, por isso, descemos a serra a toda velocidade; conseguimos encontrar o carro do General Mourão mais ou menos na altura da Refinaria de Duque de Caxias; fizemos sinal, ele parou a viatura, e os dois ficaram conversando, mas não cheguei a ouvir o que falavam.

Em seguida, entramos novamente no veículo e continuamos. O rádio do carro anunciava o nome do Comandante Supremo das Forças Armadas e do novo Comandante do I Exército, atual Comando Militar do Leste. Quando chegamos em frente ao Gasômetro, o General Muricy determinou: "Cid, salta aqui e espera o Destacamento Tiradentes."

Provavelmente, em torno de quatro horas da madrugada. Trocavam tiros naquela região do Cais do Porto, e eu saltei, com o "meu 38" e meu anjo da guarda, em frente a um quartel do Corpo de Bombeiros, onde, hoje, está a Estação Rodoviária Novo Rio.

Cheguei ao quartel, mandei chamar o oficial de dia, que veio um pouco assustado. Expliquei o que estava fazendo ali, e ficamos esperando que o Destacamento Tiradentes chegasse.

O General Muricy e o General Mourão seguiram para o Quartel-General. O que ocorreu lá, não fui testemunha, nem tomei conhecimento. Lá pelas cinco e meia da manhã, apareceu no quartel do Corpo de Bombeiros, o Governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Pouco nos falamos, ele estava procurando ler os jornais e, nessa ocasião, ofereceu o Maracanã, para estacionamento do nosso Destacamento.

Aproximadamente às sete e meia da manhã, começou a chegar o Destacamento Tiradentes. A testa parou à altura do Gasômetro, ocupando toda a Avenida Brasil, porque o Destacamento era relativamente grande: composto de três regimentos de Minas Gerais e o 1º Regimento de Infantaria, também já incorporado, além de mais dois ou três batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais e um dos Grupos do Floriano. Ali ficamos até que recebemos ordem de nos deslocar para o Maracanã, onde fizemos uma defesa circular – como não podia deixar de ser, porque o Maracanã o exigia e atribuímos um setor a cada Unidade.

O momento político era realmente muito tenso. Tanto o General Mourão quanto o General Muricy, praticamente, ficaram no Quartel-General e houve uma hora, nesse dia 2 de abril, em que eu era o único oficial, do comando do Destacamento, presente. Os boatos eram intensos, de luta, de conflitos, e motivados pelos mesmos chegavam a meu conhecimento, a todo instante, solicitações de envio de tropas. São exemplos o Colégio Militar do Rio de Janeiro, querendo que mandássemos uma tropa para proteger o Colégio, "que seria atacado por não sei quem", depois, a Escola de Comando e Estado-Maior que queria uma tropa para proteger a Escola, "porque os fuzileiros iriam atacar" etc. e, ainda, o general que tinha ficado como Chefe de Estado-Maior do I Exército me pediu um batalhão, para ser colocado dentro do prédio do Quartel-General. E eu sem autoridade para atender a coisa alguma. Aí, foi quando chegou o Comandante do 12º RI – Coronel Dióscoro Vale – coronel antigo, com curso de Estado-Maior, comandante de uma Unidade que recebeu a incumbência de impedir a saída de tropas para missões fora do Maracanã.

Os dias que passamos no Maracanã foram de muitas visitas de autoridades.

E a logística, como funcionou?

Não me lembro qual a Unidade que nos atendeu lá no Maracanã, mas sei que comida não faltou, e não éramos tão poucos, constituíamos um "senhor" grupamento. Numa daquelas manhãs, recebemos a visita do Governador de Minas

Gerais, Magalhães Pinto, que veio abraçar-nos, muito contente com o sucesso da Revolução, e tivemos oportunidade de conversar durante uns 15 minutos.

Finalmente, voltamos para Juiz de Fora, e o regresso foi realmente consagrador. Em todos os lugares, por todas as pequenas cidades e vilas por que passamos, a tropa era recebida com flores, música, com alegria extraordinária, de toda a população brasileira. Quer dizer: o Brasil sentia-se, naquele momento, pelo menos por parte da população civil, aliviado das incertezas que havia sofrido.

Era um desassossego permanente. Greves, anarquia, invasões de terras, o cais do porto não sossegava, greves umas em cima das outras; Santos, por exemplo, não trabalhou mais.

Um desassossego permanente, incitado ou com o apoio do próprio Governo.

E vieram, mais tarde, os governos com presidentes militares. Tivemos o fantástico Governo do Marechal Castello, que restabeleceu a ordem e permitiu a recuperação do País, de tal modo que a economia crescesse e se fizessem as reformas fundamentais de que a Nação necessitava. É muito difícil formar uma equipe de governo como a do Marechal Castello, ou seja, gente de alto nível.

O Marechal Castello, com a sua postura única, correto, conferiu dignidade ao Governo, de que andávamos, há muito, necessitados.

Restaurou a autoridade, que sucumbira completamente.

Em 1963, um amigo, o General Albino Silva, foi meu vizinho na Vila Militar, quando era Coronel Chefe do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria. A minha mulher e a Dona Sílvia, esposa do Coronel Albino Silva, se deram muito bem, fizemos uma grande amizade.

O General ocupava o cargo de presidente da Petrobrás, desde outubro de 1963, e já não o via há muitos anos. Após sua saída da Vila Militar, tinha ido para o gabinete da Presidência, onde fora Chefe da Casa Militar. Um dia, passando pela antiga sede da Petrobrás, na Praça Pio X, pensei: "Vou tentar dar um abraço no General Albino Silva, meu amigo" – eu gostava muito dele – e fui ao gabinete. Para surpresa minha, atendido imediatamente, ele me relatou a situação de terror que estava vivendo dentro da Petrobrás, com os comunistas se assenhoreando de tudo. Mas o interessante foi que afirmou: "A revolução vem aí, não há mais condições de se permanecer nesse estado de total desagregação e anarquia"; entretanto, ele imaginava que ocorreria grave conflito; como eu, também, acreditava na deflagração do Movimento.

Inclusive, durante o nosso deslocamento, tomei uma série de medidas para proteção da tropa, ou seja: desembarque dos passageiros e retirada dos ônibus da estrada, a fim de liberar a rodovia. Fizemos tudo o que nos ensinaram em operações. Eu

achava que acabaríamos combatendo; os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) sobrevoaram a nossa tropa repetidas vezes, numa delas soltando folhetos, mas não saiu disso.

Esses folhetos eram contra o Movimento?

Eram contra, sugerindo que os militares sofreriam as conseqüências e pediam para que as mulheres fizessem os maridos voltarem e deixassem de reagir contra o Governo.

Depois da Revolução, o General Guedes ficou no comando da 4ª RM e o General Mourão, após ter sido promovido a general-de-exército, pelo Congresso Nacional, foi comandar o IV Exército, no Nordeste.

Um dia, conversando com o General Guedes, ele falou, brincando comigo:

– Cid, você então achava que ia haver guerra?

– Sim senhor, achava.

– Nada disso, Cid, era só dizer "uuu" e eles todos sairiam correndo.

E foi o que aconteceu, fizemos "uuu" e toda aquela canalha comunista saiu correndo, com o "rabo entre as pernas", desesperada. Se houve certa resistência ao Movimento, por parte de alguns do nosso grupo, foi mais por submissão à legalidade, à Constituição, sentimento que temos arraigado dentro de nós, influindo na tomada de uma atitude extrema, como a do Movimento de 31 de Março de 1964.

Após o Governo Castello, seguiram-se outros governos revolucionários, com extremo sucesso; desfrutávamos de parte da população uma aceitação muito grande, porque os acertos foram inúmeros e não havia desemprego.

O Brasil, antes de 1964, estava, realmente, muito atrasado. Realizamos, indubitavelmente, um progresso muito grande, crescemos em todos os sentidos, em todos os setores, como nas comunicações, por exemplo. Para lembrar, a ligação telefônica entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro levava de quatro horas a dois dias, e assim mesmo era preciso ir à estação telefônica para ligar, porque pouquíssimos possuíam telefone no domicílio. O impacto, também, na educação – a ampliação do ensino universitário – foi uma coisa extraordinária, bem como nos transportes e em todos os demais campos de atividades, que experimentaram um crescimento impressionante.

No momento, porém, estamos vivendo o "revanchismo" dos perdedores, que lutam desesperadamente para que o silêncio seja total a respeito das marcantes realizações da Revolução.

E onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

A identificação dessas raízes é muito difícil. Vivemos, depois de 1945, com a volta da Força Expedicionária Brasileira (FEB), momentos de busca de uma real

democracia no País, sem falar nos movimentos anteriores, de 1922, 1924 e 1930, que marcaram a nossa História. A Intentona Comunista de 1935 deixou cicatrizes inapagáveis, também, pela covardia dos seqüestradores de Luís Carlos Prestes.

Mas a coisa começa, realmente, na volta da FEB e a queda do Getúlio, como conseqüência. Procurava-se um governo moralizado; apareceu o Brigadeiro Eduardo Gomes, mas ele foi derrotado, e os insatisfeitos com a derrota passaram a "ruminar" aquela frustração, até que Juscelino Kubitschek foi eleito, com a participação do grupo com o qual não concordávamos.

Posteriormente, houve a eleição de Jânio Quadros, como uma esperança nacional. Com a dele, a de João Goulart, como contrapeso, para o cargo de vice. Em seguida, tivemos a renúncia do Jânio.

Com uma votação expressiva, era o "homem da vassoura", que ia acabar com a corrupção...

Renunciou inesperadamente, ensejando a vinda de João Goulart – que havia sido mandado pelo Jânio Quadros para a China, com o intuito de, na sua ausência, reassumir como ditador –, mas os ministros militares não permitiram. Na esteira de João Goulart veio o plebiscito, que trouxe o presidencialismo de volta e, mais uma vez, todos nos sentimos enganados. Tudo isso foi se acumulando. O movimento sindical brasileiro, daquela época, era da pior espécie, repleto de pelegos vinculados ao Presidente da República, suscitando greves que se sucediam, não deixando o País trabalhar.

Havia a subversão de base e, também, de cúpula.

As raízes, portanto, vêm de longe, mas os fatos, a partir de 1961, levaram a maioria do povo brasileiro, inclusive a Imprensa, a sinalizar claramente para as Forças Armadas que aquela situação não poderia perdurar.

A guerra fria influiu nisso tudo, uma vez que havia uma bipolaridade?

Não tenho dúvida, porque a Rússia e a China fizeram, não só muita propaganda dentro do País, como investiram uma enorme quantidade de dinheiro nos movimentos, aparentemente populares, voltados, no entanto, para a tomada do Poder. Vivemos, no Brasil, uma atuação acentuada e permanente do Movimento Comunista Internacional, o MCI.

Havia realmente um clima de insatisfação contra o Governo deposto?

Sim. Houve uma espécie de alívio nacional, após o Movimento de 31 de Março. Não há dúvida de que, tentando consertar o Governo, contrariamos alguns interesses, mas a Nação inteira respirava com um período de extrema felicidade, e de progresso, com inflação controlada e trabalho para todo mundo.

O crescimento em termo de faculdades e universidades, também, foi muito grande, em conjunto com a iniciativa privada. Abriu-se a possibilidade do ensino superior, antes um sonho longínquo, para muita gente, que, na verdade, pôde participar dessa nova realidade.

Hoje, vamos à Zona Norte, aos subúrbios e à periferia do Rio de Janeiro, e encontramos vários centros universitários, criados naquela época de fé no Brasil e de bem-estar, na época do saudoso Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e, depois, seu Comandante – General Rubens Ludwig –, como Ministro da Educação.

O "Rubão" realmente fez um trabalho magnífico no Ministério da Educação.

Recordo-me do "inimigo", sempre presente, questionando: "O senhor estaria no lugar certo?" – falando para o Rubão – "um general na Educação?" Ele retrucou: "Meu caro, comandei a Academia Militar das Agulhas Negras, aquilo não é só uma Academia, é uma cidade acadêmica, lidando diuturnamente com diferentes problemas de Educação; apenas alarguei o horizonte, agora vendo a Educação global do Brasil, mas lá está o modelo que vai me permitir, sem dúvida, o sucesso." O Rubão era inteligentíssimo, uma liderança. O homem escolhido, a dedo, para a Educação.

É, foi verdade. Realizou um grande trabalho na área da Educação.

O senhor pode dizer alguma coisa sobre as "Ligas Camponesas" e o "grupo dos onze"?

Não saí do Exército um minuto, permaneci na Força durante todo o tempo. Com relação ao "grupo dos onze" só sei o que o noticiário publicava, porque a mim não afetou nada, devido ao meu trabalho no quartel. Eram grupos armados, instituídos pelo Brizola para apoiar a revolução comunista e amedrontar os vacilantes, mas não conseguiram nenhum sucesso. Quanto às "Ligas Camponesas", foram muito mais atuantes, principalmente, no Nordeste.

O que se passava no quartel onde o senhor servia? Procurou-se criar uma cisão dentro das Forças Armadas?

Desculpe a expressão, mas "eles caíram do cavalo", porque não houve a menor cisão dentro do Exército, se um ou outro companheiro relutou, foi por aquele espírito de legalidade, de forma nenhuma por ideologia. Naturalmente que, dentro do Exército Brasileiro, dentro das Forças Armadas, existiam os elementos de esquerda, os comunistas, mas eles se esconderam.

Naquela oportunidade, dentro de toda a 4ª RM, a única cisão que tivemos foi a da banda de música do 11º Regimento, de São João del Rey, que se negou a cumprir ordens, no primeiro momento, já que estava bem infiltrada por aqueles elementos.

Havia então, realmente, um movimento de cunho comunista em andamento pelo País, incitado, inclusive, pela cúpula?

Conhecemos as palavras de Luís Carlos Prestes afirmando que eles tinham o Governo, só faltava o Poder.

E os sindicatos, e aquelas organizações esquerdistas, como se portaram após o surgimento da Revolução?

O exemplo mais frisante que tenho foi o depoimento de um comunista, que tinha sido infiltrado nas minas de ouro de Morro Velho; em suas declarações, disse que, durante dez anos de catequese, tinha conseguido quatro adesões, o operário brasileiro não queria nada com ele.

Nos inquéritos após a Revolução, só viemos a descobrir alguma coisa efetiva dentro da Igreja, onde padres comunistas infiltrados faziam um trabalho de catequese muito grande. Nas universidades, pouca coisa, principalmente na Universidade de Juiz de Fora, onde fiz um inquérito depois da Revolução. A subversão mesmo, em termos de estudantes, estava na União Nacional dos Estudantes (UNE) e em determinadas faculdades no Rio e em São Paulo.

Quais os principais líderes civis e militares no Movimento de 31 de Março de 1964?

Posso dizer, com alguma autoridade, que o General Olympio Mourão Filho foi o grande chefe, de uma coragem e de uma determinação muito grandes, antecipando exatamente tudo o que iria acontecer; dessa forma, conseguiu congregar em volta dele toda a tropa, e a sua precipitação, segundo o próprio Marechal Castello, foi muito benéfica.

O primeiro apoio que recebemos veio do IV Exército, do General Justino Alves Bastos.

Foi o primeiro a aderir, com a tropa toda "na mão", prendendo o Arraes e dominando com extrema tranqüilidade todo aquele "barril de pólvora" que era o Nordeste.

O outro chefe militar com o qual convivi foi o General Carlos Luís Guedes, também decididamente revolucionário, sabendo exatamente o que fazer. Essa foi a minha experiência.

E o senhor citou o Marechal Denys, que foi para lá.

O Marechal Denys também esteve presente, desde a primeira hora. A sua contribuição foi importante.

O nosso Movimento foi exclusivamente interno ou houve alguma ajuda externa?

Não posso responder a essa pergunta, por desconhecer qualquer outra ligação que possa ter havido. Pelo menos nunca ouvi falar em nada disso, nas operações, ou na preparação, ou mesmo na ECEME.

Aí, vale muito a palavra do General Meira Mattos, com todo o seu conhecimento – era Coronel Comandante de Unidade quando da eclosão da Revolução, foi parar em Brasília, com a sua tropa, e depois foi até interventor em Goiás, homem, que desde a guerra, era ligado aos americanos e ao General Vernon Walters, que fora oficial de ligação americano à alta cúpula da FEB e ao seu comandante, o inesquecível Marechal Mascarenhas de Moraes. Segundo Meira Matos, Vernon Walters, à época da Revolução Adido Militar no Brasil, falou que assistiu, acompanhou, mas não teve nenhuma interferência, nem os Estados Unidos. Esse negócio, de que a "esquadra americana estava ao largo" etc., não houve, embora os Estados Unidos tivessem que ficar atentos a qualquer acontecimento, não houve nenhuma interferência.

É verdade.

Como é que o senhor viu o desmoronamento do esquema militar do Assis Brasil, que daria apoio ao João Goulart?

Desmoronou, porque era baseado numa falácia, numa mentira muito grande, deslavada.

Vou contar um fato muito interessante: na reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, o João Goulart se sentiu mal e o General Assis Brasil mandou vir uma ambulância, onde estava um médico amigo meu. Por volta das onze horas da noite, estacionou a ambulância na porta do Automóvel Clube do Brasil, que estava um deserto.

Atendeu o Presidente João Goulart, que perguntou ao Assis Brasil:

– Como é que está a coisa?

– Aí fora há um comício a nosso favor - respondeu o Assis Brasil.

Não havia ninguém, era mentira cínica, e esse caso veio confirmar aquela afirmação do General Guedes, quando me disse que era só fazer "uuu" que todos sairiam correndo.

O senhor gostaria de acrescentar algo sobre o aspecto "chefia e liderança"?

Só acrescentar um fato muito significativo: o Comandante do Regimento de Juiz de Fora tinha passado o comando dois ou três dias antes e o Subcomandante declarou-se contrário ao Movimento. Então, o Regimento, no dia 31 de março, estava sem comando; a solução foi dada pelo Tenente-Coronel Everaldo José da Silva – mais tarde general, já falecido – eu vi, fui testemunha, do que ele disse: "Vou assumir o comando do Regimento." E ele, Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, adentrou o quartel do 10º, colocou a Unidade em forma e saiu com ela para o Rio de Janeiro. Foi uma das demonstrações inequívocas de liderança. Tratava-se de um tenente-coronel

de Infantaria, do Estado-Maior da 4ª RM, não tinha nada com o Regimento, entrou lá e toda a Unidade o acompanhou. Isso é liderança.

E os cadetes da AMAN, qual a sua opinião a respeito do emprego deles pelo General Médici?

Não participei, pois nessa oportunidade encontrava-me em Juiz de Fora, mas para nós foi decisivo, porque a Academia tomou posição, logo tudo muda de figura. A Academia, para nós, é sagrada.

O Exército lhe dedica todo o afeto e respeito.

A Revolução robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas?

Creio que sim. Mesmo porque, naqueles momentos que antecederam à Revolução, a Marinha de Guerra do Brasil encontrava-se num estado lamentável.

O 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

Não, acredito que não, se houvesse ideologia seria a anticomunista.

Anticomunista, exatamente, defesa da democracia e da liberdade.

É exatamente esse o meu ponto de vista.

E a mídia, na época, apoiou o Movimento?

Completamente, talvez com exceção de algum jornal, como a *Última Hora*. Mas *O Globo* teve uma participação a nosso favor, como também o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, que eram os jornais mais importantes do Rio, na época; a imprensa estava toda a nosso favor. No momento, os esquerdistas, que representam a quase totalidade da Imprensa, se valem desse privilégio para solaparem o Movimento de 1964 e em conseqüência as Forças Armadas.

Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964? Revolução ou contra-revolução?

Uma revolução estava em andamento, por parte deles. Fizemos um movimento contra aquela situação de desespero a que se tinha chegado.

Os governos revolucionários foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Presidentes militares. Nós não tivemos, absolutamente, governos militares, tivemos governos com presidentes militares, cujos principais ministérios estavam "na mão" de civis, os governos estaduais todos "na mão" de civis, e havia, de nossa parte – isso é necessário que se entenda – uma ojeriza em interferir nos dois outros

Poderes, especialmente no Judiciário, o que é da nossa formação. O Presidente Castello, por exemplo, ao limitar o seu Governo, depois de uma Revolução, para aquele período que ainda restava do Governo do João Goulart, deu uma demonstração de falta de apego ao cargo, apego ao Poder.

O exemplo melhor que tenho disso foi no dia 16 de abril de 1964; o General Mourão havia sido promovido a quatro estrelas. O Presidente Castello havia sancionado a lei do Congresso Nacional, promovendo o Mourão a quatro estrelas. Ele reuniu o seu Estado-Maior e alertou: "Vamos ao Castello, quero agradecer a minha promoção." Foi marcada, então, pelo Marechal Castello Branco, uma recepção, às 4h da tarde, no Palácio; o Presidente apertou a mão de cada um de nós, o General Mourão falou o motivo pelo qual ali estava e o Marechal disse: "Muito bem senhores, a Revolução acabou, vamos voltar aos quartéis, vamos trabalhar." Com isso, tento responder a sua pergunta.

Por que ninguém fala dos sucessos econômicos da Revolução, principalmente, na década de 1970?

Por dois motivos principais, no meu julgamento: primeiro, há necessidade de esconder aqueles sucessos do período revolucionário, para evitar que o povo e o mundo façam comparações e atestem os fracassos dos governos seguintes ao do Presidente Figueiredo. Então, omitir ou desvirtuar tudo que possa desmerecê-los.

Como precisam dizer algo a respeito daquele período, optaram por vincular aqueles vinte anos à alguma coisa tenebrosa e, assim, criar o mito da ditadura impiedosa, contrária aos direitos humanos, os "anos de chumbo", onde as Forças Armadas e a Polícia só praticaram tortura. Teria ocorrido, então, segundo eles, uma luta sem tréguas, dos maus, dos violentos, contra os terroristas bonzinhos que só queriam o bem do Brasil. Vale, portanto, toda e qualquer mentira, que deve ser sempre repetida para que acabe sendo aceita como verdade, técnica bem conhecida, mas muito eficaz.

O segundo motivo, é que, muito sabidamente, fazendo a análise do fracasso em 1964 – quando queriam tomar o Poder – tiveram a nítida certeza de que, dentro das Forças Armadas, haviam fracassado, redondamente; aqueles poucos que lhes eram favoráveis, não serviram para nada e que, junto do operariado, nos sindicatos, também, não conseguiram o que buscavam, porque foi outro fracasso. O que restava para eles? As universidades e a imprensa. Pois bem, apoderaram-se da imprensa e das universidades, fazendo uma verdadeira lavagem cerebral em todas as escolas, em todas as universidades brasileiras, e esse é o quadro que estamos vivendo.

Exatamente, aplicação cuidadosa e permanente da Estratégia de Gramsci.

Foi o que fizeram e, nisso, se mostraram competentes.

Quais os principais erros e acertos da Revolução?

Quanto ao desenvolvimento, é difícil tipificá-los, sobretudo numa Nação como o Brasil, um gigante, pela imensa superfície e extensão do litoral, pelo tamanho da sua população, por sua faixa de fronteira, pelas especificidades de suas macrorregiões naturais.

Todavia, podemos dizer que, no período revolucionário, particularmente no final do ano de 1973, durante o Governo Médici, estivemos próximos de nos tornarmos uma Nação poderosa, pelo esforço desenvolvido na gestão dos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva e, Médici, principalmente com este último, em que se viveu o Milagre Econômico, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), acima de 10%, e elevado nível de emprego. Não há como contestar. O inimigo pode até ficar constrangido pelo fato de o Brasil ter crescido tanto nessa época, mas não dá para contestar; por isso esconde, omite, oculta, fala em tortura, tema preferido, inventa mais outros problemas, para não aparecer a realidade.

As dificuldades que impediram a manutenção do crescimento naqueles níveis acima de 10%, a partir de 1974, se devem, principalmente, às duas crises do petróleo, a de 1974 e a de 1979/1980. Não fosse tal adversidade conjuntural, nós, que saímos da 49ª posição para a oitava economia do mundo, poderíamos ter ido mais à frente, a um passo do que convenceram chamar de Primeiro Mundo. Infelizmente, as duas crises, principalmente a segunda, impediram o nosso crescimento nos níveis antes alcançados.

Podemos dizer que tivemos numerosos acertos, particularmente nas áreas das Comunicações, dos Transportes, da Energia, da Habitação, do Emprego e Ensino Superior. Quanto a erros, devemos salientar que foram pequenos diante dos acertos. O inimigo, sobre esse aspecto, vai insistir, nas torturas, nas torturas dos pobres terroristas que assaltavam, lançavam bombas, seqüestravam – e por isso torturavam –, matavam friamente, pela "democracia". Eram todos "muito bons", enquanto nós "éramos todos muito maus". Estão dando nome de ruas e de praças para todos eles, o que confirma a minha assertiva: eram todos "muito bonzinhos"!

Sem que esqueçamos, passaram a inaugurar bustos, nomes de ruas, praças, rodovias de vários terroristas, assaltantes, seqüestradores, "democratas convictos".

O que visavam aquelas ações terroristas de seqüestros, bombas em quartéis, assaltos a bancos e atividades de guerrilha rural que o inimigo colocou em prática no cenário brasileiro?

Alguns aventureiros visando à tomada do Poder, fizeram essas "brincadeiras" todas, e aí penso que cometemos um erro crasso, erro que deriva de uma peculiaridade de nossa formação. Não divulgamos, exatamente, certos fatos que

aconteceram, tratamos Xambioá e outras operações contra guerrilhas, com extremo sigilo, dentro do próprio Estado-Maior do Exército, onde eu servia; ninguém dizia uma palavra porque não estava autorizado a fazê-lo, inclusive.

O que os brasileiros sabem a respeito foi ou está sendo contado pelos nossos maiores inimigos, gente que, por suas ações, perdeu vantagens ou posições na época da Revolução, têm ódio mortal a todos os militares das Forças Armadas e policiais que os derrotaram, impedindo a colimação de seus objetivos. Eles derramam toda a sua verrina em seus escritos, o que é fácil perceber pelas adjetivações e argumentações. Aí se incluem, especialmente jornalistas, escritores e artistas.

Como o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações?

Inicialmente, tivemos um sucesso muito grande na organização do Serviço Nacional de Informações (SNI). Como órgão de informações, recrutava funcionários do Governo para trabalhar nesse setor e, à medida que se tornavam desnecessários, eram devolvidos aos órgãos de origem. Isso possibilitou uma seleção muito boa e a realização de um trabalho bastante dinâmico e eficaz, na busca de informações para o Governo.

E fundamental, porque não há governo sem informações.

Mais tarde, como tudo, em todas as partes do mundo, na parte administrativa talvez tenha havido uma deformação, com relação a "cabide de empregos". Mas, fazer informação não é brincadeira, e a nossa tentativa foi muito boa.

Chefiei uma agência do SNI após o período revolucionário, já no Governo do Presidente Sarney, órgão que funcionava com muita lisura.

Aí, com o desgoverno Collor, o SNI tinha que acabar mesmo, para não aparecer...

Aconteceu mais uma "jogada de arquibancada" daquele "rapaz".

A Revolução demorou-se muito no Governo do País?

Creio que demorou o tempo certo, mas poderia ter permanecido mais tempo, pois seria benéfico para o País, não tenho a menor dúvida. Entretanto, a conjuntura mundial havia mudado, os Estados Unidos eram os novos "donos do mundo", pregando a "democracia", investindo contra governos militares. Havia, no entanto, a possibilidade de termos prosseguido com aqueles governos, como fez o México, com o PRI, por mais de sessenta anos, e, ainda, continua no Poder, mas nós não tivemos habilidade para isso.

As Forças Armadas, no seu modo de ver, se beneficiaram da Revolução?

Pelo contrário, e dizem até, dentro da nossa Instituição, que governos civis, como o de Sarney, atendeu aos nossos anseios de modo muitíssimo melhor. Os

presidentes militares foram muito duros com o Exército Brasileiro, como forma de dar exemplo. O campo do desenvolvimento é que foi contemplado com quase todos os recursos existentes.

A conjuntura mundial veio acelerar a abertura política?

Veio acelerar, não tem dúvida nenhuma, fica até, vamos dizer assim, "marcado como indesejável", todo governo que não seja absolutamente democrático, entre aspas.

Entre aspas, nós já não sabemos o que é democracia, depois que se criou a República Democrática da China, a palavra democrática pode até ser equivalente a comunista!

Mas não se metem com a China, porque a China possui bomba atômica.

No seu entender, a atuação política e os resultados econômicos do último Governo da Revolução chegaram a desgastar a imagem da Revolução?

O último Governo foi do General Figueiredo, por quem tinha uma amizade muito especial. Figueiredo abraçou a bandeira da democratização do País de uma forma total e absoluta e, de certa forma, cometeu, no meu julgamento, um erro – disse isso a ele: abriu mão do Poder... e do Poder não se abre mão.

Um dia, conversando com o Aureliano Chaves, falei:

– O senhor nos abandonou?!

– Não abandonei. Perguntei ao General Figueiredo quem era o candidato dele. O General Figueiredo declarou: "Não tenho candidato." Aí perguntei: "Então, posso ter meu candidato próprio?" Ele respondeu: "Pode, o senhor pode trabalhar à vontade."

Dessa indefinição do General Figueiredo, resultou o problema. Foi uma pena, naquela oportunidade, ele ter deixado de indicar o candidato, pois o Congresso Nacional aprovaria com extrema facilidade. Figueiredo falhou, nesse ponto.

O comunismo continua vivo ou desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Segundo um filho meu, o último lugar em que o comunismo ainda persistirá, será nas universidades brasileiras.

Embora o comunismo tenha perdido a expressão que obtivera no mundo, na imprensa e nas universidades brasileiras, vai sobreviver, ainda, por muito tempo.

Atualmente, pesquisas de opinião têm mostrado que as Forças Armadas estão muito bem conceituadas. Qual a sua interpretação desse fato?

Recebo com muita naturalidade esta informação, porque não tenho a menor dúvida sobre esta realidade. Cheguei a ter em mãos uma pesquisa dessas, na qual 86 ou 87% do povo brasileiro nos consideram a Instituição mais confiável do nosso País.

O povo tem, realmente, carinho e admiração especial pelas Forças Armadas, e uma confiança muito grande no Exército.

Por oportuno, vou apresentar aqui dois exemplos que confirmam essas pesquisas. Comandava a Brigada de Campinas, em 1985, quando uma manchete de jornal, no dia 8 de setembro, estampava em letras garrafais: "Mais gente na Parada de 7 de setembro do que no carnaval." Com muita franqueza, mesmo nós, oficiais, ficamos empolgados com a quantidade enorme de pessoas que foi ao desfile, comparecendo com suas bandeirinhas do Brasil. Uma festa de gala na comemoração do aniversário da Pátria, ocasião em que o povo, mais uma vez, ficou do nosso lado, apesar de ter se encerrado o ciclo revolucionário, em janeiro de 1985.

O povo não "virou a casaca" como aconteceu com a Rede Globo, que esteve conosco vinte anos e, ao deixarmos o Poder, passou a nos jogar pedra sempre que pode. Ela tem, indubitavelmente, predileção impressionante pelos que estão mandando, diferente, muito diferente, desse nosso povo-bom, leal e agradecido...

Atente que todos temos testemunhados a retaliação permanente da mídia em relação às Forças Armadas. Mas o povo não se engana facilmente, percebe onde está a verdade e a decência; soube mostrar ao Exército o caminho a seguir em março de 1964, apontando a necessidade imperiosa de dar um basta ao governo do caos, valendo-se, inclusive, das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Mas o segundo exemplo, que gostaria de destacar, acontece todos os anos, em todos os quartéis: é a "solenidade de Entrega da Boina" – evento realizado após o período de formação individual – onde as famílias dos soldados se fazem presentes nos aquartelamentos. Todos os pais – padrinhos e madrinhas – felizes de ter o filho servindo ao Exército Brasileiro.

Estes exemplos e milhares de outros servem para evidenciar que o inimigo interno – aquele que não enxerga outra coisa senão "a tortura" e "os anos de chumbo" da "ditadura" – não conseguiu, com toda a mídia à sua inteira disposição, abalar a confiança do povo em nossa Instituição e naqueles que a integram.

Desejamos ouvir, no fecho de sua entrevista, uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Senti-me muito feliz em estar aqui com vocês, apesar dos 36 anos que nos separam do transcurso do grande acontecimento que estamos, hoje, recordando –

a Revolução de 31 de Março de 1964 – o que me levou a um esforço de memória considerável. Penso, contudo, ter contribuído de alguma maneira.

É imperioso que, através de todas as formas possíveis, reavivemos o espírito que dominou a Nação brasileira naquela oportunidade, porque o nosso País é muito grande, muito poderoso, para ficar entregue a pessoas totalmente descredenciadas para governá-lo, pelo alheamento sempre demonstrado com relação à defesa de sua soberania e da integridade do patrimônio nacional.

Professor Olavo Luiz Pimentel de Carvalho

- Filósofo, escritor, jornalista e conferencista.
- Carreira jornalística: Começou a trabalhar, com menos de 18 anos de idade, na Empresa Folha da Manhã S/A. A seguir, trabalhou em vários órgãos da imprensa escrita, entre os quais: jornal *A Gazeta*, revista *Atualidades Médicas*, semanário *Aqui, São Paulo*, *Jornal da Semana*, *Jornal da Tarde (O Estado de São Paulo)*. Atualmente é colunista semanal dos jornais *O Globo* (Rio de Janeiro), *Jornal da Tarde* (São Paulo), *Zero Hora* (Porto Alegre) e das revistas *Época* (São Paulo) e *Bravo* (São Paulo).
- Estudos: Começou muito jovem estudos de Filosofia, Psicologia e Religiões Comparadas, sendo orientado por professores particulares e conselheiros qualificados. Estudou Filosofia, formalmente, no Conjunto de Pesquisa Filosófica (Conpefil) da PUC do Rio de Janeiro, apresentando dois trabalhos de conclusão de curso: "Estrutura e Sentido da Enciclopédia das Ciências Filosóficas de Mario Ferreira dos Santos" e Leitura Analítica da "Crise da Filosofia Ocidental" de Vladimir Soloviev. Estudou Desenho Artístico na Escola Panamericana de Arte, em São Paulo. A partir de 1975, concentrou seus esforços no estudo das Artes Liberais – as sete disciplinas básicas para a formação dos letrados na Europa Medieval (Lógica, Retórica e Gramática; Aritmética; Música; Geometria e Astrologia).
- Cursos e Conferências: A partir de 1977, começou a dar conferências e, logo em seguida, cursos sobre os vários assuntos que vinha estudando, a convite de várias entidades culturais.
- Escritos: Autor de mais de uma dezena de livros publicados, entre os quais *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras* (1996).
- Em 1964, era adolescente. Entrou em cena logo depois, como militante do Partido Comunista.

Entrevista realizada no dia 20 de março de 2002.

É uma satisfação imensa poder estar aqui, na condição de testemunha atípica, porque não fui propriamente um participante dos acontecimentos de 31 de março de 1964, mas entrei em cena logo depois, como militante do Partido Comunista, de onde assisti a toda a história da Revolução, pelas costas, por assim dizer.

Minha satisfação de estar presente, neste momento, deve-se sobretudo à natureza deste projeto, a de uma memória da História do Brasil que está sendo apagada; a memória do que se passou nos últimos quarenta anos está sendo totalmente apagada, caricaturada, recortada, reescrita, safenada, já fizeram "o diabo" com essa história. E é importante que se recordem essas coisas exatamente como se passaram. É importante lembrar que, ao eclodir a Revolução, eu me encontrava exatamente do lado contrário. Quer dizer, não posso de maneira alguma ser acusado de ter algum preconceito a favor do Movimento de 31 de Março de 1964. Muito aos poucos, revendo o que se passou e, de maneira muito gradativa e cuidadosa, fui mudando de opinião.

Hoje, tenho a certeza de que o Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma coisa necessária, benéfica, quaisquer que tenham sido as distorções e erros que possam ter ocorrido depois.

Mas, naquele momento, o que se pode dizer é que as Forças Armadas fizeram o que era preciso fazer. No cômputo geral, creio que as realizações daquele período – que a imprensa acostumou-se a chamar, certo ou errado, não sei, de "período militar" – são absolutamente notáveis, objetivamente falando, se compararmos com tudo que foi feito ao longo de quinhentos anos de História do Brasil.

Se meu depoimento servir em alguma coisa para ajustar o foco e restaurar um pouco o sentido de realidade com relação àqueles acontecimentos, ficarei muito satisfeito.

Depois desse objetivo preâmbulo feito pelo Professor Olavo de Carvalho, solicitaremos ao nosso colaborador, que vem somar muito aos fatos que estamos reunindo em nosso Projeto, que nos conte a sua experiência, vivida dentro da esquerda, nas hostes contrárias aos que fizeram o Movimento revolucionário de 1964. Esta importante entrevista traz-nos o conhecimento, as informações e os dados sobre aqueles que foram os nossos adversários, e que, comprovadamente, pretendiam realizar uma revolução de cunho marxista-leninista em nosso País. Supomos que estivesse prevista para 1º de maio, possivelmente – é uma idéia que fica.

O Professor Olavo de Carvalho mostrará justamente esse outro lado, que tinha, em João Goulart e em Leonel Brizola, incentivadores de peso. Com a palavra o nosso colaborador, para enriquecer o nosso conhecimento através da sua vivência.

É necessário dizer que, em 1964, eu era apenas um menino, um adolescente, e fui, certamente, a menor das testemunhas desses acontecimentos. Mas, apesar do tamanho, da insignificância, essa testemunha estava colocada numa posição muito propícia para enxergar as coisas que estavam acontecendo.

Nos meses que antecederam o Movimento de 1964, havia, no colégio em que estudava – era estudante secundarista na época, aluno do Colégio Estadual de São Paulo – facções políticas bem definidas, com uma maioria esquerdista e uma minoria (mas não tão minoria assim) à direita, que depois apoiou o Movimento de 1964.

Mas a parte esquerdista era, naturalmente, a mais ativa, e fui diretamente envolvido por ela, sem ter tido muito contato com a outra facção. Tão logo perceberam que eu existia, já me cercaram, curiosamente, com o pretexto católico. Era a esquerda dita católica, liderada, ali na escola, por uma moça muito simpática, muito bonita, muito sedutora. Era mais velha do que nós, e exercia uma liderança fantástica sobre aquela meninada toda. Creio que estavam todos de algum modo apaixonados por ela, e ela usava isto muito bem. Pouca coisa sei da vida da personagem, mas vi a atuação dela.

Então, a pretexto de catolicismo, de catequese e até de Primeira Comunhão, se colocavam idéias flagrantemente marxistas na cabeça de cada menino. Muitos anos depois, por uma coincidência da vida, voltei a encontrar essa pessoa num ambiente de trabalho – mas quase dez anos depois – e aí fiquei sabendo que nunca tinha sido católica coisíssima nenhuma, que aquilo era exclusivamente uma atividade política. Isso é para se ter idéia do ponto em que as coisas já se encontravam no ambiente secundarista.

Não vejo por que citar o nome da criatura. Ela era importante no movimento secundarista da época: era ligada à AP (Ação Popular), o mesmo movimento em que militava o Presidente da República atual e o seu candidato, o "vice-rei" José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), na época.

Analisando um pouco a personalidade daquela moça, posso extrapolar algumas conclusões para a mentalidade da época, porque, usando a Igreja como instrumento de doutrinação marxista, ela sabia que estava mentindo, mas em nenhum momento lhe passou pela cabeça que pudesse haver algo de errado nisso. Quer dizer, a contradição moral de se utilizar uma fachada para veicular uma mensagem que negava essa mesma fachada era algo que não chegava a ser problema na cabeça dessa gente.

Foi ali que comecei a receber as primeiras informações sobre o estado de amortecimento moral, que é típico do militante esquerdista: mesmo que ele faça a coisa mais errada do mundo, se está trabalhando para a finalidade que acha ser da

revolução, mesmo os piores pecados e crimes não são pecados nem crimes. A pessoa se torna incapaz de perceber, incapaz de questionar sua própria atividade desde um ponto de vista moral. Eu não sei se está ficando claro.

Muito claro.

Observei muito esta peculiaridade nesta criatura e em todos aqueles que, na época, eram líderes estudantis, e que hoje são pessoas bastante importantes. Sob esse ponto de vista, não mudaram absolutamente nada.

Quanto ao outro grupo, o grupo da direita, só vim a aproximar-me dele muito tempo mais tarde, por uma ligação de amizade pessoal, e porque me convidaram para fazer parte de uma turma de teatro que estavam organizando. Como entendia um pouco do "negócio", fui prestar uma certa ajuda técnica (mas o teatro não era de catequese política – era uma coisa assistencial para crianças pobres). Não tive qualquer conversa política com eles.

Então, embora tivesse amigos dos dois lados, a influência ideológica que recebi foi maciçamente da esquerda. Não tinha, ao menos na época, a menor desconfiança das implicações maiores da coisa, mas seguia o tipo de pessoas que me rodeavam na ocasião.

Eu era um sujeito muito ativo socialmente: falava muito, fazia discursos, mas tinha pouca discriminação. Também não complicava, aceitava as coisas do jeito que via, e acho que esse era mais ou menos o estado de espírito de todos. Portanto, o julgamento negativo que fizemos do Movimento de 31 de Março foi mais ou menos assim, um pouco no automatismo das reações coletivas.

No dia 31 de março, a eclosão do Movimento foi noticiada no colégio como uma verdadeira catástrofe, alguma coisa terrificante que havia acontecido, e nós não tínhamos bem uma idéia do que era. Mas o dia 31 de março foi para nós muito significativo, porque me recordo de que eu e um grupo de outros alunos do mesmo colégio, não sabendo direito o que devíamos fazer, colocando-nos quase espontaneamente na condição de "peões de obra" a serviço da esquerda, fomos procurar lideranças estudantis, e até lideranças políticas de mais alto calibre, para nos colocar à disposição, para saber o que deveria ser feito. Algum tipo de manifestação, coisa e tal.

Recordo-me de que não encontramos ninguém, em parte alguma; tinham todos desaparecido. Então, fomos até a Faculdade da Rua Maria Antônia, seguimos para a UNE, dirigimo-nos à casa de um deputado, cujo nome não lembro (acho que era o Davi Lerer, irmão de um colega nosso), e à casa de um vereador. Mas foi um sumiço geral. Esse sumiço nos impressionou muito, porque evidentemente tinham todos fugido. E, se tinham fugido, concluímos nós, é porque deveria haver um inimigo muito perigoso no encalço deles.

Quer dizer, julgamos a periculosidade, a agressividade do Movimento de 1964, pela reação de fuga dos seus inimigos. Se havia tanta gente fugindo era porque devia haver um perigo real, algo como uma "Noite de São Bartolomeu", uma carnificina que se anunciava.

Depois de passados muitos anos é que fui me dar conta de que, de fato, não houve carnificina alguma, não se matou rigorosamente ninguém naquele Movimento. Começou a violência depois de 1968, já em resposta às ações da própria esquerda. Em suma, não havia nenhum caráter violento no Movimento de 1964. Não mesmo.

Parece que morreram duas pessoas: uma, que sei, de um acidente – o sujeito pegou um revólver e acertou um colega, um estudante, aqui no Rio de Janeiro – e o outro não conheço as circunstâncias em que ocorreu, mas foram duas pessoas. Quer dizer, um movimento militar, um movimento contra-revolucionário que, num País de dimensões continentais, mata duas pessoas, é o movimento contra-revolucionário mais pacífico de toda a história humana. Mas não era isso que víamos. Nós julgávamos a índole da causa pelo efeito que estávamos assistindo, presenciando, e o efeito era a debandada geral. Depois, foi todo mundo para dentro de embaixadas e consulados, um foi para o Uruguai, outro Paris, outros se esconderam. Enfim, havia uma reação de pânico.

Nós ainda passamos na redação do jornal *Última Hora* – onde mais tarde viria a trabalhar – e o ambiente era exatamente este: de pânico. Ou seja, uma reação normal do ser humano é graduar o seu medo pelo tamanho da ameaça, pela gravidade da ameaça, mas nós fizemos uma espécie de julgamento ao contrário. Nós deduzimos o tamanho da ameaça pelo tamanho do medo que sentíamos.

Vejo hoje que não havia perigo algum, que não estava acontecendo absolutamente nada. Ninguém foi fuzilado, não houve nada, nada, nada. No entanto, quando me lembro dessa cena, recordo muito o romance do Józef Konrad, *Lorde Jim*.

Jim é um capitão de um navio mercante que está transportando uns peregrinos que estão indo fazer as orações em Meca. Lá no meio do trajeto cai uma tremenda tempestade; o comandante e os tripulantes chegam à conclusão de que o navio vai afundar, mandam todo mundo abandonar o barco, e eles próprios o abandonam, mas os peregrinos não.

Os peregrinos:

– Não, nós confiamos em Allah, e vamos rezar.

E ficam lá rezando no navio, enquanto o capitão e os marinheiros deixam a embarcação. E vão remando para o porto. Quando o capitão chega ao porto, lá está o seu navio, ancorado, que os peregrinos haviam conseguido salvar.

Evidentemente ele perde o emprego, é desmoralizado, expulso da Marinha Mercante, e, a partir de então, passa o resto da vida fazendo gestos de heroísmo

grandiloqüentes e totalmente inúteis para ver se seria capaz de redimir-se daquele único ato de covardia.

Penso que toda a história da esquerda, nas duas décadas que se seguiram, foi uma sucessão de atos teatralmente heróicos, para ver se curava essa neurose causada pela reação covarde que teve em 31 de março.

Inclusive, a necessidade que esse pessoal tem de inflar e aumentar a descrição de violências e crueldades a um ponto absolutamente fantasista não se explica tanto como uma intenção deliberada de falsear, mas como um simples mecanismo neurótico de autodefesa. É claro que é uma mentira, está certo, mas não é uma mentira que sabe que é mentira. Mais do que uma mentira, é um falseamento psicológico total, é um falseamento da sua própria história. Não estão só falseando a história dos outros: estão falseando a sua própria, em primeiro lugar. Imaginemos a situação desse pessoal, depois, pensando assim: "Mas nós fugimos do quê? Fugimos do nada." Essa constatação é a coisa mais deprimente do mundo.

Mas é claro que esse encadeamento lógico do acontecido só fui percebendo aos poucos. Na hora, estava persuadido de que havia realmente uma ameaça fascista, uma espécie assim de marcha de Mussolini sobre Roma. Um negócio desse tipo é o que imaginávamos estar acontecendo.

Quer dizer, participei do primeiro ato, digamos, de uma imensa farsa. Mas não foi uma farsa deliberada e, sim, uma farsa neurótica, onde o indivíduo se engana a si próprio, entra numa espécie de vivência falsa da sua própria vida. Falseia a sua própria biografia para si mesmo, e acaba tendo que falsear a dos outros.

Todo esse discurso acusatório e calunioso que é feito é menos uma esperteza política ou maquiavelismo político. Trata-se de uma ingenuidade neurótica de pessoas que querem disfarçar sua atuação vergonhosa, covarde e vil engrandecendo uma ameaça imaginária.

Isto foi o que vi no próprio dia 31 de março. Com base no que vivi naquele dia, creio que daria, se tivesse algum talento de romancista, para contar toda a história dos trinta anos seguintes, porque todos os elementos já estavam dados ali.

Até hoje, uma coisa me surpreende muito em todas as pessoas da militância esquerdista; é a imensa capacidade que esse pessoal tem de viver num universo mitológico, completamente fora dos fatos, fora da realidade, sem conhecer nada, nada, nada, da psicologia concreta das pessoas das quais estão falando. E isso para mim tem mesmo uma estrutura de falseamento neurótico, de falseamento histérico da realidade.

Mas a partir desta primeira reação, que observei naquele dia, também me enganei com relação ao que estava acontecendo. Foi só aos poucos, muitos anos

depois, que soube que não tinha morrido ninguém, porque, pelo que vimos da reação, imaginávamos que ali já tivessem morrido umas 10 mil pessoas.

Quando, muitos anos depois, soube que só tinham morrido duas pessoas no 31 de março, que o Brasil nunca chegou a ter mais de dois mil presos políticos durante trinta anos, é que percebi e falei: "Espera aí, nós vivemos uma pantomima naquela época, nós nos enganamos redondamente, ou fomos enganados, fomos enganados por nossa própria culpa."

Mas, continuei acreditando nessa visão tenebrosa que a esquerda tinha dos acontecimentos pelos anos seguintes. Assim, quando foi por volta de 1965, acabei entrando mesmo no Partido Comunista, partindo daquela primeira experiência na esquerda católica, entre aspas, porque de católica não tinha nada, nada. Mas partindo daquilo, acabei entrando no Partido Comunista, quando comecei a trabalhar como jornalista. Tão logo saí da vida estudantil e entrei na vida profissional de jornalista, na primeira semana de trabalho, já fui cooptado para fazer política.

E aí começou uma outra história. Assisti, mais ou menos, de onde me encontrava, toda a crise que houve dentro do Partido, em função das discussões para saber qual a estratégia que deveria ser seguida em função do novo regime. Sobre isto terei a oportunidade de tecer comentários proximamente, mas queria narrar um episódio que aconteceu logo após a minha entrada no Partido.

Fui convidado a ingressar no Partido por um jornalista nordestino da *Última Hora*, um jornal de esquerda na época, mas que havia acabado de ser comprado pela *Folha de São Paulo*. A *Última Hora* entrou em crise.

Era, vamos dizer, o grande baluarte jornalístico de defesa do Governo João Goulart. A *Última Hora* continuou, depois de 1964, travando combate a favor do governo caído, contra o novo regime, durante muito tempo, creio que por sete ou oito anos.

Mas, a seção de São Paulo da *Última Hora*, que não era a mais importante – a mais importante era a do Rio – estava meio mal financeiramente, e foi vendida para o grupo *Folha de S. Paulo*, que, naquela época, era de direita.

Então ficou uma coisa muito estranha, porque se tratava de um jornal esquerdista dentro de uma organização direitista. Mas, aos poucos, fui entendendo a política da *Folha de S. Paulo* de fazer um jornal de esquerda e um jornal de direita. Mais tarde, eles mudaram a diretoria da *Última Hora* e colocaram um sujeito de direita, ao mesmo tempo em que abriram um novo jornal, um vespertino chamado *Folha da Tarde*, e colocaram lá todos os esquerdistas que eram da *Última Hora*. Então, você tinha a *Folha de S. Paulo*, edição matutina, que era a *Folha da Manhã*, de direita, e tinha a *Folha da Tarde*, que era esquerdista. Não é bonito? Direitista de manhã, e à tarde esquerdista.

Tão logo me convidaram para entrar no Partido, comecei a freqüentar as reuniões da base – as unidades mínimas do Partido chamam-se bases –; tinha uma base na *Folha de S. Paulo*, uma base no *Estadão* etc. Na base da *Folha de S. Paulo*, onde se reuniam os jornalistas que trabalhavam nos vários jornais da organização *Folha*, comecei a minha atividade.

Mas, poucas reuniões depois, apareceu um sujeito do comitê estadual, que, na ausência do chefe da base, nos reuniu e disse o seguinte: "Companheiros, o companheiro 'fulano de tal' – que era o chefe da base – criou uma situação extremamente delicada. Arrumou uma amante que, temos sérias razões para acreditar, é uma agente do DOPS (Departamento da Ordem Política e Social). Então, decidimos isolá-lo durante algum tempo, para podermos investigar e tirar a limpo esta coisa. Precisamos arrumar um lugar para depositar esse camarada, deixá-lo meio sem contato com o pessoal da profissão durante algum tempo, até que possamos esclarecer tudo."

Em suma, o que ele queria dizer era cárcere privado, em última instância. E nomeou quatro idiotas para achar um lugar para colocar o camarada.

E um dos quatro era eu. Não me recordo exatamente quem eram os outros. Um dos quatro, salvo engano, era o jornalista Rocco Bonfiglio, irmão da Mônica Bonfiglio, que aliás faz programas de TV sobre anjos, essa coisa toda. Muito boa pessoa, era muito meu amigo também, naquela época.

Não sei quem foi que encontrou o lugar, mas colocamos o camarada num barraco, numa favela, que era para lá do fim do mundo. Lembro-me de que a gente caminhava até o zoológico de São Paulo, depois caminhava outro tanto, passava três ou quatro morros mas, no fim, colocamos o sujeito lá e, de três em três dias, alguém ia levar comida e cigarros para ele. E o sujeito ficou depositado lá um tempão. Levei comida para ele três ou quatro vezes. Depois designaram outras pessoas para fazer isso, e eu não soube mais de nada. Um dia escuto, entre dois militantes, na redação, a seguinte conversa:

– Sabe quem estava aí, na portaria? Aquele f. d. p. do fulano de tal – que era aquele antigo chefe da base. Não deixamos nem entrar.

Isso queria dizer que o sujeito estava virtualmente excluído. Junto da exclusão do Partido, estava excluído da profissão, pelo menos em São Paulo. Achei aquilo tudo normal, porque pareciam medidas de segurança, e passados outros meses, certo dia, estou num bar na frente da *Folha de S. Paulo*, tomando um cafezinho, e aparece o tal do sujeito, magro, chupado, barbudo, com um ar de mendigo. E vem falar comigo. E eu, como militante devotado, virei-lhe as costas e não falei com ele.

Também levei anos para compreender a significação moral – ou imoral – daquilo que fiz, porque na verdade ocorreu o seguinte: houve um cárcere privado,

exclusão da profissão, discriminação odiosa, a destruição total de uma vida, de uma carreira, no fim das contas, por causa de uma desconfiança. E todo mundo considerava isso normal, porque o Partido tinha todo o direito de agir assim. Nem se questionava.

Não tive o menor problema moral na época por ter procedido assim. O bem estava conosco; do outro lado não eram nem gente. Portanto, ninguém ia perder tempo tendo bons sentimentos para com um sujeito que pensa de outra forma e tem outra orientação política.

Na época, estive insensível a esta coisa. Entretanto, mais tarde, analisando o que se passou, eu vejo... Por exemplo, hoje, esses que pedem indenização porque dizem que "foram excluídos da profissão" e não sei o que mais. Ao contrário, no Partido era normal excluir uma pessoa, fechar uma boca, jogar um cidadão na miséria, na exclusão, no silêncio e no isolamento total. Então, esse negócio de que "fomos discriminados", são "lágrimas de crocodilo". Isso é a coisa mais falsa e torpe a que se pode assistir. É uma coisa medonha, que não considero moralmente justificável.

Note bem, não estou me desculpando de nada, estou me inculpando. Estou dizendo que estava lá, e, embora fosse um peixe pequeno, insignificante, estava fazendo aquilo. Entendo que o mínimo de obrigação que tenho, para limpar um pouco esse meu péssimo começo de vida, é, no mínimo, contar isso aí e desmascarar essa gente. E ressaltar: vocês não são melhores do que eu, e eu, absolutamente, não prestava na época.

Foi aos poucos que fui enfrentando resistências interiores e sobretudo superando a preguiça de pensar no assunto – porque o inconsciente humano reage de maneira passiva, tira de você a vontade de pensar em certas coisas, e aí você não pensa mesmo. O que vai criar um conflito, vai fazer você se sentir culpado, a defesa é não querer pensar naquilo, então você desliga e não pensa mais.

Mas como tive muito tempo para pensar nessas coisas, pude, depois, revendo a minha conduta e a de todos os outros, concluir que, moralmente, aquele ambiente do Partido era muito inferior ao dos militares que fizeram a Revolução de 1964.

Eram pessoas que não tinham senso moral, não tinham senso de humanidade, tinham apenas um senso de auto-engrandecimento, uma arrogância que a Igreja chama de impecância essencial. Quer dizer, é a incapacidade de pecar. O que quer que eles façam não é pecado. Eles se arrogam o dom da impecância divina e, por isso mesmo, sentem que são bons e que o outro lado é muito mau.

Uma prova inequívoca dessa desproporção no julgamento, de si e dos outros, foi justamente o que aconteceu nos anos seguintes, à medida que a esquerda – e sobretudo a ala mais radical do Partido Comunista – reagindo contra um regime

autoritário mas muito brando e que havia se imposto sem a menor violência, foram buscar ajuda logo de quem? Da ditadura mais sangrenta que havia na América Latina, a de Fidel Castro. Até aquela altura, Fidel Castro já havia fuzilado 17 mil cubanos, e logo depois, para a intervenção em Angola, matou 100 mil angolanos no prazo de poucas semanas.

Uma vez, num artigo, comparei: é como se, para proteger uma mocinha que está sendo assediada por um galanteador de rua, você a colocasse sob os cuidados de um notório estuprador e assassino. Foi isso o que a nossa esquerda fez.

Eu poderia até ser contra o novo regime, mas o novo regime não era um regime assassino, não era um regime violento, não era um regime cruento. E eles foram pedir ajuda e se aliar ao que havia de mais violento, de mais cruel na América Latina. Qual a justificativa moral que se pode apresentar para isso? Moralmente, qual é o sentido que faz uma coisa dessas? Com um único ato deste, o indivíduo já desmascara o seu intuito na mesma hora.

Porque, se o sujeito, para reagir contra o Governo do Marechal Castello Branco, vai pedir ajuda a Fidel Castro, isto significa claramente que o indivíduo nada tem contra o uso da violência, nada tem contra o derramamento de sangue, nada tem contra o genocídio. Tem apenas contra o Marechal Castello Branco, é o que bem se entende.

Está perfeito.

Então isso é absolutamente imperdoável do ponto de vista moral. A um ato de covardia, que marcou a reação deles a 31 de março, segue-se uma escolha moral absolutamente injustificável e brutal, uma opção pelo partido genocida. E tudo isso, analisando psicologicamente, é de uma brutalidade, de uma monstruosidade que nada pode justificar.

E veja: com toda a violência que se seguiu nos vinte anos subseqüentes, no Brasil não morreram mais do que quinhentas pessoas, entre as quais trezentas eram do lado da esquerda e duzentas do lado do Governo. Quinhentas mortes em vinte anos, num País do tamanho de um continente. Em Cuba, em um prazo bem menor, e com uma população creio que dezessete vezes menor do que a do Brasil, tinham morrido 17 ou 18 mil pessoas, sem contar os cem mil angolanos.

O autoritarismo é um mal. Creio até que os representantes do governo sabiam que era um mal, consideravam-no um mal necessário. Mas o fato é que ninguém quer um autoritarismo. Acredito que não havia, dentre os líderes de 1964, um único que tivesse uma posição doutrinária favorável ao regime autoritário enquanto tal. O que podia acontecer era admitir-se uma situação autoritária temporária, um autoritarismo curativo.

Depois não conseguiram sair do autoritarismo, essa é a verdade, não conseguiram sair. Mas ninguém era a favor. Não havia um senso doutrinário, digamos, fascista: "Não, temos que ter um governo forte, um partido único." Ninguém queria isso.

Quer dizer, é um autoritarismo que foi montado para remediar uma situação que existia, e que depois não se soube desmontar. Agora, contra isso, você se aliar a um governo francamente genocida, recordista de presos políticos na América Latina? Tem preso político até hoje! Até hoje existem, pelo menos, cem notórios presos políticos em Cuba.

Você conhece a total repressão à liberdade de imprensa, você sabe que a perseguição religiosa continua, você está informado da brutal, brutalíssima repressão aos homossexuais. Os homossexuais têm, hoje em dia, liberdade no mundo inteiro. Só em Cuba (e no mundo islâmico) é que não têm. E se um homossexual pega AIDS, por exemplo, é confinado no hospital e perde toda a liberdade civil. Como é que um governo que faz essas coisas, um governo monstruoso como esse de Cuba, poderia nos ajudar a restaurar a democracia no Brasil? Por que iria ajudar a restaurar no Brasil justamente aquilo que extinguiu, definitivamente, no seu próprio país? Logicamente não faz o menor sentido, e moralmente é imperdoável.

Então, esses dois capítulos – a covardia inicial, seguida dessa escolha errada do Partido – são capítulos da novela psicótica da esquerda nacional. Eu não tenho a menor dúvida de que toda a esquerda nacional, desde então, está possuída por uma fantasia psicótica.

É por isso que hoje em dia eu não aceito mais quando a pessoa diz: "Temos que discutir as divergências ideológicas, respeitosamente." Respondo: "Está bem, uma divergência ideológica pode-se discutir respeitosamente, mas uma psicose não." Uma psicose não se respeita, e aliás nem se desrespeita: uma psicose se diagnostica e se cura.

Agora, como é que se cura uma psicose? Pelo velho método psicanalítico do desmascaramento. Tenho um amigo, um grande gênio da psicologia clínica, que dava a seguinte definição para neurose: "Neurose é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita." Até hoje, toda a história da esquerda brasileira é exatamente a história dessas duas grandes mentiras esquecidas: a covardia de 1964 e a aliança macabra com um governo genocida para combater um autoritarismo brando.

Muitos traços estranhos da conduta dessa gente se explicam por essa coisa, e acho que a história desses subterrâneos psicológicos da esquerda nacional ainda precisa ser escrita. Temos que sondar isso, corajosamente, e trazer tudo à plena luz do dia.

Muitos ex-militantes, quando apresento isso a eles, arregalam os dois olhos e concordam: "Meu Deus, é exatamente isto que aconteceu!" Só que perceberam aos

poucos. Eu mesmo, na época, não percebia nada de errado. Foi aos poucos que fui revendo. E como é que comecei a rever? Para contá-lo, é preciso remontar ao tempo da ruptura entre as duas alas da esquerda.

Em 1966, salvo engano, saiu um livro escrito pelo Caio Prado Júnior. Caio Prado Júnior era um grande historiador comunista, dono da Editora Brasiliense, intelectual ricaço, típico comunista paulista quatrocentão e era um homem muito inteligente. Na medida em que é possível um comunista ser honesto, o que hoje me parece um círculo quadrado, era um homem honesto. Com essa ressalva, era honesto. Ele não mentia conscientemente.

Mas surgiu um debate na esquerda, no Brasil, sobre a burguesia nacional, se ela existia mesmo ou se era toda aliada ao imperialismo.

Caio Prado Júnior defendia a tese de que não existia burguesia nacional alguma. Parênteses: em todo o período anterior, toda a estratégia do Partido Comunista se baseava na idéia de que o Brasil não tivera ainda a sua revolução burguesa, tipo Revolução Francesa. Então, o Partido deveria apoiar as forças progressistas da burguesia para conseguir montar um governo democrático burguês, que depois seria transformado num governo socialista, ou democrático popular, como eles diziam.

Quando houve o Movimento de 1964 e ocorreu a queda da esquerda, esta, naturalmente, entra no *mea culpa*, no dever de sondar: "onde foi que nós erramos?" Mas toda essa investigação dos próprios erros era falseada na base, porque se baseava na mentira. Só admitiam poder ter errado do ponto de vista estratégico, mas nunca do ponto de vista moral.

Era, pois a mentira básica: "Temos que encontrar uma explicação, encontrar um erro estratégico que nos justifique, porque, se for um erro estratégico, estamos moralmente absolvidos." Quando na verdade não houve nenhum erro estratégico: o que houve foi um profundo erro moral. E digo a eles: "Vocês caíram porque simplesmente não prestam, são covardes, não valem o que comem."

Isto posto, a explicação deveria ser de ordem moral e humana, mas eles queriam encontrar uma explicação estratégica que parecesse científica. Então, dentro das discussões que se seguiram, para encontrar onde estava o erro estratégico, apareceu o livro do Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*. Esse livro argumentava do seguinte modo: nunca houve burguesia nacional, a nossa burguesia foi sempre aliada do imperialismo e, se não existe burguesia nacional, não pode haver aliança com a burguesia nacional, e, portanto, não cabe a estratégia da revolução democrática e pacífica, da revolução burguesa – que era, até então, propugnada pela linha mestra do partido, chefiada por Luís Carlos Prestes.

Com base no livro do Caio Prado, vai se formando uma ala radical disposta a romper com a estratégia clássica do PCB, que era a aliança com a burguesia, e partir para uma solução violenta. Essa é a origem das guerrilhas.

É evidente que toda a argumentação usada para levar a decisão à guerrilha era falsa. Toda ela era uma racionalização neurótica – como se diz em psicanálise – para ocultar o fato básico. O fato básico é que a esquerda já vivia na mentira e na covardia muitos anos antes. Por quê? Porque a guerrilha já tinha começado em 1961 e, em 1961, Cuba já estava dando ajuda às "Ligas Camponesas" do Francisco Julião para fazer uma guerrilha no Brasil.

Portanto, veja que coisa absurda: se já havia a guerrilha, já havia a ala radical, e a guerrilha já estava em ação desde 1961, como que é que o fracasso poderia ser explicado por culpa da estratégia pacifista do Prestes? Não tinha estratégia pacifista nenhuma, eles já estavam fazendo guerrilhas antes! E, no entanto, toda aquela argumentação pomposa e pseudo-intelectual do Caio Prado (aqui para mim e cá entre nós, acho ele um palhaço) que vem desde a história colonial, baseada em dados econômicos, mas ocultando o básico. Se ele estava argumentando que não existe burguesia nacional e, portanto, a estratégia pacífica foi a culpada do nosso fracasso, ele está simplesmente omitindo o fato de que não havia estratégia pacífica nenhuma, de vez que já havia guerrilha, aqui, desde 1961.

Então é sempre uma linguagem pomposa que esconde o fato básico. O fato material, o fato bruto, de que já havia a guerrilha.

Não sei por que se dá àquele homem tanta importância, quando se trata de um bobão; toda a obra dele não vale nada, porque tudo é muito bonito, mas não funciona.

Seria válido ler Caio Prado, mesmo considerando o seu facciosismo, apenas para saber o que ele diz, até para poder questioná-lo?

É pura perda de tempo. Sobre esse livro *A Revolução Brasileira*, afirmo: todo este esforço brutal para arrumar argumentos intelectualmente respeitáveis contra a estratégia do Prestes não vale nada, porque se esquecem de que já havia guerrilha e já existia a estratégia violenta. E se já havia a estratégia violenta, não foi a estratégia pacífica a razão do fracasso, meu Deus do céu! É uma coisa tão simples, que a gente explica em dez linhas, e o homem escreve um livro inteiro com argumentação econômica, muito elegante, esquecendo o básico.

É a falsa elegância intelectual de pessoas mais velhas com cultura muito deficiente. O Caio Prado tinha uma cultura filosófica de professor secundário, no máximo. Aliás, por aqueles anos, houve um famoso caso envolvendo o Caio Prado, ao qual não assisti, mas do qual tomei conhecimento por intermédio de um veterano do movimento anarquista chamado Jaime Cubero, que me relatou isso.

O Caio Prado era o ídolo filosófico dos comunistas, na época, e os anarquistas também tinham o seu ídolo filosófico, que era o falecido Mário Ferreira dos Santos, este sim de uma capacidade fantástica.

Certo dia realizaram um debate para analisar uma questão do ponto de vista marxista e do ponto de vista do Proudhon, do anarquismo. Chamaram então o Caio Prado para apresentar o ponto de vista marxista e o Mário Ferreira para apresentar o ponto de vista anarquista. Falou primeiro o Caio Prado, aquela coisa toda elegante; quando terminou, o Mario Ferreira se levantou e disse: "Olha, o ponto de vista marxista não é esse que você disse, não. De modo que eu vou refazer a sua conferência, antes de começar a minha." E refez toda a conferência do Caio Prado. Quando foi dito que iriam publicar a transcrição, o pessoal comunista ameaçou jogar uma bomba na gráfica anarquista para evitar que o seu filósofo fosse exposto àquela vergonha. Isso é só para dar uma idéia do que um filósofo de maior envergadura pode fazer com um Caio Prado da vida.

Note bem, destes intelectuais do Partido Comunista, o único que respeito, pelo trabalho intelectual, é o Jacob Gorender. Seu livro, *O Escravismo Colonial,* é um trabalho realmente de muito peso para a gente.

Eles, hoje, sempre afirmam que queriam, de um modo geral, a democracia, e eram contra os "gorilas". Mas o Gorender não diz isso, e sim que eles queriam mesmo era uma...

Revolução comunista. Gorender, pelo menos, tem essa virtude, de um comunista que assume publicamente...

Porque os outros são todos "democratas". Dizem isso cinicamente!

Na história do Partido Comunista, sempre houve dois discursos, um para dentro e um para fora. Tem o discurso em *petit comité,* o discurso dos congressos dos partidos, e tem a propaganda para fora, que é totalmente diferente. No Partido dos Trabalhadores (PT), ocorre exatamente a mesma coisa. Se você acompanhar as discussões nos congressos do PT, verá que não têm absolutamente nada a ver com o discurso que é feito, depois, para o público.

Essa duplicidade é uma coisa crônica na história do comunismo. Mentir, representar outro papel, para o comunista é uma coisa natural, principalmente aqueles que tiveram a experiência da clandestinidade. A clandestinidade é uma mentira, é ter uma vida de mentira. Você representa um papel fictício para fora e outro para dentro. Só que, durante o tempo em que você está na clandestinidade, é obrigado a fazer isso, porque, teoricamente, está correndo um risco. Mas acontece que, ao passar o risco, você continua a praticar aquilo que se incorporou à sua personalidade.

Significa dizer que a hipocrisia, a mentira, a farsa, fazem parte da estrutura de caráter do comunista; são treinados para isso, e acabam incorporando estes hábi-

tos nefandos. No fim, aquilo se torna inteiramente natural, a duplicidade de consciência. E observei muitos e muitos casos disso aí.

São exemplos que não acabam mais. Quer dizer: para o comunista, encarar a sua atuação política num certo plano e a sua vida pessoal num outro plano inteiramente diferente, sem ser capaz de julgar uma pela outra, é a coisa mais normal do mundo.

Por exemplo, Karl Marx tem páginas muito ácidas sobre os burgueses que exploram sexualmente as suas empregadas. Entretanto, Karl Marx teve um filho com a sua própria empregada, e jamais deixou que esse filho se sentasse à mesa junto com a família. E ele não percebia nada de incoerente nisso, porque já estava na mentalidade dupla.

E este mesmo tipo de conduta observa-se, também, no total desprezo para com as mulheres do povo que você usa sexualmente. Notei isto em todos os militantes comunistas que conheci, com exceção daqueles que eram casados com mulheres muito ciumentas e não podiam se dar ao luxo dessa brincadeira. Usavam a mulher, assim, como se fosse um lixo.

Mas isso todos faziam. Posso citar nomes de pessoas que hoje são importantes e vi tendo esta conduta, o que me horrorizava. Na verdade, este tipo de coisa foi um dos primeiros pontos que começaram a me incomodar bastante ali dentro. Você assiste àquele tipo de "machismo de coronel do sertão" que usa a mulher e joga fora, e lhe parece a coisa mais natural do mundo.

E aí a coisa já não combinava muito comigo, porque eu já fazia mais o gênero romântico, galanteador, e não gostava de ver as mulheres serem maltratadas. Mas só muito mais tarde descobri que esse era um padrão de conduta que já vinha de Karl Marx...

Até nesse sentido eram discípulos de Karl Marx.

Eram discípulos no sentido psicológico, não doutrinário. Você não precisa conhecer o pensamento do sujeito para imitar uma conduta psicológica que já se tornou tradicional dentro daquele meio. Essa duplicidade de caráter, duplicidade de língua – o famoso *bilinguis maledictus*, de que fala a Bíblia, "maldito homem de duas línguas" – isto aí é a coisa mais comum, e era considerado normal.

Creio que não existe obra mais significativa da mentalidade comunista do que a de Bertolt Brecht. Brecht dizia assim, cinicamente: "A verdade ou a mentira são igualmente úteis, desde que sirvam ao comunismo." Quer dizer, o comunismo está acima da verdade e da mentira. O sujeito educado assim está autorizado a mentir o quanto queira, inclusive para si próprio. Isso eu observei muito.

Mas voltando a história da rachadura no Partido, havia o pessoal que queria continuar com a linha do Prestes, que era a velha estratégia pacifista apregoada pela União Soviética...

A linha do Kruschev.

... que não queria encrenca

A União Soviética, após a década de 1950, tornou-se um freio para o movimento comunista. Por quê? Antes dos interesses da revolução mundial, tinham que vir os interesses do que já fora conquistado, da preservação da União Soviética. Então, a União Soviética torna-se um freio. E a parte, vamos dizer, ativa, vem ou da esquerda da Europa Continental – francês, alemão, que nada tem a perder – ou então vem da China, ou de Cuba. Mas a União Soviética sempre puxava o freio.

A União Soviética, quando queria fazer alguma ação mais arriscada, sobretudo no Terceiro Mundo, usava o aparato dos países satélites. Existe um livro, muito interessante do Ladislav Bittman chamado *The KGB and Soviet Disinformation*. Esse Bittman era o Chefe da Seção de Desinformação da espionagem tcheca, e ele afirma que os soviéticos, para agir, sobretudo, no 'terceiro mundo', não iam direto: mandavam agentes da Tchecoslováquia, ou da Albânia, ou coisa assim.

Na época, a argumentação do Caio Prado pareceu muito razoável e convincente a uma certa ala, com Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, que, então, aderiram à teoria da guerrilha. Teoria que estava exposta, sobretudo, no livro *A Revolução na Revolução* do Régis Debray, um livrinho de cinqüenta páginas, mas uma babaquice, uma bobagem fora do comum. Naquela época, aquilo nos parecia o supra-sumo, porque víamos Debray e Mao Tsé-tung como se fossem profetas.

A teoria dele se apoiava na possibilidade de derrubar o poderio imperialista no mundo através da disseminação de focos de guerrilha. Por isso, ficou conhecida como teoria foquista.

O foco, aqui, se resumia numa figura de retórica, que era: "1, 2, 3, muitos Vietnãs". Eles espalhavam Vietnãs por todo lado. Então, juntavam a argumentação nacional do Caio Prado com a argumentação internacional, que vinha de Régis Debray e Che Guevara, e era em grande parte disseminada por um jornalista australiano chamado Wilfred Burchett, um sujeito que trabalhava no jornal americano *National Guardian*. Burchett era muito usado, no Brasil, como um argumento de neutralidade, na base do "Está vendo? Até o jornalista do *Guardian* diz essas coisas", e tal. Hoje, com a abertura dos arquivos de Moscou, sabemos que Burchett sempre foi agente pago da KGB.

Juntando essas várias argumentações, formou-se a convicção de que se devia partir para um movimento de guerrilha. Mas é curioso que, quando entrei no Partido, fui logo cercado por essa gente – por essa ala que, para simplificar, chamarei de "ala do Marighella" –, e nunca ouvi um dos "velhos" (como chamávamos o pessoal do Prestes) falar diretamente. Só ouvia a palavra dos "velhos" através dos

seus críticos. Nunca conheci nenhum dos velhos, não vi ninguém desse pessoal do Prestes. Só recebíamos a versão do Marighella, que nos chegava através do Comitê Estadual de São Paulo, chefiado na época, parece, por um sujeito chamado José Costa Pinto, se bem me lembro (já são mais de trinta anos). Então, a versão que nos chegava vinha pelo Costa Pinto e pelo grande intelectual do Partido na época, o Nabor Caires de Brito, que a gente chamava de "O Capitão". Era o único homem de cultura que tinha ali no meio, e era um defensor ferrenho das teses do Marighella.

Eis que as teses dele nos chegavam por Costa Pinto, Nabor Caires de Brito, Mário Alves, e nunca pelos "velhos". Veja que coisa: no Partido, mesmo dentro da rachadura, dessa cisão, predominava o total controle da opinião. Quer dizer: de algum modo, aquele sujeito que estava colocado dentro da turma do Marighella não ouvia diretamente a opinião do lado adversário.

Professor, o senhor deixou muito claro que, dentro desse quadro da cisão, havia um patrulhamento muito severo, que nos pareceu ser uma constante dentro daquele clima em tal momento. Está correta esta idéia?

Exatamente. Na época, a coisa era justificada como uma situação imposta, digamos, pela própria repressão. Então, o movimento minoritário, perseguido, tinha que ser duro com os seus militantes. Mas acontece que, aos poucos, fui, por leituras e depoimentos que encontrei, descobrindo que nos países onde o Partido Comunista exercia o Poder – e onde, portanto, não podia alegar que era perseguido pelo governo – era pior ainda. Então, aquela história de que a repressão interna era uma autodefesa contra a repressão externa revelou-se como uma mentira absolutamente sórdida.

Por exemplo: em Cuba, onde o Partido Comunista exercia o Poder e não estava perseguido por ninguém de dentro do seu próprio território, o partido exercia sobre os seus militantes e sobre a população em geral um controle ainda mais drástico e mais pesado. Isso foi uma das primeiras coisas que me chamaram a atenção.

Essas pequenas rachaduras na coerência aparente da retórica do Partido foram aos poucos se alargando na minha mente, até que se tornou insustentável a minha permanência naquela entidade. Mas o que eu estava contando era a questão do famoso "racha" entre o Marighella e o Prestes.

Cisão Marighella / Prestes

Na época, parecia que toda a iniciativa da rachadura partia da ala Marighella, que, influenciada pelo livro do Caio Prado Junior, pelo livro do Régis Debray e pela situação internacional, tinha aderido à estratégia das guerrilhas e tomava, portan-

to, a iniciativa de forçar o Partido a segui-los; caso contrário, se separariam dele, como acabaram fazendo.

Mas hoje vejo de uma maneira um pouco diferente, porque a guerrilha já estava condenada ao fracasso desde o início, pelo próprio tamanho do território. Você não pode fazer uma guerra de guerrilha num País da extensão de um continente. É um negócio condenado desde logo ao fracasso.

A guerrilha poderia prosseguir durante duzentos anos, sem jamais alcançar uma vitória (pelo menos no sentido estritamente militar da coisa). No entanto, enquanto essa ala do Marighella se afundava no negócio das guerrilhas, a outra ala apostava numa estratégia de mais longo prazo – e que, verdadeiramente, se revelou viável.

Logo depois do Movimento de 1964, começaram a chegar ao Brasil as obras de dois autores importantes: Antônio Gramsci, de tremenda influência dentro do Partido, e Herbert Marcuse. Então vejamos como é que se colocam as idéias desses dois.

Vamos tratar primeiro do Marcuse, hoje um pouco esquecido, mas absolutamente decisivo para a época. Marcuse foi o último rebento da Escola de Frankfurt e, intelectualmente, o menor dos frankfurtianos.

A escola começa lá em cima com Max Horkheimer (homem de uma capacidade extraordinária) e, depois, vai descendo, descendo, até chegar em Herbert Marcuse. Mas Marcuse, embora fosse o menor deles, teve mais influência e conseguiu mais repercussão pública. Na verdade, creio que foi o único pensador da Escola de Frankfurt que alcançou tão grande repercussão.

Hoje em dia, fala-se muito em Walter Benjamin, mas não dentro de um contexto imediato de discussão estratégica, e sim no sentido cultural mais amplo. Mas o Marcuse, já na década de 1950, prosseguindo aquelas análises, feitas pela Escola de Frankfurt, que partem da constatação do fracasso do leninismo, já havia chegado à conclusão de que aquela estratégia insurrecional não poderia dar certo. Isto é, se o movimento comunista chegasse a tomar o Poder num país pela estratégia insurrecional leninista – com a idéia da vanguarda organizada e armada – ocorreria naturalmente um estado de guerra civil interna, como houve na própria Rússia, e uma ditadura monstruosa acabaria se instaurando, como de fato aconteceu na União Soviética. Então, segundo a Escola de Frankfurt, a verdadeira estratégia do movimento comunista não deveria ser apenas insurrecional, mas essencialmente cultural. É claro que Gramsci já havia escrito isso, mas as obras de Gramsci só foram divulgadas mais tarde.

Marcuse usava uma expressão absolutamente fantástica: dizia que a estratégia deveria ser não a de atacar diretamente o sistema, mas a de fazer sua decomposição difusa. Isto é, você espalharia, por tudo quanto é lado, militantes e intelec-

tuais – sem ligação aparente uns com os outros – que iriam corroendo, aos poucos, todos os valores, instituições etc., e destruindo sua estrutura de dentro para fora.

Essa estratégia, aplicada nos Estados Unidos, deu certo, e, hoje, os Estados Unidos não são mais, de maneira alguma, a mesma nação que fora até a década de 1960. A cultura americana tornou-se uma cultura francamente antiamericana. Nunca houve, em país nenhum do mundo, uma classe letrada que estivesse maciçamente contra o próprio país, como nos EUA.

Os Estados Unidos são o maior exportador de propaganda antiamericana que existe; a propaganda antiamericana que circula no mundo é 80% produzida em Hollywood e Nova York, e isso tudo foi um estado de coisas criado pela tal da "revolução cultural" que, nos Estados Unidos, foi mais marcuseana, na verdade, do que gramsciana. Mesmo nos Estados Unidos, a difusão de Gramsci é bem posterior.

Outra novidade que Marcuse introduzia era a idéia de descaracterizar o proletariado industrial como classe revolucionária por excelência.

Marcuse acreditava que o proletariado industrial havia se integrado perfeitamente à economia capitalista e estava, como de fato demonstrava, satisfeito com ela. Porque Marx previa o empobrecimento cada vez maior da classe operária no capitalismo – e o que aconteceu, historicamente, foi exatamente ao contrário. A classe operária se elevou a um padrão de vida que era impensável no século XIX, enquanto era exatamente nos países socialistas que ela decaía economicamente até o nível da miséria, da total dependência do Estado.

Marcuse enfatizava que a classe revolucionária já não poderia ser localizada dentro do proletariado, mas que tinha que ser encontrada naquelas pessoas que estavam, por uma razão ou outra – fosse econômica, fosse puramente psicológica – desconfortáveis dentro do sistema.

É claro que os primeiros que estão sempre desconfortáveis são os muito jovens, ou os adolescentes. Toda a nova geração que aparece no cenário histórico está – obviamente, por definição – insatisfeita. Por quê? Porque ela tem aspirações de Poder prematuras. O anseio de Poder da juventude, uma das marcas características do século XX, faz com que a nova geração sempre se considere marginalizada. O que é bastante paradoxal, porque ela não é realmente marginalizada, é a principal beneficiária do sistema. Mas se sente marginalizada porque sua reivindicação de Poder não é atendida de imediato. E note-se que isto sempre foi aproveitado por todos os movimentos de massa do século XX.

Uma vez li um artigo do falecido Otto Maria Carpeaux – que, aliás, era um homem de esquerda – no qual ele dizia claramente o seguinte: "Olha, toda a violência do século XX é obra dos jovens; você não vê massa de velhinhos quebrando

lojas, atacando judeus na rua. Você identifica que as massas de militantes comunistas, nazistas, fascistas, são todas compostas de juventude."

Quer dizer, a cor e o pretexto ideológicos não importam muito: o que importa é que aparece um movimento político que dá vazão a esse impulso, a esse desejo de Poder. Não vejo como um desejo de liberdade de maneira alguma. É particularmente impossível – ou no mínimo extremamente ilógico – que alguém que deseje a liberdade vá se arregimentar num movimento de massas.

Assim, a primeira faixa que Marcuse via como revolucionária – como substituta do proletariado – seria a de estudantes. A segunda faixa reuniria as pessoas que estão marginalizadas por um motivo moral: as prostitutas, os *gays*, os delinqüentes.

A segunda seria o lumpemproletariado. Marcuse foi o primeiro a dizer claramente que o lumpemproletariado, do qual Karl Marx falava com o maior desprezo – ele dizia que o lumpemproletariado era sempre ideologicamente ambíguo – adquiria uma força revolucionária na nova situação – no capitalismo já mundializado, bem-sucedido economicamente).

A terceira seriam as chamadas minorias insatisfeitas, entre as quais as nações mais pobres do Terceiro Mundo. Com isso você pode ver que Marcuse formulou toda a atmosfera e toda a simbologia da esquerda de hoje. A esquerda essencialmente marcuseana é uma esquerda que já não arregimenta proletários, mas arregimenta prostitutas, *gays*, minorias raciais etc.

As obras de Marcuse começaram a ser editadas no Brasil mais ou menos por essa época, 1965-1966, enquanto se desenrolava aquela discussão dentro do Partido. Ao mesmo tempo, a Editora Civilização Brasileira do falecido Enio Silveira, a maior editora do Partido, começava a publicar as obras de Antônio Gramsci. Antônio Gramsci praticamente organiza e articula a estratégia da revolução cultural, cujo conteúdo ideológico e publicitário, por outro lado, o pessoal tinha absorvido de Marcuse.

Não houve nenhum contato entre os dois, evidentemente. Gramsci nunca soube da existência de um sujeito chamado Marcuse, mas, antes mesmo da difusão das idéias de Marcuse, Gramsci já criara um aparato para operacionalizar – e, portanto, viabilizar – aquilo tudo.

Marcuse dava o pretexto ideológico e Gramsci a modalidade de organização partidária. Tudo estava sendo estudado pelos "velhos" do Partido, pelo pessoal do Prestes. Então, enquanto uma meia dúzia de malucos se dedicava à guerrilha, ia para a guerrilha para morrer, o que fazia o Partidão? Fazia, por exemplo, o treinamento de pessoas para ocuparem as cátedras de Educação Moral e Cívica abertas pelo Governo.

Note-se que nenhum dos governos militares jamais foi totalitário. Não existe governo totalitário sem doutrinação das massas. Os governos militares se recusavam

obstinadamente a fazer doutrinação das massas; no máximo, promoviam, às vezes, um filme ou outro, não como doutrinação ideológica, mas como conteúdo cívico, patriótico ou relativo ao passado, jamais uma referência ideológica direta. E a educação patriótica era a mais ideologicamente neutra possível, tanto que o programa de Educação Moral e Cívica foi entregue pelo Governo aos cuidados do Padre Fernando Bastos d'Ávila, um homem da esquerda, mas que acredito ter encaminhado aquilo da maneira mais honesta que podia, na época.

Imediatamente, o Partido percebeu que aquele negócio de Educação Moral e Cívica era um tesouro, uma oportunidade extraordinária. Então, vários movimentos de esquerda, não comprometidos diretamente com a guerrilha, começaram a treinar e colocar pessoas nas cátedras de Educação Moral e Cívica.

Como é que eu sei disso? É muito simples: minha própria mulher trabalhou nessa empreitada, na época, fazendo exatamente isso. Era muito comum. Ela estudava Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica (PUC). E havia um grande número de estudantes de Ciências Sociais, militantes de esquerda, que foram ocupar as cátedras de Educação Moral e Cívica e as transformaram em instrumentos de pregação comunista subsidiados pelo Governo militar.

Uma outra iniciativa que começou, então, foi a ocupação sistemática das chamadas "Sociedades Amigos de Bairros", que, dentre as suas atividades, faziam reivindicações à Prefeitura, como tapar um buraco, fazer um encanamento de esgoto, coisas assim. Enquanto a ala do Marighella se dedicava àquela coisa estéril da guerrilha, o pessoal do Partidão ia se infiltrando em todas essas organizações. Outro detalhe importante foi a organização da classe jornalística. Nisto, como no caso da Educação Moral e Cívica, quem criou inadvertidamente o instrumento para a ação comunista foi o próprio Governo, regulamentando a profissão de jornalista e tornando obrigatória a sindicalização.

Antes, os sindicatos eram muito pequenos. Só tinham, parece, 5% da classe sindicalizados na época. Como a sindicalização se tornou obrigatória e os sindicatos, por sua vez, eram pequenos demais para promover sozinhos uma campanha de sindicalização tão grande, quem foi que tomou a iniciativa? O Partido. Você me pergunta: "Como é que você sabe?" Resposta: eu estava lá, eu estava fazendo exatamente isso.

Então, nós nos dedicávamos a sindicalizar as pessoas e colocá-las automaticamente em nossa órbita ideológica. Isso começa em 1965-1966. Ao chegar à metade da década de 1970, podemos dizer que o Partidão já tinha o controle praticamente total da bolsa de empregos na profissão jornalística no Estado de São Paulo.

Sugiro até a leitura do livro *O Repórter e o Poder*, do José Carlos Bardawil, jornalista já falecido, muito meu amigo – talvez o melhor amigo que tive nessa profissão. Bardawil era um sujeito completamente maluco, mas foi o melhor repórter

político que conheci em toda a minha vida. Sempre muito injustiçado na profissão, exatamente por não ter ligação com corriola nenhuma, ele não era nem comunista nem anticomunista. Nesse livro, ele dá vários depoimentos que mostram o poder imenso que, já na década de 1970, o Partido tinha sobre a classe jornalística.

As conseqüências disso podem ser comparadas com o que está no livro *La Grande Parade*, de Jean-François Revel, da Academia Francesa. Nesse que é seu último livro – foi publicado em 2000 –, ele analisa o fenômeno da hegemonia esquerdista dentro dos meios jornalísticos franceses, e, como uma das provas dessa hegemonia, dá os resultados das eleições sindicais, nas quais 75 a 80% dos jornalistas franceses votam nas chapas de esquerda, e diz: "Olha, basta você comparar as eleições sindicais dos jornalistas com as eleições gerais do país, e você vê que a distribuição do espectro ideológico dentro da classe jornalística é diferente do que acontece no resto da nação."

Quer dizer que o jornalista não expressa a opinião da nação, mas a opinião do grupo em particular. Em geral, na melhor das hipóteses você chega a um equilíbrio entre esquerda e direita nas eleições gerais, e a direita geralmente sai ganhando. Mas dentro da classe jornalística não: são 75 a 80% de esquerda.

Ora, no Brasil, qual seria esta porcentagem? A porcentagem é rigorosamente 100%, porque, há mais de vinte anos, em nenhuma eleição sindical jornalística, tem existido gente suficiente sequer para formar uma chapa de direita. Não há nem chapas de direita. Então, isso quer dizer que a situação de hegemonia, de controle ideológico da classe jornalística, é infinitamente mais grave aqui do que na França.

Aqui são 100%, simplesmente. Não há mais jornalistas de direita. Veja a minha situação particular, por exemplo. Bom, não me considero um militante de coisa nenhuma. Sou um homem que discorda desse estado de coisas, mas não tenho ligação com partido ou organização ou facção de qualquer espécie. Simplesmente dou a minha opinião. E virei o quê? Um tipo esquisito. Quer dizer: a minha figura contrasta de tal maneira com a totalidade da classe jornalística que só isso já basta para mostrar que simplesmente não existe direita no jornalismo brasileiro. E, como não existe direita como facção identificável, qualquer sujeito isolado que critique a esquerda é visto como se fosse ele próprio "a direita", o "representante" de organizações e facções que, na verdade, nem sequer existem.

A minha situação pessoal é tão singular no Brasil, tão estranha, que esse fenômeno mesmo já basta para mostrar o total controle da opinião pública pelo esquerdismo militante.

Nos Estados Unidos, também existe essa hegemonia. A esquerda, também, a partir da década de 1960, usando a técnica da "decomposição difusa", como diz o Marcuse, ou da "longa marcha para dentro das instituições", em termos de Gramsci,

foi tomando aos poucos todos os jornais, canais de televisão etc. Isso também aconteceu lá. Só que a diferença, entre aqui e lá, é que lá esse fenômeno é estudado, conhecido, discutido e denunciado. E aqui não há nada disso.

Tenho na minha casa – dos que eu comprei recentemente – mais de trinta livros americanos sobre esse fenômeno. Um dos mais interessantes é de uma senhora chamada Tammy Bruce.

Tammy Bruce é militante feminista, lésbica e abortista, e essa senhora, com tudo isto na cabeça, ficou horrorizada com o que os esquerdistas estavam fazendo não só para dominar todos os meios de comunicação, mas para impedir que os seus adversários tivessem direito à palavra. E Tammy escreve um livro que se chama *The New Thought Police* (A Nova Polícia do Pensamento). Você não vai dizer que é uma direitista, conservadora etc. Nada disso, é exatamente ao contrário.

Recentemente saiu o livro *Bias* do jornalista Bernard Goldberg. "Bias" significa preconceito. Goldberg, que também é um homem da esquerda – nunca votou no Partido Republicano na vida – trabalhou na CNN por 28 anos, e, ao longo desses 28 anos, foi documentando a falsificação sistemática do noticiário.

À menor pressão de qualquer movimento esquerdista, notícias eram suprimidas, fatos eram alterados. Ele mostra, como um dos exemplos disso, o fato de que, hoje em dia, se acredita no mundo inteiro que a AIDS está igualmente distribuída entre homossexuais e heterossexuais. Isso é falso: é um mito criado pela CNN.

Os números são sistematicamente falsificados e, dentro desse processo de falsificação, ele destaca a distorção de notícias para torná-las favoráveis ao governo cubano, porque Cuba é a menina dos olhos dos jornalistas americanos. Não se mexe com Cuba. Ele conta tudo isso.

No Brasil, não há nenhum estudo a esse respeito e, quando chega uma notícia relativa ao livro do Goldberg, o que acontece? Leia essa resenha que a revista *Veja* fez do livro do Goldberg agora em janeiro. Como é que ela noticia? Primeiro, ela apresenta o livro como se fosse uma esquisitice, como se esse Goldberg fosse o único que está falando essa coisa, quando na realidade já existe uma vasta bibliografia – inclusive acadêmica – a respeito do fenômeno da desinformação esquerdista na imprensa americana.

Tratando o Goldberg como um tipo esquisito e singular, a revista, ainda, insinua que ele escreveu isso por inveja de um outro fulano. Trata logo de desqualificar o autor. *Veja*, neste caso, pratica a desinformação explícita – toda a imprensa nacional faz isso. E todos esses livros que existem sobre o assunto nos Estados Unidos jamais chegam até aqui.

E estas coisas já são conseqüências daquela operação iniciada naquela época. São os frutos que o movimento comunista colhe hoje da "longa marcha para dentro

das instituições" iniciada naquela oportunidade. Então, como é que vejo esta época hoje? Vejo que esperto foi o velho Partidão, e não o pessoal do Marighella. Espertos foram Prestes e sua turma, que apostaram em Marcuse, em Gramsci etc. Portanto, numa estratégia difusa, disfarçada, tênue e de longo prazo, o Partidão simplesmente usou a turma da guerrilha, como diz o caipira, como "boi-de-piranha". Por quê? Porque o Governo concentrou todas as suas atenções no combate à guerrilha...

E não se apercebeu dessa infiltração dentro da universidade.

Isso mesmo: o Governo deixou o campo totalmente livre para ação da chamada esquerda pacífica. Mas totalmente livre. Tanto que o chamado período militar – que hoje esses mentirosos profissionais apresentam como período de censura, controle de informações etc. – foi o período de maior crescimento e prosperidade da indústria de livros esquerdistas no Brasil.

Cheguei a discutir isso com uma senhora que ocupa um cargo importante na Secretaria de Educação do Governo do Paraná. Ela estava segura de que havia queima de livros em praça pública, como no nazismo, que a edição de livros estava totalmente controlada pelo Governo. Eu disse: "Minha senhora, não foi nada disso. Nunca houve sequer censura de livros, que eu saiba só dois livros foram proibidos, um, o do Debray, e o outro, sobre a guerra de guerrilha no Vietnã, porque ensinava a fazer bombas." Só esses dois livros foram proibidos. Em vinte anos de regime militar, não houve controle nenhum. Justamente nesse período, as editoras comunistas cresceram para caramba, muitas vezes com financiamento do Governo, como foi o caso de Enio Silveira. O próprio Enio Silveira me disse que, se não fosse a ajuda dos governos militares, ele já teria falido.

Então, o que realmente deu certo para os comunistas, com o passar do tempo, foi a estratégia do pessoal "velho", com os guerrilheiros servindo apenas como "bois-de-piranha".

Professor, só um detalhe: na sua exposição, ficou claro que antes o senhor estava bem ligado a esse grupo do Marighella, através de vários companheiros, mas depois esclarece que o senhor, sua esposa e outros verificaram que a ciência e o trabalho mais objetivo estavam do lado dos "velhos", do Luís Carlos Prestes. Aí, o senhor passou a trabalhar, tanto o senhor como a sua esposa ...

Não, nós não passamos não. Isto eu percebi muito mais tarde, quando já tinha saído do Partido fazia uns dez anos. Percebi que o que aconteceu no Partido não foi propriamente um racha, mas foi uma espécie de artimanha, muito bem bolada pela turma dos "velhos" que devem ter pensado assim: "Eles querem fazer guerrilha, deixem que façam."

Para atrair o Governo.

Exatamente. Eles foram, literalmente, os “bois-de-piranha”. Então, da guerrilha mesmo, o que foi que sobrou? Nada.

Houve alguma pressão da parte do grupo do Marighella, quando o senhor quis sair do Partido?

Não, não. Não mudei de lado dentro do Partido e, aliás, nem rompi com o Partido. Simplesmente, fui saindo devagarzinho, porque, vendo as contradições, o absurdo da coisa, fui ficando chocado, sobretudo com relação àquela atuação guerrilheira. Era muito esquisito e óbvio que ia fracassar.

Achava que havia um negócio meio diabólico por trás de tudo. Hoje, entendo o que aconteceu. Hoje, entendo essa premeditação dos “velhos” em usá-los como “bois-de-piranha”, entendo o que houve de maligno. Mas, na época, como disse, só senti o cheiro de enxofre no ar e pensei: “Não, isso aqui está muito mal explicado, é muito absurdo. Não vou participar deste negócio. Está na cara que vão todos morrer”.

Hoje em dia, o que é que sobrou da guerrilha? Ora, a guerrilha hoje pode ser usada como instrumento de propaganda: você pode tirar proveito dos cadáveres. São trezentos cadáveres no total, trezentos cadáveres da esquerda, embora eles tenham matado duzentos do Governo, do outro lado.

Então, isso pode ser usado como instrumento de propaganda, mas esse é o único uso eficaz que se pode fazer dela. Enquanto eles estavam fazendo guerrilha, o lado dos “velhos” estava montando o aparato cultural inteiro. Estava tomando todas as universidades, os meios de comunicação, as instituições de cultura – que, hoje, dominam totalmente, da maneira mais cínica que se possa imaginar.

E o Governo totalmente alheio a esse aspecto, voltado apenas para a luta armada.

Completamente alheio. O Governo militar estava totalmente voltado para a luta armada e, propositadamente, deixava a esquerda pacífica atuar como quisesse, primeiro, porque o Governo não tinha nada contra a esquerda pacífica. Ele só não queria dois tipos de coisa: a luta armada e a corrupção. Se não ocorresse nenhuma dessas, os esquerdistas podiam fazer propaganda ideológica à vontade.

Era a teoria do Golbery, a teoria da panela de pressão. Ele dizia: “Não pode fechar a panela de pressão por todos os lados que ela explode. É preciso deixar uma válvula de escape.”

Ora, a válvula que foi deixada foram as instituições de cultura, os meios de comunicação, as universidades...

Eram as áreas mais importantes, o centro da estratégia de Marcuse e Antônio Gramsci, que, na época, era desconhecida. A primeira referência que vi, no

meio militar, a Antônio Gramsci, foi já na década de 1980, no artigo do General Fábrega – José Saldanha Fábrega Loureiro – mas, aí já era tarde. Hoje, estou certo de que o pessoal da guerrilha foi usado e enganado, e que o Governo também foi usado e enganado. E o velho Partidão demonstrou a sua astúcia fora do comum e sua capacidade de ação de longo prazo.

Paciência e persistência.

Uma paciência fora do comum, porque a gente não pode esquecer o seguinte: hoje em dia, temos vários partidos que concorrem às eleições, mas o movimento comunista tem cento e cinqüenta anos de idade, tem uma continuidade de geração para geração. Cada geração aprende com a anterior. Nada se perde: toda a experiência adquirida é repassada, discutida, processada e há um contínuo reexame da estratégia e dos acontecimentos. Todo esse legado, toda essa herança está, hoje, na mão dos partidos de esquerda. E os partidos do outro lado, Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Progressista Brasileiro (PPB) etc? São partidos que surgiram ontem, que não têm respaldo histórico nenhum e, sobretudo, não têm uma intelectualidade organizada capaz de examinar as coisas.

Então, esses outros partidos são apenas partidos pragmáticos, empíricos. O que nós vemos hoje é uma luta entre políticos caipiras pragmáticos, e, do outro lado, uma intelectualidade organizadíssima que inclui milhares de pessoas.

Você vê, por exemplo, na *internet*, o que existe de discussões contínuas de estratégia é uma grandeza. Agora, aqui, hoje em dia, chegamos a acreditar que políticos do tipo "coronel do sertão", puramente pragmáticos e sem cultura, são capazes de enfrentar uma coisa dessas. Isso é absolutamente ridículo.

Professor, qual é o paralelo que o senhor faz entre a "Liga Camponesa", daquela época, do Julião, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de hoje? Será que, naquela oportunidade – em que a "Liga Camponesa" acabou derrotada – teria havido vontade política para eliminá-la, coerente com essa idéia de combater o que era luta armada, e, hoje, não há a mesma vontade de enfrentar o MST?

A diferença básica é dada justamente pelo contexto cultural e psicológico. Na época, em 1961, as "Ligas Camponesas" já estavam recebendo dinheiro e armas de Cuba para fazer guerrilha. Quer dizer, a guerrilha começa em 1961 – não em 1964, 1965, 1966 ou 1967. Portanto, explicar a guerrilha como reação ao Governo militar é uma mentira sórdida.

Havia já um plano contínuo de movimento guerrilheiro, mas na época, na sociedade civil e na cultura brasileira, não havia uma atmosfera favorável a isso. A maior parte dos jornais, por exemplo, era contra.

Você vê, por exemplo, em 1964. É claro que houve gritaria contra o movimento militar entre intelectuais militantes de segundo escalão. Mas as grandes figuras da intelectualidade brasileira, os homens de grosso calibre ficaram todos a favor dos militares – Manuel Bandeira, Gilberto Freyre, Miguel Reale: era o que havia de melhor.

O próprio Otto Maria Carpeaux, que depois ficou contra o novo regime, era a favor da derrubada do João Goulart. Escreveu dois artigos fulminantes contra o João Goulart nas vésperas do Movimento de 31 de Março. O que havia de melhor no pensamento brasileiro estava a favor do Movimento de 31 de Março, e só a arraia miúda que englobava o pessoal de teatro, cinema, atores – que não são intelectuais, são gente de *show business*, de uma intelectualidade mais popular, o proletariado intelectual – ficou com a esquerda.

Mas digo isso só para mostrar como a atmosfera cultural e psicológica, na época, não era tão favorável à esquerda, ao passo que, hoje, ela é de tal modo favorável que mesmo pessoas que são contra – ou pensam que são contra – a esquerda não se sentem com autoridade bastante para reagir contra o MST.

Isso quer dizer que essas pessoas se julgam a si mesmas de acordo com os padrões e critérios do adversário. Por quê? Porque esses padrões e critérios são longamente impostos através de novelas de televisão, filmes, programas de rádio, aulas universitárias, treinamento de crianças nas escolas... As crianças já são ensinadas a pensar exatamente como comunistas, desde a escola primária.

Hoje, você já não tem anticorpos psicológicos para reagir contra uma coisa dessas. Você se deixa invadir, contaminar, enfraquecer.

Então, digamos que o propósito das "Ligas Camponesas" era exatamente o mesmo do MST, mas há essas diferenças: em primeiro lugar, a atmosfera cultural e psicológica e, em segundo lugar, é preciso ver que o Governo Fernando Henrique Cardoso ajudou muito mais o MST do que o Governo João Goulart ajudou as "Ligas Camponesas".

Sempre digo que o Governo Fernando Henrique Cardoso é o verdadeiro criador do MST, porque, se não fosse o dinheiro do Governo, despejado ali em quantidades astronômicas, não haveria MST nenhum. E ainda chegam a montar essa falcatrua dos Títulos da Dívida Agrária, por exemplo: você tem uma fazenda que certo dia é reivindicada pelo MST. Então o Governo vai lá, desapropria e, ao invés de pagar com dinheiro – a indenização justa e imediata, como a Constituição exige – paga com Título da Dívida Agrária que, depois, o Governo aceita para pagamento na compra de estatais – privatizações essas das quais, portanto, a esquerda se beneficia, o MST se beneficia, ao mesmo tempo em que a imprensa esquerdista desce o cacete nas privatizações. Ora, aí é o próprio ladrão que denuncia o roubo em seguida. Isso é uma

monstruosidade, é de um descaramento, de um cinismo fora do comum. Esse esquema da dívida agrária foi criado pelo governo para favorecer o MST. Se não fosse isso, o MST simplesmente não existiria.

Uma vez, num artigo, perguntei ao Lula: "O senhor acha mesmo que poderá fazer mais pelo socialismo do que fez o seu antecessor?"

O MST não é uma organização sindical, não é um partido político, não é uma guerrilha: é uma mistura de tudo isso. O que era exatamente uma mistura de tudo isso era o soviete na Rússia. A organização do MST – quem estudar um pouquinho o assunto verá – é rigorosamente a cópia do soviete, e o soviete serve para quê? Para desmantelar a estrutura agrária e preparar a futura administração socialista do campo. É exatamente isso que o MST está fazendo.

Na Rússia, a criação dos sovietes levou décadas. Aqui, tudo foi feito em oito anos, com o dinheiro do Governo. Portanto, o MST deveria erguer uma estátua para o Fernando Henrique, porque ele é seu verdadeiro criador. Mas sempre, para um esquerdista, é normal entrar dentro do aparato do adversário, e consentir ser publicamente identificado como adversário, enquanto trabalha para a esquerda. É exatamente o que fez o Fernando Henrique.

Fernando Henrique é um homem que fomentou a revolução socialista neste País com o dinheiro do Governo, o tempo todo, ao mesmo tempo que posava publicamente de agente do imperialismo, homem da direita, consentindo até em "levar uns tomates".

O sacrifício que Fernando Henrique fez da sua pessoa e do seu prestígio em favor da esquerda o tornaria a meu ver uma espécie de santo para esse pessoal. Ele é um mártir, que se oferece assim: "Olha, eu vou lá, faço a parte suja do serviço, poso como homem da direita, para dar dinheiro a vocês e para fomentar a educação marxista das crianças, a criação do MST, a criação do aparato fiscal que será usado, depois, para destruir todos os níveis da direita. Faço tudo isso e ainda consinto em posar como homem da direita e levar os tomates que a esquerda queira jogar em cima de mim." É um "santo"! A esquerda tem de beatificá-lo.

Professor, quais foram os principais erros da Revolução, nesses vinte anos em que esteve no Poder?

Diria que são os erros crônicos da política brasileira. Primeiro, o empirismo e o praticismo – valorizar só o aprendizado prático: acreditam que é possível resolver tudo no improviso, sem uma compreensão teórica mais profunda do que está acontecendo. O desprezo pelo conhecimento é uma marca característica do Brasil, onde conhecer o assunto de que se fala não é considerado normal.

Tenho um amigo que nasceu no morro da Rocinha e, desde pequeno, era muito estudioso. Enquanto os outros iam jogar futebol, ficava lendo. Mais tarde, entrou num programa de auditório para responder sobre a vida de José do Patrocínio, ganhou um dinheirão e saiu da favela. Ele me disse o seguinte: "Sofri mais discriminação na favela por estudar do que aqui embaixo por ser preto." É algo que faz rir, mas precisamos entender que isso é uma coisa muito arraigada no Brasil. Gente que estuda é vista como esquisita.

Esse pragmatismo imediatista foi o grande erro da Revolução, mas não somente o grande erro da Revolução: é o grande erro de toda a classe governante do Brasil desde o início do século XX.

Acreditaram poder resolver o problema do comunismo apenas com base na ação militar, e acabaram descuidando completamente do aspecto cultural e psicológico mais profundo. O que conseguiram com isso foi uma espécie de vitória de Pirro: venceram a guerrilha, mas ao mesmo tempo já estavam sendo comidos pelas beiradas pela revolução cultural gramsciana.

Venceu militarmente, mas perdeu psicologicamente.

Perdeu culturalmente. E isto era inteiramente previsível para quem conhecesse bem as obras de Marcuse, Gramsci e tal. Inteiramente previsível. Não tentar formar uma intelectualidade à altura de compreender e superar a estratégia comunista foi um erro enorme, mas a gente vê que esse erro não ocorreu só na Revolução: ele persiste hoje.

Esses políticos do PFL, do PPB, acreditam que podem vencer o PT, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) etc., na base do puro empirismo, do improviso eleitoral, sem nenhuma análise mais aprofundada. No Brasil, o cultural ainda exerce uma função ornamental e de prestígio, e não uma função utilitária. Então, quando se vê um camarada como estudioso, ele é celebrado como um grande intelectual, mas mesmo assim ninguém estuda o que o sujeito está ensinando. Penso que precisamos mudar rapidamente isso, e criar uma concepção mais austera e mais utilitária do estudo e da cultura.

A gente não pode continuar estudando por boniteza, para brilhar, para ser doutor, para entrar para a Academia. Temos que estudar porque o estudo é o único instrumento de valor que o ser humano possui. Sem o conhecimento, o ser humano está liquidado.

Veja o que aconteceu no México, por exemplo, onde havia a guerrilha em Chiapas. O governo mexicano tinha uma superioridade militar infinita em relação aos guerrilheiros e, no entanto, perdeu. Os guerrilheiros de Chiapas puseram o governo de joelhos, tanto que todas as exigências dos guerrilheiros tiveram que ser aceitas depois pelo

Presidente Vicente Fox. Ele teve que engolir tudo aquilo. Por que aconteceu isso? É simples: enquanto o governo apostava nos meios de ação puramente militares, eles apostavam na formação de redes de informação e de pressão no mundo inteiro.

A guerrilha tinha contato com toda a imprensa européia e americana, com todas as redes de televisão e todas as universidades. Dessa forma, quando o governo mexicano dava um passo contra a guerrilha, instantaneamente a mídia internacional inteira caía de pau no governo mexicano.

O guerrilheiro podia matar, assaltar, estuprar, tocar fogo... podia fazer de tudo, que ninguém falava nada. Mas se o governo dava um passo, a mídia internacional inteira caía sobre ele.

Se a gente perguntar: "Mas e o governo mexicano, que aparato internacional tinha na mídia? Que contato?" Nenhum. Não se pode vencer essa gente somente por meios militares, de maneira alguma – não quer dizer que os meios militares sejam dispensáveis, de maneira alguma também – mas eles têm que ser empregados dentro de uma estratégia muito mais geral, e não isoladamente.

Entendo que o ocorrido em Chiapas – gostaria de ouvi-lo a respeito – está se repetindo na Colômbia; só não acontece com tanta força por causa do narcotráfico, que realmente repele um pouco na hora de ser apoiado.

Este é o ponto fraco deles. Ponto fraco porque, como o movimento esquerdista internacional perdeu o apoio financeiro da União Soviética, passou a se apoiar no narcotráfico. Agora, não podemos nos esquecer de que essa rede do narcotráfico foi montada pela própria União Soviética, cinqüenta anos atrás. A União Soviética previa a dificuldade de continuar financiando a distância o movimento revolucionário na América Latina, e já pensava na criação de fontes locais de financiamento, e, na década de 1950, surge a idéia de aproveitar o narcotráfico.

Isto está contado num livro de um autor chamado Joseph Douglass. Esse Douglass usa as análises feitas pelo General Jan Sejna do Estado-Maior do Exército tchecoslovaco, e que testemunhou, pessoalmente, todas as operações realizadas pela KGB para se apropriar das redes de tráfico – incipientes na época –, dominálas e utilizá-las em favor da revolução latino-americana.

Isso foi um projeto cuja implementação levou cinqüenta anos, e cujas conseqüências nós vemos hoje. Quer dizer, essa coisa de FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) não surgiu do nada, foi longamente preparada. O livro chama-se *Red Cocaine*, cocaína vermelha. Esta obra tem que ser traduzida e publicada no Brasil, para que todos entendam o que aconteceu durante esse período todo. A associação da revolução, do movimento comunista internacional com o narcotráfico é muito antiga – muito antiga e muito íntima.

Por exemplo, recentemente um assessor de Fidel Castro deixou a função e conseguiu ir embora para os Estados Unidos, onde chegou contando que a conta pessoal de Fidel Castro, nos bancos suíços – que eles chamam lá de "reserva del comandante" – é inteiramente usada para lavagem de dinheiro do narcotráfico. E contou que o próprio Fidel Castro foi o sujeito que conseguiu articular os vários cartéis do tráfico latino-americano, parar com a disputa entre eles e organizá-los. Quer dizer, Fidel Castro é sem dúvida o maior traficante de drogas da América Latina – e não é de hoje, pois isto é muito antigo.

Hoje em dia, não há nem atmosfera para você discutir isso, porque parece uma coisa muito estranha. Ora, tudo é esquisito para quem não conhece. Mas para mim, que estou estudando essa coisa há trinta anos, nada disso aí é novidade. Mas se você disser uma coisa dessas em público hoje, soará enormemente estranho.

Por quê?

Porque, há vinte anos, no Brasil, ou quase trinta anos – até mesmo no tempo do regime militar – teve início o controle esquerdista da cultura nos meios de comunicação. Todo o material que se descobriu nos últimos vinte ou trinta anos a respeito do comunismo internacional está bloqueado, censurado, e não chega ao Brasil. Os livros estão todos em francês, inglês e espanhol. Aqui não chegam de jeito nenhum.

Em 1975, como resultado dos trabalhos desenvolvidos no primeiro lustro da década de 1970, o renomado Professor e Estrategista Ray Kline apresentou uma obra na qual afirmava que a vontade nacional do Brasil se igualava à da França, ocupando o primeiro lugar entre os 78 países selecionados para avaliação do Poder Mundial. Havia uma determinação nacional, um entusiasmo contagiante em torno do "Brasil grande", um verdadeiro retorno à fase do "tenentismo", no afã de que o Brasil ganhasse uma dimensão de crescimento, em todos os campos do Poder, semelhante à expressão do seu espaço físico de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados. Mas aquela euforia desapareceu quase que totalmente. Hoje, o que manda é a vontade internacional. Embora se fale hoje, o fato já se evidencia desde Collor, haja vista, entre outros fatos, a Reserva Ianomâmi, que foi uma imposição de George Bush, o pai do atual Presidente dos Estados Unidos.

Como se operou essa transformação, como se apequenou a vontade nacional, se o Brasil chegou a crescer a 10% ao ano, de 1969 a 1973, no período de estudos de Ray Cline?

Bom, como é que acontece isso? Em primeiro lugar, a expressão "Nova Ordem Mundial" só começa a circular na imprensa brasileira depois que foi usada num discurso do George Bush, o pai, no tempo da Guerra do Golfo. A partir daí, todo mundo acordou para o fenômeno da Nova Ordem Mundial e começou a discuti-la.

Muito bem, esta questão de Nova Ordem Mundial está sendo discutida e planejada pelo menos desde a década de 1920. Houve um projeto inteiro – em 1928 já estava totalmente formulado – que saiu num livro de Herbert George Wells, intitulado *The Open Conspiracy*. Toda a Nova Ordem Mundial está delineada ali.

A idéia da Nova Ordem Mundial é essencialmente uma criação da chamada Fabian Society, Sociedade Fabiana. Os socialistas fabianos são socialistas moderados, inventores da chamada "terceira via" que também já estava formulada na década de 1920.

Onde surge a "terceira via"? Surge de um fator muito simples: o capitalismo é um regime que produz uma tal riqueza, uma tal prosperidade que acaba criando, junto com a prosperidade geral, certas fortunas que transcendem a própria mecânica do capitalismo. Por exemplo, um sujeito que cresceu e que enriqueceu num regime de livre concorrência, quando chega ao topo do capitalismo, isto é, se tornou uma das grandes fortunas, percebe que, embora a sua fortuna tenha sido criada pelo regime de livre concorrência, ele já não pode estar submetido à mesma. Nesse momento, surge o problema dinástico, porque ele aspira passar aquela fortuna para os seus descendentes e perpetuá-la. Então, ele já não quer mais livre concorrência, porque deseja garantir a continuidade.

Isso quer dizer que a classe capitalista se forma na livre concorrência, mas se consolida como um poder dinástico, e, portanto, já não mais de tipo capitalista, e sim de tipo aristocrático.

Então, dentro do regime capitalista puro, capitalista liberal, ninguém pode garantir que o pobre de hoje não será rico amanhã e o rico de hoje não será pobre amanhã, porque o mercado é um negócio flutuante e imprevisível. A partir do momento em que a grande riqueza criada pelo capitalismo liberal tenta se perpetuar através das gerações e se torna um poder aristocrático, passa a funcionar como uma força estranguladora do capitalismo.

Então, é isto que explica o seguinte: se você pegar as duzentas maiores fortunas dos Estados Unidos – a começar por Rockefeller, Morgan etc. –, você verá que, nas eleições americanas, desde o começo do século, eles jamais apoiaram o candidato pró-capitalista, mas sempre o candidato estatista, intervencionista, controlador da economia, semi-socialista. Isso acontece porque essas grandes fortunas, esses grandes bancos internacionais, vivem de emprestar dinheiro para o governo, que é o grande cliente deles. Precisando do endividamento público, precisam do governo intervencionista.

São republicanos ou democratas?

Hoje em dia seria democrata. Mas essa diferença já não é tão importante, porque os candidatos que eles elegeram – republicanos ou democratas – eram todos

intervencionistas. Os que defendiam a economia liberal e o livre mercado sempre foram jogados para escanteio.

Inclusive aqueles dos quais você menos esperaria isso. Por exemplo, Ronald Reagan. Teoricamente, Reagan seria um homem do capitalismo liberal, uma espécie de Margaret Thatcher – ex-Primeira-Ministra britânica – de terno e gravata, mas, quando você vai ver, o que é que o Reagan fez? Ele fez o maior endividamento público de toda a história americana.

Quer dizer, durante a administração Reagan, o Estado cresce mais ainda. Eles sempre apoiaram mais uma política intervencionista. Ao mesmo tempo, essa mesma elite sempre usou a União Soviética – e o movimento comunista de modo geral – como instrumento de pressão em cima do governo americano. Se você for ver a própria história da União Soviética, sua história inteirinha, você vai ver que a União Soviética só existiu graças à ajuda americana.

Um exemplo: quando termina a Segunda Guerra, os americanos fazem o Plano Marshall para os países da Europa Ocidental – França, Alemanha e outros. E como era o Plano Marshall? Os Estados Unidos davam dinheiro para aqueles países para que se reconstruíssem, com a condição de que comprassem seus materiais nos Estados Unidos – forçando a venda, portanto. Isso quer dizer que, através desse plano governamental, o contribuinte americano era obrigado a subsidiar firmas das quais ele, normalmente, não compraria. Evidentemente, é uma política antiliberal, intervencionista. Já para a ajuda à URSS não impuseram condição nenhuma: deram-lhe simplesmente um empréstimo a fundo perdido, que jamais foi pago – e nunca reclamaram do calote. Neste caso, o Governo foi pressionado pelas grandes fortunas: Rockefeller, Morgan etc.

Ora, quando vemos que esses grandes bancos vivem do endividamento público, eles têm que ser contra o capitalismo liberal, e têm que ser a favor de um regime intervencionista. Mas o comunismo total, por outro lado, também não serve para eles. Então o que fizeram? A "terceira via" foi a solução que encontraram, pois já tinham pensado nisso. Tudo está escrito, publicado, desde a década de 1920.

Então, esse pessoal vai empurrando o mundo cada vez mais, para uma espécie de socialismo *mezzo a mezzo*, um socialismo que, no fundo, seria idêntico à economia fascista, à economia nazista – porque é um regime estatista –, mas conservando-se o Poder das grandes empresas, como você tem na China hoje, também.

Alguma coisa parecida com Lord Keynes – John Maynard Keynes?

Lord Keynes é um característico socialista fabiano. Agora, as relações do socialismo fabiano com a União Soviética foram sempre muito boas. Eles sempre apoiaram a União Soviética. Aí, aparecem umas situações que são tão estranhas

que beiram a inverossimilhança, como por exemplo o seguinte caso: Dean Acheson foi Secretário de Estado americano; seu escritório de advocacia era oficialmente o escritório que representava os interesses do governo soviético nos Estados Unidos. Isso quer dizer que o advogado da União Soviética era Secretário de Estado americano. Como é possível uma coisa dessas? É muito estranho!

Você vê que havia ali um conluio de interesses que chega a ser sinistro, sob certo aspecto, baseado sobretudo na mentira. Ora, essa turma do Acheson – que eles chamavam os "Homens Sábios", eram cinco ou seis – inventou a política de "contenção do comunismo". O que significa "contenção do comunismo"? Significa não fazer nada contra ele, deixá-lo como está.

Então, de fato, bloquearam as iniciativas anticomunistas nos Estados Unidos, porque necessitavam da União Soviética para usá-la como instrumento de chantagem em cima do governo americano. A mecânica disso também é muito simples: se o banqueiro vive de emprestar dinheiro ao governo, qual é a garantia que ele tem de que o governo vai pagá-lo? A qualquer momento, o governo pode criar uma moratória, dar-lhe um chapéu e não pagar mais nada.

Ele precisa de um instrumento de pressão externa; é a garantia que ele tem. É por isso que você vai ver, sempre, esse pessoal – Rockefeller etc. – subsidiando o movimento esquerdista, como subsidiaram o Mandela na África do Sul.

Mandela, que estava na cadeia há vinte anos, membro de um grupo eminentemente assassino e genocida – o chamado Congresso Nacional Africano, que, na verdade, é o Partido Comunista – repentinamente...

Teve o apoio total das grandes fortunas.

Exato. Ele foi posto no Poder por Rockefeller, e chegou a admitir isso. Assume o Poder e no dia seguinte é retirado da cadeia, seis meses depois é Presidente da República, e a primeira coisa que faz é tirar uma fotografia abraçado com David Rockefeller. E a esquerda toda acha isso lindo.

Se alguém que eles entendessem da direita aparecesse abraçado com o Rockefeller...

Meu Deus do céu, seria linchado.

O Movimento Comunista Internacional sempre trabalhou para o interesse desses grandes banqueiros e vice-versa. Mas este também é um assunto sobre o qual no Brasil ninguém sabe nada. Existem centenas, milhares de livros sobre este assunto – existe um bocado de livros alucinados também, negócio de teoria da conspiração, mas há estudos muito sérios, diga-se, onde você entende a coisa com uma translucidez total, sobretudo porque é ridículo pensar em termos de conspiração. O termo certo seria o do Wells, *Open Conspiracy*, conspiração aberta. Todas essas

discussões sobre "terceira via", sobre Nova Ordem Mundial, vêm sendo publicadas na revista *Foreign Affairs* desde 1920.

Está escancarado; ninguém está escondendo nada. Apenas eles têm uma continuidade temporal formidável e, também, como o Partido Comunista, discutem e refazem incessantemente a sua estratégia; por essa razão, um país como o Brasil fica que nem barata tonta no meio disso, porque você não tem uma intelectualidade capacitada para discutir a situação, diagnosticá-la e saber onde estamos. A nossa intelectualidade nem mesmo percebe que toda a nossa esquerda, aqui, é manipulada por essa gente.

Uma vez, no Rio Grande do Sul, tive um debate com o prefeito de Porto Alegre, Raul Pontt. Ele não me conhecia e esperava que chegasse lá um típico representante do imperialismo americano. E, sem me conhecer, começou a me atacar por esse lado.

Eu disse: "Espere, meu amigo. O senhor está enganado: o representante do imperialismo americano aqui é você, porque o seu partido é subsidiado por Rockefeller, pela Fundação Ford etc. Nunca recebi subsídio de ninguém, vocês é que trabalham para eles. Por exemplo, diga-me quando o MST invadiu uma propriedade estrangeira no Brasil? Nunca!" Nunca, eles nem tocam nisso. Ao mesmo tempo, obviamente, recebe subsídio até do governo inglês. Quer dizer, estamos sendo manipulados por tudo quanto é lado, e esse movimento de esquerda todo é um dos principais instrumentos de manipulação.

Ora, se nós não adquirirmos informações suficientes, não criarmos uma camada, uma classe de intelectuais capacitados a discutir e dar, ao restante da Nação, o panorama exato do que está acontecendo, vamos entrar num desespero e num ódio interno que, no fim, só vai favorecer a destruição do Brasil.

Por exemplo, quando identificamos a idéia de Nova Ordem Mundial com a idéia de interesse nacional americano, estamos cometendo um erro, porque a Nova Ordem Mundial nada tem a ver com o interesse americano, mas tem vínculos com duzentos banqueiros. Se, para formar a Nova Ordem Mundial, for necessário destruir os Estados Unidos, como de fato vem sendo feito – a cultura americana já foi destruída –, eles o farão.

Então, por exemplo, um ponto de apoio que o Brasil poderia ter no exterior, são exatamente os conservadores americanos, que são contra a Nova Ordem Mundial. Mas aqui ninguém sabe disso, porque identifica a Nova Ordem Mundial com os Estados Unidos.

Digo: meu Deus do céu, isso é uma loucura!

Mas já é um estereótipo muito difícil de apagar.

Dificílimo. E você vê um sujeito subsidiado pela Nova Ordem Mundial, como o pessoal do MST, falando contra a Nova Ordem Mundial e identificando-a com o governo americano e com a nação americana. É monstruoso, é a total falsificação. Quando vemos esse banditismo, essa violência toda, essa corrupção e tal, nada disso surge do nada. Uma nação precisa estar enlouquecida, precisa ter perdido o senso da realidade para chegar a esse ponto.

Professor, acusam os presidentes militares de terem cerceado a liberdade de pensamento das elites. Pelo que o senhor nos disse até agora, a coisa não ocorreu desta forma, não foi...

Foi exatamente o contrário. Houve cerceamento da imprensa noticiosa diária, dos jornais. Os jornais eram policiados para não publicarem notícias que pudessem ser usadas pelo pessoal da guerrilha, mas no meio universitário, intelectual e editorial não houve controle nenhum, nenhum, nenhum. Pelo contrário, nunca houve tanta propaganda esquerdista quanto naquela época. É só você acompanhar a curva ascendente da publicação de livros de esquerda, que é um fato empiricamente verificável.

O que vem justamente derrubar essa balela, essa história de que o pensamento nacional foi extremamente prejudicado pela censura.

O pensamento nacional? Que pensador saiu daí? Fernando Henrique Cardoso? Florestan Fernandes? São uns palhaços, uns idiotas. Em sua obra, Florestan nunca fez outra coisa senão aplicar à análise da sociedade brasileira uma ordem emanada de Stálin, em 1932. Stálin mandou: "Agora, vocês peguem os movimentos de minorias raciais e dêem a eles o teor de luta de classe." E Florestan Fernandes dedicou a vida a cumprir esta ordem – ele nunca fez outra coisa, e não passou de um propagandista de uma norma stalinista. Aquilo não é ciência, nem nada.

Alberto Oliva é autor de um livro que se chama *Ciência e Ideologia*, a respeito do Florestan Fernandes. Depois que você o lê, não sobra nada da obra pretensamente científica do Florestan.

Darcy Ribeiro é um homem totalmente alucinado. Não tem obra científica nenhuma; apenas uma adaptação da antropologia aos cânones marxistas, que faz em *O Processo Civilizatório*. Não creio que essas pessoas pudessem fazer a menor falta ao País.

Quando dizem que o pensamento brasileiro foi sufocado, isto é autolisonja. Pensamento brasileiro à época? Que eu saiba... Que grandes pensadores existiam aqui? Havia o Mário Ferreira dos Santos, que a esquerda toda ignorava e que continua ignorando; havia o Miguel Reale; havia o Vilém Flusser, um emigrado tcheco que chegou aqui e, em três anos, aprendeu a escrever em português – escrevia um português maravilhoso. Flusser era um grande filósofo, e nunca lhe deram a menor atenção.

Flusser acabou indo embora, na década de 1970, por não suportar mais a mesquinhez do meio. Não foi perseguido por ninguém, não foi posto para fora por ninguém. Os caras que foram demitidos da USP e de outras universidades, eram para ser demitidos mesmo, mas não por motivo político: eram para ser demitidos por inépcia.

A visão que esse pessoal tem da coisa é tão falseada que existe um livro sobre a época, intitulado *A Fúria de Calibã*, escrito por Nelson Werneck Sodré – general e historiador comunista – que tenta traçar o panorama do que define como caça às bruxas da época – o tal "terrorismo cultural", essa coisa toda. E conta que um foi demitido, o outro exilado etc. Ninguém de verdadeiro relevo intelectual. No meio da narrativa, Sodré adianta que, naquele ano (refere-se a 1965, creio) publicou oito livros que foram comentados e aplaudidos por toda a imprensa. Quer dizer, o homem publicou livremente as suas obras naquele ano, foi aplaudido na imprensa, e ainda tomou posse no Instituto Brasileiro de História e Geografia Militar, numa cerimônia à qual estava presente o Presidente da República. Agora você imagina se, em Cuba, é possível uma situação dessas: Fidel Castro comparecer a uma cerimônia na qual vai tomar posse, na Academia, um homem da oposição. O próprio Nelson Werneck se desmascara no livro.

Quando cheguei nesse ponto, pensei: "Olha, com essa página aqui ele neutralizou tudo o que está querendo mostrar no livro, porque se ele mesmo diz que era o principal, uma das principais cabeças pensantes, e tinha toda esta autoridade..."

Naqueles anos, foi publicado o livro que mencionei anteriormente, *A Revolução Brasileira*, do Caio Prado Júnior, que rediagnosticava toda a história brasileira chegando a uma conclusão favorável à luta armada. Este livro foi publicado, resenhado e comentado, e acabou determinando toda a estratégia da esquerda por vinte anos. O livro nunca foi apreendido, não sofreu censura de espécie alguma.

Pois Werneck Sodré agora será homenageado por um simpósio para o qual estão convidando várias pessoas selecionadas.

Não nego que a obra inteira do Werneck Sodré tenha um certo valor documental. Não chega a ser intelectualmente relevante, mas como documento tem lá a sua importância.

Entendo que, dessa comunistada toda, durante o século XX, a única contribuição intelectualmente relevante foi o livro do Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, um livro que reinterpreta a economia do período colonial e mostra que se tratava de uma formação econômica *sui generis*, desconhecida por Marx, e que o Gorender chama de escravismo mercantil. Essa, para mim, é a grande obra, a grande e única obra do pensamento marxista, cuja virtude é justamente fazer uma análise fora dos cânones marxistas. Porque, de acordo com o marxismo, vem primeiro o escravismo, depois o feudalismo, depois o capitalismo e depois o socialismo. Gorender mostra que, no meio

disso, surge, no próprio Brasil, uma formação econômica que está completamente fora dessa escala. De tudo o que li de bibliografia marxista brasileira, o único livro que eu conservaria para o século XXI, seria esse. O resto jogaria fora; é tudo bobagem, inclusive a obra inteira do Caio Prado.

Professor, e o AI-5? Não precisava? Foi necessário? Como é que o senhor viu, uma vez que, naquele período, cerca de vinte bombas foram lançadas em diversos locais?

A maneira como vejo é a seguinte: havia um atordoamento geral. Exageraram a importância da guerrilha e minimizaram a importância da esquerda pacífica. É muito fácil você julgar retroativamente – “se estivesse lá, faria tal ou qual coisa”.

E na época, havia muita pressão, por tanta bomba explodindo – só no QG do II Exército foram duas, em meses diferentes no mesmo ano.

Creio que foi uma medida tomada sob impacto – o movimento guerrilheiro parecia muito maior do que realmente era. Mas foi só no final que o Governo se tocou de que o negócio era mínimo. Entretanto, realmente, não parecia isso.

Não parecia. Foi muito semelhante àquele tão apregoado esquema do Goulart.

O Governo maximizou a ameaça guerrilheira e minimizou a ameaça cultural. Nesse sentido, o AI-5 foi um erro, mas somente visto de hoje. Na época, ninguém sabia. Ninguém tinha lido Antônio Gramsci, nem Marcuse, nem nada. Foi o que pareceu necessário fazer naquele momento.

Hoje, todo mundo fala em ditadura militar, em “anos de chumbo”. No seu entender, isso é decorrência de “revanchismo” ou nós é que estamos criando esse “revanchismo”, achando que ele existe?

Não, é pior do que “revanchismo”. “Revanchismo” é uma atitude psicologicamente compreensível, ditada pelo ressentimento. Mas o que há é um aproveitamento pérfido de uma situação criada pela própria esquerda, porque a única utilidade que a guerrilha poderia ter dentro do plano comunista seria fabricar mártires.

Todo o mundo sabia que a guerrilha não iria vencer. Logo, aquele pessoal foi empurrado para morrer, só para poder servir de material publicitário. Todo mundo, dentro da esquerda, sabia que a guerrilha não tinha chance.

Parece até que, por arrependimento, eles hoje estão indenizando todas essas famílias.

Acho que a insatisfação, o rombo na alma desse pessoal, torna a ferida incurável. Eles terão que se dar todas as auto-satisfações do mundo. Primeiro, porque em 1964 não havia nenhum perigo iminente para a vida deles, e todos correram. Já comentei isso. Você passa o resto da vida tentando disfarçar o ato de covardia. Depois

do ato de covardia, você tem – exatamente como no livro do Józef Konrad, *Lorde Jim*– uma sucessão de atos perfeitamente inúteis de coragem suicida destinados a limpar o seu passado perante você mesmo e escondê-lo dos outros.

A esquerda não fez outra coisa senão isso, e esse desejo de indenização não é tanto pelo dinheiro: é a busca de uma compensação psicológica pela farsa estúpida na qual comprometeram a sua vida. E quanto mais culpados estão, mais necessitam de compensação.

Por exemplo, nada justifica, que contra um governo cuja pior malvadeza era demitir funcionários públicos, você recorra à ajuda de ditaduras genocidas como as de Cuba, Alemanha Oriental e China.

Foi isso que fizeram aqui. Pedir socorro a Fidel Castro contra o Marechal Castello Branco é um crime imperdoável. Resistir contra o novo regime, muito bem, é direito seu, mas pedir ajuda a esse tipo de gente não tem o menor sentido. Você não pode dizer que Fidel Castro estava interessado em instaurar a democracia no Brasil. Por que ele deveria querer para nós o que ele não queria para o seu próprio país, ou os chineses, ou o alemão oriental?

Dizem que lutavam pela democracia, como esse palhaço e mentiroso do Aloysio Nunes Ferreira, Ministro da Justiça: "Nós éramos patriotas, lutando pela democracia." Eram coisíssima nenhuma. Eram comunistas lutando a favor do regime da Alemanha Oriental, do regime de Cuba, pois era isso o que eles queriam. É simplesmente inaceitável, historicamente falando, dizer que eles lutavam pela democracia.

O que o senhor estava dizendo do "revanchismo"?

É mais do que um "revanchismo", é uma vontade de dissipar aquele sentimento confuso que você tem dentro de si (a culpa mal conscientizada, a culpa não declarada). Isso cria uma configuração neurótica, da qual o sujeito tenta escapar mediante a busca de compensações morais. Então eles têm que estar continuamente fazendo homenagens a si mesmos, dizendo: "Éramos mártires, éramos patriotas, éramos maravilhosos." Um puxa o saco do outro, joga confete no próximo etc.; mas isto também não basta: é preciso poder; mas poder também não basta: é preciso dinheiro. Em suma, são satisfações neuróticas buscadas para compensar o próprio quadro neurótico que eles mesmos criaram com suas mentiras existenciais. Estão todos mentindo para si mesmos há trinta anos. É aquela coisa: "Neurose é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita." Isto é a vida deles. Eles mentiram em 1964 e já esqueceram a mentira, mas continuam vivendo com base nela.

Quando você vai procurar apoio de Cuba e diz que é para instaurar a democracia, você está mentindo, evidentemente. Mas esse fato é melhor esquecer. Você

não é capaz de contar mais a sua história com sinceridade, não é capaz de dizer: "Éramos comunistas, queríamos aqui uma ditadura como a de Fidel Castro mesmo, queríamos fuzilar todo mundo e não nos deixaram, e ficamos loucos da vida porque não nos deixaram."

Não podendo confessar isso em público – e talvez não confessem nem para si mesmos –, vivem na base da mentira, e é justamente isso que os induz a buscar compensações morais, psicológicas, financeiras, etc. Quer dizer, o destino do País está sendo decidido pela neurose de um grupo – pela neurose, pela mentira existencial de um grupo de idiotas pretensiosos.

A abertura levada a cabo durante o processo revolucionário, iniciada pelo Presidente Geisel, estendeu-se pelo Governo Figueiredo, condutor do processo para a concessão da anistia ampla, geral e irrestrita. Qual a sua análise a respeito?

Na época, eu estava trabalhando no *Estadão*, no *Jornal da Tarde*, edição vespertina do *Estado de São Paulo*. Era um dos jornais mantidos sob censura mais rígida. Do ponto de vista daquela pequena comunidade jornalística, a única coisa que interessava é que existisse a abertura.

Para nós, então, foi um alívio, foi maravilhoso. Mas vendo a coisa agora, noto que a abertura só serviu para entregar o Poder de vez àquele pessoal todo que estava preparando a revolução cultural gramsciana. Só serviu para devolver o Poder a um inimigo renovado e fortalecido.

Por quê? Porque não foi feito o trabalho de combate cultural que tinha de ter sido feito. Quando digo combate cultural, não quero dizer botar os camaradas na cadeia. Você não pode combater uma idéia metendo ninguém na cadeia. Precisa fazer exatamente o que estou fazendo. Ir lá, desmoralizar a idéia e desmoralizar o charlatanismo. Só que, para isso, você precisa dispor de intelectuais preparados.

Hoje, estávamos falando isso, que é preciso listar as idéias por eles lançadas e mostrar que elas são falsas, mentirosas. Mas eu pergunto: quem vai fazer isso?

Às vezes nem é uma questão de divergência ideológica. Não tenho divergência ideológica com sujeito nenhum, porque não acredito em ideologia alguma. Apenas tenho noção do verdadeiro ou do falso, tenho um certo critério científico e filosófico para raciocinar e sei distinguir uma verdade, ou pelo menos uma teoria provável, de um charlatanismo, de uma vigarice.

Denunciar insistentemente a vigarice, a mentira intelectual, a impostura intelectual – como a chamou Alan Sokal –, é isto que é o verdadeiro combate cultural. Isso é militância cultural, não ideológica. Você não faz isso para defender uma ideologia. Se você aceita que, para atacar uma ideologia, tem que ser em nome de outra,

você já caiu na armadilha marxista. O que é preciso é desmentir uma ideologia não em nome de outra, mas em nome de uma verdade elementar.

Se o sujeito pensa que a soma de dois mais dois dá quatro, e a ideologia diz que dá cinco, será que para combater a ideologia é preciso fazê-lo em nome de outra que diz que dois mais dois são seis? Não. Mas dizer que dois mais dois são quatro, o que não é ideologia: é verdade, é razão, é bom senso, e a gente tem que atacar é por aí.

Desses vinte anos de período revolucionário – até 1985 –, emergiu um novo País e, assim, foi ter às mãos da Nova República, sob a Presidência de Sarney. Foi a consolidação da abertura. Qual o seu significado?

A abertura só serviu para entregar este País na mão do que havia de pior – quer dizer, uma geração profundamente corrompida, que é a minha própria. Eu vi a formação dessa geração, e esse pessoal foi formado na base da vaidade, do desejo de Poder ilimitado, da falta total de consciência moral, da incapacidade de julgar-se a si mesma pelos seus próprios atos, do total desconhecimento até do segundo mandamento de Jesus Cristo, que manda você "amar ao próximo como a si mesmo", quer dizer, no mínimo, julgar o outro exatamente pelo mesmo critério com que julga a si próprio.

Posso dizer que, no Brasil atual, a prática do segundo mandamento está proibida. Você sempre é levado a julgar o outro por um critério totalmente diferente daquele com que se julga. Para um marxista, isso é a coisa mais normal do mundo. Jamais consentirá, partindo do princípio de que o outro é o burguês, maldito etc., em se submeter a um julgamento pelo mesmo critério dele. Então você já está defendido contra a repressão da própria consciência moral.

Um grande psiquiatra chamado Igor Caruso afirma que a origem das neuroses não é a repressão do instinto sexual, mas a repressão da consciência moral. É quando você não deixa a sua consciência falar, não se deixa julgar. É a geração dos Zés Serras, dos Lulas, dos FHCs, na qual me alegro de ter sido um marginal e solitário, porque hoje tenho horror dessa geração.

Graças a Deus, segui o meu caminho à margem, afastei-me de todo mundo da minha geração. Chegou uma época em que só tinha amigos ou trinta anos mais velhos ou trinta anos mais novos, ninguém mais da minha geração. Hoje, restabeleci contato com alguns. Afastei-me da minha geração para poder observá-la com mais frieza e chego à conclusão de que é a pior geração que já existiu neste país: a mais cínica, a mais amoral, capaz de usar os pretextos éticos e morais mais elevados para cometer as maiores baixezas.

Hoje, por exemplo, fala-se em combate à corrupção. Quando foi lançada a campanha "Ética na Política", imediatamente diagnostiquei: "Depois de dez anos de

campanha pela ética na política, campanha de combate à corrupção, a corrupção não terá diminuído em nada. Ao contrário, terá aumentado, mas a esquerda estará mil vezes mais forte, porque era tudo um pretexto para destruir inimigos políticos da esquerda", como de fato foi. Ao mesmo tempo em que você destrói o Antônio Carlos Magalhães – "Ah, ele mexeu lá no painel eletrônico" –, você deixa no Poder homens como Olívio Dutra, amiguinho íntimo do pessoal das FARC, do narcotráfico. Passamos a perder totalmente o senso da gravidade dos delitos.

Nós nos preocupamos em perseguir os ladrões de galinha e deixamos o assassino estuprador à solta. Isto é uma corrupção do senso moral do País.

É claro que o governo militar teve os seus pecados – eu mesmo nunca deixei de os denunciar –, por exemplo, carregar nas tintas da repressão à guerrilha e esquecer totalmente o combate cultural. Isso é uma coisa grosseira, não só grosseira intelectualmente, mas moralmente errado, penso.

Mas, de qualquer modo, comparando a classe que governou o Brasil durante o período militar e a classe governante de hoje, o padrão moral desceu formidavelmente. Investigue as vidas dos presidentes Médici, Castello Branco, Costa e Silva, para ver se roubaram um palito de fósforo.

Meu Deus do céu, eles nem pensavam em fazer uma coisa dessas!

A mentalidade na época era outra. O Castello Branco não deixava comprar uma aspirina para ele com o dinheiro do Governo, era sempre do próprio bolso. E note bem que isso na época não era ser santo, era normal.

Creio que essa corrida geral ao dinheiro público também é um mecanismo de compensação – às vezes não é só o desejo material, mas também o desejo de satisfazer o ego. Porque a pessoa está se sentindo muito mal, sente-se infame, sabe que não presta, sabe que é um nada, então precisa rodear-se de compensações.

Nos últimos anos, eu notava que era o único brasileiro que dizia: "Não quero ganhar mais dinheiro não, está bom assim. Não quero dinheiro, mas quero sossego, quero tempo para poder estudar. Dinheiro não adianta. Preciso de tempo, não de dinheiro." O pessoal achava que eu estava maluco, porque a idéia de que você precisa ganhar cada vez mais, mais, mais, tinha-se impregnado na cabeça de todos.

Vou contar um episódio. Em 1970 e poucos houve uma greve dos jornalistas em São Paulo; reivindicavam aumento salarial. Fui à assembléia, com um amigo meu, e disse a ele: "Vou fazer uma experiência, agora, só para mostrar a você como esse pessoal não presta. Vou subir lá e farei uma proposta que ninguém vai aceitar, e ficarão revoltados. Quer apostar?" Então, pedi a palavra – ninguém me conhecia na época, o pessoal, tudo geração nova, ninguém sabia quem eu era. Disse o seguinte: "A nossa classe é muito diversificada salarialmente; temos aí o fulaninho que acabou

de entrar na profissão, ganha tanto (o equivalente a R$ 500,00 por mês, mais ou menos), e temos aí o Mino Carta, que recebe 80 mil. Não é justo reivindicar um aumento uniforme de 30% para todo mundo, e, então, vamos fazer um aumento escalar. Quem tem um salário menor tem um aumento maior, e quem tem um salário maior, tem um aumento menor." Quase me lincharam. Foi um "não" generalizado. Desci e falei para o meu amigo: "Está vendo?" *Quod erat demonstrandum*, fui lá e demonstrei: esse pessoal não presta, absolutamente.

Vamos comentar a imagem das Forças Armadas junto à sociedade, com elevados índices de aceitação verificados em várias pesquisas. Antes, essas pesquisas eram abertas, mas, como os índices se mantiveram constantemente elevados, deixaram de ser publicadas. Diríamos que, como as pesquisas só apresentavam resultado indesejável para os que nos são contrários, sumiram. Alegam que, nelas, não deve figurar organizações militares. Gostaríamos do seu comentário a respeito.

As Forças Armadas conservam toda a sua confiabilidade, porque o que elas possam ter feito de mal, fizeram contra uma fração ínfima da população, que é a *intelligentzia* militante. Para quem estava ali, dentro da intelectualidade esquerdista, aquilo tudo era muito desconfortável, mas para o restante da população realmente não era assim.

Negar as imensas conquistas dos governos militares é coisa de louco. No discurso que fiz no Clube Militar – que intitulei "Reparando uma injustiça pessoal" – fiz ver que os progressos da economia, no tempo do regime militar, conseguiram se integrar na atividade econômica, retirando da marginalidade e da miséria uma quantidade imensa de pessoas. Fiz ver que nunca se conseguiu resultado similar em nenhum plano econômico do século XX. Nem o Plano Qüinqüenal do Stálin, nem o New Deal, do Roosevelt, realizaram coisa igual, e nós produzimos essa coisa maravilhosa, e conseguimos tirar da miséria total o que hoje seria – guardadas as proporções estatísticas – o equivalente a 60 milhões de pessoas, um terço da população brasileira. Isso foi obra da Revolução.

Se continuasse naquele pique, o Brasil não teria, atualmente, um só miserável. Hoje, dizemos que temos 8% de miseráveis, mas quantos eram os miseráveis na década de 1960? Eram 40%! Então quer dizer que conseguimos retirar da miséria 30%, meu Deus do céu! Isto é uma obra maravilhosa, nós devíamos estar todos orgulhosos disto.

Mas quando digo que devemos nos orgulhar disto, estou atribuindo a mim mesmo a realização daqueles indivíduos que na época eu condenava e criticava. Eles o fizeram, eu não. Não ajudei em nada e a esquerda também não ajudou em nada. Só ajudou a afundar.

Sobre isso que o senhor está afirmando, ouvi do Professor Carlos Lessa – que agora teve uma votação extraordinária para Reitor de uma de nossas universi-

dades – mais ou menos, o seguinte: "Eu e todos que éramos contra os governos militares éramos, também, contra qualquer medida importante, que sabíamos ser importante, mesmo as voltadas para o civismo, patriotismo, que precisavam ser implementadas, mesmo assim contestávamos, asseverando que tudo que fosse feito de nada adiantaria, porque não havia eleição direta; – isso aqui é bom, mas não há eleição direta. Enquanto não houver eleição direta, não concordamos com coisa nenhuma."

Depois de dizer que estava tudo errado, porque não havia eleição direta, eles se reuniam e comentavam: "E quando tiver eleições diretas, o que nós vamos dizer, para poder nos justificar?"

E nós nunca podemos nos esquecer de que essa ascensão da esquerda não foi obtida por meio eleitoral, mas por meio de controle da imprensa, por meio do chamado "patrulhamento ideológico", da censura e do controle ditatorial que eles exercem sobre todos os meios de informação. Foi assim que eles conseguiam subir. Não foi através da concorrência eleitoral, leal; eles não foram leais na concorrência eleitoral nem por um único minuto.

Professor Olavo, uma mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército.

A mensagem é a seguinte: não temos que nos envergonhar do que foi feito de bom durante todo o período militar, e, sobretudo, ninguém que tenha participado do regime de 1964 tem que abaixar a cabeça perante esses criminosos que são cúmplices do genocídio.

Todo esse pessoal da esquerda trabalhava para Cuba. Muitos eram oficiais do Exército Cubano, oficiais do serviço secreto cubano – ou seja, pessoas que estão metidas numa cumplicidade com o que foi o maior crime do século XX. A despeito de tudo isso, vêm se fazendo de santos, de fiscais da moralidade alheia, quando não têm moral para falar de ninguém.

Os militares podem ter errado em muitas coisas, mas nunca cometeram crimes nessa escala, e fizeram muita coisa boa pelo Brasil. Então não há nenhum motivo de vergonha. Ninguém deve aceitar a ser criminalizado pelo bem que fez – e, acima de tudo, você nunca deve sacrificar o que existe de mais nobre em você em favor do que existe de mais baixo no outro. O critério de moralidade de hoje é a baixeza desse pessoal comunista.

Ninguém deve baixar a cabeça perante essas mentiras tão sórdidas e grotescas. Não devemos permitir que essa gente julgue ninguém, pois eles não têm autoridade. Nosso dever é mostrar exatamente como eles têm sido e como estão comprometidos com o mal.

Coronel José Maria Covas Pereira

- Natural da Cidade de Nova Friburgo, RJ.
- Exerceu as funções de instrutor da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).
- Integrou o Escalão Avançado (ESCAV) do Gabinete do Ministro do Exército, em Brasília; Comandou o 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE), no Rio de Janeiro; e serviu na 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME).
- Foi Assistente-Secretário do Chefe do Gabinete Militar da Presidência (Governo Costa e Silva), General Jayme Portella de Mello e Chefe da Seção de Assuntos Políticos da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
- No exterior, coordenou a segurança da representação brasileira à Reunião dos Chefes de Estados americanos em Punta del Este, Uruguai, e comandou o Batalhão São Domingos, na República Dominicana.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra (ESG).
- Em 1964, na eclosão da Revolução, estava em curso de transferência da ECEME para o EME e apresentou-se àquela escola.

Entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2000.

Inicialmente devo manifestar minha satisfação de encontrar-me entre amigos, relembrando aqueles momentos gloriosos da Revolução de 31 de Março de 1964. Gostaria de abordar principalmente a minha participação nos atos verificados durante os dois primeiros governos, onde tive uma participação bastante ativa.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, posteriormente, no seu desenvolvimento?

Inicialmente, nos pródromos. Estava em curso de transferência de instrutor da Escola de Estado-Maior do Exército para o Estado-Maior do Exército. Não tive uma participação muito ativa, apenas marginal, na eclosão do Movimento. Integrando à Escola de Estado-Maior, fui comandar uma barricada improvisada com os bondes virados, na altura da Avenida Pasteur, no bairro da Urca. E, posteriormente, me apresentei ao Estado-Maior do Exército, quando tudo estava sanado e resolvido.

Já no Estado-Maior, recebi um telefonema do Gabinete do Ministro e fui convidado para integrar o Escalão Avançado do Gabinete, em Brasília. E, na madrugada seguinte, o então Coronel Jayme Portella de Mello apanhou-me em minha residência, na Rua Constante Ramos e viajamos num Caravelle.

Éramos seis oficiais para substituir 22 e ocupar o Gabinete do Ministro em Brasília. Trabalhávamos dia e noite, inclusive sábado e domingo, hospedados num apartamento da Superquadra 309. Posteriormente, chegou mais gente para completar o efetivo e recebemos o próprio nacional residencial.

Vivemos os fatos normais da vida do Ministério, sendo que, no fim do ano, fui mandado representar o Ministro do Exército durante a intervenção em Goiás.

Fiquei mais ou menos uma semana, até que a situação se resolveu, porque não houve a resistência esperada. Então, demos posse ao interventor Coronel Meira Mattos e retornei à base.

Numa passagem de ano, ao cumprimentar o Ministro do Exército, no Rio, ele me disse: “Quero falar com você.” E convidou-me para comandar o 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE).

O convite pareceu-me extremamente gratificante, porque, como tenente, tinha sido um dos fundadores da Unidade, no tempo do General Zenóbio da Costa. Assumi o comando da PE no período pós-revolucionário, quando havia uma agitação muito grande, estando lá detidos líderes sindicais, chineses etc. Era uma confusão permanente e eu pernoitava na Unidade quase todo dia.

Houve vários incidentes, durante o ano, que merecem um comentário, como por exemplo, quando fui surpreendido, na PE, com a chegada de muitos intelectuais que participaram de uma manifestação no Hotel Glória, inclusive, do Antônio Callado.

Liguei para o I Exército e recebi a determinação de mantê-los presos durante alguns dias. Com essas pessoas, estava até um amigo meu, o Tiago Melo, companheiro de dupla de vôlei na praia.

Depois, recebi o Presidente Juscelino, recém-chegado da Europa, que respondia um Inquérito Policial Militar (IPM) na Unidade, sede de quase todos os IPMs instaurados no Rio, e trazido no bojo de uma manifestação popular. Fizeram um comício até na porta da PE. Ofereci-lhes, estava acompanhado de Dona Sarah, chá. Foi ouvido no IPM relativo ao Partido Comunista, a cargo do então Coronel Ferdinando de Carvalho. O ex-Presidente passava quase o dia inteiro lá, nunca foi detido, sempre foi tratado com toda a cordialidade. Acompanhava-o um advogado, ora o Sobral Pinto, ora o Stevenson, que permanecia na sala do oficial de dia, porque não tinha acesso ao IPM.

Felizmente, tudo no quartel sempre correu muito bem, apesar de tratar-se de trabalho um pouco cansativo. Até que chegou o momento em que se deu a eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro, na qual a oposição venceu.

Ganhou o Negrão de Lima.

Exatamente, Dr. Negrão de Lima. Então com certa surpresa, fui chamado ao I Exército, cujo Comandante, o General Adalberto Pereira dos Santos me determinou: “Você vai planejar, organizar e dirigir a posse do Dr. Negrão de Lima.” Evidentemente, não era uma tarefa que me deixasse muito satisfeito, porque era o candidato da oposição.

Posteriormente, tive a felicidade de ver que ele fez um grande governo e foi uma criatura muito equilibrada, mas na hora... E, também, pensei que iria participar na função de polícia, controlando, vigiando, mas não foi isso; tratava-se de organizar e dirigir, e fui cientificado de que fosse executada em caráter pessoal: “fica entre eu e você só”. Recebemos tropas da Marinha e da Aeronáutica. Fizemos uma demonstração de força nas proximidades da Câmara de Vereadores e Palácio Guanabara. Havia dois perigos: um da parte do pessoal da oposição, de fazer um carnaval; e o outro, de alguém do nosso lado, da linha dura, querer impedir a posse. Felizmente, tudo correu tranqüilamente.

Mais tarde, fui novamente chamado ao Comando do I Exército e o General Adalberto me alertou: “Haverá mudança no Batalhão São Domingos.” Entregou-me a relação de todos os previstos para o embarque e acrescentou: “Não posso mandar para essa missão um oficial que nunca tenha comandado. Assim, você seguirá à frente desta Unidade.” Já tinha havido um problema com o Batalhão Suez...

Fui, então, para São Domingos. De imediato, não fiquei muito satisfeito em largar a PE, porque gostava muito do Batalhão, mas depois... também achei formi-

dável aquela missão de comandar uma tropa de Infantaria, a Unidade-Escola, unidade de combate completa, em território estrangeiro, numa missão internacional. Foi também muito gratificante esse segundo comando.

Quando retornei de São Domingos, o Presidente Costa e Silva já tinha sido eleito. Telefonei para o General Portella que me convocou: "Passa aqui no escritório." Estava situado no edifício Royal, perto do cinema Roxy, onde me disse: "Vamos para Brasília." Usei de toda a lealdade com ele e respondi: "Chefe, vou ser promovido a coronel! Sou o número três ou quatro. Há cinco ou seis vagas! Vou sair logo!" Ele disse: "Não, vamos tomar posse primeiro, depois a gente vê o que fazer."

Viajei para Brasília, e, logo de início, mandaram-me organizar a segurança da representação brasileira à Conferência dos Chefes de Estados americanos, em Punta Del Leste, Uruguai. Era uma preocupação, pois quase todos os exilados estavam por lá, inclusive o Brizola. Todo mundo andava lá pelo Uruguai. Então, estavam preocupados com tal situação.

Na realidade, eu era adjunto da Subchefia Exército. O Calderari era Coronel e, também, adjunto da mesma Subchefia. Quando chegamos ao Uruguai, conseguimos montar um dispositivo muito bom, auxiliados pelos Adidos Militares que lá se encontravam, principalmente o do Exército, o Coronel Câmara Sena, oficial excepcional. E o Brasil pôde estabelecer um dispositivo que foi considerado o mais bem apresentado, melhor do que o dos norte-americanos. A imprensa uruguaia publicou: "Brasil se apresenta como grande potência." De fato, os adversários poderiam fazer qualquer coisa que estávamos preparados para tudo, não haveria problema.

Regressando do Uruguai, fui promovido e transferido para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a fim de chefiar a Divisão de Assuntos Políticos. Aí, é preciso recordar uma passagem interessante. A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança, desde o tempo do Castello, e mesmo anteriormente, estava instalada no Rio, na Rua Uruguaiana, em cima da Casa da Borracha. O General Portella determinou: "Você continua aqui no Gabinete em Brasília; o pessoal prepara a documentação e manda pelo malote. Você estuda e despacha comigo." Os documentos urgentes eram despachados logo e os demais aos sábados, até que o Conselho se transferiu para Brasília, instalando-se no prédio do Estado-Maior das Forças Armadas.

Nessa ocasião, começamos a preparar o Conceito Estratégico Nacional que foi editado pelo Presidente Costa e Silva, pela primeira vez. Tantos luminares tinham passado por lá e ninguém o fizera antes. Assim, o Presidente Costa e Silva foi quem o editou e eu fui o relator.

Encontrava-nos naquela faina normal do Gabinete, quando, por causa do sucesso no Uruguai, fui encarregado da supervisão das instalações governamentais

nos Estados. Não tinha nada a ver com isso, claro! Fazia parte do Conselho de Segurança, mas fizeram questão de que fosse dirigir aquele trabalho.

Então, instalamos não só a presidência como todos os órgãos de direção dos ministérios em várias regiões. Durante uma semana, a atenção ficava concentrada naquelas regiões. Fizemos isso no Nordeste, na Amazônia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Era uma sobrecarga tremenda de serviço. Na volta da instalação na Amazônia, que foi a mais pesada pela deficiência de recursos, especialmente de transporte, de alojamento, de tudo, o Presidente foi a todos os Estados e territórios e procedeu a inauguração. Acho que foi o único que fez isso.

Depois a visita da rainha da Inglaterra. Foi a primeira vez que a Soberana do Reino Unido veio ao Brasil. E eu, que estava tão cansado e tinha tanto assunto a tratar, fiquei em Brasília. O Portella veio para o Rio, permaneci, como disse, em Brasília, colocando os assuntos em dia. À tarde, tocou o telefone, era o General Portella, que ordenou:

– Pega as tuas coisas rápido e vem para o Rio.

– O que é que houve? – perguntei.

– Quando você chegar, eu explico.

Peguei as coisas e vim para o Rio. Desembarquei e fui direto para o Palácio, enquanto pensava sobre o que estaria acontecendo.

E o Portella esclareceu: "Ontem, o Magalhães Pinto – Ministro das Relações Exteriores – esteve aqui despachando com o Presidente e disse que a vinda da rainha poderia ser um fracasso com repercussão internacional, um desastre, porque tudo que era setor: Exército, Marinha, Aeronáutica, Prefeitura etc., ninguém deixava 'meter a mão no que era seu', não havia coordenação. E o Ministro pediu, então, para nomear um coordenador que falasse em nome do Presidente, desse ordem para tudo, e o Presidente mandou escalar você." Ordem é para ser cumprida. Disse duas coisas para o Portella: "Primeiro, é preciso passar um telex para todos os governadores, ministros, prefeitos dizendo que sou o dono da bola, para todo mundo, e reservar um lugar para mim, junto à rainha, nos comboios, nas cerimônias... para estar junto dela em tudo e, depois, providenciar para que o Itamarati me informasse sobre tudo o que iria acontecer, porque me encontrava inteiramente por fora de toda a programação."

À noite, no aniversário de Dona Iolanda, houve um "coquetelzinho" em Laranjeiras, compareci. O Presidente estava tão preocupado que, ao me ver, disse: "Ué! Você ainda está aqui?" Isso porque a rainha chegaria na segunda-feira seguinte, em Recife. Respondi-lhe: "O senhor pode estar tranqüilo porque amanhã sigo para Recife." E, no dia seguinte, já me encontrava no destino. Foram 12 dias terríveis, porque ficava, dia e noite, acompanhando a rainha.

Doze dias para percorrer quase o Brasil inteiro. Quando ela ia dormir, eu já voava para o próximo destino, para ver como é que fora montada a recepção, se estava tudo em ordem, inspecionar a segurança etc. Felizmente, tudo correu muito bem. O fato é que, quando ela foi embora, um dia, no Conselho, apaguei. Olha que sou um homem forte, muito forte, mas botei a cabeça na mesa e apaguei. Todo mundo ficou preocupado pensando que fosse um enfarte. Fiz exame de sangue e estava estafado em último grau. Aí, passei uns dias tomando soro, entretanto, quando fiquei bom, ninguém falou em férias, deram-me mais trabalho, fizeram-me tocar para frente.

Lembro-me de que, nos primeiros dias do Governo Castello Branco, apareceu na televisão o General Costa e Silva, Ministro da Guerra, mostrando um grupo de chineses que estava ilegalmente no Brasil. Gostaria de saber se o tal grupo era perigoso e qual o destino daquele pessoal.

É verdade, mas depois ficou esclarecido que não eram, assim, tão perigosos. Estavam em missão comercial. Mas, no meio daquele negócio, logo após o desencadeamento do movimento armado, todos do mundo comunista eram suspeitos. Ao sair deixei os chineses na Polícia do Exército, engajados no processo para provar que estavam apenas ligados a atividades comerciais em nosso País.

Coronel, como é que se deu a criação da chamada "Frente Ampla", do Carlos Lacerda?

A Frente Ampla foi criada quando já tinham sido cassados Jânio, Jango e o Juscelino. O Governador Carlos Lacerda tentou um golpe político para herdar os votos do eleitorado, que estava sem líder, e inventou essa Frente Ampla. Se tivesse tido sucesso, seria uma beleza para ele, porque herdaria tudo, mas deu em nada. Além de não herdar os votos dos outros, ainda perdeu os que eram dele.

Perdeu os votos não há dúvida.

Consideramos ilegal a Frente, em uma sessão do Conselho de Segurança e, com isso, liquidamos o problema. Até que chegou o AI-5 que foi, mais ou menos, imprevisto. A causa imediata de sua assinatura está no fato ocorrido no Congresso, por causa de uma declaração do Deputado Márcio Moreira Alves, que se demonstrou inconseqüente, contra a Revolução e os militares em geral. Um grupo muito ligado ao Carlos Lacerda tentou fazer crer aos deputados que não haveria problema nenhum caso fosse negada a permissão para que o deputado fosse processado, porque, segundo esse grupo lacerdista, o Exército não estava preocupado com isso. Puro engano! Concorreram, então, para complicar o dilema criado com o tal discurso.

Que grupo era esse ligado ao Lacerda?

Era um grupo de militares, inclusive muito bons, mas criaram essa imagem falsa. No desdobramento, veremos o que aconteceu. O Presidente chegara de Minas e quando estava se deslocando de carro, na altura do bairro de Laranjeiras, no Rio, teve a notícia de que o Congresso havia negado a permissão para processar o deputado. Aquilo foi uma paulada nele!

Em Brasília, vi a manifestação que o pessoal estava promovendo no Hotel Nacional. Bebendo e gritando: "Liberdade do Congresso!" Numa euforia terrível. Pensei, essa gente não sabe o que está aprontando. Seguiu-se a pressão, causada por esses maus brasileiros. As provocações do Márcio Moreira Alves e, depois, o Congresso, obrigaram o Presidente Costa e Silva a editar o AI-5. Ele não teve saída.

O Presidente era um homem que se esforçava em cumprir a Constituição. No passado havia sido preso na Fortaleza de Santa Cruz, em defesa da Constituição. Tendo tomado posse em 15 de março de 1967, Costa e Silva governou até a data do AI-5, 13 de dezembro de 1968, sem usar medida de exceção, sem ato de exceção nenhum, só com a Constituição, que não foi feita por ele, a Constituição nascera no Governo Castello Branco, datada de 1967.

Logo que começou o Governo Costa e Silva, recordo-me de que o Gama e Silva, Ministro da Justiça, que não era de brincadeira, sugeriu ao Presidente: "Vamos prorrogar o Ato estabelecido no Governo Castello", com o qual Castello governou até o último dia. Mas Costa e Silva não quis: "Não, não. Vamos governar com a Constituição!" Então, ele governou, em 1967 e 1968, obediente à Constituição.

Mas, em 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional nº 5, sem o que a Revolução teria parado ali, porque, naquela ocasião, esse mesmo grupo trabalhou para depor o Governo e estabelecer um outro, criar um triunvirato com a presença do Carlos Lacerda.

Quando o ato foi editado, na mesma hora, o General Portella telefonou para Brasília mandando que eu preparasse um dossiê a respeito das principais lideranças que se voltaram contra o Governo, com a finalidade de interromper o processo revolucionário. Os referidos cidadãos deveriam ter os seus nomes encaminhados para todos os órgãos de informação que integravam a comunidade de informações: Agência Central do SNI e os órgãos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, de modo a juntar toda a documentação, numa pasta, referente aos elementos indicados.

Depois, como era norma para funcionamento do Conselho de Segurança, fazia-se o resumo dos dados a serem examinados pelo Conselho. E ele marcou a sessão do Conselho para o dia 30 de dezembro de 1968, lá no Palácio Laranjeiras; foi a primeira sessão para decisões sobre cassações. Eu vim de Brasília, trouxe as pastas

(uma para cada cidadão, contendo as informações individualmente) e, então, após o estudo dos dossiês de cada um, foram cassados o Governador Carlos Lacerda, o Mário Covas, que é Covas também, mas não é meu parente. A primeira turma foi cassada, portanto, em 30 de dezembro de 1968 e, a partir daí, houve sessões periódicas para cassação. Há um detalhe que é preciso ser levado muito em consideração: 80% dos cassados o foram por corrupção e não por subversão. Isso eles não dizem! Apenas alardeiam: "Fui cassado!" Eles vivem se gabando de terem sido cassados. Que se diga que 80% dos cassados o foram por corrupção.

É importante que se diga isso.

As pastas estão lá no Conselho de Segurança, para comprovação.

E há, também, muitos exilados voluntários, ou seja, deixaram o País porque quiseram.

Mas os exilados são todos voluntários. Exilados realmente foram aqueles trocados pelos embaixadores, são os únicos exemplos. Nem o Brizola foi exilado, ninguém foi exilado. Os únicos exilados foram os trocados por embaixadores seqüestrados, o que ocorreu por solicitação dos próprios representantes da luta armada, fatos posteriores ao Governo Costa e Silva. O primeiro ato de terrorismo, sob a forma de seqüestro, foi o do embaixador americano, fato que ocorreu quando o Governo brasileiro já era exercido pela Junta Militar. O Presidente fora vitimado pela trombose; os seqüestros vieram logo após a doença que obrigou o Presidente Costa e Silva a deixar o Governo.

Voltando às questões das cassações, devo ressaltar que o Presidente um homem muito, muito equilibrado, procurava ser justo, e era bastante religioso. Vendo o sofrimento dele, ficávamos pesarosos. Normalmente, nos reuníamos quando ele determinava. Íamos para o Palácio Alvorada. O General Portella e eu com as pastas; passávamos as manhãs discutindo e lendo a documentação ali contida. Ouvia com cuidado, fazendo comentários: "Não, mas isso não!"; o Portella e eu apertando. "Não, mas vamos lá, leva para a sessão; vamos submeter ao Conselho de Segurança." Nas sessões, os membros do Conselho dão o parecer, mas a decisão é do Presidente da República; não é por votação de 6 a 5, por exemplo. Não existe isso. Cada um dava a sua opinião para que, depois de ouvidos todos, o Presidente pudesse decidir.

Assim, cada um emitia a sua opinião, para permitir a decisão do Presidente.

O Governo prosseguira normalmente até 29 de agosto de 1969, quando o Presidente teve a trombose e foi uma coisa terrível. Decidiu-se trazê-lo para o Rio – ele que acabara de aprovar a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), que era o sonho da Aeronáutica – e o Portella telefonou dispensando toda a recepção com a idéia de poupar o Presidente que já enfrentava aquele problema sério. A Aeronáutica, também, não poderia adivinhar...

Formou toda a Escola de Aeronáutica em uniforme de gala para receber o Costa e Silva, por causa da criação da EMBRAER. Todavia, estava previsto que o Presidente iria desembarcar de maca, para a ambulância, porém, quando ele viu a Escola de Aeronáutica formada em uniforme de gala, fez questão de descer pela escada e deu um adeus e entrou no carro. Foi sua última aparição em público.

Seguiu-se um período difícil, pois as ambições desembestaram. Foi um período pavoroso.

Como prosseguiu? Criou-se uma Junta para substituí-lo, não é verdade?

Formou-se uma Junta Militar.

O problema foi o seguinte: pela Constituição, o presidente deveria ser o Senhor Pedro Aleixo, uma excelente figura, sem dúvida nenhuma. Mas o Vice-Presidente Pedro Aleixo, por formação jurídica, tinha sido o único a manifestar-se contra o AI-5. Achava que bastava a decretação do estado de sítio para fazer face aos problemas com que o Governo se defrontava. Porém, todos os demais ministros civis e militares foram favoráveis ao AI-5, sendo Pedro Aleixo a única exceção. Aí, os ministros militares ficaram com receio de entregar-lhe o Governo e ele acabar com o AI-5 naquela hora. Esta era a preocupação de todos.

Porque ele fora o único a optar pelo estado de sítio.

Neste momento, desencadeou-se um processo complicado que acompanhei de perto, na casa do Ministro do Exército, na Rua General Canabarro, perto da entrada da Quinta da Boa Vista. Reuniram-se todos para discutir a situação.

Hoje é o Palácio Laguna.

Palácio Laguna. Foi uma reunião complicada. Apareceram as mais diversas linhas de ação para solucionar a questão, até que acordaram que o Presidente seria o Médici.

Então, decidiram pelo Médici.

Pelo seu indiscutível valor como cidadão e como soldado, valor moral e profissional, e, também, porque o Médici fazia parte do Gabinete do Costa e Silva. Era o Chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI).

Chefe do SNI. Tanto que ele votou favorável ao AI-5, não é isso? Inclusive justificou o seu voto com muita clareza.

O Médici era uma pessoa muito sensata e o seu governo foi mais ou menos uma extensão do Governo Costa e Silva, inclusive mantendo o Ministério. O momento, ano de 1969, era favorável – o milagre brasileiro foi de 1968 a 1973 – então estava tudo andando bem, porque iria mudar? Uma demonstração de bom senso. Deu continuidade.

Eu e o Jayme Portella continuávamos nas funções, no Gabinete Militar. Eu era o Assistente dele e o acompanhava ao Palácio Laguna. Nós é que assessorávamos os ministros militares, enquanto integravam a Junta Militar.

Até que o Presidente Médici tomou posse. Nesse momento, o General Figueiredo assumiu a chefia do Gabinete Militar e nós tomamos outro destino.

Então, o senhor deixou a função naquele momento? Separou-se do Portella?

Não havia jeito de separar-me dele, porque ele queria que eu trabalhasse a seu lado. Tinha confiança total. O que aconteceu foi o seguinte: vim apresentar-me ao Estado-Maior do Exército e era muito amigo, também, do General Bina Machado, que morreu há pouco tempo.

Fui Ajudante-de-Ordens dele.

Gostava muito do general. Foi meu Subcomandante na Escola de Estado-Maior e Comandante no IV Exército. Presidia uma Comissão para Estudos de Superdotados e eu pertencia à Comissão Técnica.

O General Bina mantinha uma ligação muito estreita com o mundo estudantil.

Afinal me pegou, naquele período, para trabalhar na reestruturação do Exército, na 7ª Seção do Estado-Maior – Organização e Métodos.

Era a Reforma Administrativa, com Beltrão no Ministério do Planejamento e o Bina como representante do Exército, para a implantação da Reforma entre nós.

O Beltrão foi um dos poucos ministros que não continuaram, porque não quis. Fui testemunha ocular. Estava conversando com o Beltrão, no saguão do Palácio Laranjeiras, quando chegou o Médici e foi direto até o Beltrão. Convidou-o para continuar, na minha presença, mas o Beltrão não aceitou o convite. Em seu lugar, então, entrou o Reis Veloso, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que era o braço direito dele.

O Beltrão era um indivíduo extremamente competente e personalidade muito interessante, gostava de tocar violão. O Beltrão não queria mais sair de Petrópolis.

Então foi por isso... era muito ligado a nós. Eu me lembro de reuniões da Reforma Administrativa, inclusive para tratar da aplicação do Decreto-Lei nº 200, ele presidindo e o General Bina representando o Exército.

Uma das coisas que fizemos no tempo do Conselho de Segurança Nacional, e mereceu muita discussão, foi o Decreto-Lei nº 477. Uma bomba no meio estudantil. O problema era o seguinte: vinda da França, chegou aquela onda de agitação estudantil que se espalhou pelo mundo inteiro. No Rio, muitas agitações, também, com a "estudantada" na rua. Eu acompanhava as reuniões, que não foram poucas. Os comandantes de Área e os governadores mostravam uma preocupação muito grande,

porque não havia uma lei federal que autorizasse a colocar o agitador fora da escola. Os reitores botavam e a justiça mandava reintegrar. Não havia como punir os agitadores, e manifestavam essa apreensão. De minha parte insistia, como era da minha obrigação, com o General Portella para que levasse o fato ao Presidente, até que este autorizou a elaboração de um instrumento legal, para coibir os excessos.

É interessante, também, ressaltar que o Ministro Gama e Silva era um "ferrabrás", "mandava brasa", mas, com o aluno, se mantinha cauteloso, porque tinha sido reitor da Universidade de São Paulo. Houve hora em que desejava até "cassar alguns bispos", os ditos "progressistas" e que estimulavam as ações contra-revolucionárias, e, também, certos cardeais, mas com os alunos ele não mexia.

Soubemos que o Secretário de Justiça de São Paulo, agora me falha o seu nome, um jurista muito citado pela Escola Superior de Guerra, possuía umas anotações sobre o problema.

Aliás, o D'Aguiar escreveu um livro sobre essa questão, também.

D'Aguiar é meu amigo desde o Colégio Militar. Li o livro que escreveu. O problema do D'Aguiar é que ele tem uma visão um pouco diferente, uma visão de Relações Públicas: uma bandeira em cada sala... A minha visão é outra, a minha conduta é a da "linha das informações", é outra, portanto. Então, o D'Aguiar, em seu livro emite uma opinião contrária a respeito do Decreto-Lei nº 477.

Bem, como dizia, o Portella me telefonou, fui a São Paulo e o Secretário me passou algumas anotações suas que serviriam de base.

O Procurador Geral da Justiça Militar, Jacy Guimarães Pinheiro, mais tarde Ministro do Superior Tribunal, junto comigo, no Palácio Laranjeiras, montou o Projeto-Lei 477, cuja exposição de motivos preparei. O Portella levou ao Presidente; este despachou para o Gama e Silva e, a partir daí, não teve mais jeito.

O documento veio de cima para baixo.

Aí, é que vem a curiosidade: foi o único decreto, único instrumento que o Gama e Silva abrandou, porque tínhamos previsto cinco anos de perda de liberdade para todos – aluno, professor, funcionário – que fossem apanhados em agitação e ele atenuou para três anos, por serem estudantes. Ele sempre agravava, quase nunca abrandava, mas os alunos foram os únicos beneficiados e, no entanto, ele é o mais acusado pelo Decreto 477. Quando ele até o abrandou.

Se lhe coubesse decidir, talvez nem saísse, não sairia.

Se fosse esperar pela iniciativa dele, de fato não sairia.

Uma das obrigações que competiam à Secretaria-Geral do Conselho era declarar os municípios de interesse da Segurança Nacional. O Gama e Silva, por conta dele, fez um estudo a respeito. O seu Gabinete era cheio de jornalistas, o que ele

fazia saía publicado em tudo quanto era jornal. Naquele tempo, eram três mil e tantos municípios e, agora, são quase seis mil, quase duplicou com esse negócio de criar município para dar emprego a mais prefeitos e a mais vereadores.

Então, Gama e Silva fez um estudo daqueles três mil municípios e considerou uns mil e tantos de segurança nacional, mas isso da cabeça dele. Porém, quando os jornais publicaram, o Presidente não gostou nada e mandou que o Conselho fizesse um estudo para chegar a um número razoável de municípios de segurança nacional.

Preparamos um estudo e estabelecemos critérios, chegando a 70 e poucos municípios e o Presidente determinou que todos os membros do Conselho de Segurança Nacional, em número de 25, opinassem. As opiniões ficaram equilibradas. O Passarinho, que era do Pará, sugeriu que tirasse o município tal e pusesse um outro. Sem excessos. Neste momento, veio o parecer do Gama e Silva: "Muito bom..." mas ele entendia que tinham esquecido os seus, anteriormente selecionados. Se pudesse, colocaria todos os municípios como sendo de Segurança Nacional. Era um homem que tinha uma impulsão tremenda, utilizada, é verdade, no interesse do Brasil.

Impulsão para bem servir ao País.

Ele não era fácil. O Gama e Silva não falava. Para Ato Institucional ou qualquer outro ato, a atitude dele era de puxar uma caneta e já fazia. Era um homem para frente.

E o Gama e Silva participou do Governo Médici?

Gama e Silva foi um dos poucos que não ficaram. Quem saiu, também, como disse, foi o Hélio Beltrão, saiu porque não quis continuar. O Médici tirou, ainda, o Tarso Dutra, que era da Educação, e passou o Passarinho para o lugar. O Júlio Barata entrou no Trabalho. Estas foram as modificações. O Gama e Silva também, como disse, deixou o Ministério da Justiça. O resto ficou como antes.

O senhor foi para onde? Permaneceu com o General Jayme Portella?

O Jayme Portella ficou "um osso atravessado". O General Geisel não se dava nem com o Portella nem com o Costa e Silva.

O senhor sabe por quê?

Sei. Costa e Silva queria dar ao General Ernesto Geisel o IV Exército, mas ele não quis. Conseguiu do Castello nomeá-lo Ministro do Superior Tribunal Militar. Assim, o Ernesto já estaria meio fora de combate.

Mas o negócio era o seguinte: com a Revolução, o Ernesto passou a Chefe do Gabinete Militar do Castello e o irmão dele, o Orlando, foi nomeado Comandante da Vila Militar. A nomeação de um Comandante era privativa do Gabinete do Ministro.

O Ministro Costa e Silva nomeou aqueles da "linha dura" para comandar Unidades e para o GO 155 ele mandou o "careca" Fontoura. Acontece que comandava o Grupo "um peixe" do Orlando, o Nilton Freixinho.

Coronel Freixinho.

Freixinho que, na Revolução, estava tipo PSDB, "em cima do muro". E aí...

Costa e Silva mandou o Fontoura.

Mandou o Fontoura. E o que o Orlando fez? Manteve o Freixinho, não deu posse ao oficial nomeado pelo Ministro Costa e Silva, que, então, o demitiu, o exonerou, mas, aí, começou o problema.

Começou o problema, mas não tinha outra solução.

O Comandante não quis dar posse.

O Ministro nomeou, como é que o Comandante da Vila não ia dar posse?

É aquela história: "Dois veados galhudos não bebem água na mesma gamela", os galhos se embaralham. O Orlando era um cara duro.

É verdade.

Era um cara duro. O Portella ficou atravessado; onde meter o Portella?

O problema interessante é que o Médici foi promovido e ele era o quarto ou quinto na lista do Alto Comando. O Costa e Silva fez o Médici General-de-Exército, na marra, pois no Alto Comando, havia aqueles que não queriam.

Veja só, um homem que teve uma participação exemplar na Revolução, mesmo assim, havia quem não o quisesse.

Mandaram o Médici para o III Exército... Mas, havia um problema, aliás, vários problemas. A idéia de manobra era que o Médici, depois de estar na tropa, viesse a ocupar o cargo de Ministro do Exército, porque, por incrível que pareça, o Ministro Lyra Tavares preferia ser Ministro do Superior Tribunal a ser Ministro do Exército. Ele era um intelectual, daí essa sua preferência.

Mas, quando o Médici foi promovido a General-de-Exército, não tinha um general de sua confiança para ser o Chefe do Estado-Maior. O homem de confiança do Médici era um coronel da minha turma de Escola Militar, chamado Miguel Pereira Manso Neto, Chefe do Gabinete do SNI; ele quase que fazia o trabalho todo do SNI. Porém, um coronel não podia chefiar o Estado-Maior do III Exército. Nesse momento, vemos as coincidências, pois o João Figueiredo, que era Comandante do Regimento de Cavalaria de Guardas em Brasília, Comandante dos Dragões, é promovido a General pelo Costa e Silva. Então, Figueiredo foi ser o Chefe do Estado-Maior do Médici no III Exército, no Rio Grande do Sul.

O Figueiredo, que sempre foi muito esperto, o que é que aconteceu? Nessa hora em que o Médici foi alçado à Presidência da República, o Figueiredo deu o

lance do Geisel. Porque, se você olhar a história anterior do João Figueiredo, ele sempre foi o homem do Geisel e do Golbery. Pertenceu ao antigo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), quando o Golbery era o chefe. Acompanhou a vida inteira o Geisel e o Golbery. É um detalhe que teve uma importância incrível para o Brasil, porque, quando o Costa e Silva sofreu a trombose a 29 de agosto, os dois Geisel, em mais três meses estariam fora do panorama político brasileiro, uma vez que o Ernesto já era Ministro do Superior Tribunal Militar e o Orlando cairia na compulsória. Mas como o João poderia manobrar? Colocar o Orlando como Ministro do Exército, porque, assim, poderia estar na reserva sem nenhum problema. E o Médici o nomeou.

Orlando era também muito esperto. Montou uma manobra para ficar com ascendência sobre as Forças Armadas. Conseguiu que o Médici convidasse o Almirante Rademaker, que era "carne de pescoço", um homem duro na Junta Militar, para ser Vice-Presidente, cargo que ele não poderia recusar; com isso, tirou o Rademaker da jogada e botou um "cupincha" dele, o Barros Nunes, Adalberto Barros Nunes, que tinha um irmão no Exército, o "Cacau", que era meu amigo. Mas o Adalberto era um homem maleável. O líder na Marinha naquela ocasião era o Januzzi mas não foi escolhido, porque o Orlando não queria outro para fazer sombra a ele. Assim, somente o Márcio de Souza e Mello permaneceu atravessado no seu caminho, na Pasta da Aeronáutica. Esse Márcio era muito parecido – mesmo bigode, mesmo corpo e rosto e, também, usava óculos escuros – com o Costa e Silva, às vezes, quando ele chegava, o pessoal pensava que era o Costa e Silva.

Então, ficou com o Márcio e aproveitou umas daquelas tiradas, meio doidas, do Burnier, que era Chefe do Gabinete, para se livrar também do Márcio. Empenhou-se e conseguiu ver, como Ministro da Aeronáutica, o Joelmir Araripe de Macedo, que era um engenheiro construtor de pistas, já reformado. Quer dizer, ficou com as três Forças nas mãos. Então, ficou dono da situação, contando ainda com o Figueiredo como seu "ponta-de-lança", que era um homem-chave no seu esquema.

O Figueiredo foi instrutor comigo lá na Escola de Estado-Maior e, depois, quando eu era coronel no Gabinete, ele comandava os Dragões; mostrou-se, de fato, um homem inteligente.

No final do Governo, os jornais andaram publicando que o Médici, quando deixou a Presidência, evitava receber o Figueiredo e que o filho do Médici não queria apertar a mão do João, pois achava que ele havia traído seu pai – o Presidente Médici. Geisel não era o preferido de Médici. João o convencera a escolhê-lo; foi uma manobra política.

Li o livro do Roberto, o filho do Médici.

O Roberto é muito boa pessoa mesmo. É um homem de valor como o pai.

Gostei muito de ler o livro, no qual diz o seguinte: "O grande erro de meu pai foi trazer o Geisel para substituí-lo, porque o Figueiredo sempre lhe dizia que o Geisel estava longe do Golbery... e nunca esteve."

O João fez uma jogada...

O Roberto diz que o João nunca foi amigo do Médici.

Aí é que está, o João fez a jogada do Geisel. É tudo uma questão de ângulo, o João foi coerente, porque sempre foi o homem do Geisel e do Golbery, desde capitão, basta analisar o seu currículo. Então, o Figueiredo se manteve fiel ao passado. Mas, o Médici e o Portella acreditaram que o Figueiredo e o Geisel estavam desvinculados do Golbery, o que, na verdade, jamais aconteceu.

E, além disso, Ernesto Geisel não deu seguimento ao que o Médici fez como Presidente.

Não deu, não deu continuidade ao trabalho do Médici; ele entrou com políticas equivocadas e idéias meio megalomaníacas.

Com aquelas usinas nucleares todas, deixando de dar seqüência à obra do Médici na Amazônia.

Não deu.

Até hoje se critica a Transamazônica, mas o Médici fez um grande trabalho. Pena é que não deram continuidade.

É uma boa estrada. A crítica mais procedente que fazem ao Médici é que a Transamazônica não estava no plano rodoviário, não tinha prioridade nenhuma, todavia o Andreazza passou-a para prioridade número 1. Foi a única crítica. Mas é uma estrada boa, estive na Transamazônica.

Mas as críticas que hoje fazem os inimigos da Revolução são infundadas, porque não deram seguimento à obra. Basta verificar: qualquer estrada, por melhor que seja, sem manutenção, desaparece.

Qualquer estrada é sempre boa. Houve um Presidente da República, Washington Luís, que afirmava: "Governar é construir estradas."

Mas, voltando às jogadas, podemos dizer, que o João preparou a jogada do Geisel e, depois, o Geisel preparou a jogada do João.

É verdade.

O senhor continuou com o General Portella até quando?

Nós nos desvinculamos naquela época. Fiquei com o Bina Machado. Vale lembrar que, para se livrarem do Portella, passaram a 10ª Região Militar, que era Comando de General-de-Brigada, para Comando de General-de-Divisão.

Ele foi para o Ceará.

Foi para o Ceará e eu lhe disse: “Vai que depois eu vou.” Ao chegar, indicou, de imediato, meu nome para Chefe do Estado-Maior da Região. Ninguém poderia ser, só eu. No fim, adorei, mas não tinha vontade alguma de ir para lá.

Ficou telefonando, escrevendo, até que achei que tinha obrigação de ir, era importante, porque marcaram a manobra do Exército Brasileiro, com os alunos da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), naquela área. Tinha que tirar esse problema da cabeça do Portella, porque ele era um homem inteligente e capaz, mas nunca fora instrutor de escola e nunca “montou” tema. Isso é o que fiz a vida toda. E, então, lá chegando, preparei um tema de guerrilha urbana, “martelo e bigorna”, no Piauí, que os instrutores da ECEME – tinham sido meus alunos – gostaram. Era obrigação do amigo.

Não havia como deixar de ajudá-lo. Foi um apoio importante, porque era o velho instrutor fazendo o que sabia...

Era o que mais sabia: montar ou elaborar temas, para exercícios militares.

O senhor ficou com ele lá até quando?

Até quando ele saiu. O Portella queria vir para o Rio, mas lá a gente estava mais sossegado, acho que foi bobagem ter voltado. O Portella era um homem pobre, desprendido com relação a dinheiro ou projeção social, porém, pelo Poder, ele tinha atração. Ele sempre quis estar perto do Poder. Dizia para o Portella: “A gente não faz muita vantagem em ser honesto não, porque não temos atração por dinheiro, nunca cogitamos ser ricos.”

Coronel, voltando aos pródromos da Revolução, quais foram as raízes do Movimento?

Penso que as raízes vêm de longo tempo. Estão na reação, não só das Forças Armadas como da sociedade em geral, a uma contínua penetração das idéias extremistas na vida brasileira. Isso vem de longa data.

Nas Forças Armadas, quando eu era capitão, instrutor da Escola de Educação Física, já existiam a chapa azul e chapa amarela no Clube Militar – uma democrática e a outra ligada aos comunistas.

A ação comunista, mais próxima de 1964, deu-se a partir da renúncia do Jânio, com a sua substituição pelo Jango, um Presidente despreparado, em cujo Governo os sindicalistas, conhecidos por pelegos, é que mandavam!

Mas, se for lá atrás, vai a 1935?

Ah! Exatamente. As raízes estão lá no fundo e podemos vê-las muito claras na Intentona de 1935, de Luís Carlos Prestes, onde o nosso pessoal morreu dormindo,

traição dos comunistas que o Brasil precisava conhecer. Uma traição que o Exército nunca mais esqueceu.

A guerra fria influiu na Revolução?

Influiu, porque havia uma bipolaridade e cada um procurava atrair países para o seu lado. Na América, a "ponta-de-lança" deles era Cuba. Inclusive, há aquela história dos cem mil dólares mandados para o Brizola, que sumiu com esse dinheiro destinado ao apoio à revolução comunista. Por isso, durante algum tempo, Fidel Castro não queria conversa com Brizola.

Cuba era a ponta de penetração. Se o Che Guevara tivesse tido êxito naquela sua incursão na Bolívia teria complicado um bocado, mas, felizmente, ele foi derrotado.

O que gostaria de destacar a respeito do panorama político anterior a 31 de março?

Há a destacar dois fatos: um era a agitação sindical, com base na ação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e, outro, a tentativa de subversão hierárquica nas Forças Armadas, o que contou com o apoio ostensivo do Jango e que se transformou no estopim da nossa reação.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Havia, sem dúvida, numa faixa considerável da população. Só o pessoal ligado ao Governo, os líderes comunistas sindicais e estudantis e os seus liderados é que eram favoráveis ao Goulart. O restante dos brasileiros, principalmente a classe média, a classe conservadora estava contra aquela bagunça, contra aquela...

Contra aquela anarquia.

A não ser os que estavam ganhando, ganhando dinheiro; muita gente ganhou bastante daqueles Institutos de Aposentadorias e Pensões – exemplo dos comerciários (IAPC), dos industriários (IAPI) e outros. Ali muita gente ganhou dinheiro.

O que se passava realmente no meio militar? Foi possível observar a tentativa de quebrar a hierarquia, de criar cisões?

Cisões foram criadas. Não senti tanto na pele, porque não me encontrava na tropa, mas quem estava sentiu perfeitamente. Havia também o problema da promoção. Quem estivesse do lado do Governo, era promovido, em princípio, por merecimento. Eu havia sido instrutor, durante seis anos, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), e Instrutor de Tática Geral da Escola de Estado-Maior e fui promovido a tenente-coronel, em 25 de dezembro de 1963, por antiguidade.

Está aí um exemplo do que aconteceu com aqueles que não se alinharam àquele Governo.

É a promoção de que tenho mais orgulho, embora tenha sido por antiguidade.

Foi uma das formas de sacrificar aqueles que não comungavam das idéias do Governo.

Prejudicaram a todos que se mostraram contrários às tais reformas de base.

Poderia citar alguns fatos que determinaram realmente o desencadeamento da Revolução?

Creio que foram o comício da Central, a rebelião dos marinheiros no sindicato de Triagem e, principalmente, a reunião dos graduados com o Jango, no Automóvel Clube do Brasil.

Houve muita indisciplina na reunião do Automóvel Clube do Brasil, como também na reunião dos marinheiros no sindicato dos metalúrgicos, em Triagem.

Houve, mas a do Automóvel Clube do Brasil foi a mais grave.

Sem dúvida, porque contava com a presença do próprio Presidente incentivando a indisciplina.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Foram marchas inesquecíveis que deram respaldo ao movimento armado. O Exército foi impelido a responder às pressões da sociedade. O Exército não parte para a ação sozinho, quer antes o claro respaldo do povo. As marchas exerceram este papel.

O desejo do povo, da grande maioria, foi, ali, demonstrado cabalmente. Por isso, o inimigo diz que aquela marcha foi um movimento reacionário?

Claro! Contra eles é reacionário!

Interessante, o que eles fazem contra a democracia não é reacionário!

Nesse caso é "progressista". Só rindo mesmo. O certo é que as Forças Armadas foram intérpretes da vontade da maioria do nosso povo, expressa nas Marchas da Família, com toda a clareza.

Havia, em andamento, um movimento de natureza comunista?

Havia sim. Podemos lembrar daqueles movimentos no Nordeste e em Goiás, o das "Ligas Camponesas". Havia uma penetração comunista muito forte em todos os setores do Governo. Os sindicatos é que, na verdade, comandavam o País.

Isso se via no porto de Santos.

Exatamente, no porto de Santos, o movimento era generalizado. O normal do dia a dia era a greve.

A nossa vida na caserna passou a ser afetada por greves, uma em cima da outra, e prontidão quase que diária. Para quem estava na tropa, como nós, era uma dificuldade para sair do quartel, porque, quando acabava uma prontidão, começava outra. Era uma anarquia generalizada, onde aqueles que queriam trabalhar não conseguiam chegar ao emprego, porque os grevistas tinham o poder de paralisar os transportes.

Como se portaram os sindicatos e outras organizações esquerdistas após a vitória do Movimento revolucionário?

Após a vitória do Movimento – vou usar uma expressão popular que caracteriza bem o que penso – "todo mundo enfiou o rabo entre as pernas" e os líderes fugiram ou foram presos. A chave da questão é prender os líderes e isso foi feito.

Eu recebi o comando do Batalhão de Polícia do Exército com um contingente preso, que lá ficou durante a minha gestão, tendo em vista a necessidade de neutralizar as lideranças extremistas.

Quais são, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Os líderes civis mais em evidência foram o Magalhães Pinto, que determinou a saída da sua Polícia Militar junto com as tropas dos Generais Mourão Filho e Carlos Guedes, revolucionário desde os preparativos, e o Carlos Lacerda, que ficou cercado no Rio de Janeiro. Esses são os líderes civis mais em evidência. Quanto aos líderes militares que mais se destacaram, citamos o Castello, o Costa e Silva, o Marechal Odylio Denys e os generais que estavam em Minas, Mourão e Guedes, todos eles com uma importância muito grande.

Mas a verdadeira mola do Movimento funcionou de coronel para baixo. Digo isso, por exemplo, porque o II Exército viria com ou sem o Amaury Kruel.

O senhor acaba de destacar um aspecto muito interessante neste depoimento. Soubemos, cerca de zero hora de 31 de março para 1º de abril que o Kruel havia decidido favoravelmente. Foi uma alegria geral, um longo abraço entre os oficiais, pois, finalmente, iríamos contra a baderna que se instalara no País. Acredito que o nosso pessoal, em Itu, não esperaria por muito mais tempo.

Ele tomou o bonde andando.

O senhor está dizendo exatamente o que se disse naquela noite de 31 para 1º. Mas foi bom, porque partimos com a ordem do nosso Comandante de Exército; foi muito melhor assim. "Sairíamos de qualquer maneira... Não dava mais", disse o 1º Tenente QOE Souza, oficial que veio de soldado, de sargento, mas que interpretou, com muita sensibilidade, o espírito que nos animava; era impossível continuar convivendo com aquela situação de anarquia generalizada, que caracterizava o nosso País.

Anarquia total, não havia hierarquia, não havia mais nada.

Exatamente, não havia mais nada. O senhor viu bem, porque, realmente, a nossa tropa acabaria por vir. Não tinha mais opção. O General Kruel demorou, mas quando optou, optou certo, seguiu a grande maioria do povo brasileiro.

Optou certo, o alemão deu sorte!

Houve, no Movimento revolucionário, influência externa, inclusive dos Estados Unidos, ou não?

Não, claro que não, acredito no seguinte: o Movimento foi interno, tinha a simpatia deles, que poderiam prestar apoio, em caso de necessidade, o que não se verificou. Uma vez jantei com o Vernon Walters, oficial ligação do V Exército americano com a nossa Força Expedicionária Brasileira.

Então, jantei com ele em Brasília, no Hotel Nacional. Os norte-americanos, com seus navios petroleiros, tinham condições de nos suprir de óleo, em caso de necessidade, se houvesse greves. Assim, ocorrendo necessidade, creio que existiria possibilidade de apoio externo, o que não se concretizou. O principal é que nós a fizemos, porque houve necessidade e a fizemos sozinhos.

Há um livro de memórias, muito interessante, do Roberto Campos "A Lanterna na Popa" – um livraço, com mil e trezentas páginas, por aí – que é uma pedrada nos imbecis! Ele conta a viagem do Lacerda à Europa, logo depois da Revolução, onde o Governador da Guanabara foi recebido com honras etc. e tal. E o francês, que é um cara chato, é chato que é danado, numa entrevista, no aeroporto de Orly, o jornalista perguntou:

– Governador, estão dizendo que foram os americanos que apoiaram esse Movimento.

O Lacerda tinha uma língua terrível. Respondeu:

– Como? Acho que você está enganado. O que foi feito com o apoio dos americanos foi a libertação da França.

Deu um pontapé no orgulho francês. O Lacerda era terrível! Era um gênio. E a entrevista continuou:

– Como é que o senhor pode explicar uma Revolução em que não correu sangue?

– Isso é muito simples. É porque as revoluções no Brasil são como os casamentos na França – respondeu o Lacerda.

De Gaulle não quis mais recebê-lo.

"A Lanterna na Popa" é um livro muito interessante. Roberto Campos é uma "cabeça"; assisti maravilhosas conferências dele na Escola Superior de Guerra.

O rápido desmoronamento do tal esquema militar ocorreu por quê? É aquilo que perguntaram ao Lacerda: Por que não houve reação? Como interpretar esse fato?

É porque o esquema do Governo era um "gigante de pé de barro", sem qualquer consistência embaixo. Não havia liderança alguma. Na hora, acabou mesmo.

Interessante é que parecia que tinham força.

Tinham aproveitadores para enriquecer com aquela bagunça, mas ninguém iria morrer por eles. Engraçado que o Assis Brasil dizia: "Nosso esquema é imbatível."

Falavam demais, e me preocupava, como jovem tenente, observar aquela aparente divisão de forças.

Felizmente, era só na aparência. A falação e a orquestração estão entre as técnicas usadas pelos extremistas.

E o comandante destacado para enfrentar o Mourão foi o Coronel Raimundo, que tinha sido assistente do Marechal Denys! Com a palavra do Marechal, o Raimundo, que tanto o admirava, passou a apoiar as tropas mineiras.

E a liderança do nosso lado? Como o senhor viu os exemplos de liderança nas tropas contrárias ao Governo?

Não houve, assim, grande oportunidade de observar melhor. Essa do Mourão ter partido, a saída dele foi intempestiva. Tudo estava programado para um pouco depois...

Creio que o problema do Automóvel Clube do Brasil precipitou a saída do Mourão.

Precipitou. Mas valeu para dar a partida, para sair da inércia. De qualquer modo foi um exemplo de uma boa liderança.

Assim como o Muricy.

O Muricy, o Guedes, sem dúvida, boas lideranças também.

O senhor é favorável àquele emprego dos cadetes da AMAN?

Sou favorável sim. Formei-me oficial com 18 anos de idade e poderia ter ido participar da guerra mundial, na Itália. Por que não lutar aqui?

A Revolução robusteceu a coesão das Forças Armadas?

Ah, robusteceu! Tirando, certamente, aqueles que se julgavam capazes de orientar a política brasileira, de forma antidemocrática. Sem esse pessoal, aumentou bastante a coesão.

O Movimento de 31 de Março tinha uma ideologia? Qual a sua posição a respeito?

Um conjunto de convicções políticas, sociais e econômicas norteava a Revolução. Não havia, nitidamente, uma ideologia no Movimento, havia, sim, o ideal

democrático opondo-se à ideologia extremista totalitária. Observava-se o repúdio às ideologias extremistas, alienígenas, internacionalistas, adotadas pelos adversários da Revolução.

O termo Revolução está certo? Como é que nós vamos chamar o Movimento de 31 de Março?

Acho que, na realidade, foi mais uma contra-revolução, porque quem estava preparando uma revolução eram eles. Para mim, foi uma contra-revolução.

Foi uma contra-revolução que, na verdade, transformou-se numa Revolução?

Numa Revolução, exatamente, com o "andar da carruagem".

No seu ponto de vista, os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Na realidade, os presidentes eram militares que deram características democráticas aos governos, mais do que as que estão sendo observadas agora. Ninguém pensou em reeleição. Nem tentou personalizar a Revolução.

Inclusive, ouve-se falar, a todo momento, da compra de votos de certos parlamentares, mas ninguém quis apurar, nem a OAB, nem a Globo... Fazem escândalo, quando é o prefeito de Londrina que está envolvido. É brincadeira! Isso só tem um termo: "manipulação da opinião pública", desvia a atenção das coisas importantes para coisas secundárias. É o que a gente vê no jornal, na televisão, na mídia em geral.

A Rede Globo de Televisão conta uma historinha dos Estados Unidos, uma outra historinha da Inglaterra, ocultando o que o povo precisa saber, como, por exemplo, a situação caótica em que o País se encontra em virtude das dívidas interna e externa, e dos juros escorchantes, que prejudicam a produção, deixam os brasileiros desempregados e impedem o desenvolvimento.

Compra de voto de deputado no Congresso para mudar a Constituição ninguém dá bola, ninguém quer apurar.

É verdade. O Banco Central, em um só dia, deu de presente mais de um bilhão a dois bancos inexpressivos e alegou que estava evitando uma debacle nas finanças do País. Parece mentira que isso tenha acontecido, todo mundo viu, e ninguém foi para cadeia...

Voltando à Revolução de 1964, que benefícios ela trouxe para o País?

A meu ver a Revolução significou o grande passo para frente dado pelo Brasil. O Brasil era a 48ª economia do mundo e passou para a oitava economia, nunca houve um salto tão expressivo. O Brasil não tinha nada.

Era tenente na PE, Oficial de Motores, e ia buscar viaturas em São Paulo – ia e voltava em estrada de terra. Nem a Rio–São Paulo era asfaltada. Quase não havia estradas asfaltadas no Brasil.

Veja só, peguei essa estrada asfaltada no início da década de 1960, com uma única pista. Completamente ultrapassada, mão nos dois sentidos. Desastres pavorosos. Foi a Revolução que a duplicou, a partir de 1964.

E a ponte Presidente Costa e Silva, cujo nome os adversários da Revolução escondem? Quantas vezes a gente ficava em Niterói, a noite toda esperando entrar com o carro na barca e agora temos uma ponte – a ponte Presidente Costa e Silva. E os revanchistas falam em obra faraônica, fingindo não dar valor a uma façanha espetacular que eles nunca seriam capazes de realizar.

E aqueles caminhões na Avenida Rio Branco, entupindo a Praça XV e também a avenida, para atravessar de barca. A nossa ponte não custou um tostão ao Governo. O pedágio pagou tudo e ainda fez a estrada para Manilha, só com o pedágio, não custou um tostão.

E a Revolução cometeu erros?

Muitos. Nós cometemos muitos erros, mas o maior deles foi a incapacidade política, inapetência política para passar o Governo. Começamos com a "faca e o queijo na mão" – o maior partido era nosso, havia lei da fidelidade partidária, tinha tudo para manejar e fazer um sucessor confiável que desse continuidade às realizações da Revolução, principalmente de 1968 a 1973, quando o Brasil mais cresceu em toda a sua história.

Mas o Figueiredo não era um homem político, embora inteligente. Ele mostrou uma grande inapetência política. Ele entrava em choque até com a ARENA, o partido da Revolução.

O Figueiredo foi mal escolhido?

Sim, mas mal escolhido por quê? Porque o Golbery e o Geisel não queriam largar o Poder. No primeiro ano, foi o Golbery de primeiro-ministro e o Geisel telefonando de Teresópolis dando as ordens. Escolheram um que não tivesse tino político, para que pudessem continuar mandando. Foi posto lá de propósito, sabiam que ele não tinha veia política, capacidade política.

E terminou melancolicamente, saindo pelos fundos. Aquilo tornou-se um final feio, sem necessidade nenhuma. Também deu azar, porque tudo tinha sido montado para o presidente da ARENA, que era o Petrônio Portella, ser o seu substituto.

Ele já era o presidente da ARENA, tinha tudo "na mão". Mas "se matou". Lá em Florianópolis, teve um enfarte. O que é que ele tinha que fazer? Ou ficar lá ou

ir para São Paulo internar-se. Mas, ele não querendo prejudicar a sua candidatura, voltou para Brasília, a 1.100m de altitude.

Brasília é um cemitério. É muito alta. Mata todo mundo. Ele convenceu o médico a não interná-lo, e, por isso, morreu. Esse médico foi suspenso depois pelo Conselho Regional de Medicina, porque não o internou. Acho que o Figueiredo ficou tonto com a morte do Petrônio Portella e largou tudo.

O senhor acha que nós perdemos a "batalha da Comunicação Social"?

Perdemos.

Perdemos ou nós não quisemos participar dela?

Perdemos. Houve umas tentativas, pois lembro-me de que o Costa e Silva e esse rapaz, de quem gosto muito, o Hernani D'Aguiar, criaram a tal AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas, que trabalhou bem inicialmente. Mas, depois, ele saiu e o Octávio Costa foi para lá. Uma bela pessoa também, mas, depois dele, o negócio se perdeu e eles não conseguiram dar o desenvolvimento necessário a essa atividade. Essa batalha nós perdemos.

E as ações de guerrilha, seqüestros de embaixadores, como é que o senhor viu essas ações criminosas? Há adversários que dizem que isso aconteceu porque não demos a eles a possibilidade de diálogo.

Conversa... o sujeito para entrar numa ação armada é porque se trata de fanático, sabe que vai morrer mesmo. Tanto que houve uma cisão entre o pessoal que queria fazer oposição e o pessoal da luta armada. Preponderou o pessoal da luta armada – Marighela, Lamarca, Toledo – que não queriam dialogar com ninguém.

Quando morreram, acabou a luta armada, porque não houve chefe para substituí-los. É aquele negócio que vale: "Pega o chefe, o líder, que a coisa acaba."

Uma vez perguntaram a Napoleão o que é que ele achava da Revolução Francesa e ele respondeu: "Se pudesse metralhar os quatrocentos primeiros, o resto estaria correndo até hoje." Ninguém, no Ocidente, quer morrer!

Quais eram os objetivos dessa luta armada? O que eles queriam?

Bom, o objetivo da luta armada é minar o regime, enfraquecê-lo, para a tomada do Poder.

O Ato Institucional nº 5, então, foi necessário?

Absolutamente necessário. O Costa e Silva tomou essa medida a contragosto, mas não tinha outra alternativa. Costa e Silva pretendia revogar o AI-5 e

reabrir o Congresso, em 7 de setembro, e morreu, em 29 de agosto. Na verdade, ele morreu em dezembro, mas teve aquela trombose em 29 de agosto que o levou a perder a fala.

Perdeu a condição de escrever, ficou incapaz.

Foi um azar danado e isso nos trouxe os Geisel que já estavam liquidados e, pode-se considerar, nesse momento, o término da Revolução.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) foram fundamentais? Como o senhor viu a criação desses órgãos?

Penso que todo o país que se preza tem que possuir um serviço de informações; não é possível o que ocorre agora: alguém nomeia um indivíduo para o Banco Central e na mesma hora aparecem inúmeras informações contra ele. Tinha que ter visto antes de nomear, não é possível que isso funcione assim. Nomeia-se e no dia seguinte a pessoa é massacrada. Não há informações. Quem acabou com o SNI foi o senhor Collor que não queria que ninguém descobrisse seu esquema de roubalheira e preparou tudo para que não houvesse informações sobre coisa alguma a respeito.

Ele prometeu até que ia fazer isso, já de caso pensado.

Sobre os DOI, temos que conversar. O DOI naturalmente é um instrumento interessante para enfrentar a luta armada. Você tinha que adaptar as forças de reação àquele tipo de guerra.

É da doutrina que, para enfrentar a guerra revolucionária, deve-se usar os mesmos métodos deles. O livro do Che Guevara mostra como usar a "unidade de guerrilha": dormir de dia e lutar à noite. Você tem que fazer tudo como eles fazem, senão você perde a guerra.

Veja lá em Juquiá, em Registro, não se fez igual...

E não tivemos sucesso; ali tinha que empregar uma Unidade especializada. Mas, mesmo com os DOI, fizemos algumas bobagens, cometemos alguns erros.

Em São Paulo, por exemplo, o DOI do II Exército ficava na Rua Tutóia. Aqui, no Rio, fizeram uma tolice enorme. Puseram o DOI dentro do quartel da PE, onde estacionava a 2ª Companhia. Uma loucura, porque você mistura uma unidade convencional com uma unidade de caras barbados, cansados. Você mistura uma unidade convencional com uma unidade que visa combater o terrorismo, que atua em outro tipo de guerra. E, depois, isso marcou a Unidade para o resto da vida.

Criou uma situação injusta, porque não era a PE que atuava. Ele diz que foi torturado na PE; ele não sabe que não é pela PE, não tem uma placa para ler.

Lembro-me de quando era coronel na PE, Unidade de que gosto muito, porque fui fundador, tenente, capitão e, depois, comandante; lembro-me, quando estava comandando, de que lá chegou Eloi Dutra, que fora Vice-Governador do Rio. Ele residia na Constante Ramos, na mesma rua em que eu morava. Era casado com uma mulher com quem me dou muito, grande figura humana, a Yara Vargas, embora de opinião política contrária. O Eloi Dutra quando chegou à PE, vindo do Uruguai, tendo passado, antes, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, disse-me: "Ao saber que vinha para PE, fiquei descansado, sabia que estava garantido, que nada me fariam." Jamais, houve uma acusação contra a PE, antes de colocar o DOI dentro da Unidade. Aquilo foi uma burrice total. Todo mundo dizia: "Foi a Polícia do Exército", quando a PE não tinha nada a ver com o problema.

Hoje, muito se fala em ditadura, "anos de chumbo". O que o senhor pensa disso?

Eles batizam tudo, porque querem botar para baixo o período revolucionário. Essa Lei da Anistia... a gente vê cada descalabro nessas pensões. O Dias Gomes, quando morreu, parece que recebia onze ou doze mil de pensão especial, por causa daquela novelista?! Por quê? Houve uma distribuição de dinheiro à vontade para toda essa gente. O contribuinte está pagando essa conta.

Distribuição indiscriminada, sem a menor justificativa.

Não, não há uma explicação lógica.

O bandido Lamarca largou a mulher, mandou-a para Cuba com o filho e ficou com a amante – a tal Yara – e agora a família recebe tudo, por causa dos seus "predicados" – traidor, ladrão, desertor, assassino, a sangue frio, do jovem Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar de São Paulo. Uma covardia brutal!...

A respeito da Yara, tenho um fato interessante. Eu estava ocupando interinamente o Comando da 10ª Região, em Fortaleza, CE, o Comandante do IV Exército, em Recife, PE, era o Bina Machado e o Argus, um oficial de Cavalaria, o comandante da 6ª RM, em Salvador, BA. Numa reunião em Recife, o Argus encontrava-se numa "sinuca de bico", porque estava com o cadáver da tal Yara, amante do Lamarca, na geladeira: "O que é que eu faço com o cadáver dessa mulher?"

Ela se matou, não foi isso?

Matou-se quando viu que ia ser presa, e sobrou para o Argus.

Veja só!

E o Lamarca fez a loucura de se meter no interior. Se há pessoa desconfiada, é o sertanejo. Ele tem horror de ver um desconhecido nas terras dele. Não há lugar melhor para esconder-se do que a cidade grande, onde passa-se despercebido.

A Revolução demorou-se muito no Poder?

O problema não foi tanto da demora. O negócio foi aquela "abertura do Geisel", processo horroroso, porque fez a tal "abertura", mas governou, com o Ato, até o último dia. Quer dizer: "abertura" com os outros.

Figueiredo foi mal escolhido para o cargo. Não é que fosse ruim, não, era um homem inteligente, mas não era político. Fez muita bobagem! O melhor seria passar o bastão, depois do Médici. Tínhamos sido campeões do mundo, o Brasil estava crescendo de forma impressionante, mais de 10% ao ano, coisa nunca vista em toda a História do Brasil. Nunca chegamos a uma auto-estima tão expressiva! A vontade nacional, em alta, foi constatada até pelos americanos. Mas, infelizmente, o Médici apontou o Ernesto Geisel como substituto. Foi o seu grande e único erro!...

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem durante o período revolucionário?

As Forças Armadas não viveram uma situação normal. Faltava muita coisa, estavam quase tão humilhadas como estão agora, sem dinheiro para nada. Hoje, não há dinheiro nem para dar comida ao soldado, obrigam os chefes militares, sem opção, a mandá-los para casa. É uma vergonha...

Qual a sua avaliação a respeito da tal abertura do Governo Geisel?

Acho que a abertura foi concebida e executada de maneira muito defeituosa. Está certo que se fizesse a abertura, mas com cuidado, mantendo a ordem e, principalmente, projetando um elemento civil nosso para nos substituir, para dar continuidade ao processo de retorno à democracia plena. Ele fez tudo ao contrário.

A atuação política e os resultados econômicos do último governo dito militar desgastaram a imagem da Revolução?

Um pouco, desgastaram um pouco. Mas não chegaram a destruir a imagem da Revolução. Não devemos esquecer o problema do "choque do petróleo", logo no início do Governo Figueiredo, o segundo e mais violento.

E o "revanchismo" existe mesmo hoje?

Existe, claro, claro que existe. Vários oficiais nossos vêm sendo hoje perseguidos pelos revanchistas. O General Fayad, o Coronel Ustra, o Coronel Avólio e tantos outros. Enquanto isso, os terroristas de ontem, são designados ministros. Claro que o "revanchismo" não poderia ser maior. O "revanchismo" dos perdedores atingiu o grau máximo.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando, nas pesquisas de opinião, altos índices de aceitação pela sociedade. O que o senhor acha disso?

Acho muito bom e penso que, cada vez mais, isso irá continuar acontecendo. O Exército será sempre a reserva moral que o povo poderá utilizar em caso de crise.

Coronel, a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

A última coisa que quero dizer é que tenho um orgulho enorme de ter participado da Revolução de 31 de Março e de ter contribuído com o que considero como o grande salto do Brasil para a frente.

Coronel Italo Mandarino

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Foi Instrutor do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Analista da Comissão de Investigação Sumária do Exército, nos anos de 1969 e 1970; Adjunto da 2ª Seção e Chefe da Seção de Planejamento do I Exército (atual Comando Militar do Leste); Comandante do 23º Batalhão de Caçadores (23º BC) e Chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), ambas as Unidades em Fortaleza, CE; Assistente do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército (EME); Chefe de Gabinete do Departamento Geral do Pessoal (DGP) e Assistente do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- No exterior: Adido Militar junto à Embaixada brasileira, em La Paz, Bolívia.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o curso Superior de Guerra, da ESG. No mundo civil, diplomou-se em Ciências Administrativas.
- Em 1964, era Capitão Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do 10º Regimento de Infantaria (10º RI), Juiz de Fora, MG. Na eclosão da Revolução de 1964, comandou as tropas que constituíram a vanguarda do Grupamento de Forças de Juiz de Fora (Destacamento Tiradentes), que se deslocou para o Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2000.

É uma satisfação muito grande prestar mais uma colaboração ao Exército, ajudando a preservar a sua história. Por isso, foi com imensa alegria que recebi o convite para esta entrevista e aqui estou à disposição para responder as questões formuladas.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Bem os fatos são muitos, o campo é vasto, mas eu poderia dizer que tudo para mim começou no ano de 1963. Cursava a EsAO. Foi um ano duro para todos militares que viveram essa conjuntura. Recebíamos salários baixos, vivíamos à sombra de um regime de exceção de natureza comunista, em constante preocupação. Não sabia se estudava ou se partia na tentativa de fazer alguma coisa para manter a família ou, ainda, se comparecia a determinadas reuniões, onde se discutiam os atos do Governo.

Tudo começou, repito, no ano de 1963. Embora a vida não fosse das melhores naquela época, eu servia, até então, no Batalhão de Comando e Serviços da Academia Militar. Morava em uma boa casa do quartel a um preço pequeno e levava uma vida tranqüila. Todavia, em 1963, a coisa começou a agravar visivelmente.

Sentia-se perfeitamente e nós discutíamos, amplamente, nas salas de aula, nos intervalos e nos exercícios no campo, o perigo que o Brasil estava correndo, sujeito a transformar-se numa filial, na América do Sul, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), qualquer que fosse o regime adotado: sindicalista, comunista etc.

Era uma permanente preocupação para nós, que recebíamos uma formação essencialmente democrática no Colégio Militar, por sete anos, e na Academia Militar, assistindo ao Brasil caminhar a passos largos para um destino incerto.

A tristeza e a preocupação que nos envolvia empurrou-nos para participar ativamente das reuniões que ocorriam no Clube Militar e em clubes civis. Para aquilatar a gravidade da situação, em diversas ocasiões, o saco de lona de manobra, com os equipamentos de campanha e o capacete de aço, estavam prontos dentro de casa. Da mesma forma procedia a maioria dos capitães-alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), para que pudéssemos, a qualquer momento, assumir uma função na área da Vila Militar quando se desse a eclosão do Movimento revolucionário que todos estavam esperando.

Mas passou o ano de 1963, o curso da EsAO chegou ao fim e nada aconteceu.

Consegui estudar bastante, sacrificando-me o mais que pude, vindo, em conseqüência, a ser muito bem classificado, além de convidado para instrutor da Escola. Embora tenha ficado muito honrado com o convite, o Gabinete do Ministro não concordou com a minha permanência no Rio de Janeiro, o que, também, acon-

teceu com uma boa parte dos companheiros concludentes do curso e pertencentes às diversas Armas e aos Serviços de Intendência e Saúde.

Em virtude da minha classificação, optei, então, por servir em Juiz de Fora, uma ótima guarnição, onde me apresentei assim que terminaram as férias regulamentares.

Fui recebido pelo Comandante do 10º RI, o então Coronel José Bretas Cupertino, mais tarde General, que, nas primeiras conversas, deixou transparecer qual era o seu ponto de vista sobre aquela situação reinante. Da mesma forma, disse-lhe francamente o que pensava.

Creio que por isso, o Coronel Bretas designou-me para o comando de uma Companhia de Fuzileiros, apesar de já ter cursado a EsAO e haver oficiais sem o curso no Estado-Maior do Batalhão. Passou-me, então, o comando da 2ª Cia, dizendo-me que queria a tropa muito bem formada e apta para o cumprimento de qualquer missão e que, para tanto, deveria dedicar-me inteiramente a ela.

Alguns fatores facilitaram o meu trabalho, sendo um deles o fato de que a minha família ficou no Rio de Janeiro e eu, sempre sexta-feira à tarde, às vezes aos sábados, pegava a litorina de Juiz de Fora para o Rio, vindo passar o fim de semana com a família.

No Rio de Janeiro, não ficava alheio ao que acontecia no Brasil, buscando contato com os companheiros, às vezes recebendo-os em casa para saber o que se pensava, o que se dizia e o que se esperava.

Normalmente, retornava bem informado para continuar a preparação de minha subunidade, adestrando continuamente os meus recrutas. O dia a dia era de instrução, instrução e mais instrução. Dormindo no quartel, ficava, praticamente, as vinte e quatro horas do dia com a minha tropa. Contava com tenentes exemplares, de excelente formação e pensamento afinado com seu Comandante de Companhia que, por sua vez, falava a mesma linguagem do Comandante do Regimento.

No Regimento, havia um clima de preparação para alguma coisa que parecia prestes a acontecer. O nosso Comandante de Batalhão era o Major Hindemburgo – Hindemburgo Coelho de Araújo –, um militar de origem alemã, muito exigente, um ótimo profissional, e do Regimento, como já mencionei, era o Coronel Bretas Cupertino.

Quando chegamos ao final de fevereiro, um mês antes da Revolução eclodir, o Ministro da Guerra retirou do comando da Unidade o Coronel Bretas, substituindo-o pelo Coronel Calvão – Clovis Calvão da Silveira, que era do seu círculo de amizade –, com ordem para assumir o mais rapidamente possível.

Durante esse tempo todo, ouvíamos as pregações do General Olympio Mourão Filho em suas visitas ao quartel, como Comandante da 4ª Região Militar, enfatizando a sua preocupação e orientando os seus comandados para que se mantivessem

atentos, porque alguma coisa teria que ser feita para evitar que o Brasil caísse na órbita da União Soviética. Ressaltava a importância da união de todos contra o processo de comunização a que estávamos submetidos.

Lembro-me de uma tentativa de visita de Leonel Brizola à cidade de Juiz de Fora, ao Sindicato dos Metalúrgicos. Nossos oficiais haviam já, de uma certa forma, decidido que ele não entraria na cidade; seria bloqueado na entrada e impedido de tumultuá-la.

Só fazia tumultuar, mas, felizmente, a ação de comando do General Mourão impediu que isso ocorresse e a sua passagem por Juiz de Fora se deu sem maiores problemas para ninguém.

Cabe destacar que pouco sabíamos a respeito do que acontecia nos patamares dos escalões superiores, tanto nos escalões regional e divisionário – 4ª RM/DI, quanto no do General Carlos Guedes, ou seja, no comando da Infantaria Divisionária (ID/4). Mas a gente lia os jornais, a gente conversava... O que ocorria era uma repulsa generalizada à situação vigente, considerada inadmissível pela oficialidade. Como ficava no quartel toda a semana, à noite, no refeitório, podia constatar que era difícil conter os tenentes, os mais irritados, sem dúvida.

A partir do dia 13 de março, com o comício da Central, ninguém aceitava mais aquela situação. Todo mundo estava decidido a partir para briga e acabar com aquilo de uma vez. Era duro de ouvir, de assistir, de ler sobre aqueles fatos e ter que engolir em seco, porque a disciplina exigia que assim se fizesse.

No quartel, houve algumas manifestações de nossa parte junto ao novo Comandante, Coronel Calvão – amigo do Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro – que o colocara no comando no lugar do Coronel Bretas Cupertino, de quem o ministro recebera referências desfavoráveis. O Coronel Calvão procurou assumir o comando, de imediato, alegando para tal a desculpa da necessidade de ocupar a residência funcional.

Com esse Coronel, a coisa continuou mais ou menos no mesmo ritmo de antes, não havendo de sua parte nenhuma interferência, buscando, inclusive, em todas as ocasiões, atender às determinações do General Mourão. A tropa estava sendo preparada, indo para o campo, fazendo exercícios de tiro durante o período todo. Enfim, vivíamos em prontidão permanente, conseqüência das greves diárias que assolavam o País.

Ninguém tinha sossego.

Realmente, não se tinha sossego. Um dia, no final do mês de março de 1964, fui chamado à Região Militar para falar com o General Mourão. Ao ser recebido em seu gabinete, onde se encontrava o Coronel Everaldo, Chefe da 3ª Seção do Estado-

Maior Regional, o General me perguntou se a minha Companhia estava em condições de, não era liderar, mas de participar do início de uma revolução contra o Governo. Disse-lhe que havia preparado a tropa com esse objetivo e que ele podia contar comigo, meus oficiais e com os meus sargentos, para qualquer tipo de missão...

Ficamos por aí, nada mais foi dito sobre o assunto. Na Companhia, acelerei mais a preparação do meu pessoal, a manutenção de viaturas e do armamento, a recuperação dos fogões de campanha, a instrução de tiro enfim até que, no dia 30 de março, à noite, recebi, no quartel, onde me encontrava, a ordem do próprio Coronel Calvão para que preparasse a Companhia e ficasse em condições de sair para cumprir missão, a qualquer hora, a partir da manhã de 31 de março.

Passamos a nos preparar imediatamente. A Companhia devia receber um reforço em metralhadoras e morteiros da Companhia de Petrechos Pesados, além de uma fração do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado. Após tais reforços, estávamos prontos para o cumprimento da missão.

Às oito horas da manhã de 31 de março, mais ou menos, houve um tumulto, um fato anormal na área do comando do Regimento. Ficamos sabendo que o Coronel Calvão havia deixado o comando com o subcomandante – Tenente-Coronel Eurico Américo da Silva Bastos, também contrário à revolução – indo se apresentar ao General Mourão, porque não queria participar de nenhum movimento contra o Ministro do Exército e ele pressentia que isso estava acontecendo.

Pouco depois, chegou ao quartel o Tenente-Coronel Everaldo José da Silva, E3 da 4ª RM/DI, que assumiu o comando do Regimento, reuniu os oficiais, mandou o Tenente-Coronel Bastos apresentar-se ao quartel-general, escoltado, e determinou ao Comandante do Batalhão Major Hindemburgo que transmitisse à Companhia ordem para realizar uma marcha em direção ao Rio de Janeiro, devendo, inicialmente, deslocar-se até o Paraibuna, divisa dos dois Estados, cruzar o rio e apossar-se das passagens sobre o mesmo, de maneira a impedir a entrada de elementos vindos do Rio de Janeiro no Estado de Minas Gerais.

A minha viatura foi a primeira a sair na Revolução de 1964, o que se deu por volta das dez horas da manhã do dia 31 de março. Antes de iniciar o deslocamento, instruí os meus oficiais sobre a missão que cada um deveria cumprir, dei as ordens ao tenente comandante da fração de carros, ao reforço vindo da Companhia de Petrechos Pesados (CPP), enfim, aquelas atividades típicas de um capitão que vai cumprir um tipo de missão como essa, deslocando-se à frente, como Vanguarda do Grupamento de Forças de Juiz de Fora.

Um dos oficiais do Estado-Maior da 4ª RM nos acompanhou nessa marcha de aproximação que se transformou, depois, numa marcha para o combate, até que

chegamos à ponte sobre o Rio Paraibuna, sem oposição, por volta das quatorze horas. Estabelecemos uma boa posição de defesa, cerca de 500m após ultrapassá-la, aproveitando as características favoráveis do terreno para esse tipo de operação. O nosso desdobramento foi realizado com dois pelotões mais um reforço de carros do lado direito do rio, considerando-o da nascente para a foz, enfiando a estrada e, do outro lado, colocamos mais um pelotão. A região era realmente muito boa para defesa. Fechamos a rodovia e o túnel da ferrovia – nesse ponto, a ferrovia e a rodovia se encontram –, ocupamos a estação ferroviária, onde instalamos o PC inicial da Companhia e avisamos a Estrada de Ferro que estava suspensa a entrada de composições em Minas. A tropa cavou seus abrigos individuais, as peças de metralhadora e de morteiro, também, tomaram posição e cavaram os seus abrigos e ficamos aguardando novas ordens.

Interessante que, na minha descida para o Paraibuna, cruzou comigo uma viatura e dentro dela reconheci o General Muricy fazendo sinais. Disse-lhe que iria para a Coluna, mas ele mandou que eu continuasse. O General Muricy vinha do Rio de Janeiro para assumir o comando da tropa que se deslocava de Minas para o Rio. Mais tarde, nos encontramos na estação de Paraibuna quando o General retornou com as demais tropas – o "grosso" no jargão militar– do Grupamento de Forças de Juiz de Fora, o denominado Destacamento Tiradentes, que era constituído pelo restante do 10º RI, ou seja, o 10º RI menos a nossa Companhia, pelo 11º RI, de São João Del Rey, por um Batalhão do 12º RI, de Belo Horizonte, por um Grupo de Artilharia, de Juiz de Fora, o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, três Batalhões da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, sendo um deles de Juiz de Fora e tropas de apoio logístico.

O restante do 12º RI deslocou-se para Brasília?

Exatamente, o restante do 12º RI foi para Brasília.

O Destacamento Tiradentes cerrou e, entre dezessete e dezoito horas deste dia 31 de março, já se achava em posição ao longo da rodovia, antes da ponte sobre o Rio Paraibuna, em território mineiro.

Essa foi a minha primeira jornada diurna acompanhando a Companhia, distribuída com um pelotão projetado à frente, elemento de ponta, o qual ocupou uma posição localizada junto e atrás de um pequeno córrego.

Então a Vanguarda estava realmente articulada?

Estava articulada. É importante dizer que começamos a receber pessoas que vinham do Rio de Janeiro em direção a Juiz de Fora – muitos militares da reserva de todos os postos e graduações, e mesmo civis que chegavam para aderir ao Movimento, para integrar as tropas do Destacamento Tiradentes. Lançamos patrulhas à frente tanto do lado da ferrovia como do lado da rodovia, uma vez que, a partir da

ponte em frente ao museu, hoje chamado de Museu Rodoviário, o Rio Paraibuna, que não é largo, separa a ferrovia da rodovia, sendo, no entanto, naquela região, encachoeirado e estava com um grande volume de água, na época.

Um obstáculo portanto.

Sem dúvida, uma vez que a ligação entre um lado e o outro do Rio Paraibuna só poderia ser feita pela ponte sobre o rio, que estava em nosso poder.

Como passou a sua tropa a noite de 31 de março para 1º abril?

Começamos a noite na posição, em Paraibuna. Dali, patrulhas iam e vinham. A minha tropa pôde ser alimentada com ração quente porque trouxemos os fogões de campanha, aqueles fogões antigos, à gasolina, que funcionaram muito bem nas mãos do nosso subtenente e de um 1º sargento muito antigo e tarimbado, que saiu preparando a refeição, desde que partimos. Assim, jantamos bem, apesar da grande movimentação ocorrida durante o dia todo.

Nesse movimento motorizado, as viaturas do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado foram transportadas por caminhões-prancha, requisitados pela 4ª RM, na cidade de Juiz de Fora. Na região de Paraibuna, os carros foram desembarcados e ocuparam posições, aproveitando a cobertura vegetal existente na região e ficaram aguardando novas ordens.

Nessa noite, aconteceram vários fatos curiosos.

Como disse, havia uma constante chegada de pessoal vindo do Rio – militares da reserva e civis querendo aderir ao Movimento – trazendo muitas informações. Quando escureceu, o primeiro informe que recebemos falava de um ônibus com tropa deslocando-se em nossa direção. Confirmamos a notícia, pela informação de um oficial, que se tratava de uma tropa do 1º Batalhão de Caçadores (1º BC) de Petrópolis, que vinha com ordem de impedir a nossa passagem em direção ao Rio de Janeiro. Fizemos uma avaliação, através de contatos realizados, quando essa tropa desembarcou do ônibus e entrou em posição em frente a nossa linha, que fora estabelecida atrás de um riacho afluente do Paraibuna.

Passamos a manter contato com aquele pessoal, através dos nossos tenentes Reynaldo De Biasi e Rômulo Bini Pereira, contemporâneos, na Academia Militar, do tenente que comandava a fração que descera do ônibus. Ali, eles se encontraram e conversaram, tendo os meus tenentes tentado convencer o comandante do pelotão que aquela era uma guerra perdida para eles, motivo pelo qual não deviam pensar em sustentar a posição e, sim, passar para o lado de cá.

O problema residia no fato de o tenente estar cumprindo ordens do seu comandante, o Tenente-Coronel Kerensky Túlio Motta, do 1º BC, até que chegou ao

local o referido coronel que queria conversar com o General Mourão. Após ter informado a respeito o General, que ficou de recebê-lo a qualquer hora, fui ao encontro do Tenente-Coronel Kerensky lá no ponto de encontro das duas linhas e o escoltei até a estação de Paraibuna, onde se encontravam os generais Mourão e Muricy com os seus estados-maiores.

Na conversa, o Tenente-Coronel Kerensky pediu um prazo para responder se sairia ou não da frente. Na verdade, o que ele queria era ganhar tempo, porque já tinha informações, e nós também, da vinda de tropas do 1º Regimento de Infantaria – Regimento Sampaio –, do 2º Regimento de Infantaria e de um Grupo do 1º RO 105 – Regimento Floriano – Unidades localizadas na Vila Militar, e mais a tropa do 3º Regimento de Infantaria, tudo isso sob o comando do General Cunha Mello – Luiz Tavares da Cunha Mello – Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria (ID/1), na época, com a missão de se anteporem às Unidades do General Mourão. O Kerensky, cuja tropa era o que ele reuniu dentro de um ônibus, ou seja, alguns sargentos fiéis ao Jango – sargentos ideologicamente identificados com a manutenção daquele estado de coisas – além de alguns tenentes, cumpridores de ordens, cabos e soldados que se encontravam no quartel, naquela tarde. O que queria, realmente, era ganhar tempo para a chegada do Destacamento Cunha Mello.

O General Mourão percebeu que o Tenente-Coronel Kerensky queria mesmo era ganhar tempo e, em conseqüência, lhe disse que ele teria duas horas para abrir a via de acesso e, na sua frente, deu ordem a nossa Artilharia que entrasse imediatamente em posição ficando em condições de, mediante ordem, bater a posição do BC, em apoio à Infantaria em primeiro escalão, que era a minha Companhia.

O momento foi de grande impacto. O comandante da Bateria de Tiro foi ao meu Posto de Comando (PC) para obter os dados topográficos necessários à concentração dos seus fogos sobre os elementos do 1º BC. A região é toda rochosa tanto onde eles se encontravam quanto onde nós estávamos. A minha tropa havia sofrido muito para cavar os seus abrigos individuais, não tendo conseguido proteção plena, dada a natureza daquele terreno rochoso. Daí, a minha grande preocupação com o tiro de Artilharia tão próximo aos meus homens mais à frente. Os nossos abrigos não ofereciam a segurança necessária na eventualidade de uma preparação da Artilharia na área prevista.

Após passar os dados para o Comandante da Bateria de Tiro, fui alertar o Chefe do Estado-Maior do Destacamento sobre aquela minha preocupação. Mas ele me respondeu:

– Mandarino, temos que ir para frente. Não podemos ficar parados aqui diante de um efetivo desse que é ínfimo.

– Já estou com os meus morteiros 81 e 60 em posição. Temos, ainda, os carros M3 A1 do Esquadrão de Reconhecimento em apoio. Com eles, podemos abrir o caminho e ir embora – ponderei.

Na verdade, pude constatar que não havia intenção de usar a Artilharia. Era mais uma pressão psicológica sobre o comando da tropa contrária. O Tenente-Coronel Kerensky retornou a Petrópolis e, quando amanheceu o dia, o Tenente Comandante do Grupamento, com boa parte de seus homens em forma, apresentou-se a mim aderindo ao Movimento revolucionário. O tenente cumpria ordens, mas não estava nada motivado para defender a causa daquele Governo.

Levei-o, junto com seu pelotão, marchando, aos generais Mourão e Muricy que os receberam com toda a consideração e os incorporaram ao 10º RI, resolvendo-se, assim, o impasse criado pelo Tenente-Coronel Kerensky.

Informes e informações não paravam de chegar ao meu conhecimento, lá na frente, por gente que penetrava em nossas linhas, bem como para o General Mourão, por telefone, de partidários da Revolução, que estavam no Rio de Janeiro, e de integrantes do dispositivo revolucionário já estabelecido no, então, Estado da Guanabara.

De meia-noite até às quatro horas da manhã, a intranqüilidade foi muito grande, com as dúvidas que pairavam sobre a conduta a ser adotada pelo Regimento Sampaio. Por volta das cinco horas, estava já nascendo o dia, quando recebemos a informação de que a Unidade, tendo à frente o seu Comandante, Coronel Raimundo Ferreira de Souza, vinha integrar-se ao nosso Destacamento. Fui lá para frente esperá-lo. Ao chegar a primeira viatura – o jipe do comandante do Batalhão do Regimento Sampaio, Coronel Mendonça, e um dos oficiais do seu Estado-Maior, Capitão Torraca, – liberamos todas as barreiras e a Unidade entrou em nossas linhas e se incorporou ao Destacamento Tiradentes.

Mal clareou, a Companhia recebeu ordem de prosseguir para o Sul. À frente, coloquei duas viaturas do Esquadrão de Reconhecimento e fizemos a "marcha do papagaio": andava, parava, reconhecia, recebia notícias de gente que abordava o comboio e prosseguia.

Assim fomos até que recebemos ordem de parar, porque havia informação de que o 2º Regimento de Infantaria estaria disposto a nos enfrentar. Identifiquei alguns capitães conhecidos e majores, sendo um deles o Major Alírio Granja, que estava representando o General Cunha Mello e queria entrevistar-se com o General Mourão. Após obtida a autorização, foi escoltado até o Comandante do Destacamento – General Muricy –, com quem manteve longa conversação. Terminada a entrevista, retornou às suas linhas. Pouco depois, recebemos ordem para prosseguir com o deslocamento. Na estrada, encontramos muitas viaturas do 2º RI estacionadas ao

longo da rodovia, passamos por elas sem nenhuma reação e prosseguimos em direção à Cidade do Rio de Janeiro.

Prosseguindo o Movimento do anda e pára, anda e pára, eis que chega a informação de que o 3º RI e o General Cunha Mello estavam em Areal, com a pretensão de defender a região. A essa altura da marcha estávamos comendo ração fria, aquele famoso catanho: sanduíche de mortadela, ovo cozido, maçã ou banana e guaraná. Mas o interessante era a vinda de fazendeiros e sitiantes, que possuíam propriedades nas proximidades da rodovia, acompanhados do seu pessoal, com carroças contendo latões de leite para distribuir aos soldados, toda vez que a coluna parava. Chegavam, também, algumas pessoas com sacos de laranja e caixotes de banana, que distribuíam para a tropa. O apoio moral e material recebido de todos que se aproximavam do comboio nos animava muito a prosseguir.

Durante o nosso deslocamento, sobrevoou a Coluna, pela manhã, um avião da Força Aérea Brasileira que soltou, sobre nós, panfletos com mensagens contrárias à Revolução e ao General Mourão. Era um comunicado da Presidência da República e, no verso, uma proclamação à Nação, do Ministro da Guerra[1].

O Ministro Jair estava doente, nessa ocasião, refazendo-se de graves problemas de saúde, inclusive de uma cirurgia a que fora submetido.

Proclamação mentirosa, porque, em momento algum, esse senhor saiu do hospital, sacrificando sua saúde, tendo o comandante do I Exército – General Moraes Âncora – exercido o cargo de Ministro da Guerra, nesses dias, inclusive quando foi à Academia para o derradeiro encontro com o General Amaury Kruel, o qual pôs fim, oficialmente, ao Movimento armado.

Há uma falha técnica em ambos os documentos, que os tornam inverossímeis; consiste na citação dos generais rebelados na ordem inversa das suas patentes, o que é inaceitável principalmente na Proclamação do Ministro da Guerra, onde tal impropriedade não seria cometida.

O tal comunicado, que fala em apoio das Forças Armadas àquele Governo, é, também, inteiramente falso porque 90% do Exército estavam contra tudo aquilo.

Considero, também, que 90% do Exército e das Forças Armadas eram totalmente contra o Governo, aliado da subversão e a serviço dos que queriam a implantação de um regime comunista em nosso País.

Implantação que, com total apoio do Governo, estava em marcha acelerada.

Não há dúvida nenhuma quanto a isso. O processo de comunização do País seguia em ritmo acelerado.

---

[1] A reprodução dos documentos encontra-se no final da entrevista do Coronel Italo Mandarino.

Todo brasileiro de bom senso sabia, tinha consciência do que um regime comunista poderia representar para a nossa gente. Bastavam os exemplos claros de outros países, como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Cuba, e as conseqüências dessa implantação para os seus sofridos povos.

E o que houve, o que aconteceu em Areal, quando a Coluna ali chegou?

Gostaria de dizer, antes, que esses panfletos lançados sobre a Coluna, em várias oportunidades, eram exatamente iguais. Creio que eles não tiveram tempo de preparar outros, porque eram sempre os mesmos. Todos os soldados que os encontravam vinham me trazer e eu os analisava e guardava.

Mas, enfim, chegamos a Areal já na tarde do dia 1º de abril, onde estava o 3º RI e mais tropas divisionárias da ID-1. Mas chegou-nos a informação de que ninguém queria combater as tropas de Minas. Cumpria-se simplesmente a ordem de deslocamento, com o objetivo já definido de mudar de lado, chegando à frente das forças mineiras.

O General Cunha Mello percebeu isso e buscou contato com o General Mourão, no sentido de retrair, de voltar para o Rio de Janeiro porque já havia tomado conhecimento, também, do que estava acontecendo no restante do País, não valendo mais a pena o confronto. Sabia o General Cunha Mello do que estava acontecendo no IV Exército, no Recife; sabia o que estava acontecendo com o II Exército, cujo comandante, embora tivesse demorado muito a decidir, acabou optando por integrar o Movimento revolucionário, mandando suas tropas contra o Rio, onde estaria a maior resistência.

Como Deus é brasileiro, o General Médici, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), compensou o atraso das tropas do II Exército, decidindo rapidamente por fechar a via Dutra com os nossos cadetes, tirando o ímpeto dos comandos que desejavam partir contra as tropas de São Paulo.

Na tarde do dia 1º de abril, veio, pelo rádio, a notícia da fuga do Goulart...

Tudo isso estava acontecendo. A essa altura, o General Cunha Mello, em contato com o General Mourão, pediu-lhe que desse duas horas para o seu retraimento a fim de que não ficasse a impressão de que ele estaria fugindo e sendo perseguido. Fez mais umas duas ou três exigências que foram atendidas pelo General Mourão.

Mas, antes mesmo das duas horas solicitadas, prosseguimos com o nosso Movimento em direção à Cidade do Rio de Janeiro. Ultrapassamos Petrópolis pela manhã e não houve nada, embora se esperasse alguma coisa lá. Passamos por dentro de Petrópolis, embora o Cunha Mello tivesse solicitado que não o fizéssemos para não criar um ambiente desfavorável ao 1º BC, do Kerensky, mas a nossa tropa passou e, ao descer, mandamos uma subunidade para a Fábrica Nacional de Motores.

Uma notícia segundo a qual os operários, em obediência ao Sindicato dos Metalúrgicos, iria fazer uma greve, levou o Destacamento a designar uma subunidade, sob o comando do Capitão Veloso, do 10º RI, para enfrentar o problema. Mas não houve greve nenhuma, não houve nada.

Enquanto isso, prosseguimos no nosso Movimento até a refinaria de Duque de Caxias, onde, também, havia a suposição de que os empregados fariam greve, fechariam tudo e até notícias de que destruiriam a planta produtora de gasolina, mas nada disso aconteceu. O Comandante do 11º RI, de São João Del Rei, Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho, na época, enviou para lá, mais tarde, uma Companhia do seu Batalhão que entrou na refinaria e tomou conta de tudo sem nenhum problema.

Daí para frente, o Movimento transcorreu tranqüilamente até a divisa entre o Estado do Rio de Janeiro e o, então, Estado da Guanabara, quando o General Mourão parou toda a tropa veio até a Cidade do Rio de Janeiro e depois de entendimentos com altas autoridades da Revolução que se encontravam na cidade, prosseguimos o deslocamento e fomos acantonar no Estádio do Maracanã, onde ficamos até o dia 6 de abril, dormindo naquela famosa cama-rolo ou no chão duro do estádio.

A alimentação também mudou, pois passamos a ser alimentados diretamente pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Os nossos subtenentes iam ao SAPS, na Praça da Bandeira, recebiam a alimentação e traziam para o Maracanã, onde aguardamos, entre marchas e contramarchas até 6 de abril, quando iniciamos o nosso retorno.

Na Avenida Rio Branco, assistindo à chegada em solo brasileiro, vinda da Itália, da Força Expedicionária Brasileira (FEB), menino, ainda, fiquei impressionado com o que vi – uma verdadeira apoteose.

No retorno de nossa tropa a Juiz de Fora, assistimos a uma festa com características semelhantes, claro que não com o volume de povo da Cidade do Rio de Janeiro, mas foi algo apoteótico também.

Nossa façanha foi, da mesma forma, comemorada em Belo Horizonte – uma festa admirável que ocorreu cerca de uma semana depois da de Juiz de Fora.

Essa foi a minha participação e da Companhia que tive a honra de comandar. Confesso, porém, que tive medo, apreensão, ansiedade, talvez não pelos prejuízos físicos que eu pudesse vir a sofrer, mas pelos danos à minha tropa, e aos meus soldados, incorporados no dia 6 de janeiro de 1964 e empregados em campanha a 31 de março, com menos de três meses de instrução. Eu os tinha preparado intensivamente, mas fica evidente que, naquele curto espaço de tempo, não teriam absorvido os ensinamentos para participar de um combate. Mas, graças aos meus oficiais e sargentos, todos, sem exceção, de ótima qualidade, pudemos cumprir a missão.

Coronel, antes de prosseguirmos com nossas perguntas, gostaria que nos falasse sobre os documentos que vai deixar em sua pasta-arquivo, relacionados com a atuação do Destacamento Tiradentes.

Sim, vou deixar, aqui, alguns documentos guardados comigo desde 1964, todos amarelados pelo tempo, que complementam o que disse sobre a nossa participação na Revolução de 31 de Março.

Muito prezo todos esses documentos, porque pertencem a uma importante fase da nossa história, assim como da minha própria história de vida.

Entre eles destaco o Boletim Especial da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria, datado de 9 de maio de 1964, com mais de quarenta páginas, que relata os episódios vividos por essa Grande Unidade e seus Chefes, desde a assunção do Comando pelo General Olympio Mourão Filho, em 28 de agosto de 1963, passando pelas operações ofensivas executadas nos dias 31 de março, 1º e 2 de abril, ao longo do eixo da, então, BR-3 – Juiz de Fora-Guanabara – até o retorno vitorioso a Minas Gerais, sob intensa aclamação do povo das localidades por onde passava o Destacamento Tiradentes, e sua dissolução na manhã do dia 7 de abril de 1964.

O Anexo nº 5 desse Boletim Especial exibe a Proclamação à Nação e às Forças Armadas[2] do General Mourão, lido no seu Gabinete, às 17h do dia 31 de março, após terem nossas tropas atingido o primeiro objetivo, isto é, a ponte sobre o Rio Paraibuna, a qual foi transmitida por todas as estações de rádio da cidade de Juiz de Fora e pela Rádio Globo do Estado da Guanabara, através de uma ligação telefônica.

Registra no seu relatório, o General Mourão, que após a divulgação da Proclamação, o Quartel-General tornou-se pequeno para receber o número incalculável de brasileiros que a ele compareceu hipotecando solidariedade ao Comandante da Região.

Tenho, aqui, uma curiosidade. Quando do desfile em Juiz de Fora, a população, no lugar de confetes, nos jogava esses pequeninos retângulos de papel.

[2] A reprodução do documento encontra-se no final da entrevista do Coronel Italo Mandarino.

Vou deixar em minha pasta alguns exemplares. Foi a forma que o povo escolheu para saudar o Regimento Vanguarda do Destacamento.

Há um documento que acabamos de copiar porque o senhor não deseja se desfazer do original. Gostaríamos de saber alguma coisa sobre ele.

Trata-se de um documento que me foi oferecido pelo General Antônio Carlos da Silva Muricy, intitulado "Os motivos da Revolução Democrática Brasileira", que reúne duas entrevistas do general, na televisão, Canal 2, do Recife, realizadas nos dias 19 e 25 de maio de 1964, quando em visita àquela Capital, onde servira como Comandante da 7ª Região Militar. Nas entrevistas, ao jornalista Fernando Ramos, o General Muricy relata, com precisão, o que ocorreu em Minas Gerais. Este documento tem importância muito especial pela dedicatória do General Muricy para mim, Comandante da Companhia Vanguarda.

Dedicatória que faço questão de ler nesse momento: "Ao bravo comandante da Vanguarda do Destacamento Tiradentes, Capitão Mandarino, com a amizade e as homenagens do seu Comandante Antonio Carlos Muricy."

Retomando a nossa entrevista, eu lhe pergunto: onde estão as causas imediatas da Revolução de 1964?

Creio que a Revolução estava para eclodir a qualquer momento, no início de abril. No entanto, a antecipação para 31 de março foi, sem dúvida, uma decisão pessoal do General Mourão, indignado com o que aconteceu no dia 30, na véspera, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, onde Jango Goulart pregou abertamente a quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. O General Mourão abortou a Revolução e atribuo essa revolta, porque foi uma revolta, ao desgaste que o Governo estava imprimindo às Forças Armadas.

Diariamente, era aquele massacre em cima de nós – éramos, para eles, os "gorilas". Aliás, hoje em dia, estamos sofrendo algo muito parecido. Um parênteses, se é possível fazer uma comparação, estamos sofrendo hoje um massacre que me deixa preocupado, porque há coisas muito semelhantes às que ocorriam em 1963 e início de 1964. O que se diz e o que se faz contra as Forças Armadas, hoje em dia, está me levando a fazer um paralelo com o que vi em 1963 e, em particular, nos três primeiros meses de 1964. Essa foi uma das razões que nos levaram, naquela época, a um movimento contra aquele estado de coisas.

Uma outra razão da Revolução de 1964 está no espírito democrático do povo brasileiro que não aceitava a implantação em nosso País de um regime do tipo cubano, russo ou chinês. Não adianta que o povo brasileiro não gosta de comunis-

mo. Aqui não tem futuro um regime comunista ou socialista, o brasileiro é, por convicção, democrata.

Talvez, também, a Intentona Comunista de 1935.

As lembranças de 1935 podem ter influenciado, mas acho que o comunismo de 1935 está muito distante, vamos dizer assim, do comunismo pós-Segunda Guerra Mundial que mudou completamente a forma de agir. Depois de 1945 tornou-se um comunismo servil, inteiramente submisso à União Soviética (URSS), embora estivesse centrado nos mesmos princípios de Karl Marx e Lênin. A ideologia comunista passou a comandar o processo de comunização dos países, criando, a partir da Segunda Guerra Mundial, os seus satélites, alguns bem distantes territorialmente mas ideologicamente unidos a Moscou, submissos a Moscou.

A guerra fria, espelhando a bipolaridade Ocidente-Oriente, influiu na Revolução de 1964?

Sim, houve reflexos porque o bloco soviético queria crescer através do domínio das nações do Terceiro Mundo, integrando-as à órbita comunista. O bloco soviético, valendo-se do Movimento Comunista Internacional, empenhava-se na tomada do Poder em países de fraco poder nacional, particularmente naqueles em que o Governo era simpatizante da ideologia marxista-leninista. Aquele clima de luta entre os Estados Unidos, representando a democracia, e a URSS, liderando o bloco dos governos totalitários, o totalitarismo de esquerda, teve grande influência no mundo todo, inclusive no Brasil que optou, como se sabe, pelo lado das democracias.

Atribuo ao comunismo o atraso do nosso País hoje. Digo-lhe uma coisa: se não existisse essa eterna luta entre a esquerda radical e o ideário brasileiro teríamos mantido o desenvolvimento que conseguimos atingir no final da década de 1960. Não fosse isso não teríamos obstáculos ao nosso crescimento.

Concordo plenamente com essa sua idéia. O ideário brasileiro democrático de progresso e desenvolvimento tem um forte óbice pela frente que é a esquerda radical, retrógrada, enquadrados aí, também e principalmente, os responsáveis por esses últimos anos de Governo, reeleitos por uma manobra enganosa. São os esquerdistas neoliberais que estão entregando o Brasil ao capital estrangeiro, através das privatizações irresponsáveis.

A Revolução de 1964 durante, o tempo que esteve no Poder, com seus presidentes eleitos pelo Congresso – ciclo dos presidentes militares – só não obteve resultados maiores, embora tenham sido enormes em relação ao atraso em que vivia este País, porque encontrou sempre como óbice a esquerda radical, dificultando, entravando, incentivando as guerrilhas urbana e rural...

Hoje, estamos enfrentando os mesmos problemas que advêm da ideologia gerada por Marx e Engel e colocada em prática por Lênin e Stálin.

O senhor poderia fazer uma breve síntese do que foi o Governo de João Goulart, após o retorno ao presidencialismo?

Na época, como já disse, era capitão, cursando a EsAO. Hoje sou um coronel com setenta anos de idade. Mas, o que ocorria, em nosso País, eram crises internas permanentes no campo político, social, econômico, financeiro e mesmo militar.

Crises provocadas, muitas vezes, por motivos fúteis. Tudo em obediência aos ditames da ideologia comunista, abraçada com convicção por uma minoria de esquerdistas extremados.

Existia uma série de bandeiras, levantadas pelos comunistas, para enganar o povo. Quem é que não queria o salário mínimo que eles prometiam? Todos queriam, mas só que não era possível, tratava-se de uma balela repetida para dar a impressão de que era factível. Iriam desapropriar terras às margens das rodovias, para serem distribuídas aos necessitados do meio rural, causando uma euforia dentre os que iriam recebê-las, ao mesmo tempo que gerava uma grande apreensão e ansiedade nos que seriam despojados de suas propriedades.

O segmento formado pelas lideranças de esquerda no País, embora minoritário, era competente, dedicado e decidido. Enquanto que as lideranças democráticas, salvo alguns exemplos inesquecíveis, eram apáticas e só, quando o perigo do cutelo chegou muito perto, se levantaram e a Revolução teve apoio quase que geral na massa popular e nas elites em particular.

Então, havia um clima de insatisfação?

O Governo, apesar das fantasias criadas, conseguiu gerar um clima de insatisfação na maioria do povo brasileiro.

Por incrível que pareça, um fator muito importante era a fraqueza do nosso dispositivo militar, da concentração estratégica de nossas Forças. O nosso País, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados e 80 milhões de habitantes, na época, era um verdadeiro arquipélago, porque não conseguia comunicar-se de um lado para outro, o que só acabou com as ações implementadas durante os governos revolucionários, que realizaram uma mudança radical no setor das comunicações e dos transportes, dentre tantas outras revoluções planejadas e executadas com sucesso, nesse mesmo período.

Era um verdadeiro arquipélago. A Revolução uniu o País por via eletrônica, como pela via dos transportes.

Antes, os comandos militares tinham dificuldade para se comunicarem e havia grande deficiência de meios de transporte, razão que acredito tenha estimu-

lado a ação do inimigo interno e possibilitou a realização do comício da Central do Brasil, naquelas condições dramáticas, como também a rebelião dos marinheiros e fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos, em Triagem, no Rio de Janeiro, e, por fim, a reunião no Automóvel Clube do Brasil, uma verdadeira agressão às Forças Armadas, como nunca se viu no País.

Além disso, os militares viviam ansiando por um lar onde pudessem viver condignamente com a família. Aí, João Goulart entrou, prometendo financiamento pleno para a aquisição da casa própria a quem levasse um requerimento em sua presença. Ele despachava: "Aprovo", e a Caixa Econômica atendia. Conheci vários militares que tiveram os seus requerimentos aprovados e adquiriram sua casa própria financiada pela Caixa Econômica a perder de vista. Desta forma, o Governo considerava que estava preparando um dispositivo militar que lhe daria total cobertura para seus planos de implantação da república sindicalista – comunista dos seus sonhos. Muitos subtenentes e sargentos do Exército foram ao Automóvel Clube do Brasil naquela noite com o requerimento dentro de uma pasta para conseguir o "aprovo", que lhes daria o financiamento da casa própria até um determinado valor, como acontecera com alguns conhecidos meus.

Qual foi a posição da Igreja com relação ao Movimento Revolucionário de 1964?

A Igreja, naquela época – 1963/1964 – ainda não estava intoxicada pelas idéias e pela ideologia marxista.

A maioria do clero apoiou o Movimento, preocupada com a marcha comunizante em que o País se envolvera. Havia exceções, como o senhor Helder Câmara e alguns outros.

Assim, de um modo geral, a Igreja não era adepta do comunismo, nem facilitava as suas manobras. A Igreja em 1963/1964 era anticomunista e por isso se colocara contra o Governo deposto.

O senhor lembra das "Ligas Camponesas" e do "grupo dos onze"?

As "Ligas Camponesas" tinham por objetivo invadir terras no campo, atuando, principalmente, no Nordeste e em Mato Grosso, destruindo o direito de propriedade, garantido pela Constituição vigente na época, que era a Constituição de 1946. As suas atividades eram criminosas, como são hoje as atividades do MST.

O "grupo dos onze" foi criado para atuar nas cidades, principalmente. Era um núcleo de uma força armada paramilitar. A reunião de três desses grupos constituiria um pelotão. Os pelotões formariam as subunidades e, daí, chegar-se-ia até o Exército Popular Revolucionário.

Houve tentativas de criar cisões dentro das Forças Armadas? Em Minas Gerais, o senhor chegou a contestar alguma ação nesse sentido?

Não percebi esse problema em Juiz de Fora. No entanto, mesmo no meu Regimento, existiam dois homens que se manifestaram contra a Revolução. Mas o fizeram francamente: "Não vou participar porque sou amigo do General Jair a quem devo muito."

Em Juiz de Fora, era, como ainda é até hoje, um lugar onde muitos oficiais da reserva viviam. Tínhamos um exército de oficiais da reserva que ficou, em Juiz de Fora, defendendo as nossas famílias.

Como o senhor viu as Marchas da Família com Deus pela Liberdade? Qual a influência dessas Marchas na ação do Exército em prol da Revolução?

Foi o apoio popular que se manifestou através dessas Marchas e de outros atos. Era a massa popular se posicionando, com as mulheres de terço nas mãos. O principal apoio civil veio da classe média, dos empresários, da maioria dos políticos, do pessoal que sentiu o perigo iminente da implantação do comunismo no País. Os políticos, empresários e banqueiros com suas "cabeças a prêmio", assustados com o "paredão", como ocorrera em Cuba.

Havia, a seu ver, um movimento comunista dentro do País para instaurar um novo regime?

Havia um movimento comunista em andamento em nosso País em grau bem avançado de organização.

Na sua opinião, quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 1964?

Entre os militares, destacaria Castello Branco, Costa e Silva, Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, além de inúmeros oficiais superiores e mesmo capitães.

Dentre as lideranças civis, citaria Magalhães Pinto, Demóstenes Madureira Pinho, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros.

Por que desmoronou o esquema militar de João Goulart que o chefe da Casa Militar considerava tão poderoso?

O esquema militar era uma presunção. Generais comunistas havia, muito poucos, como o Osvino, porque o Exército sempre fez uma filtragem muito bem-feita ao longo da vida do militar. Havia outros que eram amigos do Jair ou do próprio Jango, como o caso do Kruel, que tinha sido ministro do Goulart. O que aconteceu é que, por mais que se diga que não há, sempre fica uma parte afetiva que influencia nas decisões. Por isso o Kruel demorou a definir-se.

O Marechal Denys, por sua vez, levou muita gente para o lado da Revolução. O trabalho realizado pelo Marechal, em Minas Gerais, de preparação da Revolução foi extremamente importante, inclusive suas ligações com o Governador Magalhães Pinto. Foi um dos líderes que esqueci de citar.

A Revolução de 31 de Março contou com algum apoio externo, inclusive dos Estados Unidos?

Existem histórias de que o governo americano tentou estimular e apoiar a nossa Revolução. Mas no meu entender, por tudo que sei e estudei a respeito, a iniciativa foi brasileira, a execução foi brasileira e as conseqüências foram todas geradas e produzidas por brasileiros.

Em nossa Revolução, americano não entrou para nada, o que não quer dizer que ele não estivesse atento a tudo que se passou. É claro que os Estados Unidos não queriam que se implantasse aqui uma república soviética.

Tenho a impressão de que os norte-americanos não avaliaram bem a gravidade do movimento sindicalista-comunista no País. Se eles tivessem percebido o alcance desse movimento, teriam tomado alguma providência concreta. Houve uma notícia sobre um navio deles, transportando munição e combustível, que teria sido desviado para cá.

O emprego operacional dos cadetes da AMAN, a favor da Revolução, foi correto no seu entendimento?

No meu entendimento, foi uma decisão do General Médici de grande alcance. Oficiais e cadetes da AMAN juntos formam uma tropa muito bem adestrada, de grande eficiência moral e profissional. A influência psicológica da participação da nossa mocidade militar foi de tal ordem que paralisou as tropas do I Exército.

Era um grupo seleto de homens que se posicionou, na hora devida, contra a baderna e a subversão.

A participação dos cadetes foi extremamente saudável, para os próprios cadetes e para as outras turmas que chegavam à Academia.

O cadete, tomando posição, trouxe para o lado da Revolução a sua família, os parentes, os amigos.

Quais os objetivos estratégicos visados pela ação de Minas Gerais?

O planejamento revolucionário, visualizado pela manobra das tropas de Minas Gerais, pode ser resumido com as seguintes considerações: Cercar o Rio de Janeiro, pela Dutra (vindo de São Paulo) e pela BR 040 (vindo de Juiz de Fora) e ir em direção a Brasília, saindo de Belo Horizonte, com o 12º RI e demais tropas.

Daí, a importância do apoio de São Paulo, da posição do II Exército, fundamental para o coroamento, com sucesso, do planejamento estratégico concebido em Minas Gerais.

A chamada mídia apoiou o Movimento?

Até onde me lembro, na época, apoiou. A mídia começou a colocar-se contra nós a partir dos atos institucionais, se não estou enganado. *O Globo,* apoiou a Revolução durante os vinte anos. Só deixou de fazê-lo quando deixamos o Poder.

Exatamente. Apoiou até o fim do Governo Figueiredo e, daí em diante, mudou de lado, por interesses contrariados ou por motivos inconfessáveis...

Como o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março – de Revolução ou Contra-Revolução?

Não havia acontecido nenhuma revolução no País, embora estivesse sendo preparada pelos comunistas. Então, acho que o nome mais adequado é Revolução de 31 de Março de 1964.

O fato é que uma revolução exige medidas duras, extremamente enérgicas, a revolução lembra sangue e a nossa foi muito branda, muito complacente. Por isso, estamos sofrendo as conseqüências agora. Nós devíamos "ter cortado algumas cabeças" e alijado algumas figuras que até hoje não deixam o País progredir.

Gente que nunca pensou grande, em Brasil forte, soberano... gente que não se liberta das ideologias alienígenas...

Nunca pensaram... sempre atrapalharam a vida deste País. Vamos ver o exemplo: esse tal Brizola. Esse senhor governou o Rio de Janeiro duas vezes depois de anistiado e destruiu praticamente o Estado. É um tipo que abomino, não gosto nem de falar nesse elemento.

Infelizmente, nos escapou, segundo dizem, vestido de mulher, pela fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Os governos da Revolução foram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Não há dúvida de que foram governos cujos presidentes eram militares. Existia um Congresso – uma Câmara, um Senado – existia um judiciário, existiam direitos individuais e constitucionais.

Existia tudo aquilo que se via quando o presidente era civil, só que os presidentes militares eram eleitos pelo Congresso, como foi também Tancredo Neves. Os ministros que tinham grande influência nas decisões dos governos revolucionários eram todos civis, que já transitavam na política nacional.

Aqueles que saíram do Exército, a maioria composta de técnicos, era pessoal qualificado para função que iria exercer e todos se houveram muito bem.

Em que áreas os benefícios da Revolução de 31 de Março mais se fizeram sentir?

Nos mais diferentes setores, com ênfase especial na área da Habitação, dos Transportes, das Comunicações, da Energia. A Revolução projetou o nome do País no exterior, transformando o País na oitava economia do mundo.

Os resultados só não foram melhores por causa dos dois choques do petróleo – um em 1974, começo do Governo Geisel, e outro em 1979, início do Governo Figueiredo.

A Revolução foi prejudicada, também, pela política equivocada de Ernesto Geisel, inclusive na escolha do seu sucessor.

O Brasil poderia estar diferente, se Geisel tivesse preparado a sua sucessão, tivesse participado dela, escolhido um civil da nossa inteira confiança para sucedê-lo. Era a hora de nós nos afastarmos da política, da política partidária, mas o País deveria ir para as mãos de um político consagrado, respeitado e da nossa confiança, mas com livre trânsito no Congresso, pelo passado e pela sua ilibada reputação.

Pergunto-lhe, então, quais os erros da Revolução?

Os erros da Revolução foram, em primeiro lugar, o seu prolongamento desnecessário.

O segundo erro volto a comentá-lo: a Revolução não soube preparar o seu sucessor. O terceiro erro está no fato de a Revolução ter sido muito branda, excessivamente branda.

E a comunicação social feita pela Revolução?

O Médici saiu-se muito bem nesse aspecto também. O próprio Costa e Silva não foi mal.

Já o Castello Branco e o Geisel eram homens fechados, arredios, detestavam tudo que pudesse ser entendido como propaganda.

Com relação à mídia, o Figueiredo, também, deixou muito a desejar. Algumas frases que andou dizendo feriram a sensibilidade até das pessoas menos sensíveis. O Figueiredo foi uma má indicação do Geisel...

Havia gente muito melhor para tão elevado cargo...

Foi uma infelicidade.

Professores renomados têm enfatizado, na Escola Superior de Guerra (ESG), os sucessos econômicos da Revolução, destacando, inclusive, o período revolucionário de

1968 a 1973, principalmente o referente à década de 1970, como o mais importante de toda história do Brasil. Por que a mídia omite esta verdade indiscutível?

De alguns anos para cá, a mídia colocou-se numa atitude contrária à Revolução. Impede que qualquer elogio seja feito à Revolução. "O que é da Revolução não é bom" – esta é a máxima a ser seguida sempre. Assim, é mister encontrar nos vinte anos de Revolução qualquer coisa negativa para aumentar, ampliar e difundir. É pecado mortal qualquer jornalista falar sobre coisas boas da Revolução.

O que o senhor gostaria de abordar sobre a guerrilha rural e o terrorismo – bombas em quartéis, seqüestros de embaixadores, assaltos a bancos, assassinatos etc. – ocorridos no Brasil, de 1968 a 1972, principalmente?

Apesar de tudo isso, muito bem lembrado em sua pergunta, o Brasil progrediu e muito. Poderia, é claro, ter progredido muito mais, já que esse processo infame atrapalhou bastante o surto desenvolvimentista que se instalou no Brasil com a Revolução.

Estas ações criminosas obrigaram a Revolução a reagir, criando o AI-5, que foi extremamente eficaz para eliminar todas as práticas que atentassem contra a lei e a ordem.

Toda essa ação criminosa teve origem nas diversas organizações comunistas de vários matizes, mas todas voltadas para a luta armada, as quais proliferaram nos anos de 1968, 1969 e 1970 e que exigiram respostas enérgicas da Revolução, que, ainda, teve de enfrentar a corrupção que vinha da República Velha, através das gerações e que insistia em perdurar.

O emprego do AI-5 não se deu somente no ataque à ideologia comunista, mas se voltou, também, contra os corruptos, contra os criminosos de todo o tipo. Como analista, integrei a Comissão de Investigação Sumária do Exército durante dois anos – 1969 e 1970 – além do meu trabalho normal na 1ª Região Militar. E, aí, contou-se com um instrumento eficaz para eliminar da vida pública os corruptos, corruptores e todo tipo de cafajeste que existia neste País. Com o AI-5, se fez muita coisa. A quantidade de processos que entrava nessa Comissão de Investigação Sumária era algo inacreditável, retrato da sujeira e da "bandalheira" existente neste País. Foi cassada e excluída da vida pública muita gente, muito mais gente por corrupção do que por problemas ideológicos.

Felizmente, a Comissão tinha força, tinha Poder. Era corrupção de desembargadores, juízes, empresários, políticos de todo tipo – ministros, governadores, parlamentares, prefeitos, secretários – e, inclusive, gente da própria Força.

Analisava-se a vida do cidadão, detalhadamente, após a realização do Inquérito Policial Militar (IPM) ou de qualquer outra forma de apuração de fatos. Qualquer nome que chegava, se as provas não se mostrassem convincentes, o processo era devolvido para que se fizessem novas apurações com o objetivo de determinar a culpa ou não do envolvido em fatos ligados à corrupção. Uma vez constatado o fato criminoso, não havendo nenhuma defesa possível, era sugerida a cassação, solicitada pelo presidente da Comissão, constituída só de generais e de um grupo de analistas que trabalhavam em apoio à Comissão. Foi aí que pude ver como havia corrupto neste país e como se cassaram corruptos, mas, hoje, infelizmente, quase todos voltaram às funções que exerciam.

Como o senhor viu a ação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI)?

Nenhum governo pode viver sem um sistema de informações.

Só quem não entendeu isso foi o Collor de Mello, que desativou o SNI.

Não sei bem o que o Collor queria ao extinguir o SNI, mas não era ficar sem o Serviço de Informações. O objetivo deveria ser outro, mas, com isso, acabou com as informações do País, do Governo, dos ministérios.

Quanto ao trabalho dos DOI, conheci de perto, uma vez que fui chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar e tinha um DOI diretamente subordinado a mim. Fui, também, da 2ª Seção do I Exército e observei de perto o trabalho do DOI. Pode até ter havido exagero na conduta de algumas pessoas que lá trabalhavam, mas posso afirmar que não era essa a orientação dada pelos Escalões superiores.

É impossível, no entanto, afirmar que todos os homens que prestaram serviço nos DOI, tinham, como seria desejável, elevados princípios éticos e morais.

Hoje em dia, a Imprensa, maldosamente, estende a todo o Exército, o trabalho afeto aos DOI dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), dizendo que o Exército se excedeu no combate aos adeptos da luta armada e que os excessos eram do conhecimento dos chefes.

O primeiro fato a ser lembrado é que os companheiros que exerceram funções nos DOI, via de regra com muita exação e eficácia, eram em número reduzido, não sendo correto, portanto, se estender a todo Exército as atribuições privativas de alguns poucos. Deste reduzidíssimo universo, insignificante número fugiu à ética em suas atividades. Na verdade, o trabalho dos integrantes dos DOI foi, de um modo geral, excelente sob todos aspectos.

Esquecem ainda os detratores que esses Destacamentos de Operações de Informações, que estavam subordinados ou sob o controle operacional das 2ªs Se-

ções dos Comandos de Área (Exército ou Regiões Militares), atuavam descentralizadamente. A descentralização é uma exigência da operação, já que a subversão se caracteriza por um tipo de comportamento que exige essa atuação descentralizada. E, numa ação descentralizada, até em operações tradicionais, é difícil manter o controle na ponta da linha.

Às vezes, o agente, o integrante do DOI, o elemento que está no combate toma medidas, decisões que têm que ser tomadas e não há tempo para consultar o chefe, nem lhe pedir o aval para agir, porque senão ele não cumpre a missão que lhe cabe, causando a morte, a perda da vida de um companheiro ou de outras pessoas que não têm nada com o caso. É, por isso, muito difícil o controle de órgãos descentralizados desse tipo sem dúvida nenhuma.

Mas, olha, apesar de tudo isso, que levou, é claro, a excessos, cometidos em princípio, à revelia dos chefes, dos comandantes, os DOI, como disse, fizeram um trabalho extremamente eficiente e eficaz. Estou certo de que a relação custo-benefício da criação e atuação dos DOI leva a balança a pender para o lado positivo sem dúvida nenhuma.

Houve custos, inclusive de vidas preciosas para as Forças Armadas e Polícias, mas os benefícios foram extraordinários. O que se conseguiu foi a eliminação quase que total do terrorismo e da guerrilha urbana e rural em nosso País e, para isso, muito devemos ao pessoal da ponta, aos nossos DOI.

Podíamos estar como na Colômbia...

Na Colômbia e em outros lugares do mundo. Foram eles os principais responsáveis pelo trabalho de inteligência. Era ali que saía o informe, o indício, o fato revelador de alguma coisa, da informação que ia se transformar no fundamento para determinar o ataque a uma atividade irregular qualquer. Não tenho a menor dúvida sobre isso.

As Forças Armadas auferiram algum tipo de benefício durante a Revolução?

O único benefício que as Forças Armadas receberam foi do Presidente Castello Branco que, no início do seu mandado, fez uma nova lei de Remuneração, elevando os salários dos militares, que eram baixíssimos, ridículos, melhorando a vida do nosso pessoal. Em contrapartida, cortou uma série de direitos ou de expectativas de direitos dos militares.

As Forças Armadas, em si, no que tange a material, ficariam sempre em plano secundário, porque a Revolução, para dar o exemplo, priorizou o desenvolvimento em detrimento do campo da segurança.

Os presidentes militares que dizem que "mandavam no País" não se aproveitaram dessa situação para dar à classe nenhum privilégio. Ao contrário...

A conjuntura internacional acelerou a "abertura" política?

Sem dúvida nenhuma. Refletiu diretamente sobre o que iria se passar internamente. Enfim, somos muito sensíveis ao que acontece lá fora. Até na moda, se observa isso. Qualquer invenção, vinda de fora, é copiada imediatamente, por mais tola que seja.

Existe o chamado "revanchismo"?

Claro que existe e em alto grau, não tenha dúvida. Todos aqueles que foram cassados, a maioria absoluta por corrupção – mas eles não dizem que o foram por corrupção, dizem apenas que foram cassados – estão, hoje, com sede de vingança; eles não esquecem; estão diuturnamente voltados para a revanche. O "revanchismo" advém de qualquer problema pessoal ou qualquer fato ocorrido com a sua facção política.

O que está acontecendo com a nossa remuneração, assim como o que se verifica com o orçamento do Exército que foi reduzido a números que se situam abaixo do mínimo admissível são frutos do "revanchismo".

Se tem que cortar de algum lugar, os revanchistas cortam das Forças Armadas.

Coronel, após a queda do Muro de Berlim e do radicalismo ideológico existente no tempo da bipolaridade, como o senhor analisa a nova situação? Desapareceu o comunismo? Como o senhor vê o fato de existir uma única superpotência, no mundo atual?

Eles não deixam de ser comunistas e, portanto, internacionalistas, mas com uma nova roupagem. Essa nova roupagem indica a necessidade de divulgar a doutrina marxista, mas de forma camuflada, dissimulada, mascarada, através da mídia e da educação, principalmente a universitária.

Para eles, não há necessidade de Forças Armadas fortes, nas nações periféricas, bem preparadas, dotadas de material moderno, porque elas devem existir apenas para missões de Polícia, para o papel de gendarmerias. Veja, este grupo dos Oito – G8 – está voltado única e exclusivamente para tratar dos seus interesses, para eleger políticas, objetivos, que lhes sejam favoráveis e, normalmente, prejudiciais aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. O que têm feito, por exemplo, as Organizações Mundial do Comércio (OMC) com o Brasil é uma barbaridade. A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos subsidiam a agricultura, o aço e nós sofremos as conseqüências.

Assim, além do comunismo, com essa nova roupagem, há outras forças que não deixam os países emergentes progredirem.

O tal dever de ingerência, defendido pelos poderosos, e a teoria da soberania restrita, limitada ou compartilhada, que só valem para os países pobres e para os que

não possuem armas nucleares, são um instrumento perigoso, na mão das nações desenvolvidas, que muito nos pode prejudicar.

Preocupa-me muito o que se fala sobre internacionalização da Amazônia: "Amazônia – patrimônio ecológico mundial" e outros temas envolvendo aquela região.

Diante de tudo isso, diante dessa nova ordem mundial, fico angustiado ao pensar no futuro do nosso Brasil, ao pensar nos meus filhos e netos, qual vai ser, daqui para frente, o destino do País e de nossa gente.

Coronel, a imagem das Forças Armadas, apesar da ação nefasta da mídia, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isto?

Realmente, isto é uma verdade, agora comprovada pelas pesquisas, o que vejo como muito saudável.

Apesar de todo esse visível "revanchismo", presente diariamente, sobretudo na imprensa escrita e televisionada, as Forças Armadas contam com a aceitação da sociedade, principalmente daqueles em cujos lares há um soldado que esteja servindo agora ou tenha servido em anos anteriores. O soldado do Exército é o maior propagandista, junto aos seus familiares e amigos, do que é a Força Terrestre.

É hora de solicitarmos a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Aceitei esse convite com muita honra e procurei, durante esta entrevista, ser útil ao meu Exército e ao meu País. Abri minha cabeça, minha mente e o meu coração para relatar fatos, episódios e pontos de vista de quem viveu, intensamente, os acontecimentos relativos ao 31 de Março.

Nesta oportunidade, que me foi oferecida, falei, como nunca o fizera, sobre as minhas atividades antes da Revolução, na sua eclosão, e durante o período revolucionário. Sendo mais de ouvir, hoje estranhamente "soltei a língua", dizendo o que acho, o que penso, o que fiz, esperando haver colaborado, de alguma forma, para o sucesso deste Projeto que considero extremamente relevante.

Comunicado Da Presidência Da República

Na manhã de hoje, parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais, rebelou-se sob o comando dos Generais Guedes e Mourão, inspirada no manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os Podêres constituídos.

Diante dessa situação, o Presidente da República recomendou ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, que fôssem imediatamente tomadas as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidades do Primeiro Exército.

O movimento subversivo, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de estado, sempre repudiadas pelo sentimento democrático do povo brasileiro e pelo espírito legalista das Fôrças Armadas, está condenado a igual malôgro, esperando o Govêrno Federal poder comunicar oficialmente, dentro em pouco, o restabelecimento total da ordem no Estado.

Não pode merecer senão o mais veemente repúdio da Nação a atitude dos que procuram instaurar a desordem e ferir as instituições democráticas, no momento em que o Govêrno Federal, com o apoio do povo e das Fôrças Armadas, se acha empenhado em encaminhar pacificamente, através do Congresso Nacional, as reformas e medidas necessárias à recuperação econômica e social do País.

É lamentável que se tenha escolhido como palco para deflagrar a nova aventura golpista o Estado de Minas Gerais, depositário das melhores tradições cívicas do povo brasileiro.

A Nação pode permanecer tranqüila.

O Govêrno Federal manterá intangíveis a unidade nacional, a ordem constitucional e os princípios democráticos e cristãos em que êle se inspira, pois conta com a fidelidade das Fôrças Armadas e com o patriotismo do povo brasileiro.

MINISTÉRIO DA GUERRA
GABINETE DO MINISTRO

Em 31 de março de 1964.

PROCLAMAÇÃO À NAÇÃO

Cumprindo determinações expressas do Senhor Presidente da República assumo, neste momento de intranqüilidade para a Nação Brasileira, o comando efetivo das ações legais contra o movimento de subversão que está caracterizado no Estado de Minas Gerais, sob o comando dos Generais CARLOS LUIZ GUEDES e OLYMPIO MOURÃO FILHO, os quais nesta data exonero dos Comandos que a Nação lhes confiou. A Nação tôda já está bastante alertada sôbre as fôrças que agora estão tentando subverter o regime democrático, à luz do qual temos feito a evolução pacífica e cristã de nossa Pátria.

Fiel aos princípios legalistas que imprimo a tôdas as minhas diretrizes, agirei com a máxima energia contra os sublevados, alertando-os antes, para que não se deixem enganar por falsos defensores da Democracia, que os estão conduzindo para uma verdadeira luta entre irmãos.

Cerremos fileiras, brasileiros, em tôrno dos princípios democráticos que regem nossos destinos, e esta fase crítica em breve estará ultrapassada, para o bem de nossa Pátria.

Embora em estado de convalescença, não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir êste dever que tenho para com minha Pátria e para com o regime democrático, que defendo.

Haveremos de cumprir nossa missão, haja o que houver, custe o que custar.

General de Exército Jair Dantas Ribeiro
Ministro da Guerra

À NAÇÃO
e às
Fôrças Armadas!

Faz mais de dois anos que os inimigos da Ordem e da Democracia, escudados na impunidade que lhes assegura o Sr. Chefe do Poder Executivo, vêm desrespeitando as instituições, enxovalhando as Fôrças Armadas, diluindo nas autoridades públicas o respeito que lhes é devido em qualquer nação civilizada, e, ainda, lançando o povo em áspero e terrível clima de mêdo e desespêro.

Organizações espúrias de sindicalismo político, manobradas por inimigos do Brasil, confessadamente comunistas, tanto mais audaciosos quanto estimulados pelo Senhor Presidente da República, procuram infundir em todos os espíritos a certeza de que falam em nome do operariado brasileiro, quando é certo que falam em nome de um Estado estrangeiro, a cujos interêsses imperialistas estão servindo em criminosa atividade subversiva, para traírem a Pátria Brasileira, tão generosa e cavalheiresca.

E o atual Govêrno, a cujos projetos que negam a soberania do Brasil vêm servindo essas organizações, dá-lhes apôio oficial ou oficiosamente, concedendo-lhes até mesmo a faculdade de nomear e demitir ministros, generais e altos funcionários, objetivando, assim, por conhecido processo, a desfazer as instituições democráticas e instituir, aberrantemente, o totalitarismo que nega a Federação, a República, a Ordem Jurídica e até mesmo o progresso social.

Tentaram revoltar o disciplinado e patriótico "Círculo de Sargentos", e, recentemente, essas organizações e êsse Govêrno tudo fizeram para desmoralizar e humilhar a Marinha de Guerra do Brasil, na mais debochada e despudorada ofensa à sua disciplina e hierarquia, que nela devem predominar.

O Povo, Governos Estaduais e Fôrças Armadas, animados de fervoroso sentimento patriótico, repelem êsse processo de aviltamento das fôrças vivas da Nação, tão bem concebido e caprichosamente executado pelo Sr. Presidente da República, o qual, divorciado dos preceitos constitucionais, negando solene juramento, pretende transformar o Brasil, de Nação soberana que é, em um ajuntamento de sub-homens, que se submetam a seus planos ditatoriais.

Na certeza de que o Chefe do Govêrno está a executar uma das etapas do processo de aniquilamento das liberdades cívicas, as Fôrças Armadas, e, em nome delas, o seu mais humilde soldado, o que subscreve êste manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob pena de com êle se tornarem coniventes.

Eis o motivo pelo qual conclamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar, no Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa-fé no seu cumprimento.

O Sr. Presidente da República, que ostensivamente se nega a cumprir seus deveres constitucionais, tornando-se, êle mesmo, chefe de govêrno comunista, não merece ser havido como guardião da Lei Magna, e, portanto, há de ser afastado do Poder de que abusa, para, de acôrdo com a Lei, operar-se a sua sucessão, mantida a Ordem Jurídica.

Coronel Affonso de Alencastro Graça

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Ajudante-de-Ordens do General Cézar Montagna de Souza; Assistente de Comando da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1), no Rio de Janeiro; Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea, RJ; Chefe de Seção da 6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME); Chefe de Seção do Gabinete do EME e Chefe do Estado-Maior da AD/2, Santos, SP.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Capitão Comandante da 3ª Bateria de Obuses, do Grupo Escola de Artilharia (GEsA), e integrou, nessa função, o Grupamento Tático (GT) que se deslocou pela Rodovia Rio–São Paulo para fazer frente às tropas revolucionárias paulistas.

Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2000.

Recebi, com muita satisfação, o convite para prestar uma contribuição ao importante trabalho que está sendo desenvolvido, na Coordenadoria de História Oral, sobre a nossa memória, no trabalho que trata da Revolução de 1964.

A minha participação foi a de um jovem oficial, de um capitão que vivia, na época, preocupado com os problemas da sua Bateria, da sua Unidade e da instrução e que se viu envolvido, como todos os oficiais da época, por uma situação muito difícil, de desordem generalizada em nosso País, de quebra da hierarquia e da disciplina. Este jovem oficial empenhou-se, naquele momento, de acordo com as suas idéias e seus ideais, para construir um País melhor, mais bem administrado e governado com seriedade. Foi ímpeto de um jovem capitão, de um jovem idealista.

Qual a sua experiência pessoal nos pródromos do Movimento de 1964, na sua eclosão e, depois, no seu desenrolar?

Comandava uma Bateria de Obuses, no Grupo-Escola de Artilharia. O Grupo-Escola, para quem não sabe, era uma Unidade muito empenhada na instrução e no apoio à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Vivíamos diariamente, diuturnamente, em função da operacionalidade, da instrução e da participação em demonstrações para a EsAO. Era uma organização militar de muito trabalho, que não dava margem a que seus oficiais se preocupassem com aspectos políticos, com outros misteres a não ser aqueles do dia a dia: verificar se a peças estavam limpas, se as viaturas estavam disponíveis, se a munição era suficiente, se os soldados achavam-se preparados ou se o curso de cabo funcionava bem. Enfim, era Grupo-Escola cujo trabalho intenso nos mantinha sempre absorvidos.

Entretanto, a situação política do País, na época, disso me lembro bem, era preocupante. A oficialidade, os sargentos e os soldados viviam com uma angústia muito grande. Uma angústia não só material, como, também, de ver que alguns valores que cultuávamos, desde a nossa formação castrense, estavam sendo subvertidos. Sentia-se a ação deletéria que procurava separar os sargentos dos oficiais. O ambiente, enfim, não nos trazia alegria, não nos trazia satisfação. Esse era o clima, um clima de insegurança.

Já servia no Grupo-Escola e lembro-me de quando o Presidente Jânio Quadros renunciou e a posse do Vice-Presidente foi contestada. Houve uma turbulência política e o Grupo se posicionou contrariamente à posse de João Goulart. Mas a situação evoluiu e ele acabou assumindo. O nosso comandante, que nos liderava na época, foi afastado e assumiu, em ambiente de muita tristeza e de muita tensão, o novo comandante.

O senhor lembra o nome do comandante que, em 1961, se opôs à posse do João Goulart?

Foi o Coronel Azevedo, Coronel José de Azevedo Silva.

É preciso que se entenda que a formação militar propiciada pelo Exército, a formação do cadete, do tenente, trás no seu bojo um repúdio muito grande ao regime comunista. Uma conseqüência da Intentona de 1935, quando os oficiais foram traiçoeiramente assassinados, dormindo. Então, a nossa formação já trazia, da Escola Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), essa antipatia, essa ojeriza, pelo regime comunista. Na época, achávamos que a posse de João Goulart seria o primeiro passo para uma transformação que nos pretendia levar à implantação do comunismo. Praticamente, todos os oficiais alimentavam essa crença.

O Coronel Azevedo foi afastado em virtude de sua posição contrária à posse de João Goulart, assumindo o comando um oficial que, na época, era muito prestigiado – Coronel Aldo Pereira. Assumiu num ambiente de grande tristeza. Não houve nem a passagem de comando festiva. Houve uma formatura bastante sumária e ele foi empossado quase sem nenhuma solenidade. O novo Comandante, o Coronel Aldo, acabava de vir de um meio muito diferente do ambiente da Artilharia de Campanha, ou seja, procedia da Artilharia de Costa. São Unidades de Artilharia que têm um outro tipo de emprego, de instrução, de tempo para execução de seu dia a dia. Foi trazido do ambiente da Costa, em meio a uma crise, para o ambiente da Campanha que era de muita atividade, de intensivo preparo para a instrução. Havia muita responsabilidade, porque, semanalmente, fazíamos escola-de-fogo, atirávamos com munição real e o erro, nessa situação, seria imperdoável e refletiria muito mal para o Grupo, a Unidade-Escola da Artilharia de nosso Exército. Tínhamos responsabilidade com a EsAO. O nosso ambiente era de intenso trabalho operacional. Não tínhamos tempo para demonstrações de ordem unida e de educação física, que o comandante tentou implantar no quartel. Tencionou dar uma outra conotação ao ambiente de trabalho da Unidade e que não pôde ser adotado, apesar das suas boas intenções. O Grupo-Escola não comportava o desvio da sua tarefa precípua: apoiar a EsAO.

Nesse meio tempo, no decorrer do Governo João Goulart, o envolvimento do País com os comunistas continuou crescendo de uma forma muito rápida. As greves se multiplicavam, bem como a politização de alguns setores das Forças Armadas. Tivemos o exemplo da Marinha, na qual os marinheiros criaram um sindicato, e o dos sargentos em geral, que começaram a se afastar dos oficiais, motivados por esse "trabalho de sapa", que era feito para minar a disciplina. Esse ambiente foi criando um mal-estar significativo dentro da Unidade.

Acompanhávamos, de perto, tudo isso. O Grupo-Escola recebia missões que cumpríamos, vamos dizer assim, com o estômago embrulhado. Íamos vender feijão, porque não havia feijão no supermercado. Saíamos, com as viaturas operacionais

carregadas com feijão. Os oficiais e os sargentos recebiam a missão de venderem o feijão para o povo, que sofria também com a falta de outros alimentos básicos, como o leite, o arroz, a carne, o açúcar etc. A parte econômica foi se deteriorando de uma maneira alarmante, com reflexos muito pronunciados na esfera social.

Recordo-me de que era Capitão, tinha mulher e três filhos, na época, e o meu dinheiro acabava no meio do mês. Faltava dinheiro na metade do mês! Apesar da nossa dedicação, de nossa formação militar, que nos faz suportar muita coisa, sentíamos que algo teria que ser feito para mudar aquele triste panorama. Os oficiais estavam muito insatisfeitos, procurando trocar idéias em reuniões no Clube Militar. Participamos de algumas delas, que nos deixavam bastante indignados com toda aquela situação que, ali, era mostrada abertamente. Víamos agressões diretas ao Governo e o mesmo não tomava providência nenhuma a não ser incentivar o tumulto, a desordem social que ia, como disse, num crescendo, impressionante.

Éramos jovens, mas não crianças, e sentíamos na carne o problema todo. Era esse o ambiente antes da Revolução de 1964 e que vivi como Capitão, Comandante de Bateria do Grupo-Escola.

A cisão, que parecia ser um dos objetivos do Governo, ficou bem caracterizada no Grupo Escola de Artilharia (GEsA). Este era, realmente, um dos objetivos do Governo? O senhor chegou a observar isso dentro do Grupo-Escola?

Nossa formação é legalista, aliás, no Exército, todos temos quase que uma obsessão pela legalidade e, realmente, havia a preocupação de evitar a ruptura da ordem legal, e isso nos deixava com um dilema muito grande. O País possuía uma Constituição, que precisava ser cumprida. Havia um compromisso de defender a ordem legal e as instituições, todos nós sabemos. Assim, alguns oficiais achavam que a legalidade deveria ser mantida a qualquer preço; outros, no entanto, se revoltavam com aquela situação caótica na qual o Governo mergulhara o País e desejavam fazer qualquer coisa para acabar com aquele estado de coisas insuportável. Situava-me, na época, entre os que achavam que algo devia ser feito, aliás a grande maioria pensava dessa forma. É preciso entender que a maioria da oficialidade não aceitava as intromissões na disciplina e na hierarquia, sobretudo vindas de fora do quartel. Queríamos ver o problema resolvido.

Algumas coisas nos motivaram muito a reagir, como a infiltração claramente populista e socialista dentro dos quartéis. Na época, um sargento chamado Garcia, vinha visitar os outros graduados dentro da Unidade. Cheguei a colocar esse tal sargento para fora da Bateria, porque ele estava, lá dentro, conversando com os sargentos, não sobre a instrução, sobre a técnica de tiro, sobre o que fazíamos

todos os dias, mas sobre política, abertamente e em pleno expediente, o que é uma outra coisa com a qual não era possível conviver. Havia, realmente, esse problema, ou seja a idéia de criar um antagonismo, uma cisão, entre graduados e oficiais.

Quais foram os motivos determinantes, para o desencadeamento da Revolução no dia 31 de março e qual foi o papel do GEsA nesse movimento?

A situação foi se complicando. Houve o comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, e, no dia 30, a reunião dos sargentos, presidida pelo próprio João Goulart no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia – Rio de Janeiro.

O nosso Grupo estava de prontidão e, no dia seguinte, eclodiu a Revolução, em Minas Gerais. O Automóvel Clube foi a gota d'água. Lembro-me de um sargento – chamava-se Figueiredo – que, aliás, era um bom profissional, muito competente, cujas convicções eram, para mim, claramente comunistas. Ele e alguns outros sargentos tiveram permissão para comparecer àquela reunião embora a Unidade estivesse de prontidão. Em que pese, não ter permitido que nenhum dos meus sargentos fosse, aquele desobedeceu, contrariando ordens diretas. Ia puni-lo, disciplinarmente, quando o comandante – Coronel Aldo Pereira – impediu-me, alegando que ele tinha autorizado os sargentos, que desejassem, a comparecerem à reunião. Então, havia todo esse contexto. Não que o Comandante, o Coronel Aldo, fosse comunista. Sabíamos que ele não era comunista. Ao contrário, tratava-se de um oficial que tinha, até então, muito conceito na Força. Tenho a impressão de que o problema estava na sua possibilidade de acesso ao generalato e, por isso, não queria dar nenhum motivo para que as condições do momento o desgastassem profissionalmente.

Dentro desse clima adverso, o Grupo, com a eclosão do Movimento em Minas Gerais, passou a integrar um destacamento, um grupamento tático (GT) que deveria ser empregado. Entretanto, não sabíamos como seria empregado, apenas recebemos a ordem de fazer parte desse grupamento.

Quando o Grupo recebeu essa determinação, nós, comandantes de Bateria e o S3, que era o Capitão Willy Seixas, tivemos uma pequena conversa e resolvemos que, dentro do quartel, não podíamos fazer nada, porque estávamos presos no seu interior e não havia como tentar alguma coisa. Não adiantava o Grupo-Escola sublevar-se dentro do quartel e não poder atuar, ficar ali confinado. Resolvemos o seguinte: estávamos em ordem-de-marcha e qualquer que fosse a missão recebida pela Unidade, passaríamos a atuar junto com as forças revolucionárias. Essa era a idéia. Mas era, apenas, conversa de comandantes de Bateria com o S3, todos, mais ou menos, com a mesma hierarquia. Éramos capitães, tínhamos a mesma idéia, mas não havia nenhum plano. Seria na "conduta", como se diz. Pretendíamos fazer a coisa na "conduta".

Prosseguindo, o Grupamento constituía-se do Regimento Escola de Infantaria (REI) e o Grupo Escola de Artilharia (GEsA). O Grupo iniciou uma marcha, dentro de uma situação, em direção à Viúva Graça, exatamente, com a finalidade de bloquear as forças que, sabíamos, dirigiam-se ao Rio de Janeiro.

Ultrapassamos aquele local e, quando chegamos próximos a Volta Redonda, houve um alto, os comandantes de Bateria foram reunidos e informaram-nos a situação: o Regimento Escola de Infantaria estava desdobrado no terreno, a cavaleiro da Rodovia Presidente Dutra. A Bateria vanguarda já estava em posição e recebemos ordens para reconhecer posições e ocupá-las a fim de atuar em proveito do Regimento Escola de Infantaria, fazendo face à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)! Quer dizer, só essa idéia de entrarmos em posição e atirar nos cadetes, realmente, era um caso de se passar à história, se acontecesse. Essa situação foi ponderada na hora, não me lembro se foi pelo Seixas ou pelo Brunner que falou: "Vão atirar em cadetes?" Lembro-me bem de que o Coronel Aldo respondeu: "Somos militares e recebemos ordem. Ela é legal, a missão existe, e devemos cumpri-la. É uma missão amarga, mas que deverá ser cumprida." Com essa decisão do Comandante, resolvemos mudar a situação ali, naquela hora.

Ao sairmos da reunião, fomos para junto das nossas subunidades, reunimos os oficiais, os tenentes, e dissemos que iríamos sair dali, ao encontro das tropas da AMAN. Mandamos que os oficiais, os linhas-de-fogo e os oficiais de reconhecimento, organizassem as Baterias e ligassem os motores, que sairíamos dali sob o comando do Capitão Seixas. O Capitão Seixas – S3 – seria o comandante desse grupamento, Grupo menos, no jargão militar, ou seja, o Grupo com duas Baterias de Obuses, porque uma Bateria já estava em posição, como Bateria Vanguarda e não teria como sair rapidamente. Tínhamos o REI desdobrado à nossa frente e evidentemente iríamos passar, com nossas viaturas e obuseiros, pelo meio do Regimento Escola de Infantaria. E isso foi feito.

Os tenentes foram para as peças, alguns sargentos não concordaram e foram presos pelos tenentes que ocuparam as posições desses sargentos nas peças. Fui encarregado pelo Capitão Seixas de seguir à frente com uma viatura leve, com um jipe, uma viatura de um quarto de tonelada, ao encontro das tropas da AMAN, para avisar que viríamos, que o Grupo iria aderir ao Movimento e que eles não se assustassem, quando vissem o comboio do Grupo-Escola chegando à posição da Academia.

Quando cheguei perto da AMAN, fui barrado pela tropa que estava em primeiro escalão e barrado, até digo, com certo aguerrimento. Mas, pedi que tivessem calma e expliquei a situação, que o Grupo estava aderindo ao Movimen-

to e que não se assustassem, porque, por ali, logo iriam passar as duas Baterias da Unidade. E foi o que aconteceu.

Vocês ultrapassaram o Regimento Escola de Infantaria?

Ultrapassamos, passamos pelo meio do Regimento Escola de Infantaria e não houve nenhum tipo de problema. Tenho a impressão de que não houve, porque o próprio Regimento Escola não estava ali com boa vontade. Havia um consenso, como se gosta de falar hoje, na tropa, entre nós que vivíamos aquele problema, que a situação tinha que ser resolvida naquele momento. Não tivemos nenhuma ligação com o Regimento Escola de Infantaria, nem falamos com nenhum oficial do REI, nem houve nenhuma coordenação. As duas Baterias se deslocaram pelo meio do Regimento e foram em direção a Resende.

Fomos muito bem recebidos na AMAN. Após o nosso acolhimento, a situação evoluiu muito rapidamente. Tenho a impressão de que houve um acordo, entre os comandantes do I e II Exércitos, na própria AMAN, para que não houvesse nenhum derramamento de sangue, que não houvesse nenhum confronto. O Presidente fugiu e a Revolução, esse nosso movimento patriótico, tornou-se vitoriosa, graças a Deus.

Inclusive, quero lembrar e complementar que nós, do 2º RO 105, de Itu – SP, estávamos no parque do Curso de Artilharia, quando soubemos que o GEsA havia chegado, naquele momento, na área do ginásio da Academia. Foi uma vibração enorme! Saímos correndo para lá, onde congraçamos com vários tenentes do Grupo-Escola, junto ao campo de futebol. Lembro-me de ter abraçado os tenentes Pizzoti e Matheus – Armindo da Luz Matheus, da minha turma de Academia, o qual me falou da existência de alguns sargentos presos.

Interessante, essa situação dos sargentos. Eles não foram, realmente, presos, vamos dizer assim, presos. Eles não aceitaram participar, alegando exatamente o problema da legalidade. Não é que eles estivessem contra os seus comandantes, contra os seus tenentes, contra nós, contra todos nós. Eles faziam parte da Unidade, do conjunto, apenas tinham o receio de ferir a legalidade, além da falta de informação que, acredito, na verdade houvesse, porque não doutrinávamos ninguém, ao contrário, eles é que estavam sendo doutrinados por essa pretensa república socialista sindicalista, que já estava mais ou menos implantada. Tanto que, depois, regressaram conosco, nenhum deles respondeu a inquérito ou a coisa nenhuma, posteriormente. Esses mesmos sargentos reassumiram suas funções quando o Grupo voltou ao seu aquartelamento, com exceção do sargento Figueiredo, a quem já me referi, que era comunista mesmo.

Esse sargento tornou-se um caso interessante. Quando saímos do quartel, tive o cuidado de determinar que ele permanecesse no interior da Unidade. Assim, a Turma de Manutenção da Bateria, chefiada por ele, deslocou-se sob o comando de um outro sargento. Dei ordem direta para que ele permanecesse no aquartelamento. Quando saímos, esse sargento pegou uma viatura e foi atrás para avisar ao Coronel Aldo que tínhamos a intenção de aderir ao Movimento. Por isso e, também, devido a outros envolvimentos, ele foi preso. Respondeu a inquérito e, nesse inquérito, há um fato curioso – fui testemunha de defesa! Seu advogado arrolou-me como testemunha de defesa. Compareci à Auditoria, naturalmente, para prestar o depoimento como testemunha. O advogado dele, perguntou o seguinte: "O senhor deu algum elogio ao sargento Figueiredo?" Respondi: "Dei mais de um elogio ao sargento Figueiredo, pois..." Ele interrompeu-me e falou: "É só isso que quero saber. O senhor está dispensado." Quis esclarecer que os elogios eram meramente profissionais, porque não se tratava de um mau sargento, mas sim de um bom profissional. Pecava pelo problema ideológico, mas não tinha raiva dele e até acredito que gostasse muito de mim. Houve esse único caso com um sargento. Os outros todos voltaram, reassumiram as suas funções e continuamos o nosso trabalho diuturno da caserna, sem nenhum problema.

Onde estão as raízes do Movimento de 1964? Em 1922? Em 1935? Em 1961, com a renúncia do Jânio Quadros? Quando foi que isso tudo começou?

Acho que o Brasil veio vivendo esse processo político desde a Proclamação da República. Acredito que o grande mérito da Revolução de 1964 foi redemocratizar o Brasil. Se pensarmos bem, educou democraticamente o povo. Nunca se votou tanto no País quanto durante a Revolução. O Congresso nunca teve tanta responsabilidade como teve, elegendo todos os Presidentes da República, no período revolucionário. Representou uma escola, vamos dizer, uma verdadeira escola. Colocamos a turma na escola, houve uma certa coação, não vamos negar, mas fizemos o pessoal aprender a exercitar a democracia, que existe.

O objetivo da Revolução não era implantar um regime ditatorial no País, nem podia ser. O Exército Brasileiro, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), defendeu a democracia, participou de uma luta a favor da democracia. E o ideal de todo o militar, acredito nisso, é viver exatamente no regime democrático. Acho que o grande mérito da Revolução foi o de ensinar ao País, durante um período considerável, como proceder democraticamente e o resultado é que estamos vivendo uma democracia, em toda a plenitude.

O que fez eclodir a Revolução foi, justamente, esta maturação, esta procura, ao longo da República, de um regime que desse estabilidade ao País. Desde a

República, temos vivido uma instabilidade muito grande. Quem tem memória se lembra. No momento em que as coisas não tinham mais solução viável, estava dentro de nossa missão – por isso o Presidente Castello Branco foi muito sábio quando redigiu, dias antes da eclosão da Revolução, aquela nota – que é defender a Constituição, os poderes constituídos, a lei e a ordem, nessa seqüência. Depois de tantas demandas e diante da instalação do caos pelo próprio Governo Goulart, aliado do Movimento Comunista Internacional, chegou a hora que era impositivo defender a lei e a ordem e restabelecer a autoridade e a seriedade em nosso País. Acredito que a Revolução foi o eclodir dessa evolução política, desde a Proclamação da República.

A guerra fria, após a Segunda Guerra Mundial, teve influência no Movimento Revolucionário de 1964?

Criada a bipolaridade, países pró-Estados Unidos e países pró-União Soviética, na verdade, tanto um pólo quanto o outro queriam suplantar e, se possível, anular o oponente. Assim, cada pólo procurava atrair cada vez mais outras nações para a sua esfera de influência. Houve muito dinheiro correndo por parte de quem apoiava a esquerda. Sobre isso ninguém tem dúvidas. Ocorreu uma orquestração, acompanhada de recursos para fomentar a subversão e a luta armada. Ninguém pode ignorar como o Brasil se mostrava, naquela época, com o surgimento das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze". Tudo isso envolveu muito dinheiro direcionado para nosso País. Lembro-me, ainda, de que um estivador, no porto de Santos e do Rio, ganhava praticamente a mesma coisa que um general – uma desordem social muito grande. Assim, a guerra fria teve influência na Revolução de 1964, pois exacerbou a separação entre direita e esquerda.

Havia, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, na maioria do povo?

Acho que a grande insatisfação com o João Goulart decorria, realmente, dessa desordem social, e quem mais sofreu, na época, foi a classe média. A classe média foi muito atingida. Tenho a impressão de que a Revolução foi feita pela classe média.

E a posição da Igreja com relação ao Governo deposto. Ela era a favor daquele Governo ou contra?

Na época, como disse, era Capitão do Exército Brasileiro, e não tinha tempo para me preocupar com as tendências da Igreja. Executava o meu trabalho diário, cumpria a minha obrigação, o meu dever, e não sobrava tempo para outras coisas.

Acordava às 5h da manhã, chegava à casa às 8h da noite, após enfrentar, no retorno, um trem da Central do Brasil apinhado. Ia dormir exausto. Por isso não cheguei a conhecer bem a posição da Igreja. Tenho a impressão, porém, de que a Igreja ficou do lado da classe média, porque ela sentiu a desordem, vivenciou esse problema.

Que significado o senhor daria à Marcha da Família com Deus pela Liberdade que o inimigo, hoje, diz ter sido um movimento reacionário contra o sindicalismo?

A marcha foi uma demonstração da qual tomei conhecimento, depois que aconteceu e pelos jornais. Foi um movimento espontâneo, porque havia realmente uma insatisfação muito grande no seio da classe média e, também, de alguns menos favorecidos, de alguns pobres, sem falar nos empresários que viviam sobressaltados com as ameaças vindas dos sindicatos e do próprio Governo.

Havia, naquela época, uma revolução de cunho comunista em andamento para a mudança da ordem institucional no Brasil?

Certamente havia um movimento para a mudança da ordem institucional. Se esse movimento iria desembocar em um regime comunista tipo Cuba ou se iria desembocar num regime socialista diferente, não sei. Acredito que iria terminar, como eles próprios diziam, na tal república sindicalista, com um regime tipicamente comunista.

Como se portaram os sindicatos, após a Revolução?

Depois da eclosão do Movimento, no período do Governo do Marechal Castello Branco, o que rememoro é a grande liberdade de manifestação. Tanto que lia nos jornais e ouvia, também, agressões de toda ordem ao Governo e ao Presidente. Os sindicatos e todas as organizações extremistas criadas, aproveitando a liberdade existente, tentaram reviver, alguma coisa parecida com o que estava acontecendo antes da Revolução, mas com uma intensidade e gravidade muito superiores. Isso, realmente, foi o motivo do endurecimento progressivo do Movimento revolucionário, que obrigou o Governo, em dezembro de 1968, a instituir o AI-5, para que a Revolução pudesse prosseguir fazendo face aos inimigos que passaram a agir.

A Revolução de 1964 foi de preparação exclusivamente interna ou houve apoio externo, principalmente dos Estados Unidos?

No meu horizonte de oficial intermediário, de capitão, tenho plena certeza de que não cogitávamos, nem pensávamos nos Estados Unidos. Ninguém estava querendo saber o que os Estados Unidos estavam achando ou deixando de achar. Fez-se aquilo, porque julgamos que era o momento oportuno, que a ordem estava

sendo subvertida, que a hierarquia estava sendo destruída, que íamos brevemente ter conselhos – sovietes –, dentro das Unidades. Por isso, fizemos o movimento.

A bem da verdade, os norte-americanos, estão, até hoje, surpreendidos com a eclosão e a vitória, em dois dias, da nossa Revolução.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar apregoado pelo Assis Brasil, que trazia até uma certa preocupação a nós, porque eles se diziam extremamente fortes e que as reformas seriam feitas pela lei ou pela força?

É preciso que o público externo, compreenda que os militares possuem a mesma formação. Passamos pelos bancos da Academia Militar e recebemos idênticas lições de moral e ética; esse esquema, de que tanto falavam, era composto por oficiais que também tiveram a nossa mesma formação e que, no fundo, estavam sabendo que o processo em curso não estava certo. Mesmo os mais populistas. Lembro-me de que, no Exército, havia um general que realizava inaugurações com os sargentos. Comportava-se do mesmo modo do tal Almirante Aragão. Não me lembro o nome dele!

E havia aqueles que realmente tinham poder e participavam do esquema, mas não possuíam a liderança necessária, como era o caso do Assis Brasil...

O Assis Brasil, realmente, não possuía liderança nenhuma. Nesse esquema de que falavam, não havia ninguém que pudesse chegar perto de um líder como o Castello Branco. Não tinham. Cabe salientar que a oficialidade subalterna estava insatisfeita, toda ela estava insatisfeita. Não havia ninguém que estivesse contente com aquela baderna. O militar é formado dentro de um *status* de ordem e de trabalho. A desordem não agradava a ninguém. Acredito que nem ao próprio esquema militar citado.

Qual a sua apreciação sobre a chefia e a liderança do nosso pessoal? Na verdade, neste episódio do Grupo-Escola de Artilharia, foram os Capitães Comandantes de Bateria e o S3 que ditaram o caminho. Como o senhor viu o problema da liderança?

O Grupo-Escola era uma unidade muito peculiar, porque tínhamos saído de um problema complicado que fora o da posse do João Goulart. Em 1961, o novo comandante, Coronel Aldo Pereira, tinha como objetivo a pacificação dos ânimos. Tanto que ele não mudou nenhum comando de subunidade, não alterou em nada a organização do Grupo e não alterou as funções. Todos permaneceram na mesma situação. Ele tentou aparentar que estava tudo muito bem. Enquanto isso, os oficiais – o Seixas, o Brunner e até os próprios comandantes de Bateria –, nas conversas com ele, tentavam, às vezes, reclamar da situação a que chegara o País e as Forças Armadas. Vou citar um exemplo: chegou uma ordem para que se informasse

quais os oficiais que tinham comparecido às reuniões do Clube Militar. Alguns oficiais, de outras Unidades, foram punidos. O Coronel Aldo não informou quais os oficiais do Grupo-Escola que compareceram. Nós, nessa reunião que ele fez para falar sobre isso, apresentamos, com certa veemência, as nossas preocupações sobre a situação que estava vivendo o País, mas a posição dele foi sempre de tentar acalmar, de tentar harmonizar, mas a insatisfação era muito grande! E a liderança que havia, realmente, nesse momento da vida nacional, era a dos oficiais de nível intermediário – a liderança dos capitães. Ele não liderou, ele não absorveu aquela insatisfação que estávamos sentindo.

Quanto tempo vocês ficaram na Academia Militar, depois da chegada, na tarde do dia 1º?

Se não me engano, ficamos poucos dias, uns dois ou três, porque, nesse meio tempo, a Revolução se afirmou integramente. O General Médici, Comandante da AMAN, em uma reunião que teve conosco, informou que só autorizaria o regresso do Grupo-Escola após a mudança do Comandante do Grupo. Então, quando nos liberou para o retorno, o Coronel Aldo não era mais o Comandante. O novo Chefe já era o Coronel José Pinto de Araújo Rabelo. Nesse meio tempo, o Coronel Aldo foi afastado do comando – evidentemente não havia outra solução.

Qual era a turma de formação do Capitão Seixas, S3 do Grupo?

O Seixas é mais antigo do que eu. Era um capitão, na "boca" para ser promovido a major. Mas existe um outro elemento que gostaria de citar e que desempenhou um grande papel de liderança entre nós capitães - o Brunner. O Seixas não estava há muito tempo no Grupo. Ele viera do Regimento Floriano para a Unidade. Com quem tínhamos mais diálogo e conversávamos abertamente sobre a situação, na qual vivíamos, era o Brunner, o Silvio Pereira Brunner, que exercia a função de Adjunto do S3 (Adjunto do Oficial de Operações), oficial que poderia ser considerado uma real liderança na Unidade.

O Grupo-Escola de Artilharia, na sua história, vive dois episódios semelhantes: esse, quando duas de suas Baterias deixam a coluna e vão para a Academia Militar e, em 1955, na época da "novembrada" , quando o Grupo se deslocou para o Campo de Santana.

É, isso foi no tempo do General Montagna, quando ele era o S3 do Grupo. O GEsA sempre teve uma tradição revolucionária. Sempre foi uma Unidade muito profissional, qualquer coisa que afetasse a sua operacionalidade ou que alterasse aquele esquema rígido de instrução, de cooperação, aquela vida, aquela rotina da

caserna que obedecíamos integralmente, trazia sempre algum tipo de conseqüência para o desempenho do pessoal.

Como o senhor viu o emprego dos cadetes da Academia Militar, pelo General Médici, naquela situação?

Penso que os cadetes da AMAN foram muito bem empregados, como o foram os soldados que, também, tinham 18 anos e saíram das suas casas, deixando as suas famílias. Os cadetes são profissionais e foram muito bem conduzidos, pelo General Médici, outro líder incontestável.

As Forças Armadas robusteceram a sua união, a sua coesão, após a Revolução?

Acredito que as nossas Forças Armadas sempre foram muito unidas e coesas e a Revolução não mudou muito esse quadro. Os movimentos que ocorreram, sempre, foram feitos com união. Não podemos esquecer da Intentona Comunista, que marcou as Forças Armadas com carimbo de fogo. Todo mundo sabe e fala nisso exatamente porque houve uma traição.

O Movimento de 31 de Março tinha alguma ideologia? Qual era o seu grande objetivo?

A ideologia da Revolução estava consubstanciada na retomada do respeito à ordem, que desaparecera no Governo deposto, o governo da desordem. Penso que, no aspecto ideológico, as Forças Armadas têm a sua missão, precípua prevista na Constituição. Se as pessoas entendessem melhor os militares, veriam que cumprimos missão. E uma das nossas missões é garantir a manutenção da lei e da ordem. A respeito das ideologias e dos sistemas políticos nós, como cidadãos, temos o nosso pensamento, mas, como militares, estamos voltados para o exato cumprimento das tarefas previstas na Constituição. O papel do militar é servir! Servir ao Estado, servir à Pátria e não a governos. Naquela quadra da vida nacional, servir à Pátria era fundamentalmente impedir a sua comunização – grande objetivo das Forças Armadas, ao partirem para a Revolução.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

O Exército, depois da Revolução, continuou a comportar-se da mesma maneira como se comportava antes. Esse negócio de governo militar é entre aspas, porque o governo foi eminentemente civil. As organizações e as instituições funcionaram com o seu pessoal civil, os políticos eram civis, os ministérios eram constituídos de civis, as universidades eram dirigidas por civis. O Judiciário continuava inteiramente independente. O militar ficou dentro do quartel, fazendo o que tinha que fazer e o

cidadão brasileiro continuou a trabalhar onde tinha que trabalhar e o presidente a exercer as suas funções de presidente. Acredito que havia, sim, um suporte militar. As Forças Armadas estavam comprometidas com esse sistema. O suporte desse sistema era consubstanciado nas Forças Armadas, mas elas não tinham influência se o Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, por exemplo, empregava lá A ou B ou se a Prefeitura arranjava dinheiro para construir uma ponte aqui ou acolá. Disso, o Exército não estava nem tomando conhecimento. Quer dizer, apenas dava o apoio ao pleno e livre funcionamento das instituições vigentes na época.

A Revolução de 31 de Março trouxe benefícios ou trouxe problemas para o País, de um modo geral?

A Revolução só trouxe benefícios. Ela embasou, solidificou o sistema democrático no País. Isso não é invenção minha – o sistema democrático está aí consolidado e com o "senhor" Brizola eleito governador, duas vezes, do Rio de Janeiro; os Presidentes eleitos e o Congresso funcionando. Isso é fruto da Revolução de 31 de Março de 1964. Se a Revolução não tivesse posto um ponto final ao caos vivido no Governo Goulart, o futuro do nosso País seria desastroso, sem dúvida nenhuma.

Na parte das grandes realizações físicas, não preciso falar: telecomunicações, transporte, energia, Itaipu, está tudo aí, para todo o mundo ver. Casa própria para classe média e para os pobres, com o Banco Nacional da Habitação (BNH) e as Cooperativas Habitacionais, tudo muito bem-sucedido, para tristeza e desespero dos revanchistas! E se não foi feito melhor, foi porque os governos da Revolução tiveram que perder tempo e aplicar recursos no combate ao terrorismo e às guerrilhas, que tumultuaram o País, mas sofreram irrefragável derrota.

Os governos da Revolução se sucederam normalmente. Todos os Presidentes terminaram seus mandatos nas datas previstas.

Como o senhor chamaria o Movimento: de revolução ou de contra-revolução?

Acho que o movimento foi uma revolução, uma revolução porque mudou o Brasil. A primeira mudança real, que o País testemunhou, deu-se com a seriedade dos presidentes da Revolução de 1964 no trato da coisa pública. Hoje, poucos lembram disso, fruto da ação da mídia voltada para outros interesses, mas, daqui a cem anos, a história vai mostrar que valeu a pena.

A Revolução cometeu erros? Quais foram?

A Revolução cometeu erros, como todo mundo comete. A Revolução tinha uma missão que era a de organizar o País. Evidentemente, houve excessos, mas

foram muito poucos. E aqueles que aconteceram foram provocados, exatamente, pelo confronto com uma ideologia contrária, que não aceita conviver com outras. É a ideologia de um partido único – o comunista.

Os excessos da nossa Revolução não foram característicos de perseguição política, não foram. O senhor Leonel Brizola está aí, como tantos outros líderes. Agora, foi um confronto armado. Se alguém vem com uma metralhadora atirando em você, você tem que revidar! Quando alguns organizam um movimento de guerrilha, querendo proclamar a independência de uma parte do território brasileiro, nos moldes do que se vê na Colômbia, o governo é o responsável por chegar lá e acabar com essa "brincadeira". Se há uma subversão da ordem, caracterizando perigo para todo o cidadão, o governo tem que defender o cidadão. Houve excessos, não há dúvida de que houve, mas está sujeito a isso qualquer regime em que há essa necessidade de impor uma regra, uma norma e uma educação... Quem vai para a chuva é para se molhar! Quer ser guerrilheiro, quer ser terrorista, e quer que sirvam para ele *champanhe* e uísque! Nada disso! Não pode! Ele tinha que ser recebido da mesma forma como vinha nos receber, e arcar com o ônus das suas atitudes. Isso é evidente, eles entendem muito bem!

O senhor chegou a falar dos principais sucessos econômicos e sociais do período revolucionário. Da mesma forma, célebres professores da ESG – do mundo civil e de universidades variadas – citam a década de 1970 como a mais pródiga da economia brasileira. Por que, hoje, ninguém fala nisso? Por que este fato não é mostrado ao Brasil?

Primeiro, porque houve, durante o tempo da Revolução, todo um trabalho ideológico nas universidades e nas escolas, feito livremente e sem nenhuma coação, formando esse clima de aversão, criando esse fantasma do autoritarismo, de que tanto falam. Aliás, existe aqui uma clara incongruência: como uma "revolução tão violenta e feroz" que falam os inimigos, poderia permitir a existência dessa liberdade! A história vai corrigir tudo isso.

Que nada mais é do que aplicação, no Brasil, da concepção revolucionária do italiano Antônio Gramsci, dada conhecer ao mundo pelo seu trabalho nos Cadernos do Cárcere.

Pergunto-me se algum cidadão que trabalhou, que estudou ou que viveu sua vida normal foi coagido, perseguido, preso e torturado pela Revolução? Nenhum. Os perseguidos foram os amantes da luta armada e não podia ser de outra forma. Um outro fato é que nenhum oficial da tropa, fazendo o seu trabalho diuturno se envolveu na luta contra esses fora-da-lei. Ao lado da Polícia, estavam os nossos

valentes integrantes dos Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Estes, sim, combateram os participantes do Movimento Comunista Internacional e os derrotaram. Hoje, essa nossa gente é criticada violentamente pela mídia que, no entanto, faz questão de ignorar a ação solerte dos terroristas. A essa mídia não convém falar das realizações da Revolução. Eles se empenham em esconder todos os nossos acertos o mais que podem.

A mídia procura omitir os acertos da Revolução, o que é um fato incontestável. Podíamos, então, dizer que foi perdida a "batalha da comunicação social" ou que não queríamos participar dela, porque tínhamos, inclusive, ojeriza em realizar propaganda e mostrar a realidade da Revolução?

Não gosto da nossa imprensa, em razão do que leio no jornal. Não é porque tenha algum problema contra os jornalistas. A imprensa, por meio do jornalista, comporta-se de forma que muito me desagrada – detém o Poder, sem a responsabilidade. É difícil não criar uma certa prevenção pelo que se lê na nossa imprensa. O militar não é afeito a isso; essa coisa não nos é familiar.

Com relação à guerrilha e ao terrorismo, como o senhor viu esse problema? Casos de tortura foram gerados pelo terrorismo? O que eles buscavam com a luta armada?

Eles faziam o seu papel pelas suas convicções ideológicas, utilizando a luta armada contra o regime vigente. Eles tinham esse ideal. Quero que se entenda bem: respeito o guerrilheiro que está, no meio do mato, brigando, que tem a sua ideologia. Ele não é safado, não é ladrão, não é desonesto. Ele tem uma ideologia e está lutando contra quem pensa diferente dele. Houve, porém, o desvirtuamento, por causa, exatamente, desse clima de ódio que a ideologia provoca na luta contra o adversário.

Assim, o camarada que estava nos Destacamentos de Operações de Informações/Centros de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI), e surpreendeu o guerrilheiro que estava atirando no amigo dele e o matou, tem raiva daquele prisioneiro. Pode exceder-se e se excedeu, na época. Sabemos que não foi só no Brasil, os excessos ocorrem, ainda hoje, em qualquer lugar, em todos os países do mundo. O homem é o homem – sujeito às suas paixões e a cometer violências. O que aconteceu foi isso, lamentavelmente, e em índice muito menor do que dizem por aí. Nessa época, encontrava-me, na ativa, servindo na Vila Militar, e nunca vi ninguém dar um safanão sequer em qualquer preso. Nunca presenciei isso. Inclusive, quando as unidades recebiam presos, tínhamos ordens de ir verificar se eles estavam sendo bem tratados. Ninguém respeita mais um prisioneiro de guerra do que o próprio militar.

Houve aberrações na luta contra o terrorismo, que são inerentes ao comportamento individual, quer dizer desvios do próprio homem. Isso houve.

E haverá sempre.

Os DOI foram necessários?

Os Destacamentos de Operações de Informações foram criados, na época, para fazer frente à luta armada imposta pelo movimento contrário, baseada na guerrilha, no terrorismo e em atividades subversivas diversas levadas a cabo na cidade e no campo. Do lado de cá, criaram-se os DOI para, juntamente com restante do sistema legal, combater esses grupos armados e obstinados. Evidentemente, que o lado das organizações legais tinham muito mais condições e poder do que o outro, mas travou-se uma luta armada, ninguém pode dizer que não houve.

O senhor acha que a Revolução demorou-se muito no Poder?

Tenho um conceito muito pessoal – acho que ela cumpriu o seu destino. Acredito que, talvez, o Presidente Castello Branco, ao terminar o seu mandato, pudesse devolver o Poder a um político civil que tivesse afinidades de ideais com a democracia, com o desenvolvimento, com a paz e a ordem, para evitar esta pecha de militarismo. O Congresso cumpriria sua missão de eleger os presidentes da República, através de eleições indiretas, e eu não tenho nada contra eleições indiretas. Eleições indiretas acontecem na maioria dos países do mundo. Por que o Congresso não poderia eleger um presidente da República?

As nossas Forças Armadas, em particular o Exército, auferiram benefícios com a Revolução?

O Exército continuou o mesmo. Todos os meus companheiros que viveram a Revolução, como vivi, também não se beneficiaram. Hoje, sou coronel e estou na reserva. A minha declaração de bens é modesta. Comprei o meu apartamento pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e eduquei os meus filhos com muita luta. Não tenho outras posses, não preciso e vivo muito feliz. A minha satisfação sempre foi, vamos dizer, a minha profissão. O militar não se beneficiou e nem se prejudicou – cumpriu a sua missão.

Na época, o AI-5 foi necessário?

O AI-5 deve ter sido muito estudado, antes ter sido editado. Pesou toda uma sucessão de fatos de que não tive conhecimento, e nem podia ter, no meu escalão. Acredito que o Governo chegou à conclusão de que era impositivo. Não se faz levianamente uma coisa dessas.

O "revanchismo" está presente na mídia e nas ações de vários políticos. Como o senhor vê esse problema?

Não me preocupo muito com isto, porque esse "revanchismo" não leva a lugar algum. Há até uma passagem, na Bíblia, que diz: "Uma casa dividida contra si mesma não vai para frente." Não tem que haver "revanchismo" nenhum. Isso, mais para o futuro, será entendido com toda certeza. A Revolução foi um fato histórico completo e acabado e estamos seguindo a nossa história, o nosso destino que, queira Deus, nos leve a um bom porto.

A imagem das Forças Armadas e, em conseqüência, do Exército Brasileiro tem obtido elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião. O que o senhor acha disso?

O Exército sempre foi respeitado, bem como as Forças Armadas. Ele é respeitado não só pelo seu poder, por sua força intrínseca. Ele é respeitado, porque o Exército é o povo. O Exército é constituído de brasileiros, na sua grande maioria jovens, de todas as camadas da sociedade, onde não há distinção de classe, de credo ou de cor. Sempre digo, lá em casa, aos meus filhos, civis, que não existe organização mais democrática do que o Exército. Não existe, realmente! Ele é composto de brasileiros que estão imbuídos da missão de defender o seu País. Quer coisa melhor do que isso? Como é que o povo não vai gostar de uma instituição que existe para preservá-lo? Não pode deixar de ter respeito. O Exército é feito do povo. Quem o serve? O soldado, que o cidadão vê vestido de verde-oliva na rua, é filho da Dona Maria, lá de Padre Miguel, é filho da Dona Antônia, do Largo da Abolição, é povo, igual a todo mundo. Por isso, o Exército é respeitado. Ele, também, educa e dá uma profissão a esses jovens. O Exército está, também nos pontos mais difíceis do território nacional, é o primeiro que chegou às nossas fronteiras, e o primeiro a educar o índio, a trazer o socorro nas calamidades.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou certo de que esse trabalho é algo grandioso, principalmente na abordagem histórica, para que, mais tarde, se possa saber o que realmente aconteceu nesse período da vida brasileira. Que saibamos a verdade sobre as erupções que sucederam em nossa trajetória, como o nosso povo se comportou, por que fizemos ou deixamos de fazer certas coisas. Acho muito importante preservar a memória do País para as gerações futuras como ensinamento e, também, como exemplo, enfim. Essa iniciativa do Exército merece, portanto, o nosso aplauso. Sinto-me gratificado por terem lembrado deste velho Coronel.

Coronel Everton da Paixão Curado Fleury

- Natural da Cidade de Carmo do Paranaíba, MG.
- Foi Chefe de Gabinete do Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), por longo período, no Governo Figueiredo.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era Capitão Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte e comandava a Bateria de Alunos que fez parte do Grupamento Tático (GT/12) que se deslocou para Brasília, onde atuou. Ao longo do mesmo ano, foi encarregado de diversos inquéritos destinados a apurar atividades subversivas no Estado de Minas Gerais e nomeado membro da Subcomissão de Investigações Sumárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) de Minas Gerais.

Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2000.

Antes de mais nada, quero agradecer e dizer que me sinto extremamente honrado de poder participar, com meu singelo depoimento, do Projeto de História Oral que o Exército Brasileiro ora realiza. O Exército participou de eventos da maior importância, como a organização da Força Expedicionária Brasileira e sua ida para a Itália e o Movimento militar realizado no Brasil em 31 de março de 1964, no qual, modesta e intensamente, participei com a pequena subunidade que comandava, na época.

Após a mensagem inicial do Coronel Fleury, perguntamos qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e, depois, nas suas conseqüências?

No meu entendimento, as causas próximas da eclosão da Revolução de 1964 encontram-se em 1961 com a renúncia do Presidente Jânio Quadros. A guarnição de Belo Horizonte participou intensamente, desde aquela época, dos acontecimentos políticos que sacudiram o País naqueles anos. No CPOR de Belo Horizonte, onde servia, eram realizadas, pelo menos uma vez por mês, palestras de autoridades militares e de personalidades importantes da vida civil, particularmente da Política e do Empresariado mineiro, mostrando à nossa sociedade o caminho que estava tomando o Brasil com o desgoverno do senhor João Goulart, não só no período parlamentarista, como também, e principalmente, no presidencialista, que ele conseguiu implantar com a antecipação do plebiscito previsto para o final de sua gestão.

Então, a nossa Guarnição foi muito ativa. Os militares – capitães, jovens tenentes, majores – eram muito politizados e por essa razão, creio eu, tiveram uma participação muito intensa no Movimento de 1964.

Qual era o objetivo dos generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, na verdade, deram partida ao Movimento?

Fizemos uma contra-revolução, um movimento que atendia à opinião pública brasileira. Isso é preciso ficar bem claro. Porque, hoje, tentam reescrever a História do Brasil, principalmente a recente, de uma maneira mentirosa. O Exército atendeu ao clamor da opinião pública. Essa é a grande verdade. Em todo lugar, quando a coluna militar chegava, não conseguíamos passar direto, tínhamos que parar. O povo parava a tropa para nos homenagear.

Então, insisto, fizemos um movimento contra uma revolução, que estava prestes a eclodir, de cunho socialista ou comunista, como queiram, com uma capa de sindicalismo atuante que agitava permanentemente o quadro político da época. Na verdade, era o Movimento Comunista Internacional querendo colocar o pé na América do Sul e no seu país mais importante, que era o Brasil.

E na eclosão, onde atuou a sua Companhia?

Na época em que comandava a Bateria de alunos do CPOR, foram organizados dois grupamentos táticos, em Minas Gerais. Um, em Juiz de Fora, que seguiu para o Rio, e outro, em Belo Horizonte, que seguiu para Brasília, com a finalidade de ocupá-la, porque, na guarnição de Brasília, até aquele momento, não tínhamos definição se podíamos contar ou não com os companheiros que lá serviam.

Esse grupamento ficou apelidado de Grupamento Caicó, porque foi comandado pelo nosso querido e saudoso General Dióscoro Gonçalves Vale, que era natural de Caicó, RN. Ele, na época, era Coronel Comandante do 12º RI e também do GT Caicó, como nós assim apelidamos, o GT do 2º/12º RI. A minha Bateria, junto com uma Bateria do 14º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), na época II/4º RO105, de Pouso Alegre, as duas Baterias constituíram um Grupo de Artilharia em apoio ao GT.

Eu era Comandante da Bateria de Alunos, mas fui chamado a exercer a função de Oficial de Ligação com o Estado-Maior do GT, e quem comandou, efetivamente, a Bateria foi o meu grande amigo e compadre Capitão Fernando de Almeida Godói, que era Instrutor também. É bom que se ressalte que a minha Bateria foi constituída, na sua maior parte, de alunos do CPOR, voluntários. Todos, todos, sem exceção, universitários e a grande maioria universitários do curso de Engenharia Civil.

É muito importante que se diga isso, porque estamos mostrando, através deste depoimento, que a universidade, naquela época, estava cansada do Governo Goulart também. Os estudantes que estavam ao lado deles formavam uma minoria.

Eram uma minoria, sem dúvida nenhuma. Aquele grupo encastelado na UNE sempre foi "manobrado" pelo comunismo internacional. A expressiva maioria não era disso. Tanto não era que, no CPOR, por exemplo, na época, tínhamos, se não me engano, duzentos alunos ou um pouco mais. No meu Curso, o de Artilharia, tínhamos oitenta alunos, a Infantaria uns cem e a Cavalaria quarenta, aproximadamente. Eram raros, raros os alunos compulsados a fazer o CPOR; todos eram voluntários. Os meus alunos eram todos voluntários, sem exceção.

E foram voluntários para marchar?

E, voluntariamente, foram para Brasília. Todos marcharam. A Bateria não foi, todavia, constituída só de alunos, por causa do efetivo, tive que completar com soldados, que, aliás, pertenciam ao Curso de Artilharia. No Curso, havia uma Bateria composta por soldados de nosso contingente. Por quê? Porque, em caso de atuação nas atividades de segurança interna, não podia empregar o aluno obrigatoriamente.

O aluno era universitário. O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, naquela época, fazia o expediente durante as férias universitárias. No período curricular

da universidade, o aluno só vinha ao quartel aos domingos. Então, para efeito de segurança interna, eu tinha uma Bateria composta por soldados que, com os meus sargentos, os monitores, integravam o contingente do CPOR.

Importante firmar essa idéia: o CPOR, com todos os seus universitários, se deslocou até Brasília.

Deslocamo-nos para Brasília, fazendo inicialmente um movimento tático, porque havia informações de que uma parte da tropa de Brasília se dirigira para divisa do Estado de Goiás com Minas Gerais, definida pelo rio São Marcos, para preparar, na divisa, uma posição defensiva com a finalidade de nos enfrentar. De fato, quando chegamos, verificamos que havia, na margem oposta do rio, uma elevação com espaldões para canhões antiaéreos, certamente para uma Bateria Antiaérea, com sede na área. Mas, felizmente, a partir de Paracatu, quando lançamos um destacamento precursor para os reconhecimentos, verificou-se que o pessoal de Brasília havia retraído e aderido. Então, a partir daí, o movimento não foi mais tático.

Deixou de ser uma marcha para o combate.

Exatamente. Daí em diante, levamos poucas horas para chegar a Brasília.

Foi uma marcha administrativa.

Exatamente. A primeira parte do movimento obedecia a uma organização tática e a segunda parte foi uma marcha administrativa.

Chegando a Brasília, encontraram algum problema? Como transcorreu a chegada à Capital?

Chegamos a Brasília, pela madrugada, à uma hora da manhã mais ou menos; estacionamos a coluna ao longo do eixo monumental, enquanto se fazia um reconhecimento. Algumas autoridades militares de Brasília, que haviam aderido ao Movimento revolucionário, vieram nos receber, indicando-nos a distribuição dos acantonamentos pelas unidades e subunidades.

Na época, a Guarnição de Brasília não estava completa, os quartéis se encontravam em obras – Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e o Grupo de Artilharia estavam sendo construídos. Então, distribuíram a tropa pelo canteiro de obras lá existente.

Foi um acantonamento mesmo.

Exatamente, e uma parte da tropa da Polícia Militar de Minas Gerais – porque houve um Batalhão de Polícia que foi conosco – inclusive integrou o Destacamento Precursor, diga-se de passagem, teve uma participação muito importante. Esse Batalhão ficou acantonado no Teatro Nacional de Brasília, que estava em plena construção, com a estrutura pronta e os andaimes. Nesse canteiro de obras, ficou, também,

o Estado-Maior, o Comando do GT e eu também. Eram quartinhos de engenheiros e de funcionários da obra e também salas de desenho. Ocupamos aquele canteiro de obras de engenharia, na verdade, fizemos uma ocupação militar de Brasília. Entramos em posição no eixo monumental, na Praça dos Três Poderes, enfim, tomamos conta. Dissemos mesmo: "Agora estamos comandando militarmente Brasília."

Depois, houve uma adesão completa. Foram nomeados novos comandantes de unidades e, ao final de 19 dias, retornamos a Belo Horizonte. Saímos de lá depois da posse do Presidente Castello Branco. Tivemos a honra de desfilar para o Presidente Castello na Praça dos Três Poderes e, em seguida, retornamos a Belo Horizonte, sendo a nossa viagem de regresso mais demorada do que a nossa ida, porque, em todo lugar, que a gente passava – Paracatu, Sete Lagoas, Curvelo – o povo nos parava, à beira da estrada. Matavam um boi, assavam a carne e nos convidavam para comer o churrasco. Não havia como recusar e, assim, chegamos a Belo Horizonte às 8h da noite. E cheguei ao quartel à 1h da manhã, porque ficamos presos no engarrafamento das ruas. Realizamos, ainda, um desfile na Praça da Liberdade, e a adesão pública era total, impressionante, não resta a menor dúvida.

Isso que dizem hoje, intitulando o Movimento revolucionário de "golpe militar", "ditadura militar" e "anos de chumbo", corresponde a uma manobra dos derrotados em 1964 no sentido de reescrever, de uma maneira mentirosa, a história do nosso Movimento. Podem ter ocorrido deslizes, posteriormente, uma vez que forçou-se o endurecimento em virtude dos seus inimigos estarem resolvidos a enfrentá-lo, em 1968 e 1969, tentando, mais uma vez, a tomada do Poder.

Retraíram em 1964, mas se prepararam e assim que puderam contra-atacaram, com terrorismo seletivo e indiscriminado, seqüestros, assaltos a quartéis, a jornais...

Na verdade, o que não se pode admitir é que digam que foi um golpe militar, porque foi um Movimento exigido pelo povo. Não houve um planejamento muito grande, porque não havia tempo, mas foi um Movimento organizado e executado com a partida dada em Minas Gerais, porque, em nosso Estado, estava mais maduro o ideal da Contra-Revolução, que iria opor-se à anarquia sindical estimulada, permanentemente, pelo Governo.

Não podemos negar a liderança do Marechal Castello Branco que, embora não tivesse um comando efetivo de tropas naquela época, expediu um documento, como Chefe do Estado-Maior do Exército, que foi, ao lado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, o grande inspirador da nossa atitude, das nossas ações vitoriosas.

Julga o senhor que a guerra fria, Pós-Segunda Guerra Mundial, influiu no Movimento, na situação vivida em 1964?

Não podemos deixar de reconhecer que teve influência, porque houve uma bipolarização entre o capitalismo e o comunismo. O comunismo internacional, querendo expandir-se no mundo inteiro, lançou os seus tentáculos na América, conquistou Cuba e queria "botar o pé" no Brasil, que era, sem dúvida, o País mais importante da América do Sul, o qual, se fosse realmente dominado pelo comunismo internacional, poderia tornar o quadro mundial bem diferente do que é hoje.

Poderia ter mudado a história do mundo.

Acredito que sim.

Havia, em 1963/1964, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Não resta a menor dúvida, porque o Governo João Goulart foi um Governo pontilhado de greves, greves constantes que mexiam com a vida de todo mundo. Era greve ferroviária, greve rodoviária, greve dos portos, de metalúrgicos, enfim eram greves em atividades essenciais e greves de solidariedade a outras greves, que a população, principalmente nos grandes Centros, como no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, já não agüentava mais, cansada, atormentada, desgastada, com tanta anarquia. E a tropa também. O Exército vivia ocupando estações da Leopoldina e da Central do Brasil, ocupando portos etc. ou vivendo de prontidão dentro dos quartéis, como era o nosso caso. É interessante fazer aqui um parêntese para lembrar um aspecto de ordem particular: os meus três filhos nasceram em Belo Horizonte, onde servi desde 1960. Um nasceu em 1959, um outro, em 1961, e o caçula, em 1963. Pois bem, nos três partos da minha mulher, eu estava de prontidão nesse quartel que é, hoje, a 4ª Companhia de PE e que era, antigamente, o CPOR de Belo Horizonte. Durante esses três eventos importantíssimos de minha vida, encontrava-me de prontidão. É evidente que os meus comandantes me dispensaram para ver a minha mulher. Eis como a gente estava, o ambiente em que se vivia no País naquela época.

E, hoje, contam uma outra história, quando o panorama político brasileiro era justamente marcado por greves, agitação permanente, com efeitos terríveis sobre a economia e a vida das pessoas.

Numa análise pessoal, creio que, ao Governo, interessava aquela agitação, porque se encaminhava para a instauração de uma república sindicalista, vamos assim dizer, um primeiro passo para chegar a uma república comunista. O Governo tinha interesse naquela agitação.

Queria, no entanto, manter a agitação a seu comando, mas perdeu completamente o controle para o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) etc. As autoridades militares do Governo João Goulart cons-

truíram um "castelo de cartas", deu-se um "peteleco" na primeira carta e o castelo desmoronou. O sistema militar de apoio a Goulart, com os famosos "generais do povo", caiu de podre, assim como o sindicalismo dominado pelos pelegos.

E a posição da Igreja na época?

Sou católico e conhecia a posição da minha Igreja. A Igreja católica, na época, estava fundamentalmente do nosso lado contra o Governo Goulart. Primeiro, porque ideologicamente o Governo estava enveredando pelo caminho do comunismo ateu que a Igreja sempre condenou. Segundo, porque a Igreja, que é milenar, sabia muito bem que, economicamente, o sistema comunista nunca frutificou em país nenhum. O lugar em que ele mais cresceu foi na União Soviética, que hoje é essa "colcha de retalhos" que conhecemos. A Igreja sabia que aquele sistema econômico não funcionava, além de ser um sistema ateu e a Igreja evidentemente não queria isso.

Agora, havia alas da Igreja, sem sombra de dúvida, que acabaram tomando outro caminho e participaram intensamente, como todos sabemos.

Principalmente a partir de 1967, 1968 e daí para frente.

Exatamente mais para frente um pouco, surgiram a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC), movimentos de esquerdistas ligados à Igreja, que começaram a radicalizar. Em 1964, já havia padres extremamente atuantes, com certa influência na guarnição de Belo Horizonte. Tivemos um padre que era um caso sério – o famoso Padre Lage, que, inclusive, acabou sendo preso em Brasília.

Havia os famosos "padres de passeata".

Realmente, existia essa famosa "ala progressista" que chamamos de "padres de passeata", desde 1964 em menor escala, aumentando muito a partir de 1968, 1969.

E as "Ligas Camponesas", e o tal do "grupo dos onze" do Brizola?

Sobre as "Ligas Camponesas" tenho pouco a dizer, porque atuaram mais no Nordeste, através do trabalho de Francisco Julião. Já o movimento "grupo dos onze" espalhou-se pelo País inteiro e, em Minas, dizíamos que era o "grupo dos brizolistas". Existia efetivamente, mas também desmoronou como um "castelo de cartas". Essa é que é a verdade.

E o que se passava no meio militar? Buscaram a cisão dentro das Forças Armadas? Como procediam os adversários do Brasil nessa época?

Estou certo de que, realmente, havia uma clara intenção de criar cisões dentro de cada Força Armada. Sem sombra de dúvida houve um trabalho de sapa para divorciar oficiais e sargentos do Exército.

Na própria reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, que foi um dos estopins da Revolução, buscou o Presidente da República aliciar os sargentos para quebrar a disciplina e a hierarquia, exatamente com o apoio dele, do próprio Presidente, o que é inaceitável! Já acontecera um movimento de sargentos em Brasília, realmente sério.

Então não resta a menor dúvida de que houve uma preocupação em criar a luta de classes de um modo geral e, dentro do segmento militar, uma luta dos sargentos e cabos contra os oficiais.

No seu entender, quais os principais acontecimentos que desembocaram na Revolução de 31 de Março?

Como citei no início, acho que começou mesmo em 1961 com a renúncia de Jânio e a posse de Jango contra uma grande parcela das Forças Armadas e da opinião pública. Depois, aquela campanha da antecipação do plebiscito que foi um engodo, porque o evento estava previsto para o final do Governo Goulart.

O engodo "diga não ao parlamentarismo".

Aí começaram todos aqueles problemas de greve, as famosas reformas de base etc. Creio que as causas mais próximas que podemos apontar como o estopim foram: a revolta dos marinheiros – um fato gravíssimo; o comício do dia 13, na Central do Brasil; a reunião no Automóvel Clube do Brasil, verdadeira gota d'água, e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo e em Belo Horizonte, uma vez que a do Rio ocorreu após a vitória da Revolução, sendo chamada, portanto, de Marcha da Vitória... Um testemunho pessoal: não posso precisar bem a data, talvez meados do mês de março, Leonel Brizola veio a Belo Horizonte para fazer uma reunião política pregando, em última análise, as Reformas de Base, "grupo dos onze", aquela coisa toda.

O avião em que viajava desceu no aeroporto da Pampulha e fomos para a antiga Secretaria de Saúde que, hoje, é o Minas Centro, na Avenida Augusto Lima, um prédio antigo, tradicional, que foi transformado num enorme auditório; é um local para grandes eventos normalmente. Naquela época, era mais modesto.

Pois bem, as mulheres mineiras, com rosário na mão, não deixaram o Brizola entrar no auditório da Secretaria de Saúde, ele não proferiu a palestra e voltou para o avião. Aquelas mulheres que haviam liderado a Marcha da Família com Deus pela Liberdade estavam lá e não deixaram. Nós o botamos dentro do avião: "volta".

Evidentemente, havia uma série de companheiros nossos, como o General Bragança, que se destacaram por sua importante participação. Aliás, eram vários Braganças, família tradicional. Tratava-se do José Bragança, aquele barbicha famo-

so, que foi general da ativa, o que mais se empenhou. Ele estava junto com essas pessoas que impediram o Brizola de proferir a palestra. Outra participação muito relevante, que não posso deixar de citar, foi a da PM de Minas Gerais, cujo Comandante, Coronel José Geraldo, exerceu um grande papel na Revolução em nosso Estado, ao lado do Governador Magalhães Pinto.

Creio que a destacada atuação do Coronel Comandante da PM de Minas influiu decisivamente nas atitudes tomadas pelo Magalhães Pinto. Digo isso sem desmerecer o Governador, apenas porque as atitudes desassombradas não são muito comuns nos políticos.

Apesar de que ele, como banqueiro, sabia que estava correndo sério risco, porque o Governo estava engajado na implantação da tal República Sindicalista Comunista.

Mas a Polícia Militar de Minas Gerais, sem sombra de dúvida, desempenhou um grande papel. Evidentemente, que o General Guedes, em Belo Horizonte, exerceu também uma forte influência sobre tudo que ocorreu nas áreas militar e política da Capital do Estado.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da grande maioria da vontade nacional?

Sem sombra de dúvida, não tenho o menor questionamento quanto a isso. Inclusive, à época, tivemos alguns companheiros e grandes amigos que titubearam em aderir ao Movimento, porque achavam que seria uma quartelada: "Isto é uma quartelada que estão fazendo em Belo Horizonte, em Juiz de Fora." E nós, então, os convencemos de que não; que era um Movimento que estava atendendo aos reclamos da nossa sociedade, da opinião pública brasileira.

Havia uma revolução de cunho comunista em pleno andamento no nosso País?

De cunho comunista, não resta a menor dúvida.

E o Congresso Nacional como se portou diante da Revolução de 1964?

A primeira atitude do Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, foi declarar vago o cargo de Presidente da República, medida que se revelou extremamente importante e afinada com o pensamento castrense e da maioria dos parlamentares, porque as autoridades militares, em Brasília, estavam contra Jango, assim como quase todo o Congresso, que sofria ameaças constantes dos seguidores do Governo, inclusive de fechá-lo.

Ele viu que aquela era realmente a solução.

Declarou vago o cargo e deu posse ao Presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, quando João Goulart deslocou-se para o Sul. Isso foi muito importante para que o Jango desistisse de tentar qualquer reação, acabando por deixar o País, em fuga para o Uruguai.

E como se portaram os Sindicatos, aquelas Entidades Esquerdistas cujos líderes dedicavam-se permanentemente à agitação e ao grevismo?

Na verdade fizemos a coisa bem-feita. As lideranças não conseguiram se pronunciar, porque foram todas ou quase todas surpreendidas, vindo a fugir ou acabaram silenciadas através de prisão. Estávamos vivendo uma situação de fato. Não havia lei marcial, mas era quase uma situação em que o Poder militar, dentro do Poder nacional, tinha assumido o controle da situação. A participação e reação desses sindicatos, nas primeiras horas foi praticamente nenhuma.

Nula, porque realmente foram surpreendidos.

Sabíamos que era meia dúzia de líderes sindicais que tumultuavam o País. A grande massa dos trabalhadores não queria saber disso, o que ficou claro com o desencadeamento do Movimento revolucionário.

Os agitadores se valiam da massa. Eram sempre as mesmas pessoas que já conhecíamos bem. Dentre eles, Dante Pelacani, Clodomith Riani, Oswaldo Pacheco (líder da CGT), Hércules Correia (Deputado Federal), os Ministros Abelardo Jurema e Amauri Silva e outros mais, figuras extremamente atuantes no processo de tumultuar, permanentemente, a vida nacional.

Houve auxílio vindo do exterior ou a Revolução foi um Movimento somente de natureza interna?

Não acredito que tenha havido auxílio externo. Não posso dizer isso de cadeira, porque não participei num escalão que dispusesse desse nível de informação. Era apenas um capitão. Mas quero crer que a motivação que a jovem oficialidade mantinha naquela época nos levava a agir, e todos os outros capitães e tenentes e alguns majores... Sem pensar nunca em apoio externo. Acredito, entretanto, que, para o governo americano, tenha sido um alívio. Porque, caso se instaurasse no Brasil um regime comunista, os Estados Unidos estariam em uma situação complicada...

Isso é que os americanos deviam estar lembrando hoje, ao invés de ignorar aqueles que os ajudaram, indiretamente, salvando por duas vezes, o Brasil da sanha do comunismo. Hoje, eles "jogam pedra" nos antigos aliados, que perderam a importância com o término da guerra fria.

Hoje, têm enorme interesse no nosso território.

Naquela época algumas lideranças de esquerda, algumas intelectuais diziam que nós militares estávamos "vendo fantasmas" no perigo do regime comunista. Hoje, muitas lideranças liberais, inclusive os ditos intelectuais, estão afirmando que estamos vendo fantasmas com relação à cobiça dos países ricos, sobretudo dos norte-americanos, em torno da nossa Amazônia.

Releva cuidar desse nosso rico patrimônio, porque está todo mundo com um "olho deste tamanho" em cima dessa área, como o Movimento Comunista Internacional estava de olho no Brasil, sobretudo na década de 1960 e no início da de 1970.

Mas veio a segunda fase, vamos dizer assim, do nosso Movimento, que recrudesceu em 1969, porque a esquerda passou para a luta armada, com as guerrilhas urbana e rural. O Governo só tinha mesmo que endurecer; não podia ceder, de forma nenhuma.

É importante que fique claro isso, uma vez que o adversário diz que passou para a luta armada, porque não obteve campo fértil para negociação, o que é uma grande mentira!...

Não se conseguia dialogar com eles, trocar idéias. O problema era o seguinte: a esquerda festiva, vamos dizer assim, através de espetáculos musicais, de peças de teatro etc., fazia a cabeça de parte da população, da esquerda, talvez até mais honesta, daqueles esquerdistas que eram idealistas ou, então, comunistas por convicção, que partiram para a luta armada.

Foram os que perderam a vida.

Não podemos deixar de admitir que, do lado de lá, não houvesse idealistas. Muitos acreditavam naquilo e tinham o seu ideal, mas foram insuflados pela esquerda festiva que vivia com o copo de uísque na mão na Zona Sul do Rio de Janeiro, especialmente no Leblon. Essa é que é a verdade.

Os dirigentes que se encontram no comando do País não estão, agora, indenizando as famílias de terroristas por remorso?

Muito provavelmente.

Para mim é remorso, porque jogaram na luta inocentes-úteis, jovens em sua maioria, para perder a vida, enquanto eles, os homens da doutrina, estão, hoje, muito bem instalados no Poder. Estão indenizando, também, porque os esquerdistas gostam muito de dinheiro. Dinheiro para eles tem mais valor do que qualquer tipo de homenagem ou honraria.

Realmente, sem dúvida nenhuma.

Custa-se a acreditar que o terrorismo esteja sendo premiado com 100 a 150 mil reais. É uma brincadeira irresponsável que se está fazendo com o dinheiro da Nação...

Acredito que o problema está ligado ao "revanchismo". Esta é uma oportunidade que a gente tem de extravasar alguns sentimentos que estão contidos, algumas palavras que estão "presas na garganta". Mas acho que esse "revanchismo" não poderia existir. O que esse pessoal não compreende é que nós, por desejo do povo brasileiro, fizemos um Movimento contra o Governo do caos e fomos vitoriosos. Então, um Movimento, seja uma revolução, uma contra-revolução, seja o que for, vitorioso, ele se institucionaliza, por si só, através da força. Na Sociologia, se aprende isso.

Pois bem, eles foram os vencidos, ficaram à margem, não resta a menor dúvida. Agora, ao assumirem o Poder, diga-se de passagem, com o nosso beneplácito, é bom que se diga isso, se voltam contra os que os anistiaram. Quem fez a anistia não foi a oposição, foi o Governo dito militar. Nossa Revolução foi quem liberou tudo!...

Anistia ampla, geral e irrestrita.

Tem gente até que diz que a anistia foi muito ampla, mas acho difícil fazer uma anistia pela metade. Então, não recrimino. Penso que foi bem-feito, fizemos uma anistia ampla, geral e irrestrita. Após isso, politicamente, eles ganharam o Poder. No entanto, não lhes cabe querer reescrever a história do País, agora, porque ganharam politicamente, vinte tantos anos depois. Não! Naquela época, ficaram à margem da lei; agiram ilegalmente e têm que admitir isso. Aquelas pessoas que assaltaram bancos cometeram os mesmos crimes que os demais assaltantes de banco cometem. Por que agora indenizá-los à custa dos cofres públicos? Isso é, realmente, inconcebível! Pessoas que mataram, que seqüestraram, que cometeram os mesmos crimes hediondos que cometem bandidos comuns venham ainda a ser indenizadas. Então, é preciso que entendam isso e não continuem a fazer daquelas pessoas que foram criminosas, ontem, heróis nacionais, hoje. De maneira nenhuma!...

Quer dizer que fomos os grandes vilões?! Isso é que não pode!... Fica "entalado" na nossa garganta. Estou tendo a satisfação de poder dizer isso talvez só para os nossos militares, mas é uma satisfação trazer a verdade dos fatos para a juventude militar de hoje para que ela saiba exatamente o que se passou. Fomos vitoriosos e não fizemos nenhum "revanchismo" contra aqueles que não aceitaram a nossa vitória em 1964 e partiram para a luta armada.

Exatamente. Apelaram para a luta armada.

Apelaram para a luta armada e foram derrotados. Mas, depois que ganharam através do voto, estão tendo todo o apoio das Forças Armadas. Um governo, composto de adversários, e nem por isso deixamos de apoiá-los. É preciso que eles, também, entendam isso; que não podem glorificar, agora, pessoas que, à época, foram autores de crimes hediondos, que se voltaram contra o Estado, contra a lei vigente no País.

E o emprego operacional dos cadetes da AMAN, como o senhor viu a decisão tomada pelo General Médici?

Eu estava muito longe, mas vibrei como se fosse cadete. Porque entendo que adesão do Corpo de Cadetes ao Movimento deve ter exercido uma grande influência na tropa do II Exército, cujo Comandante custou muito a aderir à Revolução, o General Kruel. Não que fosse um homem indeciso, mas era amigo pessoal do Presidente da República, seu conterrâneo. Então, na verdade, o II Exército muito se beneficiou da posição adotada pelo General Médici. Reafirmo que a adesão da Academia teve uma influência fundamental sobre o próprio General que marchava contra São Paulo, à frente das tropas do I Exército, aqueles que iriam se defrontar com o II Exército, cujos meios eram inferiores aos que vinham do Rio. Assim, a adesão da Academia à Revolução evitou um provável confronto no Vale do Paraíba.

A Revolução de 31 de Março trouxe para a nossa força a união e a coesão? Ela foi importante nesse aspecto?

Foi muito importante. Houve num primeiro momento, na eclosão do Movimento, uma dissociação de um grupo de sargentos, influenciados pelas lideranças esquerdistas. Houve a revolta dos sargentos de Brasília, o problema de sargentos aqui no nosso 11º RI, e em Pouso Alegre etc. Mas, após o Movimento, após se colocarem os "pingos nos is", prevaleceu uma união muito grande dentro do Exército e do Exército com as outras forças singulares e auxiliares.

E a mídia apoiou o Movimento?

Completamente. Bateu palmas. Se o senhor compulsar *O Globo*, o *Estadão*, o *Correio da Manhã*, os grandes jornais da época, como também *O Estado de Minas*, eram só aplausos, assim como as revistas de então.

O Cruzeiro, Manchete, Fatos e Fotos falaram até em Carnaval da Vitória e, hoje, os esquerdistas escondem tudo isso. A mídia mudou de posição, passando a influenciar e a modificar a opinião pública em perfeita consonância com a estratégia gramsciana.

Perfeito! É a doutrina de Gramsci que, hoje, a mídia e os professores universitários esquerdistas aplicam diariamente, os primeiros, influenciando a opinião pública, e a cátedra fazendo a cabeça da juventude no Ensino Superior.

Reconheceram, pela nova estratégia, que não era importante o operário, viram que o importante era contar com o apoio dos meios de comunicação e da cátedra universitária.

Exatamente. O que vale é a opinião publicada. Não é a opinião pública, é a opinião publicada. Alguns jornais, por exemplo o *Estadão*, na época sofreram censura,

não vamos negar que tenha havido. Todos sabemos que incidiu sobre os jornais, embora não tenha havido sobre os livros, sobre as Editoras, e o *Estadão* ficou muito ressentido, publicava aquelas páginas em branco ou, então, páginas com propaganda. Tem, portanto, certa razão de cultivar ressentimentos, mas não de fazer um "revanchismo" da ordem que faz hoje, assim como a *Folha de São Paulo, O Globo,* o *Jornal do Brasil* etc.

Em outubro de 1984, o Roberto Marinho, em seu jornal, estava defendendo, abertamente, a Revolução, quer dizer, vinte anos depois do Movimento de Março de 1964, ou seja, no final do período revolucionário, dizendo da importância da Revolução quando ia deixar o Poder em 1985. E hoje, muda de posição completamente, o que aponta uma contradição absurda, injustificável. Que forças ocultas fizeram a Rede Globo adotar, com a "abertura", posição tão estranha?!

A Revolução foi de governos militares ou de governos cujos presidentes eram militares?

Participei ativa e diretamente do Governo Figueiredo. No meu currículo consta que pertenci ao Gabinete do SNI, num espaço de tempo pequeno do Governo Geisel, no período em que o General Figueiredo se desvinculou do SNI para candidatar-se, deixando, na Chefia do Serviço, o meu chefe, General Medeiros que, ao ser nomeado, acompanhei.

Dessa forma, passei nove meses no Governo Geisel e mais uns seis anos no Governo Figueiredo. Esse período, caracterizou-se por governos fortes, sem sombra de dúvida, chefiados por presidentes militares, mas os civis do Governo exerciam as suas funções com total liberdade. Eles até se valiam de estar em governo forte para atuar com total autonomia. Praticamente, todo o primeiro escalão era civil, com exceção dos ministros militares.

O fato de termos presidentes militares permitiu a consecução de grandes objetivos, alcançados, principalmente, no campo econômico, mas também no social, uma vez que os ministros contavam com total apoio; havia o que se chama vontade política para realizar, para fazer o Brasil crescer.

E os benefícios, quais foram?

Outra grande injustiça que se faz hoje consiste em não reconhecer o progresso que o Brasil experimentou, principalmente nos primeiros 15 anos da Revolução. Porque, depois da segunda crise do petróleo, ocorrida a partir do início da década de 1980, realmente o País ficou balançado.

Mas o Brasil, antes da Revolução de 1964, não possuía um Plano de Telecomunicações, que foi feito no Governo Castello Branco. O Brasil não tinha um Plano Nacional de Viação, feito no Governo do Castello Branco; um Plano Energético, foi feito...

Feito e executado.

Então, a infra-estrutura toda de governo não existia no Brasil. Era no "vai da valsa". Essa é que é a verdade. O Brasil deu um importante salto em qualidade, a partir de 1964.

O Juscelino mandava construir uma represa em Minas Gerais, porque era mineiro; outro fazia uma represa não sei onde, não havia uma seqüência, um planejamento. Os governos militares deixaram um sistema de geração de energia no Brasil e um sistema de telecomunicações invejáveis para a época, sem falar na rede de transporte rodoviário.

A gente era jovem, falar de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, pedia-se a ligação à telefonista e ela informava: "três horas de espera, quatro horas de espera, cinco horas de espera". Em 1967, já se falava para o Brasil inteiro, na hora.

Lembro-me de quantas vezes, na Academia, em Resende, ficávamos horas esperando e acabávamos desistindo, sem falar com o Rio.

A infra-estrutura desenvolvida para o País já seria suficiente para dar grau dez à economia, durante os governos militares. Essa infra-estrutura sólida, portanto, contribuiu para o desenvolvimento econômico do País, especialmente na Indústria e mesmo em parte da Agricultura; impediu o desemprego, fortalecendo o mercado de trabalho nacional.

Assim como a gente reconhece o mérito do Presidente Juscelino por ter transferido a Capital do Brasil para Brasília, desenvolvendo o interior do País, o País inteiro precisa reconhecer que, de 1964 até 1983, auge da segunda crise do petróleo, o Brasil viveu uma fase de progresso constante, tornando-se a oitava economia do mundo, posição que passamos a ocupar, vindo da 48ª posição.

Quais foram os erros que a Revolução cometeu, no seu entender?

Erros todo mundo comete. Todo aquele que quer trabalhar, quer fazer alguma coisa, uma hora, erra. Então, erros houve, sem sombra de dúvida. Mas todos aqueles que podemos catalogar foram os que, de uma maneira ou de outra, derivaram de ações que tinham que ser feitas.

Vou dar um exemplo, não quero nem dizer que tenha sido errado ou não: comenta-se muito o Plano Nuclear desencadeado pelo Presidente Geisel. Pois bem, o Presidente Geisel e equipe podem ter se enganado na dimensão do Programa, no número de usinas que utilizariam aquela tecnologia. Porém, o Brasil tinha que dominar a tecnologia nuclear, como conseqüência da primeira grande crise do petróleo. Usinas nucleares, sem sombra de dúvida, porque o Sudeste brasileiro não tem mais onde gerar energia hídrica. Se insistir, o aproveitamento é tão oneroso que não compensa.

Assim, precisávamos partir para a termonuclear, porque a termoelétrica já possuíamos. Tínhamos que partir, sob pena de ficarmos atrasados, em relação ao mundo, de cinqüenta a sessenta anos. Então, pode ter havido erro no dimensionamento, mas, no todo, houve acerto. Ele enxergou a importância do domínio daquela tecnologia.

O plano de substituição de importações, também do Presidente Geisel, foi um plano ousadíssimo, embora tenha endividado o País. Mas foi um projeto, que desencadeado, propiciou grande desenvolvimento em várias áreas.

A Indústria de Base, a Indústria Petroquímica, que não existiam, foram implantadas. Toda essa substituição de importações, que o Presidente Geisel determinou no seu Plano Nacional de Desenvolvimento, teve conseqüências: acarretou um endividamento a curto prazo, relativamente grande, mas o benefício que a política trouxe, e que teria que ser implementada, mais cedo ou mais tarde, ninguém pode negar.

Por isso, houve erros, mas os erros foram todos oriundos de alguma ação que não poderia deixar de ser executada. No campo político, houve erros também, mas nada que significasse algo nefasto para o País, absolutamente.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução de 1964, durante a década de 1960 e, principalmente, na década de 1970, considerados os melhores da economia brasileira por renomados conferencistas civis, em nossos dias, continuam sem a devida e justa divulgação. Quais os motivos determinantes desse fato?

É aquilo que todos reconhecem – a mídia, hoje, muito mais do que ontem, diga-se de passagem, está dominada pela esquerda, atrelada à estratégia de Antonio Gramsci.

Talvez, aí, resida um erro dos governos do Movimento de 1964; talvez, não tenhamos sabido atrair a Imprensa para nossa causa, como devíamos. Hoje, a mídia, na sua maioria, apóia o governo neoliberal que, na verdade, é composto de adversários da Revolução. Esse apoio não é de graça. A mídia precisa dos elevados recursos que o governo gasta com a sua propaganda, o que a Revolução não fez.

Tivemos muitos pruridos e não soubemos manter o apoio que a Imprensa nos ofereceu, principalmente na eclosão da Revolução.

A começar pelo Castello Branco, avesso à comunicação social. Temia que comparassem o Movimento de 1964 com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da era Vargas.

O Presidente Castello, na minha opinião, foi o grande estadista que o Brasil teve desde que me entendo por gente, mas realmente, foi o homem que menos utilizou propaganda, reagindo sempre a qualquer divulgação das realizações do Governo e foram tantas...

A guerrilha, o terrorismo, os seqüestros de embaixadores, essa coisa toda obrigou a Revolução a partir para o cerceamento das liberdades? Gostaria que o senhor fizesse uma análise desse período. O AI-5 foi necessário?

Acredito, realmente, que uma ala radical da esquerda partiu para a guerrilha e para os mais variados atos de terrorismo, valendo-se, principalmente, de seqüestros de embaixadores, para trocar pelos seus prisioneiros, e de assaltos a banco, para financiar as suas ações, sobretudo a guerrilha.

Não vejo como o Governo poderia conter isso dentro de um regime no qual todas as liberdades democráticas fossem preservadas. Tanto é, que todas as Constituições sempre mantiveram o estado de sítio, ou algum outro estado de exceção para ser empregado nessas horas. Como estávamos, ainda, em pleno desenvolvimento do Movimento revolucionário, foi editado o Ato Institucional nº 5, que era mais adequado do que o estado de sítio, mostrando-se, realmente, eficaz...

Para neutralizar aquelas ações do inimigo interno, violento e determinado, mas que acabou fragorosamente derrotado pela forças encarregadas da segurança do País.

O nosso Movimento mesmo quando agiu com mais severidade, empregou a violência legal, vamos dizer assim, preocupou-se em se autoprogramar, para que a sua duração fosse limitada no tempo, para que não se transformasse numa ditadura, como a esquerda, hoje, não se cansa de falar, ditadura que mantinha o Congresso, que fazia eleições diretas para governadores, prefeitos e parlamentares estaduais e federais.

Uma ditadura na qual o Poder Judiciário era intocável.

Os próprios tribunais militares absolviam réus políticos. Não estou nem criticando os tribunais, porque os processos, muitas vezes, não continham provas cabais, provas contundentes, por falta de empenho em ir até as últimas conseqüências contra os criminosos. Mas é uma demonstração de que não tínhamos uma ditadura e nem vivemos "anos de chumbo".

Depois a anistia, extremamente ampla, geral e irrestrita, permitiu que o pessoal condenado voltasse e, hoje, está aí desempenhando cargos elevados, inclusive o de juiz, e matou gente. Não poderia... A Revolução foi mais do que magnânima, e o resultado está, aí, muito claro...

Temos Ministros de Estado que foram terroristas, criminosos comuns. Não é possível!...

Quais eram os objetivos da luta armada? De onde vinha a orientação, o apoio externo para essa luta desencadeada pelo pessoal de esquerda?

Todas essas facções criminosas, numerosíssimas, compunham o Movimento Comunista Internacional em nosso País. Naquele momento, Cuba apoiava o Brizola,

enquanto a Albânia estava apoiando outras lideranças comunistas, mas tudo fazendo parte do grande Movimento Comunista Internacional, que queria, realmente, se instalar no Brasil, para dominar, em seguida, a América do Sul como um todo.

O senhor serviu longo período no SNI e, portanto, conhece a "Linha de Informações". Qual a sua análise a respeito da criação do Sistema de Informações e dos Órgãos de Operações no Brasil?

A criação do SNI, sem sombra de dúvida, foi uma necessidade porque nenhum País ou mesmo nenhuma grande empresa pode viver sem informações, sem um Sistema de Informações. Tanto na área federal, como nas estaduais, há que existir uma coordenação, em alto nível, de todos os órgãos voltados para as informações. Um Serviço de Informações de alto nível, para assessorar diretamente o Presidente da República e seus ministros, o Brasil não tinha. Então, a criação do SNI atendeu a uma grande necessidade.

Tanto é assim que o Presidente que aí está recebeu o Governo sem um Serviço de Informações, que foi extinto pelo Collor, mas procurou reativá-lo com outro nome. Pode haver diferenças na sua regulamentação etc., mas a função é a mesma. São produzidas informações para o Governo, para o Presidente da República e seus ministros. E disso, país nenhum do mundo pode prescindir.

Como estávamos vivendo uma situação de luta armada, criaram-se, também, os Órgãos de Operações de Informações dentro das Unidades do Exército, os quais passaram a conduzir as ações. Foram os órgãos de execução, criados para a linha de frente das informações.

Servi muito tempo no SNI e fui Instrutor da Escola Nacional de Informações. Depois, fui alçado a Chefe da Assessoria do Gabinete do Ministro e, finalmente, a Chefe do Gabinete do Ministro. Portanto, modéstia à parte, acho que estou bem credenciado para falar sobre isso.

O Serviço de Informações, em qualquer lugar do mundo, não é um órgão de execução, e sim de assessoramento. Eram as Forças Armadas e as Polícias militares que deviam operar para colher informações, a chamada operação de informações. O SNI era apenas um órgão que recebia as informações para analisá-las, adequá-las e informar ao Presidente. Então, é um órgão imprescindível. E os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) foram organizações criadas para aquela conjuntura, para atender às necessidades daquela época e, sem sombra de dúvida, cumpriram, com todo empenho, suas missões.

Antes, não tínhamos nada disso. Como enfrentar o terrorismo?

Diga-se de passagem, não aprendemos com ninguém, montamos um sistema com a nossa criatividade e funcionou muito bem.

Evidentemente que até se fala muito em tortura, mas isso foi um caso ou outro que fugiu o controle, que se afastou da teoria; a doutrina não era absolutamente ligada à tortura, nunca estimulou tortura alguma.

Não havia a pré-intenção. Entretanto, em toda a coletividade existem as ovelhas negras, as pessoas que se excedem, sendo também a recíproca verdadeira, porque, do lado deles, houve muito torturador. Aquele tenente da PM, que morreu em São Paulo com a cabeça esmagada por coronhadas para não levar um tiro, porque se dessem tiro, fariam barulho e as tropas do Exército escutariam, foi torturado até a morte.

Foi torturado até a morte e a sua família não foi indenizada. Então, a indenização é só para um lado?

Exatamente! A família dele não recebeu nenhuma indenização.

No tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas auferiram vantagens?

Não, não. Entendo que as Forças Armadas ganharam um pouco na sua operacionalidade e havia necessidade de uma renovação de material e equipamento, mas, que, no fundo, foi muito modesta. De toda forma, a indústria bélica brasileira se desenvolveu no tempo dos governos revolucionários. Tivemos a Engesa, a Imbel, a Bernardini, a CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos) e tantas outras. Fizemos algum reequipamento e algum rearmamento, até porque o nosso material estava completamente obsoleto: as nossas viaturas eram do início da década de 1940.

Nós, tenentes ou capitães, lidávamos com viaturas que tinham vindo da guerra e que continuaram a nos servir *ad aeternum*. Houve uma modernização do equipamento do Exército, mas isso, absolutamente necessário, foi feito com muita parcimônia.

Proveito pessoal não houve, pelo contrário. Os nossos aumentos, por exemplo, foram sempre muito modestos. Não há quem tenha coragem de desmentir essa assertiva.

E os próprios recursos para as Forças Armadas sempre foram muito reduzidos: "o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança". Então, era muito mais importante as rodovias, as hidrovias, os portos, as telecomunicações, a energia, o programa habitacional, com base no Banco Nacional da Habitação (BNH), e nós sempre ficávamos em plano secundário e aceitávamos, sem nenhum problema, essa filosofia, voltada para o crescimento econômico e social.

Dentro do espírito de crescimento, as Unidades de Engenharia – Batalhões Ferroviários e Rodoviários – experimentaram um grande progresso, participando ativamente das obras para criar a estrutura exigida para impulsionar o progresso. Os Batalhões receberam equipamentos de última geração para atuarem juntamente

com as empreiteiras de grande porte, fazendo o trabalho que as mesmas não queriam realizar. Estradas na Amazônia, no Centro-Oeste etc. é isso que eles faziam, atuando com muita correção, com muita capacidade e por um preço bem barato.

A Revolução se demorou muito no Poder?

Honestamente, procurou-se encurtar o máximo possível o período dos presidentes militares, mas a luta armada impediu. Muita gente diz: "que o período revolucionário tinha que ser encerrado no Governo Médici, porque foi um Governo vitorioso, todo mundo estava satisfeito, menos os guerrilheiros e terroristas". E estava mesmo. Víamos a satisfação do povo na rua. Auto-estima elevadíssima.

Mas acontece o seguinte: estávamos vivendo, ainda, uma situação de fato, de guerrilha. O presidente civil, que assumisse naquela época, ainda teria problemas a resolver no campo da segurança. Daí, o Presidente Geisel ter concebido um projeto com o Ministro Golbery, um projeto de "abertura" que demandava mais um Governo militar, que se encarregaria de fazer a anistia e acabar a "abertura" por ele iniciada e foi o que aconteceu.

Então, penso que o Governo Geisel era necessário e o Governo Figueiredo acabou sendo necessário pelo projeto do Presidente Geisel. Por isso, ficamos vinte anos no Poder. Dizer que, em 1973, tínhamos que fazer eleições, seria temerário, porque ainda existiam focos da guerrilha e ela estava muito recente, muito recente, acabara em fins de 1972.

E como o senhor viu esses vinte anos de Revolução. Qual o saldo em sua opinião?

Nós até já comentamos esse assunto. Creio que, no campo econômico, houve um progresso muito grande sem dúvida nenhuma. No campo psicossocial, também tivemos resultados muito favoráveis na área de educação, com o Ministro Jarbas Passarinho e, depois, com o Ministro Rubens Ludwig.

Alcançamos um progresso muito acentuado, principalmente no ensino superior, com um considerável aumento de vagas, sem haver essa proliferação, que existe hoje, de pequenas faculdades, que não reúnem condições nem de ostentar o nome de faculdade. Mas, na área da educação, houve, ainda, o Projeto que ficou na mão do Professor Simonsen, o "*Mobral*", cujo êxito é inquestionável, até porque o Simonsen foi um vencedor onde esteve presente. Um outro Projeto, também plenamente vitorioso, foi o Projeto "*Rondon*". O Projeto que existe hoje, chamado *"Comunidade Solidária*", nada mais é que o Projeto "*Rondon*", o mesmíssimo, com outro nome, para dar a idéia de coisa nova, mas que não é. Trata-se de cópia do Projeto "*Rondon*". A Força Aérea Brasileira (FAB) leva o estudante para aqui, para ali, é a mesma coisa,

mudaram o nome e ele, agora, é conduzido pela primeira dama, única diferença. Ele é o Projeto *"Rondon"!...*

O senhor destacou muito bem, na área social, a criação do BNH e a política desenvolvida por aquele Banco. Quantas residências!...

O BNH foi uma grande solução para o problema da falta de moradias. Foi um sucesso absoluto, principalmente até o final da década de 1970.

Outra grande realização foi a reforma política, feita pelo Presidente Castello Branco. Era o tipo da reforma que partiu realmente da cabeça de um estadista. Aquele negócio de 15, 20 ou 30 partidos era um verdadeiro absurdo, como, aliás, acontece hoje, em que se vê aquele erro palmar se repetir.

Nós não temos partidos com ideologia definida no Brasil, temos, sim, grupos que se organizam de acordo com seus interesses. E mudam daqui para ali, de lá para cá, de acordo com a conveniência e o interesse eleitoreiro da conjuntura.

Sem dúvida, a reforma política efetuada foi das melhores, começando pela Constituição de 1967, que foi substituída pela de 1988, a tal "Constituição Cidadã", mas que acabou se constituindo na "Constituição da Ingovernabilidade", como bem disse o Presidente José Sarney.

Exatamente, a Constituição que só apresenta direitos, não há deveres. Uma brincadeira dos revanchistas.

É verdade.

Só há direitos.

E está aí. Agora, vem sendo objeto de remendos constantes.

Como o senhor vê o "revanchismo" dos políticos, das autoridades e da mídia? E a Lei da Anistia, como está funcionando?

A Lei da Anistia foi uma lei de mão única. Deveria ser de duas mãos, mas foi de mão única. A anistia foi para eles, para os adversários, para nós não.

Não resta dúvida de que há um "revanchismo" muito grande e a Lei da Anistia, na verdade, hoje, só existe para um lado. Volta e meia, o senhor pode reparar, uma vez por mês em média, a Imprensa levanta algum problema do passado. Quando está tudo bem, volta o caso do Riocentro; depois, quando está tudo bem, surgem as ossadas de guerrilheiros não sei lá das quantas, apresentados sempre, como idealistas, nunca se fala que eram comunistas, a serviço de uma doutrina internacionalista. Vem a Operação Condor, vem aquele negócio dos guerrilheiros colombianos do Traíra, que dizem ser garimpeiros, e assim por diante.

Mas ninguém recorda a bomba do Recife, que matou um almirante e um jornalista. Dessa bomba, ninguém quer saber. E o guerrilheiro colombiano veio

parar aqui dentro do nosso País, matou três soldados e eles estão preocupados em fazer justiça ao guerrilheiro. Querem saber, se ele era guerrilheiro ou se era garimpeiro. Como se o guerrilheiro, não pudesse ser, ao mesmo tempo, garimpeiro...

Era um assassino que matou três soldados brasileiros. Se era garimpeiro, guerrilheiro ou bandoleiro, isso é secundário!...

O guerrilheiro, em princípio, não é só guerrilheiro, ele normalmente tem uma outra atividade...

É lógico, tem uma atividade para disfarçar, para dar-lhe cobertura. Aquela região ali só tem atividade de garimpo, não há outra coisa.

A não ser nas zonas liberadas, como existem dentro da Colômbia, onde o guerrilheiro é só guerrilheiro. Lá não souberam neutralizar os comunistas, que acabaram criando uma zona liberada: um país dentro de outro país.

Exatamente, e nós corremos um sério risco ali na fronteira. Se o Governo brasileiro não se inteirar disso, não reforçar o Exército, com pessoal, aumentando os efetivos, reforçar com material, recursos, corremos um sério risco.

Um sério risco, porque, hoje, ao ocupar-se o pedaço de um país, a ONU vem e reconhece. Fica aquilo rolando toda a vida. "Direito a não intervenção", impedindo a retomada de terras invadidas. Por isso, não se pode deixar entrar um metro dentro de nossa fronteira.

Hoje, quem é o inimigo? O Muro de Berlim caiu e o comunismo, morreu? Desapareceu, como alguns dizem? E o Dono do Mundo, hoje, é o inimigo?

O comunismo continua, não tenha dúvida, embora esteja, vamos dizer assim, "fingindo de morto". Na Rússia, tem havido movimentos de ressurgimento do comunismo. As esquerdas, de uma maneira geral, na minha opinião, não fazem muita diferença do que eram no passado; persistem no desiderato de chegar ao socialismo. A tendência do socialismo é descambar. É um plano inclinado para um regime ditatorial...

Exatamente, regimes de exceção, regimes totalitários. O comunismo é internacionalista, mas se apresenta como nacionalista. Submete-se ao catecismo que vem de fora, alienígena.

O "inimigo" atual, vamos dizer assim, talvez não caracterize como um único inimigo, mas reconheço um grupo de países desenvolvidos que tem uma grande cobiça sobre o nosso território, principalmente sobre 56% do território brasileiro – a Amazônia legal, que ocupa 56% do território brasileiro ou seja metade mais um pouco do nosso território. Essa é que é a verdade!

Como podemos ficar com metade do nosso território sem explorar?! Deixar a mata virgem intocável para o americano, o francês, o inglês etc. respiraram o ar puro,

o que é uma grande balela, pois a Amazônia não é o "pulmão do mundo" coisa nenhuma. Não sou técnico, mas já li muito a respeito, isso é uma grande balela. Pelo contrário, o que ela exala de oxigênio durante o dia, libera de gás carbônico durante a noite. O grande pulmão do mundo são os mares, é a água, inegavelmente.

Mas, então, vejo, hoje, um grande perigo nessa cobiça internacional sobre a Amazônia. Grandes autoridades, como François Mitterrand, Gorbachev, Margareth Tatcher etc., já declararam que o Brasil não pode almejar soberania completa, absoluta, tem que ser uma soberania compartilhada, limitada, restrita, especialmente sobre aquela importante área de nosso território.

Inventam essas teses que nos obrigam a redobrar a atenção, porque, ali, além de ser uma área ecologicamente muito importante é, também, uma região de grandes riquezas. É bobagem vir com a idéia da intocabilidade da Amazônia. Quem diz isso não foi lá ou, se foi e conheceu a Amazônia detalhadamente, está agindo de má-fé. Porque a Amazônia possui áreas que, realmente, não podem ser tocadas, mas tem outras que precisam ser aproveitadas para o nosso desenvolvimento, o que não implica destruição daquele ecossistema.

A imagem do Exército Brasileiro vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como atestam várias pesquisas de opinião. Como é que o senhor vê isso?

Antes mesmo dessas pesquisas de opinião começarem a aparecer, já tinha tirado as minhas conclusões. A quantidade de pessoas do povo, quando me refiro às pessoas do povo, quero dizer o taxista, com quem você roda dez minutos, o barbeiro, que fica meia hora cortando o seu cabelo; o padeiro, com quem você conversa; o jornaleiro, que você encontra na banca; essas pessoas do povo há tempo que repetem: "pois é, estamos com saudades do Governo militar, essa coisa hoje não é possível continuar assim etc., o Exército tem que fazer alguma coisa..."

Exatamente, falta emprego, não há crescimento e ninguém tem segurança. Está muito pior que em 1964.

A gente retruca: "Vocês estão enganados, o Exército não pode... O Exército só pode fazer alguma coisa no momento em que, pela clara e insofismável determinação do povo, a nossa segurança estiver dependendo da sua atuação." É preciso que o povo brasileiro queira que o Exército faça alguma coisa. O Exército nunca fez nada contra a vontade do povo, sem o aval do povo. O Exército entrou em 1964, porque o povo exigiu. Mas a gente sente que, hoje, o povo brasileiro está muito sofrido, e sem forças para exigir o que necessita. O povo quer emprego, implora por segurança, por saúde. O índice de desemprego está enorme. Hoje, aquele que está empregado "levan-

ta a mão para o céu todo dia", bota a cabeça no travesseiro e reza um Pai Nosso, agradecendo pelo emprego que ainda tem.

O camarada que pode pagar um plano de saúde dá graças a Deus, porém, quando tem que ficar na fila do SUS, se sente perdido, sua auto-estima desaparece inexoravelmente.

Hoje, são esses aspectos que encaro. Não se tem mais segurança para andar na rua, para ficar mesmo dentro de casa. O povo se encontra indefeso, acuado, atormentado.

E a política do Governo com as privatizações favorece o desemprego, porque quem compra alguma coisa quer desativar, reduzir custos, não é isso?

O Banespa foi comprado, agora, por 7 bilhões e pouco. Ora, se o preço mínimo foi de 1 bilhão e 800 por aí, como pagaram 7 bilhões. Alguma coisa está errada ou foi superavaliado pelo comprador e o Banco Santander é muito amador, o que ninguém acredita, pois senão, não seria um banco internacional! Verifica-se, facilmente, que o nosso preço mínimo é que está totalmente incorreto.

Então, o que é que acontece? "Eles querem entregar", na opinião de um ministro, ex-ministro de governos militares, que foi pichado de ser entreguista, o Ministro Delfim Neto. Diz ele, "que o nosso sistema financeiro, que é importantíssimo, está cada vez mais na mão do capital estrangeiro". Há artigo dele publicado na Revista do Clube Militar nesse sentido. Os Estados Unidos não têm, em seu sistema financeiro, 10% de bancos internacionais em termos de volume, e esse é o caminho a seguir.

Gostaríamos de ter, agora, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. A palavra está livre para o fecho de sua participação.

No início, disse da minha honra, da minha satisfação e orgulho de poder prestar este depoimento. Este Projeto é uma iniciativa louvável e gostaria de pedir que o mesmo, ao seu final, depois de todo executado – evidentemente, será levado ao nosso público interno – seja levado, também, ao público externo, principalmente aos jovens. Porque o jovem, hoje, está sendo doutrinado, está recebendo uma lição de História do Brasil completamente reescrita, deturpada, e não é só na história recente. Vai ver o que falam sobre a Proclamação da República, vai ver o que falam sobre a Guerra da Tríplice Aliança, da atuação de Caxias, de Tamandaré, de ícones de nossas Forças Armadas, nossos heróis.

A nossa história está sendo totalmente desfigurada. Então, este Projeto, ao final, se puder atingir também as escolas, acho que prestará um grande benefício

ao Brasil. Não vamos dizer que somos os donos da verdade, mas vamos mostrar o outro lado. Há uma verdade deles e outra nossa: comparem, analisem, estudem e tirem as conclusões. O que é inaceitável é o País ficar só com a verdade que está sendo, hoje, difundida pelos derrotados pela Revolução, aqueles que, agora, a chamam de golpe.

Se este Projeto colimar esse objetivo terá prestado um grande serviço à Pátria. Sou muito grato por essa feliz oportunidade.

Coronel Henrique Carlos Guedes

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- Foi comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército e do 55º Batalhão de Infantaria; Chefiou a 11ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM). No final da carreira exerceu a função de Assistente da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército – Brasília/DF.
- Serviu, nos anos de 1960-1961, no Batalhão Suez, baseado no Oriente Médio.
- Realizou todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Motomecanização.
- Em 1964, era Comandante da 4ª Companhia de Polícia do Exército / Juiz de Fora – MG.
- O Coronel Henrique Carlos Guedes é filho do General Carlos Luís Guedes que, ao lado do General Olympio Mourão Filho e com o apoio do Governador Magalhães Pinto, desencadeou o Movimento Revolucionário de Março de 1964.

Entrevista realizada em 21 de novembro de 2000.

Considero este Projeto de grande relevância, porque oferece a oportunidade para muitos dos que viveram a Revolução de darem os seus depoimentos, particularmente os que dele participaram, em Minas Gerais, onde nasceu, do que muito nos orgulhamos. Gostaria de iniciar, lembrando um trecho da orelha do livro "Tinha que ser Minas", que meu pai escreveu e que publicamos em 1979:

"... Por isso, Minas se levantou, como por isso, um ano e sete meses depois, Minas estava de novo levantada, sem generais e sem armas, contra a Revolução que havia deflagrado. Outra coisa não refletiu a esmagadora vitória de Israel Pinheiro nas eleições diretas realizadas no País para o Palácio da Liberdade em outubro de 1965. Ironia profunda pois se a liberdade estava ameaçada antes, ameaçada ficou logo depois que a Revolução, por obra de outros líderes de primeira e de última hora, encontrou um meio de alijar, marginalizar e até humilhar Magalhães Pinto, Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Não lhes foi perdoado ter saído primeiro, ter arriscado primeiro, ter vencido primeiro."

Meu pai escreveu o livro, e só o publicamos em 1979, em atenção a sua vontade, mas este projeto, se Deus quiser, vai colocar as coisas nos seus devidos lugares. Porque posso garantir, de viva voz, como testemunha ocular da história, usando um chavão, que se Minas não saísse, não teria havido a Revolução de 1964." São essas as minhas palavras iniciais.

Devo frisar que a orelha do livro, utilizada pelo Coronel Henrique Guedes neste seu prelúdio, é da lavra do conhecido jornalista Carlos Chagas, escrita em setembro de 1979. É, portanto, de um civil, jornalista, todos esses importantes conceitos sobre a Revolução de 1964 e as suas três maiores figuras em Minas Gerais.

A respeito de João Goulart, Carlos Chagas diz tudo com impressionante poder de síntese: "Que Jango evoluía e deixava seus aliados investir contra a ordem, ameaçando a liberdade, nem há de que duvidar. Por isso, Minas se levantou..."

Depois desse preâmbulo, vamos perguntar ao Coronel Guedes qual foi a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Bom, nos pródromos do Movimento de 1964, tomei parte nas tentativas iniciais para construir uma revolução. Meu pai, conforme poderá ser visto no livro, engajou-se bem antes nesse trabalho, mais precisamente, no final de 1961, com o infeliz episódio envolvendo o General João Punaro Bley e um jornalista desclassificado – cujo nome não vou citar, para que não fique gravado num documento para o Exército, mas a história desse cafajeste e de seu jornaleco, que cobrava propina para não difamar suas vítimas, é bem conhecida do pessoal que servia em Belo Horizonte naquela época. Esse jornalista, contando com assessores, desacatou e

agrediu o General Punaro Bley e, por isso, teve a sede do seu jornal semidestruída por oficiais e sargentos da guarnição. A nossa gente não perdoou as ofensas de ordem moral sofridas pelo General Punaro.

Por causa disso, meu pai veio para Minas Gerais, nomeado Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4), em substituição ao General Punaro, passando, na nova comissão, a acompanhar a situação explosiva em que se encontrava o Brasil, durante o desgoverno João Goulart. Iniciou suas articulações dentro de Minas Gerais, visto que a conhecia profundamente: era filho de São João Del Rey, comandara o 12º RI em Juiz de Fora, depois transferido para Belo Horizonte, servira durante muito tempo no Quartel-General da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, e comandara, como coronel, interinamente, a ID4, quando sua sede era em São João Del Rey. Ao verificar que a situação do País estava se degringolando a cada dia, começou a juntar as pessoas necessárias para mudar aquele quadro perverso. Foi fazendo isso aos poucos, reunindo o pessoal e tomando as providências para conscientizar e mobilizar a nossa gente contra a anarquia que imperava impunemente.

Minha participação acontece na fase final, quando servia em Juiz de Fora. Comandava a 4ª Companhia de Polícia do Exército e meu pai ia à cidade participar de reuniões com o General Mourão, e as reuniões aconteciam na minha casa. Quando tinha que receber emissários do Governador Magalhães Pinto, eu os apanhava no meu carro – um fusquinha – no aeroporto de Juiz de Fora e os conduzia para lá. Então, comecei a tomar parte na Revolução, antes de sua eclosão.

Devo confessar que fiquei assustado, porque o plano dele, levantar Minas Gerais, para mim, à primeira vista, era ousado demais. Um dia, perguntei: "Pai, como é que vamos sair daqui contra o Rio, se o I Exército possui, na guarnição do Rio de Janeiro, o núcleo de uma Divisão Blindada, uma Divisão de Infantaria, o Regimento-Escola de Infantaria, o Grupo-Escola de Artilharia, o Grupo de 155mm, mais de trinta mil homens, enquanto, em Minas Gerais, temos apenas cinco mil." Ele me deu uma resposta que achei interessantíssima: "Meu filho, em 1930, o Getúlio não contava, inicialmente, com nenhuma Unidade no Rio de Janeiro, elas aderiram, uma a uma, no curso dos acontecimentos, então, não se preocupe que vai dar certo. Nós iniciaremos a Revolução e as adesões virão em seguida. O povo e o Exército estão cansados das inconseqüências desse governo títere."

Na eclosão da Revolução, já era capitão, no comando da 4ª Companhia de Polícia do Exército, cabendo-me uma missão pesada, na minha opinião, claro. Junto com o meu amigo, o então Tenente Waldyr Abbês, aquele núcleo de Companhia de Polícia do Exército, sob o meu comando, com efetivo de apenas 76 soldados,

ficou totalmente responsável pela segurança da cidade de Juiz de Fora. Por quê? Porque todas as Unidades operacionais de Juiz de Fora, acrescidas do Batalhão de Polícia – o 2º BPM –, se deslocaram para o Rio de Janeiro. É preciso frisar a valiosa colaboração da Polícia Militar de Minas Gerais, na Revolução, inclusive nos acompanhando no deslocamento para o Rio.

Foi uma coisa impressionante. A cidade ficou sob as ordens e sob a segurança dessa nossa 4ª Companhia de Polícia do Exército. Este fato por si só permite avaliar como tínhamos o apoio maciço da população. Isso, a esquerda, hoje, quer esconder, quer ocultar... Daí a importância deste Projeto que a desmascara e desmente.

Exatamente, o senhor tocou no ponto certo – o apoio maciço da população tornou possível o fato de menos de oitenta homens realizarem a segurança de uma cidade como Juiz de Fora.

Sem dúvida, tínhamos todos a nosso favor, porque reagiam à comunização do Brasil, posicionavam-se contra o desrespeito de Jango Goulart em relação às Forças Armadas, que atingiu o ponto máximo durante a reunião do dia 30 de março, no Automóvel Clube do Brasil, onde o Presidente da República, ao discursar, insuflou abertamente os graduados presentes a uma rebelião. Vale, ainda, lembrar o caso do sindicato dos metalúrgicos em Triagem, no Rio, onde os marinheiros e fuzileiros cometeram um ato generalizado de indisciplina, acobertados pelo comunista Almirante Aragão e o próprio Presidente. O povo brasileiro não os queria mais e, talvez, nisso residiu a grande fraqueza da Revolução: foi vitoriosa sem maiores problemas, sem derramamento de sangue, porque não havia quem quisesse se arriscar por aquele desgoverno. No dia 3 de abril, estava tudo resolvido.

Coronel onde se encontram as raízes da Revolução de 31 de Março?

As raízes estão na insatisfação com o Governo João Goulart, de diversos setores da sociedade, em todo o Brasil. No entanto, o desencadeamento da Revolução se deu em Minas Gerais.

Houve a influência da guerra fria no Processo Revolucionário?

Inicialmente sim, porque, naquela época, vivia-se uma situação de confronto muito clara: os que estavam a favor dos soviéticos, com o sistema comunista vigente, e os partidários das nações democráticas ocidentais. Era a famosa bipolaridade nascida e alimentada pelo histórico conflito Leste – Oeste.

O que caracterizava bem o quadro da guerra fria, da parte da União Soviética, era a tentativa de implantar o comunismo nas nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, no mundo. Obtiveram êxito em Cuba, onde Fidel Castro enganou os

próprios americanos que o apoiaram. Este ditador sanguinário, que matou milhares de cubanos e mantém presos todos os que discordam do regime implantado na Ilha, empenhou-se abertamente para exportar o comunismo para o Brasil.

Quando em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, demagogo da pior espécie, renunciou, por motivos que só ele sabia e levou para o túmulo, teria que assumir o Vice João Goulart, chamado de Jango. O regime eleitoral então vigente dissociava a chapa para presidente – Jânio pertencia ao partido da União Democrática Nacional (UDN) e Jango ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado às forças políticas da esquerda. Mas, os ministros militares da época – Marechal Odylio Denys, Almirante Sylvio Heck e o Brigadeiro Grum Moss – não concordaram com a posse, considerando a sua atuação anterior, como Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas, quando participou como agitador de primeira grandeza, aliado a sindicalistas, conhecidos por "pelegos", escolhidos a dedo para manobrar os trabalhadores, promovendo aberta subversão na atividade produtiva, através de greves de toda ordem.

Contra a posição dos ministros militares, colocou-se Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul que, para o enfrentamento, criou a cadeia da legalidade, valendo-se do rádio, que, na época, era o principal veículo de comunicação de massa; estava fortalecido pelo apoio recebido do General Machado Lopes, Comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre.

Finalmente, chegaram a um consenso, com a participação do Congresso, e o senhor João Goulart assumiu a Presidência, mas sob o regime parlamentarista, sendo escolhido para Primeiro-Ministro, inicialmente, um mineiro, o Dr. Tancredo de Almeida Neves.

Mas o regime parlamentarista durou muito pouco, porque a esquerda se valeu de um plebiscito – utilizando uma propaganda maciça, estonteante, que mandava dizer "Não" ao parlamentarismo – e, assim, derrubou o regime, com a adoção, novamente, do presidencialismo. Vale lembrar que esse plebiscito era para ser realizado no término do Governo Goulart, em 1965, mas a esquerda conseguiu antecipá-lo para janeiro de 1963, creio que 6 de janeiro, se não estou enganado.

Daí em diante, Jango conduziu uma atividade política que levou o caos a todos os setores das atividades econômicas e sociais, de modo que a maioria do povo, atormentada com a situação existente, passou a clamar contra aquele estado de coisas tendente a desaguar na república sindicalista sonhada por Goulart, Brizola, Luís Carlos Prestes e todos os comunistas encastelados no Governo. Nesta república, o Presidente passou a apoiar e prestigiar as praças, acolhendo suas reivindicações, inclusive de se elegerem deputados, considerando que, naquela época, os

graduados eram inelegíveis. João Goulart passou a ceder a todas as postulações da esquerda e o ambiente foi se tornando cada vez mais difícil, a ponto de as greves, que se superpunham, paralisarem as atividades em todo País, com a conseqüente falta dos principais gêneros de primeira necessidade (arroz, feijão, leite, carne, açúcar etc.), tornando insuportável a vida da população.

O povo brasileiro, na sua esmagadora maioria, não aceitava aquela desordem, agravada pelo crescimento incontrolado da inflação. Passou a ser muito comum os civis procurarem os militares para questionarem a nossa passividade diante do caos em que o Governo mergulhara a Nação.

No final de fevereiro de 1964, a sensibilidade do povo mineiro ficou demonstrada através de uma comissão de médicos que procurou meu pai, no quartel-general em Belo Horizonte, fazendo-lhe a entrega de um manifesto à Nação brasileira, com centenas de assinaturas, transcrito no livro "Tinha que ser Minas", demonstrando o rumo da opinião pública, principalmente da parte mais esclarecida da população.

Como esse Manifesto diz bem o que era o Brasil às vésperas da Revolução, vou apresentá-lo em seus trechos mais significativos, lembrando que no livro de papai, aparece, também, o nome dos seus signatários, mostrando o grande número de brasileiros que o assinaram.

À NAÇÃO BRASILEIRA

Nós, médicos em Minas Gerais, abstração feita de tendências político-partidárias, consignando a todos os compatriotas o nosso protesto contra o descalabro político, moral, econômico e social que deprime o País, conclamamos a todos para que se compenetrem de suas responsabilidades de cidadãos livres e democratas.

Nesta hora grave da nacionalidade, a ninguém, e muito menos aos que exercem mandato do povo, será lícito julgar que a democracia em nossa Pátria não corre perigo. Os que julgam que não, direta ou indiretamente, favorecem o comunismo ateu.

A omissão das maiorias permitiu a minorias atuantes e atrevidas a extinção do regime democrático em grandes nações do mundo e a escravidão de seu povo pelo ateísmo vermelho e sanguinário.

A nenhum cidadão assiste o direito de calar, de alegar ignorância, ser indiferente ou comodista, a menos que acumpliciado com os que, em luta fratricida, se propugnam talar de sangue o solo generoso da Pátria.

Ante a sanha desagregadora, de destruição, de subversão e aviltamento de valores, omitir-se alguém será crime contra o imenso patrimônio que nos legaram nossos veneráveis antepassados e que queremos transmitir aos nossos filhos.

Ilustres concidadãos, inclusive altas patentes de nossas Forças Armadas, são perseguidos e punidos porque têm a bravura cívica de alertar o povo e suas autoridades sobre a ameaça que ronda o regime democrático.

Através de greves ilegais, criminosas e até desumanas, de pregações por falsos congressos operários; de doutrinações espúrias e a pretexto de alfabetizar; de mistificações de toda ordem, os coveiros do regime, sob as vistas complacentes e a conivência de certas autoridades, cavam a cova rasa de nossas instituições e liberdades. Escudam-se sob um falso nacionalismo.

Agitadores têm livre acesso ao rádio e à televisão, pregando a anarquia, a desmoralização e até o fechamento do Congresso Nacional, sentinela viva da democracia, enquanto que sofrem vexames de toda ordem e ameaças de suspensão aquelas emissoras e telemissoras que cedem seus canais aos autênticos democratas que denunciam os crimes que se armam contra a vocação do povo e seu regime democrático.

Aos agitadores, inimigos do regime, serve, desgraçadamente, a inflação galopante, que parece ganhar propósitos de quebrar o ânimo e desalentar brasileiros.

Por tudo isso e por tudo mais que todos vêem e sentem, nós, médicos de Minas Gerais, destemerosos como todos os patriotas e democratas convictos e conscientes, erguemos do alto desta montanha, onde nasceram e morreram para a liberdade Tiradentes, Filipe dos Santos e tantos outros baluartes da nossa independência, este veemente protesto contra o pertinaz trabalho de aniquilamento da autoridade, de conspurcação da legalidade. Outrossim, apelamos para os nossos colegas de todo o Brasil, assim como para todos os brasileiros democratas a fim de que se mantenham vigilantes, protestem e lutem com destemor pela sobrevivência democrática e de homens livres.

(....) Apelamos, confiantemente, para as gloriosas Forças Armadas que, guardando as tradições de fidelidade à lei, à ordem, à soberania do País e à vontade democrática da esmagadora maioria de seu povo, atuem, agindo em todo instante, pela sustentação e valorização da democracia, dizendo um BASTA aos agentes da perniciosa guerra fria.

Apelamos para os brasileiros de todas as profissões: do operário ao empresário, do escrivão ao ministro dos tribunais superiores do País, do aluno ao mestre, do camponês ao proprietário rural, do enfermeiro ao médico, do vigário ao cardeal, do soldado ao marechal, do marinheiro ao almirante, do soldado ao brigadeiro, do cliente ao advogado, ao engenheiro, ao dentista e ao contador, do bancário ao banqueiro, do comerciário ao comerciante, para que todos participem da atuação e da resistência democrática, denodadamente, empenhadamente, emprestando com a sua contribuição maior autenticidade à funcionalidade de nossa instituição.

(....) Imperioso é que funcionem os dispositivos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e das Forças Armadas, para proteger as instituições vigentes, a Constituição da República, o Congresso, baluarte da democracia, e assim toda a nobre população brasileira reclamando ordem, paz e sossego para que possa continuar trabalhando pelo engrandecimento da pátria comum, todos, absolutamente todos, governantes e governadores, combatendo, dizendo NÃO, NÃO e NÃO a essa minoria de agitadores, de anarquistas e desocupados que se agrupam no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na União Nacional dos Estudantes (UNE), nas LIGAS e outras organizações que, a serviço das greves, dos tumultos, das desordens, de espancamentos e assassinatos, procuram transformar o nosso Brasil num imenso e monstruoso paredón, onde tombariam todos aqueles que defendem a liberdade e a dignidade da pessoa humana, da Pátria e da família.

Vinde, pois, colegas e brasileiros de outras profissões, somar conosco nesta empenhada resistência democrática, bênção para o esforço dos que nos antecederam e clareira tranqüila para o futuro portentoso da Pátria, com o seu povo livre e com a sua dignidade edificada.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 1964.

Diante de tudo isso, e vendo que as Forças Armadas pareciam acomodadas, foram realizadas, em diversas cidades do País – nas capitais e no interior – as inesquecíveis Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais o povo brasileiro, sobretudo a mulher brasileira, de terço nas mãos, clamou pelo fim da subversão, das greves e das barbaridades de toda ordem, pelas quais o Governo Goulart era o grande responsável, mercê de suas descabidas ações ou vergonhosas omissões.

Meu pai fez uma histórica reunião no Edifício Acaiaca, aqui em Belo Horizonte, bem como na Associação Comercial, onde as mais representativas lideranças do nosso Estado foram cientificadas de que o Exército, por tradição, só se engaja em questão política quando perfeitamente convencido de que esse é o desejo do povo. Assim, o povo tem que demonstrar claramente o que quer.

E o nosso povo o fez de diversas formas, inclusive através das Marchas da Família, já citadas. A Marcha do Rio de Janeiro deu-se no dia 2 ou 3 de abril se não me engano, uma multidão semelhante à de São Paulo, já comemorando a vitória da Revolução. Em Belo Horizonte, além da Marcha da Família, o povo mostrou claramente a sua posição, expulsando Leonel Brizola da cidade. Brizola veio aqui, tentou falar, mas não conseguiu, tendo que voltar, às pressas, para o Rio.

O povo foi para as ruas, por diversas vezes, com efetivos muito maiores do que os reunidos no comício da Central do Brasil, pelo Jango, apesar de todas as

providências que a esquerda e o Governo tomaram, a começar pela escolha do local e do horário de sua realização, na hora em que a massa de trabalhadores deveria voltar do trabalho nos trens da Central e foi impedida de fazê-lo, com o fechamento das roletas. Além disso, colocaram à disposição do pessoal dos subúrbios – da Central, da Leopoldina e da Linha Auxiliar – dezenas de ônibus, que puderam ser vistos pela televisão, em sua concentração na área da Central do Brasil, junto ao Quartel-General do Exército.

Isto ninguém comenta, porque não interessa à esquerda que a atual geração e as que vêm por aí conheçam a verdade. Infelizmente, hoje, estamos, sob o domínio absoluto da "sinistra" que, por nossa culpa, voltou e se encontra no Poder.

E a Igreja, de que lado estava?

A Igreja, em 1964, estava do nosso lado, sem nenhuma dúvida, com raras exceções, como a de um padre que foi preso pela Polícia do Exército, por estar à frente de um "grupo dos onze", organização criada pelo Brizola, para atuar em prol da revolução que pretendiam realizar. Mas a Igreja, em peso, estava do nosso lado. Mudou depois, quando para cá vieram padres estrangeiros, a maioria proveniente de um seminário na Bélgica. Essa gente chegou mostrando claramente que se posicionava contra nós militares.

Com eles, aparece Leonardo Boff, com a tal Teologia da Libertação, já conhecida na Bélgica, que se volta contra tudo que a Igreja tradicional – a Igreja Católica Apostólica Romana – ensinara até então.

Coronel, gostaria de falar mais alguma coisa sobre o "grupo dos onze" e as "Ligas Camponesas"?

O "grupo dos onze" foi uma invenção do Leonel Brizola, cunhado de Jango Goulart, candidato a Presidente na primeira eleição prevista para a república sindicalista, tendo adotado o lema: "Cunhado não é parente, Brizola pra Presidente." O "grupo dos onze" seria uma espécie de grupo de combate para atuar, pelas armas, no sentido de atingir os objetivos dos extremistas de esquerda.

Já as "Ligas Camponesas" saíram de uma idéia de um elemento de Pernambuco, chamado Francisco Julião, que chegou a ser deputado federal. Creio que as tais Ligas tenham servido de inspiração para o atual MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). As "Ligas" atuavam fundamentalmente no Nordeste, na invasão de canaviais, causando muita inquietação no País, nos primeiros anos da década de 1960. Estiveram presentes, também, em Goiás e Mato Grosso, com uma organização bem engendrada.

O que se passava no meio militar durante o Governo deposto? Tentaram criar cisões dentro do Exército?

Os nossos inimigos – na verdade, os inimigos do Brasil – tentaram separar o quadro de subtenentes e sargentos do quadro de oficiais. Estavam certos de que poderiam conduzir a revolução, que preparavam, contando apenas com os graduados e com alguns poucos generais e coronéis que integravam o seu esquema, alijando todos os demais oficiais. Todavia, acabaram, mais tarde, plenamente convencidos de que haviam cometido um enorme equívoco. Verificaram, na prática, que a tentativa de subverter a hierarquia nas Forças Armadas, agredindo a disciplina militar, constituiu-se no maior erro por eles cometido – um erro palmar – que os levou à contundente derrota.

Quando comandava a Companhia de PE, lembro-me de que havia um sargento candidato a deputado federal – o tal Sargento Garcia – que queria eleger-se com o apoio de seus pares, mas a legislação eleitoral da época vedava às praças concorrerem a cargos eletivos. É interessante observar como a legislação, em 1960, era correta.

Atualmente, como conseqüência de uma greve feita pela Polícia Militar de Minas Gerais, que deixou uma ferida profunda na Instituição, dois cabos e um sargento se elegeram deputados. Esses indivíduos estão tentando mudar o regulamento da Polícia Militar para transformá-la numa pseudopolícia militar, num simulacro de polícia militar. Querem acabar com as punições disciplinares, querem acabar com a exigência de certas convenções existentes nos uniformes, querem reduzir a autoridade dos oficiais etc. O mais estranho é que se candidataram com os nomes de Sargento Fulano, Cabo Beltrano, o que é expressamente vedado por uma lei chamada de Estatuto dos Militares. Na verdade, quando eleitos, passam automaticamente para a reserva, mas insistem em querer caracterizar que são parte de uma bancada militar e isso não existe.

Embora já se tenha abordado o assunto, por alto, quais foram os acontecimentos que, no seu entender, contribuíram decisivamente para o desencadeamento da Revolução em Minas?

O comício da Central do Brasil, transmitido pela TV para todo o País, e a rebelião dos marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro, apoiados diretamente por vários ministros de João Goulart, entre os quais Abelardo Jurema, Amauri Silva e Darci Ribeiro, e pelo próprio Presidente, foram os dois primeiros acontecimentos que mostraram à Nação que aquele Governo perdera a credibilidade e, mais ainda, a legitimidade, deixando, em conseqüência, de merecer qualquer apoio da maioria da população brasileira.

Entretanto, foi na reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio, que o Governo já ilegítimo de Jango selou a sua sorte. O Presidente, em discurso, voltou-se

contra a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas. Foi a pá de cal para o desgoverno, e o Exército Brasileiro, jungido pela explosão cívica de suas Grandes-Unidades (GU) e Unidades em Minas Gerais, apoiadas em todo o Estado, iniciou a Revolução.

Impossível, daí em diante, o desgoverno subsistir. O nosso Exército em Minas Gerais e o Governo do Estado interpretaram os anseios de todos os brasileiros avessos à anarquia e à afronta às Forças Armadas.

Para Minas Gerais, o desgoverno João Goulart cavou a sua sepultura no mês de março de 1964, principalmente na reunião do Automóvel Clube do Brasil.

Havia uma revolução em andamento no País, uma trama urdida pelo Governo deposto e seus aliados?

A verdade é que tudo caminhava a passos largos para transformar o Brasil numa grande Cuba. O próprio Luís Carlos Prestes declarava que os comunistas já estavam no Governo, faltando-lhes só o Poder.

Por falar em Cuba, vale lembrar que os americanos mantêm, através dos anos, as suas posições. Não perdoam o ditador Fidel Castro – o matador de milhares de cubanos – como também não perdoam seus demais inimigos, como o Fernando Gabeira que não consegue visto de entrada para os Estados Unidos. Não deixam porque o Deputado Gabeira participou do seqüestro de um embaixador norte-americano. Ele é um criminoso aos olhos da Justiça americana. Não entra mesmo.

Nem hoje, nem nunca, apesar de o Antônio Carlos Magalhães, como Presidente do Senado, através de um documento de sua lavra, encaminhado aos Estados Unidos, ter alegado que Gabeira, na época, era muito jovem, imaturo, não pensava como adulto. No entanto, sabia seqüestrar embaixador de outro país. As sandices de ACM foram totalmente ignoradas pelas autoridades norte-americanas!

E qual foi a atitude do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução de 31 de Março?

Político, em nosso País, adere. Cumpriram tudo que os revolucionários determinaram. O grande problema derivou da tentativa de adotar, então, procedimentos amparados por uma base legal. Na minha opinião, tinha que fechar tudo e começar de novo, mas resolveram optar por uma eleição para Presidente da República, considerando tratar-se de uma revolução democrática. O Congresso elegeria o Presidente e, assim, começaram a série de erros que culminou no que, hoje, assistimos no Brasil.

Como reagiram os sindicalistas e as entidades promotoras da agitação, no País, como a UNE, após a queda de Goulart?

Gosto muito de usar o jargão popular para certas coisas: "puseram o rabo entre as pernas", correram, fugiram, sumiram. Como Comandante da Companhia de PE, mandei buscar um sindicalista, agitador emérito, que foi encontrado debaixo da cama.

Aliás, um dia destes, li um artigo do Arnaldo Jabour que, hoje, escreve no jornal *O Globo* e tem um espaço nos noticiários da TV Globo – eu deveria ter recortado aquele artigo – em que ele confessava que, no dia 1º de abril, acordara órfão, pois até o dia anterior sentia-se dono do País.

Em suma, ele ficara órfão, com a vitória fulminante da Revolução de 1964.

Em síntese, seria isso. No dia 1º de abril, tudo que ele achava que iria acontecer não aconteceria mais por causa dos militares.

Hoje, como jornalista, milita nas Organizações Globo.

Do senhor Roberto Marinho que, no fundo, sempre proporcionou guarida à esquerda, embora tenha apoiado, por mais de vinte anos, a Revolução, enquanto foi Governo, inclusive por meio de artigos em seu jornal, onde tecia os maiores elogios ao Movimento Revolucionário de 1964.

Enquanto a Revolução esteve atuante, contou com o apoio dele.

Quando cursava a Escola de Estado-Maior, perguntei a um amigo instrutor de Comunicação Social, na época, Tenente-Coronel Alceste Guanabarino, da minha turma, já falecido, por que Roberto Marinho deixava que os esquerdistas se infiltrassem em seu jornal. Ele me respondeu que, conversando com o empresário que visitava o Comando do I Exército, ele afirmara que quem sabia fazer jornalismo era o pessoal da esquerda, o que não podia deixar de ser considerado pela direção de um jornal.

O senhor Roberto Marinho é um dos grandes males deste País, na minha opinião. Como o depoimento ficará gravado, quero dizer o que penso.

Quais os principais líderes militares e civis da Revolução?

Fora da ordem hierárquica, começo pelo meu pai – o General Carlos Luís Guedes; em seguida o General Mourão, que era o meu comandante e que fez boas e oportunas conferências, antes da Revolução, para os oficiais da guarnição, mostrando o caos em que o Brasil se encontrava, por força de um governo submisso aos extremistas a serviço do Movimento Comunista Internacional.

O General Mourão nos assustava, porque reunia os oficiais e, sem meias-palavras, criticava, violentamente, o desgoverno Goulart, apontando o Presidente da República como o principal responsável pela anarquia e pela subversão existentes no País. Concluía, alertando que aquela situação, não poderia perdurar. Se houvesse, no QG, um espião, o nosso General seria preso e perderia o comando. Essa é mais uma prova da importância das informações para um governo. E aquele desgoverno, sem

dúvida, era uma nulidade em termos de inteligência, porque o General Mourão dizia o que queria e nada lhe acontecia, quero crer, por desconhecimento, por desinformação do esquema pró-Goulart. O mesmo acontecia com relação a meu pai, crítico severo, em Belo Horizonte, da situação reinante no Brasil. A deficiência das informações em nível federal permitiu a realização de suas históricas reuniões na Capital mineira, denunciando a comunização do Governo, que acabaria deposto.

Isso que acabo de destacar, os oficiais comentavam entre si. Podem testemunhar tais fatos o General Rômulo Bini, ainda na ativa, e os coronéis Reynaldo De Biasi e Waldyr Abbês.

Tivemos, ainda, as lideranças dos generais Amaury Kruel, em São Paulo, e Lima Câmara, no IV Exército, assim como ao General Médici, Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Entre os civis, o líder inconteste foi o Governador Magalhães Pinto que lançou o Manifesto de Minas Gerais, necessário para a eclosão da Revolução e importante pela clareza e objetividade, ao anunciar os propósitos revolucionários.

No Rio de Janeiro, conhecemos a brilhante resistência do Governador Carlos Lacerda, ameaçado pelos fuzileiros do Almirante Aragão, integrante do esquema de João Goulart, e, em São Paulo, Adhemar de Barros, que atuou desde os pródromos da Revolução.

Registre-se que houve os revolucionários de primeira e os de última hora.

Meu pai nunca foi perdoado pelo General Costa e Silva porque, perguntado sobre ele, por um jornalista, respondeu: "Olha, só tive conhecimento de que o General Costa e Silva era revolucionário, no dia 2 de abril, antes não sabia." Diante de nova pergunta: "E o General Castello?" ele disse: "O General Castello tomou algumas providências mas, na hora em que a Revolução eclodiu, telefonou-me para que eu voltasse com as minhas tropas, e deu expediente no QG, no Rio, em 31 de março, como se nada houvesse acontecido, para que, se alguma coisa desse errado, poderia dizer que nada tinha a ver com o movimento iniciado."

É o que meu pai declara em seu livro e ouvi ele conversando...

Muitos depoimentos dizem isso: que o Castello atuou no sentido de deter o avanço da coluna de tropas, de Minas.

Não há mais dúvida; são muitas pessoas convalidando. O Castello fez proclamações mostrando que o estado de coisas no País era deplorável, no entanto, na hora do vamos ver, não apoiou...

A Revolução de 31 de Março foi um movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo?

Nenhum auxílio externo, absolutamente nenhum auxílio externo.

A única coisa que ocorreu e isso está no livro do meu pai – cujo exemplar, que tenho aqui, é do meu irmão – foi uma conversa sigilosa de meu pai com o Vice-Cônsul dos Estados Unidos, o Sr. Lawrence Laser, que o procurou, oferecendo apoio em pessoa. Meu pai recusou, dizendo que, se fosse o caso, pediria apoio material – blindados, armamento leve e pesado, munição, combustível e material de comunicações. Foi-lhe imposta a condição de que não seria desembarcado em solo brasileiro um só homem, para que não fosse desvirtuado o caráter da Revolução. Também, nada lhe foi oferecido em troca, bastando-lhe a consideração dos riscos para a segurança norte-americana que um Brasil comunista representaria.

Em seu livro, diz meu pai: "Meu interlocutor (Lawrence Laser), por sua vez, mostrava-se impressionado com a receptividade do Movimento revolucionário no dia 31 de março e o entusiasmo da população em Belo Horizonte. As filas extensas nos postos de apresentação de reservistas e voluntários; a mobilização incalculável dos meios de transportes – caminhões de todos os tipos, jamantas, carros de passeio; a ordem, a organização, tudo concorrendo para que, no seu espírito, se firmasse a idéia da sanidade e do vulto do Movimento, finalmente desencadeado por uma nação que não queria perecer."

Entretanto, a incrível derrocada do famoso e ameaçador dispositivo sindical-militar de Jango e de sua pretensa popularidade, que, afinal, se revelara um mito, tornou desnecessária qualquer ajuda material.

Devo frisar que somente a total incapacidade daquele verdadeiro desgoverno o faria cair como caiu, ficando a conversa de meu pai com o Vice-Cônsul Lawrence Laser, sem nenhuma conseqüência. O referido diplomata mora na Virgínia e possui uma firma no Brasil, podendo, portanto, confirmar, tranqüilamente, o que aqui afirmamos.

No dia 31 de março, pela manhã, um avião levou o Dr. Oswaldo Pieruccetti para Vitória como emissário do Governo de Minas. Naquela capital, ajustaram-se todos os pontos de vista, integrando-se, no Movimento, todo o Estado do Espírito Santo – Governo, força policial, bem como a guarnição federal, por seu comandante Coronel Newton Fontoura de Oliveira Reis. Assim, ficou assegurado o porto para entrada de suprimentos a serem transportados pela E. F. Vale do Rio Doce, cujo tráfego seria garantido pelo 6º Batalhão de Infantaria de Governador Valadares. O auxílio material americano deveria entrar pelo Porto Vitória, o que, também, foi dito pelo meu pai ao Sr. Laser. Mas, felizmente, como disse, as tratativas não precisaram prosseguir, com a queda do Governo, sem luta, o que foi, para o País, a melhor solução.

Embora o senhor já tenha falado sobre o assunto, o que gostaria de acrescentar a respeito do rápido desmoronamento do esquema militar de João Goulart?

Na verdade, não havia esquema militar. O General Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, pensava que possuía um esquema militar que, simplesmente, nada tinha de concreto. Ele e seus assessores se empenharam para criar o tal esquema em determinadas guarnições e em algumas Grandes Unidades, como na Brigada Pára-Quedista, onde muitos sargentos receberam, naquela oportunidade, um financiamento para comprar casa pela Caixa Econômica. Isso influiu no desempenho da Brigada que ficou dividida e acabou não saindo, deixando de manifestar-se, não optou por lado nenhum, porque as coisas, lá, não estavam bem. Enquanto o General Muniz de Aragão não chegou, a Brigada mostrou-se indecisa.

O grupamento de tropas que se voltou contra Minas, partindo do Rio, foi comandado pelo General Cunha Melo. Ele, por exemplo, achava que a guerra estava ganha. Perdeu, porque não sabia que o Comandante do Regimento Sampaio – Coronel Raimundo – na verdade, um revolucionário, contribuiria, decisivamente, para a sua derrota.

Nesse ponto, surge um dos líderes da Revolução, que esqueci de citar anteriormente, cometi um lapso – o Marechal Odylio Denys. Ele foi para Juiz de Fora, antes da eclosão da Revolução, conseguiu ligar-se com o Coronel Raimundo, seu ex-Assistente, solicitando que ajudasse as tropas mineiras a tirar o Brasil das mãos despreparadas de Jango e do fanfarrão Brizola que faziam o jogo dos comunistas infiltrados no Governo, nos sindicatos e nas Forças Armadas.

Com a adesão do Coronel Raimundo, as coisas ficaram feias para o lado dos janguistas.

Cabe frisar que os capitães e tenentes eram todos contra o Governo do caos.

Na faixa de coronéis candidatos a generais, Jango Goulart contava com alguns apoios. Naquela época, antes da Revolução de 1964, faziam o general o Ministro da Guerra e o Presidente da República. Depois, o Marechal Castello Branco criou o Alto-Comando, que contribuiu para a despersonalização de alguns coronéis e generais, na minha opinião. Em tais casos, um general ou um coronel deixaria de lutar, por suas idéias, com seus superiores hierárquicos, por forma a não criar problemas, senão a sua promoção poderia ficar ameaçada. Desagradar um superior, às vezes sem saber, passou a concorrer para a sua provável degola.

A "invenção" do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco acabou com a altivez daqueles tipos de coronéis sem personalidade. Em 1954, no meu tempo de cadete, um coronel era respeitadíssimo. Os coronéis da Vila Militar derrubaram o Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, que era o Jango Goulart. Penso que era bastante saudável para a nossa Instituição, um sistema que não privilegiava o carreirismo.

Em 1952, meu pai, como coronel, indispôs-se com um general, dentro do quartel que comandava, e nada aconteceu a ele. O general tratou-o de forma indelicada

e meu pai falou: "Se o senhor não está gostando, aponte as falhas e volte outro dia." Assim procedia um coronel nomeado comandante de Unidade pelo Presidente da República.

Em 1935, quem nomeava comandante de companhia era o Ministro da Guerra. É interessante como o Exército vai mudando. Então, naquela época, a autoridade do coronel era limitada em relação ao capitão. Meu pai se desentendeu com um coronel que pouco poderia fazer com ele, porque fora nomeado pelo ministro. Para tirar um comandante de companhia, o coronel precisava solicitar ao Ministro da Guerra.

As peculiaridades castrenses de cada época nos são familiares, porque estamos na terceira geração de oficiais do Exército. Meu pai e os meus dois tios fizeram a primeira; eu e os meus dois irmãos fizemos a segunda; e o meu filho está fazendo a terceira. Não sei se virá alguém para fazer a quarta.

Voltando a 1964, como o senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Considerei muito bom. Os cadetes constituem uma tropa sempre muito bem preparada. Não houve, pois, o menor problema, o que se deve principalmente à admirável liderança do General Médici.

Quem não gostou foi minha mãe, porque meu irmão caçula era cadete. Minha mãe virou-se para meu pai e falou: "Carlos, como é? Vão você, o Henrique, em Juiz de Fora; o Carlos Alberto, aqui; e até o Luiz Carlos, que é um menino, lá em Resende." Mas foi muito bom termos toda a família engajada nesse movimento de redenção nacional. Muito nos orgulhamos de nossa participação.

Realmente, a participação da Academia foi muito importante, porque segurou as tropas que vinham do Rio para fazer face às de São Paulo.

Claro, porque os oficiais, que comandavam a coluna, que vinha do Rio na direção de São Paulo, ao serem informados de que iriam enfrentar cadetes, pensaram duas vezes. Considerando a parte psicológica, só um desatinado poderia admitir atirar e, talvez, vitimar nossos cadetes.

O moral do II Exército foi lá para cima com a notícia que nos chegou em pleno deslocamento pela Via Dutra. Vínhamos com o Regimento Deodoro, de Itu, sob o comando do Coronel Benedicto Maia Pinto de Almeida, cumprindo ordem do General Kruel. Nossas tropas criaram alma nova com a decisão do General Médici.

Todo mundo vibrou ao saber que a Academia entrara em posição. Foi uma bela decisão. O General Médici falou, mais tarde, sobre a participação da AMAN, com meu pai.

Quando alcançamos a Dutra, não sabíamos o que estava acontecendo – a preocupação era grande, particularmente porque não víamos a Infantaria na nossa

frente. O General Zerbine – Euclides de Jesus Zerbine – Comandante da Infantaria Divisionária da 2ª DE (ID/2) conseguiu segurar o 6º RI no quartel, o Regimento que deveríamos apoiar.

Passou por um susto, também, o nosso Batalhão em 1º Escalão, onde vinha o Tenente De Biasi, hoje Coronel. No corte do Paraibuna, defrontou-se com o Batalhão de Caçadores (BC) de Petrópolis, sob o comando do Coronel Kerenski. Instado pelo Comandante da Unidade de Petrópolis para sair com o seu Pelotão, o De Biasi lhe respondeu que iria informar ao seu Comandante de Batalhão. O certo é que, ao amanhecer do dia seguinte, o Kerenski sumiu. Ao clarear do dia, o De Biasi não viu mais o BC de Petrópolis. Outro fato interessante, ligado à Revolução em Minas Gerais, foi a posição da Escola de Sargentos das Armas (ESA).

Naquele 31 de março, meu pai, considerando necessário o apoio da ESA para a passagem de tropas por Três Corações, telefonou, pessoalmente, para o Coronel Gilberto Pessanha. O comandante da ESA recusou-se a cooperar, optando por uma neutralidade injustificável, em luta decisiva para os destinos do País, dizendo-lhe: "Comando uma escola que, além do mais, está no primeiro mês de instrução; por esse motivo, resolvi considerar esta guarnição como um país verde."

Para os civis, que, por ventura, venham a ler o livro que tornará pública esta entrevista, faz-se necessária uma explicação relacionada com o nosso estudo de temas táticos, onde há sempre um país azul (que nos representa) e um vermelho (que se contrapõe a nós). Quando há algum país neutro, ele é normalmente, designado pela cor verde. Assim, quando queremos designar um território vizinho, que não nos incomodará, mas também não nos dará qualquer ajuda, buscamos representá-lo na carta com a cor verde. Este é, pois, o significado da resposta de Gilberto Pessanha, uma decepção que meu pai não esperava.

Por causa dessa posição do Pessanha, ele não foi promovido a general. Na ocasião em que a comissão de promoções estava tratando do assunto, meu pai alertou: "Esse não. País verde é o mesmo que 'em cima do muro', não dá para promover."

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas de Minas Gerais?

Partimos com duas colunas: uma que deveria chegar a Brasília, Capital do País, vindo de Belo Horizonte, e outra que, de Juiz de Fora, iria para o Rio de Janeiro, naquela época, o objetivo estratégico mais importante, onde tinha sede o grosso das forças do Exército. A ordem era lutar para ocupar o que fosse necessário ou mesmo que fosse possível.

Felizmente, degringolou o famoso esquema militar e sindical e a vitória aconteceu naturalmente.

Acabamos realizando duas grandes marchas administrativas. Na marcha para o Rio de Janeiro – considerando a área sindical – o nosso maior problema, aquele que nos trazia alguma preocupação, era a passagem pela região da Refinaria Duque de Caxias, por causa dos petroleiros. Poderia haver alguma sabotagem, mas aqueles líderes de sindicatos que tanto agitaram o País não quiseram saber de nada, não procuraram acionar o seu pessoal. Encolheram, correram, sumiram! Assim, a tropa chegou ao Rio, como previsto, depois, evidentemente, de negociar, em alguns momentos, com Unidades contrárias que acabaram decidindo pelo retraimento, pela retirada.

No Rio de Janeiro, a tropa acantonou no Maracanã aguardando ordens. Aí, sucederam-se alguns erros. O primeiro deles foi cometido pelo General Mourão, quando viu que a vitória estava assegurada. Pegou o seu carro, com dois majores – Cúrcio e o Moraes –, e foi para o Quartel-General do Exército, na Praça Duque de Caxias, onde se encontrou com o Costa e Silva que, àquela altura, era o "rei da Revolução". Costa e Silva acenou-lhe com a presidência da Petrobrás e ele aceitou. No meu modo de ver, não tinha que assumir a Petrobras. Meu pai me telefonou – estava na PE, em Juiz de Fora – e perguntou:

– "Cadê" o Mourão?

– Não sei – respondi

– Onde está o Mourão?! – insistiu.

– Não sei pai. Ele saiu daqui (Juiz de Fora) quando viu que o pessoal estava indo para o Rio de Janeiro. Ele foi para o Rio.

Outra atitude do Mourão que não entendi, até hoje, foi chamar o Muricy para comandar a coluna que veio para o Rio.

Para o meu pai, a missão atribuída pelo Mourão ao General Muricy constituiu-se numa grande surpresa, porque a sua participação não estava no esquema traçado. A sua ida para Juiz de Fora deveu-se ao fato de não estar conseguindo, no Rio, os companheiros necessários para iniciar o Movimento.

Após o contato do Mourão com o General Muricy, recebi ordem para aguardá-lo, em Juiz de Fora, preparando fardamento e armamento para seu uso, missão que me coube como Capitão Comandante da Companhia de Polícia do Exército, naquela guarnição. O General Muricy apareceu lá de "pára-quedas" e depois "posou de líder".

Outro fato sem compreensão, para mim, foi o Coronel José Bretãs Cupertino, que havia comandado o 10º RI, regressar a Juiz de Fora. Antes, estava contra a conspiração que levaria à Revolução, chegando a ser preso pelos oficiais. Todavia, não sei por que motivo, retornou, inclusive solidário ao nosso movimento. Fora substituído no comando do 10º RI pelo Coronel Everaldo – Everaldo José da Silva –,

um grande coronel, respeitado e admirado pelo seu valor moral e profissional. Pena que tenha morrido, porque, senão, poderia conceder excelente entrevista. Foi febiano, herói da Segunda Guerra Mundial, promovido, com muita justiça, ao posto de General.

Embora uma de nossas colunas tenha se dirigido para Brasília, considerando que, oficialmente, ali estava a Capital Federal desde 1960, havia, no Brasil, de fato, duas grandes guarnições, capazes de decidir a sorte do País: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Daí, a importância atribuída à chegada das tropas de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.

A mídia apoiou o Movimento?

De início, apoiou integralmente, com raríssimas e inexpressivas exceções.

Pouco depois, no entanto, apareceu, no *Correio da Manhã*, o Carlos Heitor Cony com suas críticas despropositadas. Uma turma de rapazes de Belo Horizonte tinha decidido aplicar-lhe um corretivo, mas foi dissuadida pela interferência direta de meu pai que, ao ser informado da idéia, prestes a ser executada, pelos próprios jovens, irritados com as críticas descabidas à Revolução, explicou-lhes que era preciso conviver com o contraditório, porque a Revolução viera para defender a democracia contra os defensores do partido único, aqueles para os quais a grande síntese era o marxismo-leninismo. Meu pai lhes disse, ainda, que o nosso movimento era pelo diálogo amplo, em oposição, portanto, ao monólogo comunista. O certo é que, na minha presença, concordaram com meu pai.

Mais tarde, também, o Antonio Calado voltou-se contra a Revolução. Mas os jornais, em geral, estavam a favor, até que os êmulos de esquerda iniciaram uma ação muito bem trabalhada dentro dos veículos de comunicação de massa, bem como nas faculdades de Comunicação Social, onde se estudam Jornalismo e Relações Públicas.

Seguindo a concepção revolucionária de Gramsci, que considera a sociedade civil como o primeiro objetivo a conquistar, através da guerra psicológica, principalmente, ou seja, por meio da penetração cultural para minar, na linguagem deles, o Estado burguês e a sua sociedade.

Está correto o termo Revolução para o Movimento de 31 de Março?

Acredito que sim, embora não tenha havido derramamento de sangue, tão presente em todas as revoluções, como a Francesa e as comunistas – todas banhadas em muito sangue – a nossa foi, sem dúvida, uma Revolução, porque nascida de realizações do povo brasileiro, cansado da incompetência e da subversão do Governo deposto. Foi a incontida reação popular deste abençoado País, com o apoio das Forças

Armadas, que frustrou os objetivos do Movimento Comunista Internacional – a tomada do Poder, aproveitando-se da situação *sui-generis* de já ser Governo.

No Movimento de 1964, muitos civis trabalharam e conseguiram realizar grandes feitos, inclusive através da Comissão Geral de Investigação – a CGI – que processou muita gente corrupta, embora sua atuação tivesse sido emperrada permanentemente.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Quem foi militar nos governos da Revolução, além do Presidente? Os ministros militares, é claro. Nos vinte anos de Revolução, podemos apontar o Coronel da reserva Jarbas Passarinho, o Capitão-de-Mar-e-Guerra da reserva Euclides Quandt de Oliveira, o General da reserva Rubens Ludwig, especialista em Educação e ex-Comandante da AMAN, o General Dirceu, engenheiro de construção, que foi chamado a prestar serviços como Ministro dos Transportes, o Coronel engenheiro Corsetti, que modificou radicalmente a situação das comunicações no País, e o brilhantíssimo Ministro Andreazza.

Os demais eram civis, como os Ministros Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Hélio Beltrão, Gama e Silva, Langoni – homens de reconhecida competência e de largos conhecimentos profissionais.

Houve, portanto, presidentes militares e não governos militares, que possuem outras características, completamente diferentes daquelas dos governos da Revolução.

Dentre os presidentes militares, um foi imposto, na hora, pelo Congresso – Castello Branco – e um outro se auto-impôs. O grande presidente militar deste País chamou-se Emílio Garrastazu Médici, em cujo Governo o Brasil manteve o crescimento do seu Produto Interno Bruto, mais de 10% ao ano; foi o período do Milagre Brasileiro, que os adversários recalcados insistem em questionar. No fundo, sabem que estão tentando mistificar, porque o Milagre aconteceu; foi o governante vitorioso, também, no combate à guerrilha, tanto a urbana como a rural. Ao eliminá-las, atraiu sobre ele a revolta e o rancor da esquerda brasileira que sonhava ver o nosso País transformado numa grande Cuba. Nesse grupo de derrotados, estão os defensores de Fidel Castro, de Karl Marx, de Trotski, de Lênin, de Guevara. A esse conjunto de brasileiros internacionalistas, mas que se dizem nacionalistas, pertencem todos os integrantes do Fórum de São Paulo, criado para estender, ao Brasil, a revolução cubana.

O período dos presidentes militares viveu suas mais significativas conquistas, em todos os campos do Poder Nacional, na gestão do saudoso Presidente Médici, queiram ou não os revanchistas – aqueles que sonhavam ver o Brasil como a Colômbia de hoje, o que, felizmente, não aconteceu, graças ao maior dos presidentes revolucionários.

O Presidente Médici durante todo o seu mandato foi amado pelo povo, o que até adversários da Revolução reconhecem. Só não foi amado pelos terroristas, guerrilheiros e elementos que os apoiavam – uma minoria sem nenhuma expressão no contexto nacional. Pelo povo trabalhador, diligente, que dá duro e ganha pouco na luta pela sobrevivência, o Presidente Médici era muito querido.

No entanto, depois de tantos e tão expressivos acertos, não posso deixar de consignar o seu grande e único erro: deveria ter passado o Governo para um civil, entregaria o Governo com a casa arrumada, com o PIB crescendo a mais de 10% ao ano, com a inflação de 15% ao ano, inflação que viera dos 400% ao ano, no tempo do incompetente Jango Goulart; passaria a um civil, um País que se transformou totalmente naqueles dez anos – 1964 a 1974.

Ernesto Geisel recebeu a casa arrumada mas, como dizia o meu amigo Ministro Frota, sendo ele um socialista disfarçado, criou 254 empresas estatais. Além disso, fez-se acompanhar daquele que fora o "anjo mau" do Castello Branco – Golbery do Couto e Silva. O retorno do Golbery ao Governo, aquele homem que conheci coronel no QG da ID 4 – Infantaria Divisionária da 4ª DI –, "exilado" do Rio de Janeiro e aceito pelo meu pai em Belo Horizonte. A sua "expulsão" do Rio de Janeiro teve como causa o episódio do discurso do Coronel Bizarria Mamede, discurso que teve uma repercussão enorme, no enterro do General Canrobert Pereira da Costa, Presidente do Clube Militar.

Golbery era um homem de idéias; nunca foi um realizador, aquele que faz as coisas. Com as suas idéias sobre Geopolítica, acabou conseguindo ser incluído no rol dos intelectuais do Exército.

Meu pai me dizia que o Exército tem duas linhas: a dos intelectuais, e as do que fazem as coisas. O mais interessante é que a linha dos intelectuais conta com a admiração do Exército. É a linha apreciada, achada importante e confiável. O resultado é que, os intelectuais nem sempre descem de seus pedestais para conhecer a realidade da tropa e seus anseios. Nisto reside sua falibilidade.

O Exército sempre teve intelectuais de peso, como Benjamin Constant, atuante na época da Proclamação da República, e outros mais, de reconhecido valor para a Força. Entretanto, é preciso lembrar que as coisas bem-feitas são muito mais produto da vontade, da determinação.

E quais foram as coisas bem-feitas – os acertos – da Revolução que o senhor gostaria de destacar?

A Revolução de 1964 mudou completamente o País.

Em 1964, para falar com meu pai, em Belo Horizonte, eu, em Juiz de Fora, tinha que pedir à telefonista para conseguir a ligação no dia seguinte. Mantínhamos

um soldado de plantão ao telefone para pegar o sinal de discar. O sistema telefônico deste país saiu da pré-história, em 1964, para um lugar no primeiro mundo. E a esquerda diz que, da Revolução, vieram os entulhos autoritários...

Tenho, em casa, guardado o Guia Quatro Rodas de 1985 no qual se lê o seguinte: "Quando começamos – refere-se ao Guia –, em 1965, o Brasil tinha dez mil quilômetros de estradas asfaltadas; hoje, em 1985, temos cento e dez mil quilômetros, portanto, mais que decuplicou.

A geração de energia elétrica foi o setor em que assistimos a mais completa revolução – saiu do nada para marcos invejáveis, também de primeiro mundo.

A economia brasileira, como um todo, passou da 49ª posição para a 8ª economia do mundo. Sobre isto a esquerda silencia, mas, no fundo, morre de inveja por tão importante conquista. Ela se pergunta: "Como foram capazes de conseguir tal transformação?"

Mas cometemos alguns erros. Um deles foi o número de estudantes matriculados em escolas superiores que cresceu assustadoramente, graças ao Jarbas Passarinho, que implantou um tipo de exame classificatório em função do número de vagas, que passou a ser abundante. Mas a qualidade deixou muito a desejar. Não havia uma nota mínima, quatro ou cinco por exemplo. Havendo vagas, um vestibulando com nota dois, em Português ou em Matemática, estava aprovado.

Volvendo aos acertos, que foram inúmeros, temos que lembrar do impressionante crescimento da Agricultura, setor onde se acumularam recordes de produção, de áreas cultivadas, de regiões inteiras incluídas no esforço produtivo, como o Centro-Oeste que se agigantou no plantio da soja. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) representou um salto de qualidade no setor agrícola, acompanhado pela criação de várias escolas agrotécnicas, inclusive na região amazônica.

Ao falar de Amazônia, lembramos de projetos maravilhosos, como o Projeto Rondon, que o atual Governo aproveitou, mas não teve a ombridade de manter o nome original. Apelidou-o de Projeto Solidariedade, jogada da esquerda no Poder para assumir a paternidade de um projeto criado e desenvolvido, com imenso sucesso, pela Revolução de 1964.

Avulta de importância a nova política de impostos implantada com a Revolução, trazendo reconhecidos benefícios aos nossos municípios.

No campo social, a política habitacional, com o Banco Nacional da Habitação (BNH) separou nitidamente os Brasis de antes e depois da Revolução. O êxito da política adotada pelos governos revolucionários alavancou a Indústria da Construção Civil, que, infelizmente, no atual Governo, entrou num marasmo, contribuindo para a queda do Produto Interno Bruto na indústria.

A Central de Medicamentos (CEME), no setor da Saúde, teve um desempenho extraordinário. Passamos a produzir remédios de ótima qualidade e baratos. Neste particular, posso falar com total segurança, porque o Coordenador Geral da CEME era meu cunhado que ficou viúvo cedo, com o falecimento de minha irmã. Ele percorria todo o Brasil à procura das empresas que produzissem remédios mais baratos e mandava para os hospitais, que viveram uma fase áurea, nesse particular. Nessa estrutura vitoriosa, a esquerda conseguiu penetrar com grave prejuízo para o seu funcionamento, que, hoje, não é nem a sombra do que foi.

O mesmo aconteceu no campo, com o MST, criado com o propósito de tumultuar a atividade rural. Todo mundo sabe que o problema deles é político – o que eles menos querem é a reforma agrária, porque os seus líderes não são agricultores, são agitadores, diplomados em invasão de terras. O atual Presidente não sabe a diferença entre autoritarismo e autoridade. Assim, com medo de ser tachado de autoritário, ele abriu mão completamente de sua autoridade. Ele é um Presidente que perdeu totalmente a autoridade, permitindo que os líderes dos sem-terra façam dele gato e sapato.

Os êxitos da Revolução não são difundidos. Qual a razão?

Porque perdemos a batalha da comunicação, como é óbvio. Meu filho é um garoto, garoto que já tem trinta anos e que me questiona: "Pai, a gente não sabe o que a Revolução fez, vocês nunca disseram, vocês nunca se valeram da mídia para tal fim. Por quê?" Porque deixamos os marxistas tomarem conta das universidades, inclusive dos Cursos de Comunicação Social, onde estavam os jornalistas. Os garotos que foram para a universidade passaram a aprender com professores marxistas, graças à teoria da sístole e diástole do Golbery. O "bruxo" dizia que de algum lugar os contrários teriam que dispor, para que se manifestassem, e eles foram fazer isso nas universidades. Na cabeça do Golbery, o Movimento Democrático Brasileiro – o MDB – depois PMDB – não tinha poder suficiente para a manifestação da oposição.

Em vez de realizar um trabalho de peso para que a democracia fosse reforçada nas universidades, fortalecendo a cátedra democrática, procurando penetrar nos diretórios estudantis, – todos comandados, por comunistas –, dificultando, de forma inteligente, a ação livre do MCI no ensino superior, o "intelectual" Golbery fez ao contrário, tornou a universidade uma "área liberada" de todas as correntes comunistas – marxistas, trotskistas, maoístas. Médicos, engenheiros, professores, advogados, jornalistas etc. nas universidades do Governo, foram formados por professores quase todos marxistas. E, ainda, inventaram a profissão de sociólogo. O que faz um sociólogo? Tudo é um artifício para difundir o marxismo, abertamente, e com o aval de

serem diplomados. Aliás, perdi conceito, como aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), porque, numa daquelas aulas de Sociologia, perguntei à senhora que ministrava o assunto: "Para que serve um sociólogo?" O Coronel do Corpo de Alunos, de Cavalaria, cujo filho é oficial de Intendência, meu colega deu-me uma "bronca" pela "desconsideração" com a professora.

Na verdade, o que ocorreu é que esses "intelectuais" têm como missão fazer a cabeça dos meninos, mostrando tudo pela ótica marxista, com essa conversa de determinismo histórico, de teoria da mais valia, de teoria do valor trabalho, e os garotos, hoje, só falam a língua deles, porque passaram o tempo todo, na escola, ouvindo esses idiotas falarem...

Vivem com essa história de tese, antítese e síntese e, no final, a "grande síntese" está no socialismo, só que, na prática, não se conhece nenhum país socialista que tenha dado certo, embora, na doutrina que eles apresentam, o socialismo seja uma panacéia.

Na cartilha deles é uma panacéia.

E o "revanchismo" da mídia contra a Revolução?

A mídia aplicou o "revanchismo" em todas as oportunidades. Pode ser mostrado, claramente, através de exemplos. Vamos citar a Rede Globo, a rede que apoiou a Revolução durante os vinte anos, de 1964 a 1984, e, depois, mudou. Mudou exatamente no momento em que deixamos o Poder, passando, daí para frente, para agradar outros senhores, a ser a maior crítica de nosso Movimento revolucionário.

Mas, valendo-me da Rede Globo, lembro-me da crítica que fizeram ao Hospital da Aeronáutica. Infernizaram a vida do Ministério da Aeronáutica – houve isso, houve aquilo... até que o Tribunal de Contas julgou legal. Aí, a Globo silenciou, mas não publicou nada para esclarecer a verdade.

Depois, mudou suas acusações para o Exército, denunciando a compra de fardamento superfaturado, com a alegação de que um capote, uma capa de plástico, custavam muito mais para o Exército do que as lojas vendiam para o público em geral.

O Exército mostrou que o problema era outro – a loja vendia por preço menor no balcão e na grande cidade, mas não assegurava aquele preço quando o produto tinha que ser transportado para regiões distantes. Uma coisa, era o preço do item em Belo Horizonte, no Rio ou em São Paulo, outro era o preço para a região Amazônica, como em São Gabriel da Cachoeira (próximo à fronteira da Venezuela e da Colômbia), Tabatinga (fronteira com a Colômbia e com o Peru), Cruzeiro do Sul (a cidade do Acre mais a oeste do Brasil) etc. O Exército provou que o preço pago para que todas as guarnições fossem atendidas – o preço da licitação –, não podia ser o adotado nas

grandes cidades da região Sudeste. Na Amazônia, eles não queriam nem participar, por preço nenhum, por maior que fosse. Assim, o preço da licitação – aparentemente mais alto – era o preço médio para atender ao Brasil todo, inclusive às guarnições do Exército muito longínquas, como as da Calha Norte, por exemplo.

Além disso, o Exército mostrou, ainda, que uma coisa é o preço, à vista, de uma determinada loja, outra é o preço de uma licitação, porque só depois de dois, três, quatro meses, é que o vencedor do certame licitatório vai receber, logo, esse fato não pode deixar de ser levado em conta. Isso numa situação normal, porque os recursos ainda podem ser contingenciados, ficando o vendedor nas mãos dos donos do Poder – dos ministros da Fazenda e do Planejamento –, que dão as cartas, que decidem sobre a liberação desses recursos. Então, ainda, há esse risco enorme que acaba influindo na construção dos preços.

Após dirigir suas acusações contra o Exército e a Aeronáutica, chegou a vez da Marinha. A mesma Globo passou a acusar a Marinha de estar fazendo contrabando em seu navio-escola. Veja a gravidade dessa denúncia. Depois de um tremendo blá, blá, blá, a Marinha provou por A mais B que não houve contrabando nenhum, que as mercadorias existentes no navio correspondiam às compras feitas pelo seu pessoal, exatamente dentro do valor permitido em lei para cada um – quinhentos dólares. Desmascarou os acusadores, mas teve que fazê-lo através de matéria paga pelo Clube Naval, para chegar ao grande público. O jornal *O Globo,* se não estou enganado, acabou não publicando o manifesto do Clube Naval, o que foi feito pelos outros grandes jornais. *O Globo* negou-se a publicá-lo, mesmo como matéria paga.

Atualmente, é muito raro algum jornalista escrever a favor das Forças Armadas, que dirá da Revolução de 1964!

Às vezes, o Carlos Chagas escreve alguma coisa a nosso favor.

Ele é um dos defensores da Amazônia e sabe que as Forças Armadas têm uma atenção especial com a região.

É hora de destacar a importância do Calha Norte e do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), dois projetos fundamentais para a Amazônia. Infelizmente o Calha Norte, no atual Governo, ficou em plano muito secundário não recebendo verbas semelhantes àquelas alocadas pelo Governo Sarney, o tempo áureo do Calha Norte.

Não havia recursos para ele. Mas existiam para dar indenizações milionárias aos assassinos terroristas e ladrões de bancos. Mais de quarenta e seis milhões de reais foram gastos em indenizações aos terroristas até meados do ano 2000. Para essa gente, não faltou dinheiro.

Como não faltou dinheiro, também, para salvar bancos no Governo FHC – o famoso Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro (PROER).

Quais os objetivos da luta armada no Brasil e de onde vinham o seu apoio e a sua orientação?

O apoio e a orientação vinham de fora, do exterior, principalmente de Cuba e da União Soviética.

O objetivo da luta armada, de uma forma simplificada, era comunizar o País. Perderam em 1964, mas voltaram, partindo para a luta armada, muitos sob a inspiração do senhor João Amazonas, que, poupando a sua pele, pegou uns pobres coitados, uns garotos para lutar. Morreram quase todos e ele ficou vivo, à frente do Partido Comunista do Brasil, sempre agitando e empurrando os outros para a luta.

Mandaram vir gente de fora para instruir os combatentes, mas acontece que encontraram um osso duro de roer pela frente. Embora tenham matado alguns amigos meus, perderam a luta armada.

O AI-5 foi necessário?

Analisando friamente, hoje, alguém pode dizer que foi pesado, entretanto, na época, foi mais do que necessário.

Tudo isso porque o Castello Branco nunca acreditou, é uma opinião de meu pai e minha própria, que havia sido feita uma Revolução. Ele considerou que, com a Revolução –, vamos falar em linguagem de quartel –, tinha havido apenas a "troca da guarda". Estava tudo como "dantes no quartel de Abrantes" e não era verdade.

Então, deu-se muita asa aos subversivos que foram reunindo forças, reunindo meios... Trata-se da aplicação daquele princípio milenar – não há vácuo de poder, não existe espaço vazio que alguém não ocupe.

No momento em que você recua, alguém avança. Ocorreu que se deixou a esquerda avançar muito mais do que devia, considerando que a Revolução era democrática. Com aquele espírito de prevalência da democracia, os adversários voltaram, fazendo o que queriam, agravando muito o quadro político no Governo Costa e Silva que, por sua vez, também não soube conduzir com correção os fatos, na minha opinião.

Assim, o AI-5 foi necessário, porque a coisa estava feia, ou se fazia uma nova revolução, sob a forma institucional ou se entregaria o Poder de volta. Porque, embora a Imprensa e a militância de esquerda diga, hoje, que houve vinte anos de ditadura, isso nada mais é que uma deslavada mentira. É muito fácil comprovar com fatos que não houve ditadura alguma. Os candidatos contrários à Revolução em 1965, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, ganharam as eleições e foram empossados tranqüilamente. Em 1974, nas eleições para o Senado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, perdeu. Que ditadura é essa que

realizava eleições? Só porque o Congresso elegia o Presidente da República e as Assembléias Legislativas... Pois isso é coisa que acontece no mundo inteiro.

Esses que falam em ditadura são os mesmos que batem palmas para o "comandante" Fidel Castro, há quarenta anos no Poder, sem qualquer eleição direta ou indireta. Pode haver uma incoerência maior do que a de bater palmas para um homem que botou tanta gente no paredão e está, há quatro décadas, no Poder sem que o povo se pronuncie?

Se ele não é ditador, quem o é? Quem passou o bastão para outro, de acordo com a Constituição? Esses é que são os ditadores? Que diabo de ditadura é essa? Ditadura que fazia eleições e empossava senadores, deputados federais e estaduais, governadores, vereadores, prefeitos de todos os municípios – exceto os que fossem considerados de segurança nacional – e que o Congresso elegia os Presidentes da República. Essa é ditadura e a do "comandante" Fidel Castro não é?

Não há mais nada a comentar, a não ser que o AI-5 era o remédio adequado para tratar com aquela verdadeira malta.

Como viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) pela Revolução?

O SNI é fundamental para qualquer governo. Ninguém pode governar sem informações.

Agora, se o SNI, em algum lugar, desviou-se de sua missão, isso não justifica ter-se acabado com ele. A solução era adequá-lo, era o seu aprimoramento naquelas áreas, regiões ou cidades onde o controle de suas ações houvesse detectado qualquer disfunção no órgão.

É básico que qualquer presidente de qualquer Estado tenha um serviço de informações que assessore.

Só para citar, a maior democracia do mundo – os Estados Unidos – tem o FBI para assuntos internos, CIA para assuntos externos, a NSA, que ninguém conhece e que faz qualquer negócio e informa ao presidente. Além de tudo isso, têm um Serviço Secreto das Forças Armadas. Aliás, as Forças Armadas de todos os países do Grupo dos Sete têm um serviço secreto nos moldes dos norte-americanos. E todos são democracias – Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá.

Agora, aqui no Brasil, ridicularizaram o Serviço de Informações, coisa da Rede Globo, que passou a chamar os agentes de "arapongas". Ela deu início a esse processo de desmoralização, quando a Revolução deixou o Poder.

Os acertos da Revolução foram abordados, assim como um dos erros, referente ao ensino universitário. Quais foram os outros erros cometidos?

Para mim e para meu pai, o primeiro grande erro foi o Exército não ter se afastado, após a limpeza de que o Brasil tanto necessitava. Deveria ter passado, o quanto antes, o bastão a um civil, que, a meu ver, poderia ser o Governador Magalhães Pinto, que se engajara efetivamente na Revolução. Não estou dizendo que ele fosse ótimo.

Nós ficaríamos com a autoridade moral de entrarmos se ele não procedesse bem, se não agisse como um verdadeiro estadista.

As Forças Armadas auferiram alguma vantagem, de qualquer ordem, no período revolucionário?

Entendo que só auferiu desgaste, empobrecimento das Forças e dos militares, sucateamento de seu material. Esta é a realidade nua e crua.

Vou citar um exemplo muito elucidativo. O 12º Regimento de Infantaria, por exemplo, tinha dois Batalhões, cada um com duas Companhias de Fuzileiros...

Um Batalhão saiu para Brasília e outro, para o Rio de Janeiro. O efetivo do Regimento era de 1.144 homens. Sei disso porque fui fiscal e conhecia bem a grade de rancho.

Havia um coronel Comandante do Regimento, com o curso de Estado-Maior; um tenente-coronel Subcomandante; dois tenentes-coronéis Comandantes de Batalhão; dois majores Subcomandantes de Batalhão; um major S3 (Operações), um major S1 (Pessoal); um major S2 (Informações) e um major S4 (Logística). Os Comandantes de Companhia eram todos capitães.

Hoje, chama-se 12º Batalhão de Infantaria, com três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Apoio – não tem setecentos homens no efetivo. Por quê? Não há dinheiro, é a resposta. Precisam cortar o efetivo por falta de dinheiro. É uma triste realidade.

Dizem que o velho, se não serve para nada, serve para contar história. Em 1965, era Oficial de Transporte do Regimento. Tínhamos 105 viaturas, todas rodando, porque havia meios para fazê-las rodar. Hoje, não sei o número de viaturas do Batalhão; sei, por informações de oficiais que nele estão servindo, que o grau de indisponibilidade é muito grande.

Mas essa história é de um tempo em que, felizmente, não se mandava soldado para casa por falta de comida, nem se cortava efetivo simplesmente para reduzir custos sem nenhuma explicação operacional.

Uma coisa que sempre admirei na Artilharia, é o cuidado com o material. Quando fiz a Escola de Motomecanização, aprendi a cuidar do material. Então, eu mantinha todas as minhas viaturas funcionando, porque a Infantaria tem um pro-

cedimento que a Artilharia não utiliza: centralizar a manutenção das viaturas. A Artilharia encarrega as Baterias de cuidar das viaturas e elas são fiscalizadas pelo Grupo. Isso é fator de competição – cada Bateria quer ter o maior índice de disponibilidade de viaturas.

Cabia-me, no Regimento, manter as viaturas rodando.

A conjuntura internacional acelerou a "abertura" política?

As democracias do dito primeiro mundo, principalmente os Estados Unidos, muito se beneficiaram do Movimento de 1964, que extirpou o comunismo da América do Sul – foi um presente sem nenhum custo para eles. No entanto, não viam com bons olhos os nossos governos de presidentes generais, que contavam com total respaldo de nossas Forças Armadas.

O Geisel, com todos os erros cometidos, bateu firme nos americanos, denunciou o acordo militar com os Estados Unidos e partiu para buscar o apoio do alemão, para a realização do acordo nuclear.

Foi uma das grandes coisas feitas no País, porque senão o Brasil nada teria nessa área. E, depois, ainda aparece o Collor desbancado por corrupção, fechando o "buraco" de Cachimbo para mostrar ao mundo que o Brasil queria ficar entre as nações submissas, aquelas que não possuem arma nuclear. Por que Israel, China, Índia e Paquistão podem possuí-la e nós não? Porque essa esquerda ignorante, que infelicita o País, quer vê-lo por baixo, dependente, sem voz e sem segurança? Justamente porque a esquerda não está preocupada com a nossa soberania, com a nossa segurança. Isto está claro em todas as decisões do atual Governo.

Concluindo, portanto, podemos afirmar que a conjuntura internacional contribuiu para a abertura política, mas a abertura só foi realizada porque era um compromisso da Revolução chegar à plenitude democrática.

Qual a sua opinião sobre a Lei da Anistia?

Para mim, foi um desastre, porque só veio para beneficiar bandidos, terroristas, assassinos, que hoje, estão aí donos do Brasil.

O inimigo se apropriou da anistia que, em vez de representar esquecimento, aproximação entre contendores, vem servindo como lei da vingança dos bandidos derrotados, contra nós que lutamos para salvar a Nação.

Fidel Castro está até hoje no Poder, porque matou cerca de 17 mil cubanos que se opuseram a ele. Comunista não dá anistia! Stálin se manteve no Poder até morrer, porque matou todo mundo que lhe era contrário. Mao Tsé-Tung, muito querido dos estudantes brasileiros comunistas, se manteve no Poder o tempo todo,

porque matou mais de trinta mil chineses. Agora, a nossa Revolução, que não matou ninguém, a não ser alguns poucos guerrilheiros durante o longo período de vinte anos, é chamada de "ditadura" e referenciada a "anos de chumbo".

Aí, fica a pergunta: Não seria melhor se tivéssemos agido como Fidel Castro, Stálin ou Mao Tsé-Tung, tão amados pela esquerda brasileira?!

A atuação política e econômica do último Governo da Revolução – Governo Figueiredo – desgastou a imagem da Revolução?

Sim, entendo que sim. Como disse, a Revolução deveria ter entregue o Poder a um presidente civil, antes.

Qual a sua análise a respeito da situação do comunismo após a queda do Muro de Berlim. O comunismo desapareceu ou permanece como aquele inimigo capaz de agir em todas as oportunidades que se apresentarem? E sobre a ameaça que pode vir do lado dos que se diziam nossos grandes amigos, quando lutamos a seu lado na Segunda Guerra Mundial?

Primeiro, gostaria que fossem lidos os artigos do Professor Olavo de Carvalho, ex-comunista. Como explica muito bem o Professor, eles, os comunistas, estão aí, presentes. O grande país comunista do mundo é o Brasil, porque ainda não experimentou o comunismo. É o único país, dito democrático, no qual a Imprensa é 100% esquerdista, e só fala a linguagem ditada pelo partido único de todos os países comunistas.

Agora, a ameaça do outro lado também existe, e não é coisa de agora. Os norte-americanos e seus aliados ingleses nos vêem como verdadeira colônia, exportadora de bens primários, a preço de banana, e importadores de tudo o mais. Para eles, nosso Exército deve, tão-somente, exercer papel de polícia. Nada de efetivos e armamento que permitam a dissuasão e a esquerda faz o jogo deles, à risca, porque a ela, "revanchista", não interessa Forças Armadas bem treinadas e dotadas de material moderno, por menor que seja a sua quantidade. Faz parte da vingança a que já me referi.

Para demonstrar que esta ameaça não é coisa de agora, volto à década de 1970. Naquela década – pouca gente sabe disso – o Brasil encomendou, num estaleiro da Inglaterra, uma plataforma de extração de petróleo em alto-mar. Pagou "uma nota" para exploração em águas profundas, onde está o grosso do nosso óleo. Vocês sabem em que dia os ingleses puseram essa plataforma para navegar em direção ao Brasil? No dia da maior tempestade no Mar do Norte. Aí, a plataforma naufragou e a Companhia de Seguros indenizou a Petrobras, mas o naufrágio atrasou a nossa nova

prospecção em mais de três anos, com prejuízos incalculáveis para o Brasil e os brasileiros que dependem de mais óleo diesel, de mais gasolina, de gás etc.

Esse é um fato importante do período da Revolução e que mostra bem o comportamento dos "nossos amigos" ingleses.

Um outro fato, ligado, ainda, aos ingleses: Vamos falar da conferência do Almirante Aquino, responsável pelo programa de construção do submarino nuclear de nossa Marinha de Guerra, realizada no auditório do Comando Militar da Sudeste, em São Paulo. Contou o Almirante que uma das turbinas do submarino construídas no Brasil deveria ser testada na Inglaterra por falta de condições de fazê-lo no País. A turbina, enviada para a Inglaterra, ficou lá por mais de um ano e não voltava. Foram feitas todas as gestões possíveis para tê-la de volta, mas tudo foi em vão, inclusive a participação, para esse fim, do Ministério das Relações Exteriores. Após quase dois anos sem que a peça retornasse, concluiu-se que ela deveria ser de muito boa qualidade, motivo por que os ingleses resolveram retê-la. O referido fato fez com que a Marinha decidisse investir no processo e no material para testar turbina semelhante. Após um ano de trabalho e dias antes daquela palestra, o teste da turbina, agora realizado por brasileiros, mostrou a excelência do equipamento, exatamente como se desconfiava, pela retenção, na Inglaterra, de turbina semelhante.

Perfeito o seu relato. Foi exatamente o que nos contou, em 1995, o Almirante Aquino, em palestra programada pelo seu xará General Aquino, Comandante Militar do Sudeste, para todos os oficiais subordinados, o que prova que entre nações só vale o interesse, a ponto de levar um país a agir de forma tão velhaca com relação a outro, dito "amigo".

O americano está com a mania, agora, de dizer que não compra o nosso produto porque permitimos trabalho infantil, além de taxar violentamente o nosso suco de laranja, que é muito melhor que o deles. O nosso sapato e o nosso aço enfrentam barreiras cada vez mais difíceis. Eles querem livre comércio, como fizeram em 1946, no Governo Dutra, com os dólares que a gente recebera das reparações de guerra.

Encheram-nos de pente de plástico, de coca-cola e uma porção de porcarias, em que gastamos os nossos dólares. O que eles querem é que compremos os produtos deles, mas nossos, só se interessam por matérias-primas.

Nós brasileiros contamos, ainda, com uma esquerda burra e uma direita idiota, como vimos no caso da Informática. Perdemos a corrida da informática. Hoje, não fabricamos um *chip* de computador, não fazemos nada, enquanto a Malásia faz, a Tailândia faz, a China comunista... Hoje, vemos chegar aqui material feito na China em profusão. Por quê? Porque os gringos não queriam que a gente progredisse nessa área, pois quem tem informática, hoje, tem o mundo.

Exatamente. Hoje, até as decisões da justiça dos outros vale para os periféricos, para os sem-bomba, que não apitam nada... A extraterritorialidade da justiça para os sem-poder.

Ah! Isso é outra enorme imbecilidade. O tal de Baltazar Garson não se mete com os líderes dos países do Grupo dos Sete! Mas quis processar o General Pinochet – ex-presidente de país do Terceiro mundo –, por crimes que ele diz Pinochet ter cometido. O certo é que, graças a Pinochet, o Chile é, hoje, um oásis dentro da América do Sul, mas esses elementos de esquerda vão acabar conseguindo estragar tudo, como na Argentina, onde o Presidente de De La Rua, vai acabar de destruir com o que ainda resta por lá. E quem se lasca com a incompetência da esquerda na América do Sul? O povo já tão sofrido.

A imagem das Forças Armadas, e, em conseqüência, a do Exército Brasileiro vêm apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade como atestam várias pesquisas de opinião pública. O que o senhor acha disso?

O Exército Brasileiro, fora esses reduzidos círculos de intelectualóides, conta, junto ao povo bom de nossa grande Nação, com todo seu carinho e a sua admiração. Este povo gosta da gente, porque sabem que, quando precisam de cestas básicas, eles as recebem, quando a responsabilidade da sua distribuição cabe ao Exército.

Gostam do Exército, porque sabem que, na hora difícil em que precisarem de um auxílio, nas calamidades públicas, estaremos com eles. Gostam da gente, porque sabem que seus filhos têm, nos quartéis, uma escola de amor à Pátria, à Família, escola de civismo, escola de camaradagem e de solidariedade humana.

A mídia, que não gosta da gente, consegue, no entanto, envenenar uma boa parte da classe média, que faz coro com os pseudo-intelectuais, contra tudo que seja favorável às Forças Armadas.

É a revolução gramscista no Brasil, atuando obstinadamente nos meios de comunicação e, também, na área do ensino.

Mas, apesar da ação permanente das doutrinas exóticas, alienígenas, sobre a sociedade o povo nos adora. A gente observa, quando chega o soldado, o povo respeita, admira, o que, infelizmente, não acontece com relação à Polícia. Na ECO 92, o Exército foi respeitadíssimo no Rio, para desespero dos extremistas de esquerda, da bandidagem, dos anarquistas, daqueles que querem ver o circo pegar fogo. O sucesso foi tão grande que, a toda hora, os governadores e prefeitos, no Rio de Janeiro, querem ter o Exército nas ruas. Aí, servimos, principalmente para aqueles que têm interesse de que determinado evento transcorra sem problemas.

Governadores, secretários de Segurança querem desfigurar a missão do Exército. Querem vê-lo nas ruas como Polícia. Sobre isso, respondi uma vez a um repórter: “Quero saber se eu fosse comandante de um jovem de 19 anos, morto por um traficante, o que é que iria dizer à mãe dele? Responder que ele foi mandado para essa missão, se a sua convocação pelo Exército destinava-se à defesa da Pátria?” Na verdade, o que se impõe é aumentar os efetivos da Polícia, treiná-la, porque as missões contra o crime organizado cabem a policiais bem pagos, bem equipados e bem instruídos. Policial mal pago, o traficante compra!

Ao homem que veio de sua casa para o Exército, para a vida castrense, cabe uma missão muito mais nobre, incompatível com a atividade de prender criminosos e vagabundos.

Temos para tais atividades três tipos de Polícia: a Polícia Federal, para o combate ao narcotráfico, a Polícia Civil, fundamentalmente investigativa, e a Polícia Militar, de atuação ostensiva, basicamente nas favelas e nas ruas. É preciso enfatizar que Polícia Militar que faz greve deve perder o nome de militar, porque está no estatuto dos militares que lhe é vedado o direito de greve.

Coronel, sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março.

Na minha mensagem final, primeiro, cumprimento o General Gleuber por ter determinado a realização deste Projeto, bem como pela idéia, se foi dele. Cumprimento sua pessoa, pelo trabalho que está realizando, assim como a sua equipe que se encontra em Belo Horizonte, ajudando-nos a contar a nossa História, que irá contrapor-se às inverdades que são ditas por aí pelos incansáveis revanchistas.

Fico muito recompensado por ser chamado para esta entrevista que espero tenha alguma utilidade, sendo certo que o fato de ter podido relatar os acontecimentos por mim vividos foi-me extremamente compensador, principalmente porque pude expor idéias que estavam guardadas comigo, sem que pudesse externá-las, para alegria do meu coração.

Coronel Waldir Abbês

- Natural da Cidade de Barbacena, MG.
- Foi Instrutor-Chefe do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), no 10º Regimento de Infantaria, em Juiz de Fora, MG.
- Além do Curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), possui os Cursos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).
- Em 1964, era 1º Tenente, subalterno da 4ª Companhia de Polícia do Exército (4ª Cia PE), fração subordinada à 4ª RM / 4ª DE, em Juiz de Fora (hoje em Belo Horizonte). No mesmo ano, foi promovido a Capitão, tornando-se Comandante da referida Cia.
- Atualmente, é empresário no Setor de Hotelaria, em Barbacena, MG, e Presidente do Grupo Inconfidência (grupo cívico), para o período de 2002 a 2004.

Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2000.

Tenho grande prazer em participar do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Esse episódio, na verdade, já faz parte da história brasileira. Não fosse a Revolução de 1964, hoje seríamos uma república sindicalista, pela qual o Governo de João Goulart muito se empenhou, seguindo a doutrina preconizada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) – a famosa guerra de extermínio. No nosso País, interessa-nos a democracia.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, durante o seu surgimento e nas suas conseqüências?

Esta pergunta permite uma resposta ampla, mas é básica, acredito, para as demais perguntas. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, assume o Poder o Presidente João Goulart. Abre-se, então, o arsenal para a subversão em larga escala, através de Cuba, subversão essa que vinha apoiada pela Rússia e pela China.

Nessa época, foi estimulada a criação de sindicatos rurais e urbanos, com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a do Partido Comunista do Brasil (PC do B), este último compromissado com a linha chinesa de luta armada, de violência. Também, nesse mesmo período, a União Nacional de Estudantes (UNE) promove passeatas e comícios, exige o afastamento de reitores, impede determinados professores de ministrarem suas aulas, incentiva pichações.

As greves, insufladas pela UNE e pelos sindicatos, estes controlados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), eram apoiadas abertamente pela Presidência da República. O Planalto transformou-se num canal de acesso livre aos líderes sindicais, os chamados pelegos, voltados permanentemente para a realização de greves, em todo o País. Em larga escala, as greves cresciam, paralisando a vida nacional e apoiadas pela cúpula.

O País viveu um período caótico, surgindo, nessa conjuntura, Leonel Brizola, o agitador profissional, por excelência, que se dizia pronto para a luta, e, com ele, aparecem os "grupos dos onze", que se encarregariam de executar as ações em força nas cidades. Entram em cena, também, Miguel Arraes e, principalmente, Francisco Julião com as "Ligas Camponesas", encarregados da guerrilha rural, que partiu para a invasão de terras, nos moldes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) de hoje.

Os desmandos políticos, as convulsões sociais e a anarquia – as agitações, paralisações e desordens – tiveram início no momento em que João Goulart assumiu o Poder, chegando ao apogeu em março de 1964. O que acontecia? As leis não eram cumpridas e o caos instalou-se na administração.

Nesse período, muitos políticos pretendiam ser os futuros candidatos à Presidência da República, como o Leonel Brizola, o Magalhães Pinto, o Adhemar de Barros, o Carlos Lacerda, o Miguel Arraes, dentre os principais. Jango Goulart tratou, também, de reatar as relações diplomáticas com a Rússia, as quais tinham sido encerradas em 1947, abrindo o canal que aquele país aguardava. Na verdade, um "prato feito" para os comunistas se infiltrarem no País, buscando subverter a ordem e reforçar as ações do MCI.

As empresas tipo Petrobras e Banco do Brasil passaram à direção de comunistas. Então, havia dois brasis: um Brasil conservador, daquele brasileiro ainda ingênuo, acomodado por índole, que não percebia o perigo, e um outro, formado por grupos de esquerdistas, mobilizados e extremamente ativos.

Faltava transporte, ninguém conseguia ir trabalhar, locomover-se, os motoristas de praças foram imensamente prejudicados, porque não se lhes permitia rodar com seus veículos; pessoas morreram em ambulâncias; as ferrovias foram paralisadas, o transporte aéreo prejudicado, as faculdades não funcionavam.

Em decorrência disso, o Brasil caminhava para sua completa comunização. Os fatos mostravam claramente esse processo, que, do seu limiar, sofreu um constante agravamento, obedecendo as diversas fases da guerra revolucionária. A rebelião dos sargentos, em Brasília, em setembro de 1963, foi o primeiro grande estopim para desencadear o movimento de todos os homens de bem da Nação contra aquele Governo que se tornara espúrio.

Seguiu-se o comício pelas reformas, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, o famoso comício da Central, no qual os comunistas já se comportavam como donos do Brasil. A esse ato político, compareceram o Presidente e todos os ministros.

O General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército, fez um alerta ao público militar que soou como um toque de reunir diante do caos. Acontece que ele deu o toque de reunir, mas não iniciou a marcha para o combate exigida para enfrentar o calamitoso problema.

A situação tornou-se ainda mais grave com a rebelião dos marinheiros conduzida por um graduado, conhecido por Cabo Anselmo, com a participação do Almirante Aragão, Comandante dos Fuzileiros Navais. Aí, o clima passou a ser de completa baderna, com o total desprezo à hierarquia e à disciplina, que norteiam a vida das Forças Armadas.

A gota d'água veio com a reunião dos subtenentes e sargentos da PM da Guanabara, com João Goulart, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, além de graduados das forças singulares, quando exigiram as reformas "custasse o

que custasse". Foi a reunião que primou pelas demonstrações de indisciplina em grau inaceitável. Gravem bem a data: 30 de março de 1964. Essa situação caótica iria chegar ao fim no dia seguinte.

Atingiu-se o paroxismo da anarquia, o apogeu da subversão. Aí, o General Olympio Mourão Filho, junto com o General Carlos Luís Guedes, diante do clima reinante, na noite de 30 de março, decidiram pela Revolução que começou em 31 de março de 1964, logo de madrugada. Por isso, disse, no início, que a Revolução de Março de 1964 libertou o País da comunização, sem dúvida nenhuma. A população jovem precisa saber de tudo. Nosso grande erro foi não aproveitar a oportunidade para divulgar, convenientemente, aquela situação. O País vivia uma quadra gravíssima de sua História republicana.

É importante lembrar que o povo apelou dramaticamente para que as Forças Armadas dessem um basta àquele estado de coisas insuportável. O apelo aconteceu, fundamentalmente, através das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nas quais a mulher brasileira, de terço na mão, foi o ponto alto.

O General Mourão e o General Guedes demonstraram uma grande qualidade que pouca gente conhece: ambos se comunicavam, de forma admirável, com civis e militares de suas guarnições.

O General Mourão, logo que assumiu o comando da 4ª Região Militar, em 1963, bem antes da Revolução, começou a programar instruções no Quartel-General, convidando pessoas das mais diferentes profissões – médicos, dentistas, advogados, professores, estudantes, empresários, padres, motoristas de táxi, funcionários civis etc. Todas as profissões participavam, de forma que o auditório do Quartel-General ficou até pequeno para tanta gente. E o General Mourão, no fim das palestras, mostrava, para aquele pessoal de Juiz de Fora e da micro-região, o descalabro da situação no Brasil e a incompatibilidade do comportamento do Governo com relação à lei, à ordem e à disciplina, pregando a necessidade de uma reação e verificando que o apoio era unânime.

O mesmo fazia, em Belo Horizonte, o General Guedes; cuja influência e prestígio eram muito fortes na cidade. Aliás, os dois generais eram muito acatados pela maneira com que tratavam as coisas do País, bem como pela estreita ligação que mantinham com a população.

Assim, quando se deu o início ao Movimento, já compreendíamos o significado da subversão, da guerra revolucionária e psicológica, o que era uma ação psicológica, a importância de um Aciso (Ação Cívico-Social) durante as manobras, de modo a nos aproximarmos da população. E começamos a conhecer as técnicas destrutivas e construtivas usadas pelos comunistas para a tomada do Poder, o que

a maioria da oficialidade antes não sabia. O trabalho desses Chefes foi extremamente importante para mostrar as técnicas comunistas já postas em prática.

Os diversos setores ou segmentos da sociedade começaram a identificar a situação: as forças singulares, a Polícia Militar, o CPOR, o NPOR, a Polícia Civil, a Igreja, as mulheres de Minas, ou seja, toda a população começou a perceber onde os comunistas queriam chegar. A população toda, inicialmente, estivera ingênua, passiva, só observando e sem meios para dar uma resposta à altura.

Então seria lícito perguntar qual a única instituição, em nível nacional, que tinha condições de arregimentar todo esse bloco para combater os comunistas? O Exército Brasileiro. Somos até suspeitos para falar, porque vivi no Exército muito tempo. A gente vivia num ambiente de disciplina, de moral elevada, de espírito de corpo fortíssimo e mesmo de eficiência operacional, apesar das sérias dificuldades pelos parcos recursos, pouco dinheiro, poucos veículos e pouco material. Mas o Exército, com o espírito de corpo extremamente elevado, sempre conseguiu superar isso tudo. Quando comandei a Companhia de Polícia do Exército, a Unidade passou a desempenhar um papel importantíssimo, em estreito contato com a 2ª Seção do Estado-Maior, trabalhando bastante, tanto nas questões preventivas, quanto nas repressivas e operacionais, para proteger a população brasileira. Eram nossas preocupações primeiras o Brasil e a população, em nossa modesta esfera de atribuições. Nós não queríamos tomar o Poder de ninguém, não havia esse espírito. A intenção era lavar a alma da Nação, livrá-la da permanente ação dos comunistas. Então, por isso, em face desses fatos e das instruções dos dois grandes generais – Mourão Filho e Carlos Guedes –, transmitidas a nós, por eles, nos auditórios da Região e da Brigada, respectivamente, ficamos preparados e conscientes da nossa responsabilidade para enfrentar os comunistas que vinham com tudo para cima da gente com intuito de tomar o Poder.

E há outro aspecto importante: naquela época, nos defrontávamos com um fator perigosíssimo – a clandestinidade. Você não sabia de onde vinha a subversão, a violência, de onde vinha tanto dinheiro, tanto material para propaganda etc. E o Exército, com todas as dificuldades, conseguiu, em 1964, dar uma varrida nos comunistas. Essa é que foi a realidade.

Na prática, atendemos à vontade soberana do povo.

Foi atendido o anseio popular.

Anseio dos empresários e de todos os homens e mulheres que queriam a liberdade, incompatível com o comunismo.

Todos os segmentos da sociedade pediram a intervenção imediata e, em Minas Gerais, com mais forte razão, porque os dois generais estavam muito consci-

entes da necessidade de partir para essa ação, perfeitamente enfronhados com a sociedade. Reconhecendo a liderança de ambos, a população veio aos quartéis pedir a intervenção, pedir a retirada do caudilho, que fazia o jogo dos comunistas. Esse foi o fator preponderante: o povo, cansado da anarquia generalizada, convocou as Forças Armadas a agirem contra aquele governo.

O que o senhor está dizendo sobre Minas Gerais nós assistimos no interior de São Paulo, onde o povo também nos provocava para uma ação contra aquele estado de coisas.

Insuportável. Ninguém agüentava!... Ainda mais numa situação de luta contra a clandestinidade. A esquerda trabalhava covardemente contra a Nação. E outra coisa importante que devo deixar bem claro: não fomos a Cuba nem à China nem à Rússia para agredir o país deles; eles é que vieram para agredir a nossa população, a população brasileira que trabalhava, que tinha um compromisso com o sustento das suas famílias.

E o povo foi paralisado, porque ninguém conseguia trabalhar com tanta greve, mormente no setor dos transportes, onde o ir e vir ficou impraticável.

Ninguém trabalhava. Eram só greves, paralisações, e o País sofreu nesse período de 1961 a 1964, grandes prejuízos. Tive oportunidade de ver uma coisa terrível numa cidadezinha de Minas Gerais, Três Rios. A rodovia cortava a cidade, não como hoje, que passa por fora. Então, na transposição da linha ferroviária – havia uma bifurcação com trechos para o Rio de Janeiro e São Paulo – o pessoal profissional da estação parava o trem, ou seja, exatamente na passagem de nível tirava as máquinas e deixava os vagões carregados de minério, fechados. No período de 1º de janeiro de 1964 até mais ou menos 29 de março, todo dia, havia uma paralisação nessa ferrovia. Os vagões, às vezes, transportavam bois, que ficavam sem alimentos, parados ali durante duas, três horas. A população da cidade ficava prejudicada pela paralisação do transporte, com o pessoal passando por baixo do comboio. Não só a população em geral se sentia prejudicada, como também a Cidade de Três Rios, que sofreu, nessa época, grandes prejuízos. Esse era o quadro. O clima de baderna assolava a cidade, como tantas outras. Desassossego total!

A minha participação foi, justamente servir na Polícia do Exército, com o único objetivo de proteger a Nação Brasileira como um todo, na esfera de minhas modestas atribuições.

Onde estão as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

As raízes, podemos dizer, não são tão recentes. Começaram com os comunistas, em 1935. Mais tarde, voltaram a atuar na época do Presidente Dutra. Isso é tão

verdadeiro que o Presidente Dutra neutralizou o Partido Comunista, que mantinha, desde aquela época, um quadro de permanente agitação. Não interessava para o País conviver com um Partido que provocava a subversão da ordem democrática. Então, a raiz nasceu em 1935, com a Intentona, cuja chefia foi entregue a Luís Carlos Prestes, vindo da Rússia com esse encargo. Em 1935, assassinaram, covardemente, o nosso pessoal que se encontrava dormindo nos alojamentos.

O clima de agitação permanente, também vigorou durante todo o período crítico, difícil, caótico, insustentável, iniciado em setembro de 1961, quando João Goulart assumiu a Presidência da República, substituindo Jânio Quadros, que renunciara. Diga-se de passagem, um Governo fraquíssimo, manipulado pelos agitadores que se uniram àquela figura despreparada para o alto cargo de Presidente da República e, nesse período, o País sofreu desmandos constantes de todas as naturezas – políticas, econômicas, sociais e militares – que contribuíram decisivamente para o clima de incerteza, agitação e desagregação interna. A anarquia em alto grau foi a marca do biênio 1962/1963 e dos primeiros meses do ano de 1964. A tarefa do primeiro presidente militar, para tirar o País da anarquia que se instalara, foi realmente difícil.

Na realidade, as raízes longínquas encontram-se em 1935, mas as causas mediatas da Revolução de 1964 coincidem com os atos vividos no Governo João Goulart, desde a sua posse até os episódios ocorridos em março de 1964, que se constituíram no estopim do Movimento revolucionário.

Em 1961, ele assumiu, após regressar da China, onde manteve contatos políticos em um dos países que, justamente na época, participavam ativamente do fortalecimento do Movimento Comunista Internacional (MCI).

Então, a ideologia vinha de fora, utilizava muitos recursos materiais e financeiros obtidos no exterior, particularmente da União Soviética, da China e de Cuba, o país impulsionador do MCI na América Central e do Sul.

A guerra fria teve influência na Revolução?

Sem dúvida.

Há um aspecto muito importante a observar: o laboratório da guerra fria se instalara na Europa, essa é que foi a realidade. Os comunistas soviéticos subjugaram os povos de numerosos países da Europa e os colocaram sob o tacão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tendo à frente um dos maiores trucidadores de homens de todas as épocas – o ditador Stálin, que se ombreou com Hitler em crimes contra a humanidade. É muito difícil saber qual foi o mais desumano!...

Vários países foram ocupados. A Polônia em 1944; a Hungria, em 1947; Tchecoeslováquia, em 1948; Bulgária, Albânia, Romênia, Iugoslávia, em 1949. E,

com isso, houve, no hemisfério Norte, a aplicação de técnicas destrutivas violentas, contra esses países, sendo a Hungria um dos que mais sofreram com a violência comunista. O povo húngaro sofreu um massacre nunca visto com tanta intensidade.

No Brasil, em 1963/1964, pôde-se constatar que a guerra fria se instalara em nosso Continente e que os processos, usados na Europa e na China (comunizada em 1949), estavam sendo passados para cá, explorando-se, sobretudo, a propaganda que se valeu de uma série de artifícios para promover os comunistas, transferindo toda experiência adquirida em termos de agitação e propaganda.

Então, o que é que aconteceu? As regras da propaganda foram largamente utilizadas: observar o detalhe – regra da simplificação: texto conciso e claro; a orquestração, para, através da insistência, transformar mentiras em verdades, criando versões que se sobrepunham aos verdadeiros fatos; o apelo aos sentimentos dos consciente e inconsciente, também foi empregada. A propaganda visava apresentar, aos democratas inocentes, o comunismo como uma panacéia.

Outra técnica exaustivamente utilizada pelos comunistas tinha como objetivo fazer com que o grupo sobrepujasse o indivíduo. A individualidade deveria ser massacrada e desaparecer em benefício da força do grupo, que ditava o comportamento sem objeções ou resistências.

Outra "arma" grandemente explorada, por incrível que pareça, e que causou um grande mal, foi o boato. Eles usavam o boato para causar desassossego e pânico.

O problema da desapropriação de terras nas margens das rodovias, deixando os proprietários no ar, sem saber ao certo o que iria ser desapropriado e o que não o seria. Lançavam aquele boato: "Vai desapropriar isso, vai desapropriar aquilo" e os fazendeiros ficavam atônitos...

Ficavam preocupados. Pouca gente recorda de um outro fato da época, gravíssimo: o surgimento dos *hippies*, início da década de 1960, a chamada "paz e amor" e a depravação imperou em larga escala no País, influenciando a moral da população. O comunista aproveitou isso.

Vivemos um clima de insatisfação durante o Governo João Goulart?

Ah!, sem dúvida nenhuma. O Governo de João Goulart foi o Governo da chamada irresponsabilidade, da situação caótica, da subversão e da imoralidade, esta veiculada por uma imprensa alternativa, de baixo nível, que surgia naquela ocasião. A imprensa de alto nível não foi afetada, mas apareceu a de baixo nível que se deliciava com as oportunidades que lhe propiciavam os comunistas e simpatizantes. Estes estavam adorando aquela situação que, no fundo, favorecia o crescimento da subversão.

Os grandes jornais estavam contra aquele estado de coisas, justamente porque viam que o País caminhava, a passos largos, para a completa comunização.

E o caminho para a comunização poderia ser alcançado através da via eleitoral, que era uma possibilidade, ou através da tomada do Congresso – o chamado "assalto ao Parlamento" – pressão de cúpula e pressão de base, ações contínuas, cada vez mais violentas, de matizes diversos, para facilitar a tomada do Poder. Nessa conjuntura de permanente atuação comunista, quando a população acordasse, o Poder já teria sido tomado. O próprio Parlamento legislava para a derrocada da democracia e para o surgimento de um regime totalitário. Nos episódios ocorridos em vários países da Europa, o comunismo foi implantado dessa forma. Quando os povos acordavam, os seus países já estavam comunizados, não havendo mais nenhum sinal de democracia.

E mesmo em Cuba, com pretexto de derrubar um ditador, quando se viu a ilha estava toda comunizada, não é isso?

Exatamente.

Qual a posição da Igreja na época? Nós já falamos sobre isso, mas qual foi exatamente o papel da Igreja naquela conjuntura?

A Igreja teve um papel importantíssimo, pois viu que o Governo estava criando um clima insustentável, com a subversão da ordem. A Igreja teve uma participação ativa não só nos movimentos de rua, como também em palestras em rádio e televisão e nos próprios templos, alertando a população, porque, na época, o âmbito político estava totalmente desacreditado.

O Governo era fraco e estava dissociado da população. Ainda no campo político, o que aconteceu? Tivemos antagonismos e preocupações de toda a ordem. A área político-administrativa, corrupta e em decomposição, fazia o discurso das reformas de base, uma verdadeira incógnita, onde tudo era indefinido.

No campo psicossocial, a luta de classe estava sendo implantada e exploradas as contradições regionais. No campo econômico, os meios de produção foram muito prejudicados pelas greves, principalmente pelas paralisações de ferrovias, rodovias e portos, com prejuízos tremendos para a agricultura, com a perda de produtos agrícolas para exportação e fornecimento à população, internamente. Os portos viviam parados, como o de Santos.

O Porto de Santos não trabalhava mais.

Realmente, não trabalhava mais. Sofreu, em quase três anos, cerca de cem paralisações, ou mais, por greves dos estivadores e dos trabalhadores em terra.

Paravam muitas vezes sem carregar ou descarregar bens que se deterioravam, que apodreciam no porto...

E no meio militar, o que se passava?

O ambiente nos quartéis estava se tornando perigoso, embora a quase totalidade da tropa estivesse preocupada com o destino da Nação e atenta para a desagregação que o Governo se empenhava em fomentar dentro das Forças Armadas.

Ao Governo, interessava criar o máximo de cisões possíveis. Foi feito esse trabalho sub-reptício para afastar o pessoal graduado dos oficiais. O panorama que se buscou implantar era o de dividir, desunir, criar antagonismos.

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade que, em Minas, também foi um exemplo?

Foi um movimento espontâneo da família de Minas, mais propriamente brasileira, porque praticamente a movimentação ocorreu em todos os Estados da Federação, que organizaram Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Cidades grandes e pequenas realizaram suas marchas da família, posicionando-se claramente contra o caos, pelo qual o Governo era o principal responsável.

Quais os principais acontecimentos que foram determinantes para o desencadeamento da Revolução?

Acredito, em última análise, que houve uma intensificação da subversão, no período de 1961 a 1964, a qual constitui uma das formas de se fazer a guerra revolucionária preconizada pela União Soviética. Ficou caracterizada em três acontecimentos bem nítidos, ocorridos na Cidade do Rio de Janeiro: o comício da Central do Brasil; a rebelião dos marinheiros, tendo como palco o Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro de Triagem; e, finalmente, a reunião do Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, na qual o Presidente da República incentivou abertamente os sargentos a se voltarem contra os seus superiores. Sabe-se que o General Mourão decidiu-se pela Revolução, imediatamente após a tal reunião, inaceitável sob todos os aspectos.

O Exército, as Forças Armadas em geral, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrar-se o Movimento revolucionário? Na verdade, as Forças Armadas, com a Revolução, interpretaram o sentimento do povo brasileiro?

Entendemos que sim, porque as Forças Armadas, aquarteladas em todo o território nacional, incorporadas à vontade nacional, realmente foram intérpretes fiéis dos anseios do povo, ao desencadearem a Revolução de Março de 1964, com pleno apoio da população civil, dos empresários, das Polícias Militares, das Polícias Civis, dos universitários, dos CPOR, dos NPOR, daqueles que estudavam no Colégio Militar e no Colégio Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais). Então, houve

uma participação ativa, do segmento civil da população, embora o carro-chefe fosse representado pelas Forças Armadas.

Estava em andamento uma revolução de cunho comunista no País, fomentada tanto pela cúpula do Governo, como pelas bases?

A proliferação das ações subversivas deu-se de várias maneiras, caracterizando muito nitidamente um movimento planejado para chegar-se a uma revolução comunista, com base no anarcossindicalismo. Parte dessas ações foi realizada pelas "Ligas Camponesas" que atuaram, também e principalmente, por intermédio da luta armada. Os "grupos dos onze", que se tornavam cada vez mais ameaçadores, tinham como incentivador Leonel Brizola, um agitador profissional que ficou bem conhecido do povo brasileiro. No início, conseguiu enganar a muitos, mas, com o tempo, o País conscientizou-se de que se tratava de um falastrão desqualificado.

Na ação das "Ligas Camponesas", destacou-se Francisco Julião, que levou essas organizações a darem um grande prejuízo à Nação. A função precípua do movimento era prejudicar a imagem do nosso País como um todo, desestabilizando a produção agropecuária e a vida no campo.

A guerra que praticaram foi suja e muito prejudicial à economia do País. A dinâmica da subversão usada por eles incluía várias formas de atuação, como as greves e paralisações constantes, que tiveram acentuado peso específico dentro da pré-revolução que tramavam.

O meio militar enfrentava os problemas de moradia e do apoio à saúde. A dificuldade de residência se tornava mais grave quando se davam as transferências de uma guarnição para outra e a moradia no destino era mais cara que na origem, retirando do homem maior percentagem de seu salário para poder residir na nova moradia.

Nós, muitas das vezes, não tínhamos como pagar.

Diante desse problema, verificou-se o aumento do espírito de corpo e da solidariedade entre os integrantes do Exército para enfrentar essa questão específica. A eficiência operacional nunca foi perdida com tudo isso pela frente, e o ambiente, nos quartéis, era de muito profissionalismo.

Voltar a crescer e viver em paz era o nosso objetivo naquela conjuntura negativa. Um grupo que teve um papel extraordinário, para levantar o moral do pessoal dentro do quartel, foi o dos ex-combatentes que participaram da Segunda Guerra Mundial. Eles ajudaram a manter a democracia em nosso País. Nossos "pracinhas" realizaram inesquecível trabalho na Itália, vencendo o nazifascismo naqueles campos de duras lutas, dando uma satisfação ao clamor do povo, revoltado

com o torpedeamento de nossos navios, com a perda de mais de mil brasileiros em nosso próprio litoral.

Sim, com muita determinação, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuou no teatro de operações europeu, mas, em 1964, o povo voltou a pedir a intervenção dos militares para impedir, nesta oportunidade, a escalada do comunismo em nosso País.

Exatamente.

Qual foi a posição do Congresso Nacional quando da eclosão da Revolução?

O Congresso aceitou, na época, o estado de coisas advindo da Revolução, agindo com muita objetividade. Entendeu que o melhor era apoiar, porque a situação anterior estava realmente caótica. Então, a participação do Congresso foi no sentido de colaborar decisivamente sob todos os aspectos. Aliás, o Congresso era a Instituição mais ameaçada pelo Governo deposto e seus fanáticos seguidores.

As entidades esquerdistas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) etc., logo após o início da Revolução, como se portaram? Elas, que agitavam tanto antes, o que fizeram?

A agitação característica da ação dessas entidades desapareceu de imediato com a Revolução. Foram apanhadas de surpresa e não conseguiram esboçar qualquer reação. E a população, que queria paz e tranqüilidade para trabalhar, ficou livre da baderna.

Não havia mais clima para isso. A família brasileira quase foi destruída por causa desse pessoal.

Quais foram, a seu ver, os principais líderes civis e militares da Revolução?

Considero o General Castello Branco uma grande liderança, principalmente pela sua importante contribuição através de palestras e conferências, como a palestra de setembro de 1963 para oficiais das Forças Armadas e lideranças civis, alertando sobre o perigo iminente de uma convulsão intestina no Brasil.

Castello Branco revelava sua preocupação com o aumento da ação dos extremistas de esquerda, sobretudo a esquerda clandestina. Sem dúvida, estávamos às portas de uma guerra civil. No início, quando fez a palestra, o pessoal não assimilou bem, mas, depois, ao observar os desmandos daquele governo, a nossa gente passou a entender a sua mensagem. Ele exerceu esse papel importantíssimo, o de alertar as forças da Nação e contribuir para evitar, sem dúvida, uma guerra fratricida. Posteriormente, adotou outra medida muito importante: criou a IGPM – Inspetoria Geral de Polícias Militares – e, com isso, orientou e controlou as Polícias Militares,

por meio do Exército, que se encarregou de realizar, nas organizações policiais militares, inspeções técnicas, administrativas e operacionais, com o objetivo de unir a Força Terrestre às Forças Auxiliares, o que trouxe excelentes resultados em todo o período revolucionário.

Além do General Castello Branco, houve também a participação fundamental de dois generais: o General Carlos Luís Guedes, em Belo Horizonte, que tinha o apoio incondicional da população, ela estava toda com ele, e o General Olympio Mourão Filho, esse nem se fala, tinha o apoio de toda Juiz de Fora. E os dois generais, por causa daquelas brilhantes palestras, realizadas com freqüência, de orientação ao público interno e externo, sobre subversão, guerra revolucionária, guerra insurrecional, técnicas destrutivas, propaganda comunista etc., souberam mostrar as ameaças que tínhamos pela frente.

Dentre os militares, é importante, ainda, destacar, no caso de Minas Gerais, o Comandante da Polícia Militar do Estado, o Coronel PM José Geraldo de Oliveira, que foi extremamente valioso para o êxito da Revolução.

A única Polícia Militar em que o General Castello Branco não precisou intervir para melhorar a disciplina foi a de Minas, cujo efetivo, na sua maioria, era oriundo do Exército. O Comandante da Polícia Militar – Coronel José Geraldo – exerceu um decisivo papel à frente de sua Polícia e junto à população de Minas Gerais, o que repercutiu nos demais Estados da Federação. O Coronel José Geraldo foi um admirável e convicto colaborador. Na instrução do pessoal, no trato do material, na apresentação de seus policiais, na participação austera, em tudo, estava bem viva a sua ação de comando. A Academia de Polícia Militar de Minas Gerais recebeu influência do Estado-Maior do Exército, cujo pessoal, em determinada época, organizou, na Academia, a Seção Técnica de Ensino e a Seção Psicotécnica, que eram modelares.

No meio civil, cabe destacar o Governador Magalhães Pinto, porque ele, como Governador, foi da maior importância para a posição adotada no Estado, a favor da Revolução, bem como para alavancar a Polícia Militar em todos os sentidos. O Movimento revolucionário muito ganhou com o prestígio de seu apoio.

Por outro lado, o Governador Magalhães Pinto, político hábil e empresário riquíssimo, sabia que, se o País fosse dominado pelos comunistas, iria perder as suas empresas, tudo o que conseguira, trabalhando através de muitos anos.

Poderia, inclusive, perder até a própria vida. Como aconteceu em Cuba, onde quase todo mundo foi para o paredão, onde 17 mil cubanos foram trucidados pelos comunistas, tendo à frente Fidel Castro, que continua muito amado pelas esquerdas brasileiras, que falam tanto em democracia, mas morrem de amores pelo ditador cubano, há mais de quarenta anos no Poder.

Ao recordar, ainda, os grandes nomes da Revolução, permito-me voltar ao Presidente Castello Branco, lembrando um detalhe interessante: quando classificado no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte – pouca gente sabe disso –, servia com ele o Cabo José Maria Alkmin, aquela inteligência privilegiada que o próprio Castello Branco levou para a Vice-Presidência da República, tendo ficado, a seu cargo, um trabalho muito significativo na área política, graças a seu espírito empreendedor.

Um mineiro que se destacou na eclosão da Revolução e na sua institucionalização.

Um brasileiro que merece nossa consideração, assim como Milton Campos, um modelo de cidadão, um estadista por excelência e um homem que muito serviu à Nação. Aliás, acredito que Milton Campos deva, hoje, ser lembrado como modelo ideal de político – de político estadista.

São esses homens, que deram uma grande contribuição à Revolução, particularmente os generais Mourão e Guedes, que merecem todo o nosso reconhecimento e respeito.

O senhor lembra da atuação do Marechal Odylio Denys, em Minas Gerais?

Sem dúvida a sua participação foi admirável, particularmente em Juiz de Fora, onde se encontrava, na eclosão do Movimento. Mantinha, também, um contato permanente com as grandes unidades de Minas Gerais, a AMAN e o II Exército, porque era um homem de muito prestígio no Exército e de moral elevada. Tinha acesso fácil a todos os quartéis e fazia um alerta aos militares, pregando, também, a necessidade da participação da população. E ele veio juntar-se ao Mourão Filho em Juiz de Fora na oportunidade do desencadeamento da Revolução.

Porque acreditava que Minas Gerais, com o Mourão Filho e Carlos Guedes, saberia, na hora exata, responder à escalada da subversão.

E outra coisa: dizia que Minas Gerais era o caminho para resolver esse angustiante problema. Era o único Estado que oferecia a conjugação de fatores psicossociais – família religiosa, tradicional, muito forte – geoeconômicos e geopolíticos que facilitariam o surgimento bem-sucedido do Movimento de 1964. Por isso, que se obteve um êxito fabuloso.

A Revolução de 31 de Março foi de natureza interna ou houve alguma interferência externa?

Não houve interferência externa. Acredito, pelo fato do Brasil estar ligado aos Estados Unidos e a outros países da América e da Europa, no desenvolvimento da guerra fria, uma guerra sem fronteiras, que o nosso País, logicamente, devesse manter um vínculo político muito forte com o Ocidente, como um todo. Acontece, todavia, que

a Revolução de Março de 1964 surpreendeu os norte-americanos. Um Movimento, uma Revolução genuinamente brasileira que, na realidade, espantou o mundo por ter derrubado o comunismo ameaçador, de um dia para outro, sem derramamento de sangue.

Este Projeto de História da Revolução de 1964 é muito significativo, porque serve de exemplo, para estudo em toda escola militar de qualquer exército do mundo. Exportamos esse ensinamento de como anular uma ação solerte de subversão, de guerra revolucionária, de guerra psicológica, de técnicas destrutivas comunistas, através da determinação de um punhado de homens.

É interessante que se afirme novamente o fato de que sofremos a ação deletéria do comunismo internacional, exportado pela União Soviética, China e Cuba. Eles queriam expandir o Poder, dominar o mundo. A sua política imperialista, voltada contra a nossa democracia, contra a nossa liberdade, acabou derrotada. Foi um feito que atordoa, até hoje, os extremistas de 1964, além dos que atuaram de 1967 a 1973, e seus eternos simpatizantes, aqueles que não se cansam de enaltecer os comunistas, na busca insistente de transformá-los em heróis.

A que o senhor atribui o rápido desmoronamento do tal "esquema militar" do João Goulart, que era tão apregoado?

Pelo fato de ser um Presidente fraco, fraco sob todos os aspectos, cercou-se de um "esquema militar" que se revelou tão débil como era o próprio Presidente. Aquele pessoal que tinha um vínculo com o Governo, ou administrativo ou por interesse, este fora criado em cima de impulsos escusos, onde os interesses da Nação não estavam presentes nem de longe.

Em conseqüência, o propalado esquema era da boca para fora, não tinha substância nem base, vindo a ruir diante da determinada participação das Forças Armadas, instigadas pelo chamamento incisivo do povo.

O "esquema" de Goulart caiu em 1964, de podre, como caiu, mais tarde, o Muro de Berlim, com seus 46 km de extensão, onde morreram tantas pessoas tentando fugir do comunismo.

Mais ou menos parecido com o que acontece, até hoje, em Cuba, de onde as pessoas fogem, desesperadas, em frágeis embarcações, com a esperança de deixarem o inferno...

Então, na realidade, o que aconteceu? O "esquema" era um engodo, como o comunismo foi o maior engodo praticado contra a Humanidade. Esta é a grande realidade!

Ao contrário do "esquema militar" de Jango, a "chefia e liderança" do Movimento Revolucionário de 31 de Março ficou patente?

Não tenho dúvida, especialmente com a participação de líderes civis e militares do gabarito de Castello Branco, Carlos Guedes, Mourão Filho, Garrastazu Médici, Marechal Denys, Governador Magalhães Pinto, Coronel José Geraldo, Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, José Maria Alkmin, que se tornou Vice-Presidente da República e o grande político Milton Campos.

Essa plêiade de líderes exerceu uma influência muito grande nos comandos subordinados e também nos demais escalões. Uma influência altamente positiva pelo exemplo dado, porque o exemplo arrasta multidões. Então, o que é que aconteceu? A presença atuante desses homens influenciou todas as lideranças subordinadas e até mesmo o meio civil, numa identidade de propósitos que contribuiu para que houvesse uma inter-relação muito forte entre a 4ª Região Militar, com sede em Juiz de Fora, a AMAN, sob o comando do General Médici e o II Exército, de São Paulo, num todo que concorreu decisivamente para a sustentação da Revolução de 31 de Março, quando foi desencadeada.

Como o Senhor viu o emprego operacional dos cadetes da AMAN?

Uma decisão do General com o apoio de seus comandados, de suma importância. Por ser a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) centro formador de futuros líderes, chefes e comandantes (cadetes) e possuidora de pessoal altamente qualificado (instrutores), sabidamente conhecedores da gravidade da situação nacional, tinha o General Médici condições de empregá-los, desde que fosse necessário. E o General, em tempo hábil, empregou seu pessoal rapidamente, ocupando, no Vale do Paraíba, uma posição defensiva, de modo a impedir o encontro do GUEs (Grupamento de Unidades Escolas) com as tropas de São Paulo que demandavam o Rio de Janeiro.

Exatamente e, no momento em que ele entra em posição, que conseguiu a adesão de subunidades do Rio, levantou o moral do pessoal de São Paulo, que pensava bater de frente com o Rio de Janeiro gerando um choque terrível.

Choque que não houve felizmente, graças ao papel da AMAN.

A Revolução robusteceu a união e a coesão dentro das Forças Armadas?

Sem dúvida nenhuma. A Revolução gerou forte coesão não só nas Forças Armadas, mas, também, na população que havia sentido na própria pele os prejuízos decorrentes da subversão provocada pelos comunistas. Com a Revolução, se restabeleceu o princípio da autoridade, encarnada pelo Presidente Castello Branco, pelo seu exemplo, pela sua dignidade. As agitações foram imediatamente contidas e houve uma série de procedimentos em benefício da população sofrida.

E a mídia apoiou o Movimento?

O Movimento de 1964 recebeu grande apoio da mídia. Aconteceram problemas, como o ocorrido em Minas Gerais. Refiro-me ao jornal *Binômio,* de baixíssimo nível, de responsabilidade de um jornalista, também de baixo nível, comunista ferrenho, chamado José Maria Rabelo. O General João Punaro Bley fez uma palestra no Quartel-General, para militares e civis e, no dia seguinte, o jornal desconsiderou e ofendeu o General. O pessoal de Belo Horizonte já conhecia a maneira do jornalista ofender as pessoas, caluniar. No outro dia, o General foi ao Jornal, com o motorista, e José Rabelo, junto com seu grupo, desacatou e agrediu o General Punaro.

O General, ao voltar para o quartel, não conseguiu evitar que um oficial percebesse a agressão acontecida, o que motivou, em última análise, o empastelamento do jornal, que nunca mais funcionou. E a população de Belo Horizonte gostou dessa represália, porque o tal jornalista tinha a mania de caluniar, insultar e difamar as pessoas.

O senhor acha que o termo Revolução é correto? Como é que o senhor chamaria o Movimento de 31 de Março?

Acho que o termo revolução é muito correto porque significa um processo de transformação da sociedade, significa uma transformação econômica, política e social profunda, além de eminentemente moral.

O moral estava tremendamente abalado. Então, a Revolução de 1964 teve esse sentido. Eclodiu sem exterminar ninguém, porque não era um movimento baseado em ideologia, como a de Fidel Castro, em Cuba, que exterminou a parcela da população que não a aceitava. Na Hungria, morreram milhões de pessoas; na própria Rússia, a revolução comunista matou 30 milhões de pessoas internamente e, fora do território russo, 100 milhões; nunca se viu nada parecido na história da humanidade. Em nosso País, durante a Revolução, quem partiu para a luta armada foram os subversivos, dentre os quais morreram trezentos e, entre os nossos duzentos, números que não têm termo de comparação com as revoluções tramadas e realizadas pelo MCI.

Não possuíamos essa idéia de extermínio, comum na ideologia totalitária comunista. O espírito do Movimento de 1964 era patriótico, de defender a Nação, de defender o povo brasileiro, para poder viver em paz, em uma democracia sadia; o espírito das Forças Armadas era esse.

A nossa Revolução foi uma Revolução, porque modificou radicalmente o Brasil, levou-o, por exemplo, à posição de oitava economia do mundo, quando éramos a 48ª.

Os governos da Revolução eram militares ou governos cujos presidentes eram militares?

A Revolução teve governos presididos por militares e constituído por ministros civis, respeitados pela competência. Então, nunca houve governo militar em nenhuma fase do período revolucionário.

E quais foram os benefícios que a Revolução trouxe ao País, além de todos aqueles que o senhor já citou?

O grande benefício proporcionado pela Revolução foi a anulação do chamado MCI – Movimento Comunista Internacional – em nosso País. Esse foi o seu grande mérito no campo político. O Brasil tornou-se um grande canteiro de obras, principalmente na década de 1970, período áureo da engenharia brasileira. Nunca se construiu tanto como nessa época – grandes estradas, portos marítimos e fluviais, construção e ampliação de aeroportos, construção naval, nasceu a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) essa companhia excepcional que faz grandes pesquisas no campo dos alimentos, com tecnologia avançada, empregada por consagrados profissionais formados nesse período. Dezenas de hidrelétricas foram construídas, como a de Tucuruí e, sobretudo, a Itaipu Binacional, que atende ao Paraguai e à Região Centro-Sul do País, ou seja, mais de dez estados da Federação. Sem a hidrelétrica de Itaipu, não contaríamos com a infra-estrutura necessária no campo energético para o crescimento econômico que se obteve no período revolucionário. As nossas empreiteiras tiveram um grande trabalho durante todo o período, gerando uma infinidade de empregos.

Fizemos, também, hidrelétricas menores, mas de grande importância, como a do Funil, complementada pela Nhangapi, no Vale do Paraíba.

Nasceu a Zona Franca de Manaus, trazendo um impulso para a economia da capital e do Estado do Amazonas como um todo.

Outra obra de vulto foi a Transamazônica, que hoje criticam, mas ali deu-se a partida para a arrancada no sentido da integração da Amazônia ao restante do País. Se a chamada nova república desse prosseguimento àquele trabalho pioneiro em plena selva, estaríamos com a Transamazônica em outra situação, mas ninguém cuidou mais de sua manutenção.

Além disso, é bom que se diga, nasceram grandes universidades brasileiras, em nossas cidades. E com as telecomunicações o que aconteceu? Nós que éramos, digo e repito isso várias vezes, nós que éramos o quinto pior do mundo em termos de telecomunicações, o quinto país pior do mundo, passamos a ser o quinto melhor do mundo em termos de telecomunicações. Espetacular avanço, com reflexos até nos dias de hoje.

Antes da Revolução, não conseguíamos falar de Resende para o Rio de Janeiro. No início da década de 1960, ficávamos naquela fila interminável na Academia, esperando a hora de falar com o Rio e, muitas vezes, íamos dormir sem completar a ligação.

Criou-se o Banco Central, antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o BNH – Banco Nacional da Habitação, que passou a desenvolver um plano espetacular de construção de moradias, para as classes média e pobre:

Quanta gente conseguiu comprar o seu apartamento através do BNH.

E houve uma deputada que fez um grande trabalho nessa área, Sandra Cavalcante. Essa mulher trabalhou muito. Veio do grupo do Lacerda e se integrou ao Governo Federal. Mulher muito inteligente, fez um trabalho louvável e muita gente foi beneficiada, naquele período, com a criação do BNH.

Ressalto, mais uma vez, que a grande conquista da Revolução foi anular as ações subversivas comunistas, as quais, diga-se de passagem, eram constantes, progressivas, permanentes e presentes em todo o território nacional. Uma verdadeira guerra dos comunistas contra o povo brasileiro, apoiada do exterior.

O País sofreu em todos os seus Estados esse problema terrível de enfrentar as ações do Movimento Comunista Internacional. Com a Revolução, nasceu novamente a liberdade da nossa gente e fortaleceu-se a justiça social, que fora muito prejudicada.

Hoje, a Colômbia é um país que está sofrendo muito, o que nós não desejamos que aconteça aqui; os guerrilheiros conseguiram formar, dentro da Colômbia, uma zona liberada, um estado guerrilheiro dentro do estado nacional. A Colômbia tem, portanto, um grave problema a resolver. E todo mundo sabe que o guerrilheiro na luta pela sua causa comete qualquer tipo de crime. Para ele, o importante é a derrubada do governo legal, não medindo conseqüências para atingir esse desiderato.

Já os guerrilheiros, aqui no Brasil, criaram a guerrilha de Xambioá, a guerrilha de Caparaó, mas os brasileiros, em tempo oportuno e com determinação, acabaram com o projeto deles de criar zonas liberadas em nosso território.

Por outro lado, enfrentamos os terroristas, um tipo de gente sem o menor escrúpulo, verdadeiros débeis mentais, que agem covarde, solerte e impiedosamente, espalham o pânico, o terror, assassinam inocentes, tudo pela causa.

Em todo o nosso território, as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil, os homens e as mulheres enfrentaram esse tipo asqueroso de gente, muitos dos quais morreram na luta contra os terroristas, que tudo fizeram para espalhar o pânico em nossa Pátria. Tantos brasileiros dignos morreram por ela e, no entanto, os homenageados pelo atual Governo foram os terroristas e guerrilheiros traidores. O principal traidor, o desertor Lamarca, roubou armas do quartel em São Paulo – 63 fuzis, cinco

metralhadoras – e munição, aliciou sargentos, cabos e soldados, traiu a Nação e matou o Tenente Alberto Mendes Júnior, da Polícia Militar, com violentas coronhadas na cabeça, esfacelando-a totalmente. Além de tudo isso, traiu o Comandante dele e os amigos com quem convivia.

O Coronel Lepiani, um homem puro, que acreditou nele. Inclusive houve uma senhora de um sargento, a qual levou o problema ao Coronel, que não encaminhou a denúncia para frente, achando que se tratava de um equívoco da referida senhora.

Foi necessário, portanto, eliminar os traidores, Lamarca e o tal de Marighella, os quais muitos crimes cometeram contra a Nação brasileira. Foi dura a luta para vencer esse pessoal altamente nocivo à vida nacional.

A bomba do aeroporto de Recife, que matou um jornalista encarregado da cobertura da chegada do General Costa e Silva naquela cidade, foi outra ação terrorista sobre a qual os comunistas evitam falar. A luta foi vencida afinal, mercê de muito sacrifício e determinação.

Quais foram os erros cometidos pela Revolução?

Erros foram cometidos fruto da inexperiência inicial, porque a guerra revolucionária moderna pegou as Forças Armadas meio de surpresa. Enquanto as Forças Armadas agem dentro da lei, respeitando a população, respeitando o Judiciário, respeitando os políticos, os comunistas, no seu trabalho sub-reptício, não têm limitações. A tomada do Poder justifica tudo.

Por outro lado, alguns erros deveram-se à complexidade dos problemas brasileiros e as dificuldades em consolidar a coesão no extenso território nacional. Por exemplo, um erro aparente da Revolução diz respeito à permanência por muito tempo no Poder. O ideal é que tivéssemos saído logo após o Governo do General Médici, quando o ato seria muito favorável, mas aconteceram problemas gravíssimos nesse período, com o desencadeamento do terrorismo seletivo e sistemático, que criava o pânico na população. Esse quadro exigiu que o período revolucionário se estendesse.

Veio a crise do petróleo. Duas crises, uma em 1973/1974 e a outra já no Governo Figueiredo, a segunda crise do petróleo, a partir de 1980, as quais dificultaram bastante, porque ficou tudo muito difícil em face do preço muito alto do barril.

Quando o General Geisel assumiu o Poder foi a primeira crise. O petróleo estava custando três dólares o barril e, mais para frente um pouco, passou a 12 dólares, mas o General Geisel conseguiu levar o Governo a bom termo apesar da crise. Já a segunda crise, ocorrida na década de 1980, trouxe conseqüências negativas para o último Governo da Revolução.

A Revolução não entrou na batalha da comunicação social? Por quê?

Entramos, mas sem uma participação efetiva, no trabalho da comunicação social. Teria que ter sido feita maior divulgação dos fatos que consagravam os governos revolucionários, principalmente por meio da televisão, meio ideal para divulgar tudo e a população mostrava-se ávida por conhecer melhor as realizações que estavam transformando o Brasil. Deixamos de mostrar grandes realizações essa, para mim, uma grande falha e tinha que tornar visível a intromissão na política brasileira feita por Fidel Castro, a verdadeira face deste ditador, que, desde 1961, estava trabalhando junto ao Governo João Goulart para, justamente, transformar o Brasil na tal república sindicalista.

O próprio Castello achava que o povo tomaria conhecimento de tudo naturalmente, o que não é verdade.

Tem que mostrar, inclusive fazer a divulgação dos acertos e dos obstáculos enfrentados. Então, o objetivo principal não era só apresentar feito, mas mostrar, também, os óbices, as dificuldades, a ação do inimigo interno e externo e isso foi uma falha de nossa parte. Faltou divulgação...

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução, particularmente na década de 1960 e 1970, fundamentalmente na década de 1970, destacada como a melhor da história econômica do Brasil por renomados conferencistas da ESG, como, por exemplo, o Professor João Manuel, da Unicamp, não têm nenhuma divulgação hoje. Por que esse trabalho imenso está esquecido totalmente? É o "revanchismo"?

Para mim, caracteriza "revanchismo". Mas vejo com naturalidade que aqueles que foram derrotados pela Revolução não queiram reconhecer qualquer valor no Movimento que lhes bloqueou a tentativa de tomada do Poder. Cabia a nós, quando tivemos a oportunidade de mostrar, fazê-lo sem cerimônia. Não o fizemos e o adversário, hoje, vai tentar esconder das atuais gerações e das futuras os grandes feitos da Revolução.

O AI-5 era necessário quando surgiu?

O AI-5 foi extremamente necessário, porque os juristas, diante da crise, da situação de desafio ao Movimento revolucionário, criaram-no para fazer face ao inimigo, que partira novamente, para o confronto. A ação dos terroristas, em escalada nítida, a partir de 1968, com atentados, seqüestros, assaltos a banco, com as explosões, cada vez mais constantes, de bombas em quartéis e em bancas de jornais, dentre os quais *O Estado de São Paulo,* atingido duas vezes, obrigou a reação da Revolução através da decretação do AI-5. O AI-5 foi, portanto, uma resposta ao terrorismo inconseqüente, apoiado do exterior.

Como é que o senhor viu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Destacamentos de Operações de Informações – os DOI?

Não há organização que possa funcionar bem sem informações. Um país precisa contar com um sistema de informações perfeitamente integrado e coordenado por um órgão central. A Revolução, sabiamente, criou o Sistema Nacional de Informações e o seu órgão diretor.

Em face da intensificação da guerrilha, do terrorismo, de ações destrutivas, da influência de Cuba, atuando aqui, para subverter a ordem e provocar a guerra revolucionária por meio de dezenas de organizações terroristas clandestinas, de extrema esquerda, o sistema de informações cresceu de importância na neutralização de todas essas células comunistas, calcado em dados e conhecimentos confiáveis, obtidos com oportunidade.

A ação contundente para buscar as informações a respeito dessas organizações terroristas exigiu a criação dos DOI, pertencentes aos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), cujo espírito único era estruturar a Nação para defender-se dos inimigos movidos pela ideologia comunista.

Os inimigos eram tão obcecados que se sentiam no direito de agir como "justiçadores", matando aqueles que resolviam deixar o Movimento.

Realmente, assassinaram vários brasileiros pelo fato dos mesmos terem renunciado ao terrorismo.

Muitos que falavam em Revolução, como certos jornalistas famosos, hoje, só se referem à ditadura, aos "anos de chumbo". Como o senhor vê isso?

Hoje, muitos dos que falam em ditadura, "anos de chumbo" são, sobretudo, os que deixaram o País para dar aula na Europa, com predileção por Paris, que abrigou uma grande quantidade deles. Muitos que, hoje, se dizem banidos foram para o exterior, voluntariamente, criticar e difamar o País. Depois, voltaram, querendo se apresentar como heróis, o que é simplesmente grotesco.

E eles, antes, defendiam justamente as ditaduras como era o caso das ditaduras totalitárias de ideologia comunista.

Eram exatamente adeptos das nações que exportavam a subversão e a luta armada.

A gente não entende como é que eles mantêm uma posição de duplicidade: criticam atos de força e vivem homenageando os ditadores, chamando de comandante ou de presidentes, o ditador de Cuba, Comandante Fidel Castro, Presidente Fidel Castro. Que presidente é esse que está há mais de quarenta anos no Poder, sem qualquer tipo de eleição!

Não mantêm a menor coerência. São de um cinismo impressionante.

As Forças Armadas durante o período revolucionário se aproveitaram da situação? Auferiram alguma vantagem?

As Forças Armadas foram compelidas pelo povo a assumirem o Poder, representadas pelos presidentes militares, que não tiraram nenhum proveito pelo fato de terem recebido a responsabilidade pela condução do País. Da mesma forma, as Forças Armadas não tiveram a menor vantagem, a não ser a satisfação de terem impedido a comunização do nosso País e terem contribuído para o nosso crescimento e paz social.

Deu-se sempre a prevalência daquela idéia-força: máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança. Então, para os quartéis, também vinha muito pouco. Foi justamente, na Revolução, que começamos a receber menor quantidade de meios materiais, porque os recursos eram destinados ao crescimento do País.

Para dar o exemplo, estivemos sempre apertando o cinto, passando o tempo todo com o cinto apertado, não é isso? Para permitir maiores gastos no campo do desenvolvimento, a segurança ficou, digamos, prejudicada no período da Revolução. Essa é que é a verdade.

A conjuntura internacional acelerou a abertura política. Como o senhor viu a abertura do Geisel e depois do Presidente Figueiredo? Como o senhor interpreta essa parte do desengajamento dos governos revolucionários do Poder?

O desengajamento, como disse, foi um pouco demorado em decorrência da guerrilha, do terrorismo, da ação deletéria do comunismo internacional em nosso País. Houve a demora, mas a promessa feita pelo Presidente Figueiredo, quando assumiu, cumpriu à risca; obedeceu ao compromisso de passar o Poder e passou.

A expressão militar investiu-se da expressão política do Poder nacional, por contingências da época.

E a partir de 1985, com a Nova República, surgiu, como vimos, o chamado "revanchismo" por parte dos políticos, crescendo, ao passar dos anos, em progressão geométrica.

Entendo que há um "revanchismo" gritante, que a população percebe, por mais ingênua que seja. Também nota o sucateamento das Forças Armadas.

Com a queda do Muro de Berlim, o comunismo desapareceu ou não? Qual a situação do comunismo no Brasil nesse contexto?

O termo "comunista" não deveria existir mais, pelo menos no Brasil; não deveria nem aparecer nos dicionários. Assassinaram, dentro da Rússia, 30 milhões e, fora da Rússia, 100 milhões. Não há explicação. Creio que o comunismo está extinto. Agora,

por outro lado, a população brasileira deve ficar atenta porque os extremistas, como é o caso dos comunistas, são insaciáveis. Não pode ficar acomodada e descuidada.

As Forças Armadas têm sido reconhecidas, em pesquisas, como instituições do maior crédito. Como analisa o fato em relação à imagem do Exército?

Não só a Força Terrestre, mas as Forças Armadas como um todo têm tido uma atuação realmente elogiável. Elas estão nos quartéis, adestrando-se, com todas as dificuldades e têm uma consciência muito grande de tudo que representam e representaram para o Brasil, pela atuação na Revolução de 1964. Se não fosse as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro e é bom que se repita, as Polícias Militares, a Polícia Civil, as mulheres, os professores, os alunos de bem, o País seria transformado numa república sindicalista.

Afirmamos com muita humildade: "Sem a Revolução de 1964, a história do comunismo mundial seria outra." Os comunistas teriam obtido grande prestígio no mundo. Um câncer ideológico que começou em 1917, na Rússia, e terminou em 1989, 72 anos depois, tendo representado uma enorme desgraça para o mundo, uma grande mentira, uma terrível falácia, um gigantesco engodo.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964?

Desejo registrar que nós brasileiros, os autênticos brasileiros, muito nos orgulhamos de nossa participação na Revolução de Março de 1964, que evitou, no momento propício, a comunização de nosso País, para a qual caminhava, com celeridade, contando com o apoio do Governo deposto. Ela teve excepcional importância para a História do Brasil, bem como para a história do mundo. Conseguimos com os nossos próprios meios, com a grande capacidade do homem brasileiro e da mulher brasileira, com o apoio das Forças Armadas, em particular do Exército, superar a guerra civil, as convulsões e fazer com que o País voltasse à plena democracia e à ordem tão almejadas. A nossa mensagem final é de louvor à Revolução de Março de 1964, por tudo que realizou para o bem do Brasil.

Coronel Reynaldo De Biasi Silva Rocha

- Natural da Cidade de Vila Velha, ES.
- Comandou o 12º Batalhão de Infantaria em Belo Horizonte, MG e chefiou a 3ª Seção da 4ª Brigada de Infantaria e da 4ª Divisão de Exército (4ª DE), ambas com sede, também, em Belo Horizonte. A 4ª Brigada foi, depois, transferida para Juiz de Fora, MG, e a 4ª DE transformou-se em 4ª RM/DE, com a transferência da 4ª Região Militar (4ª RM) para a Capital do Estado.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Em 1964, era 1º tenente, servindo no 10º Regimento de Infantaria (Juiz de Fora, MG). Na eclosão da Revolução integrou a Companhia que se deslocou, na vanguarda do Destacamento Tiradentes, de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro.

Entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2000.

Inicialmente desejo me manifestar dizendo que sou uma pessoa muito calma, muito controlada, mas hoje sinto uma certa emoção e parece que estou vivendo aquele dia 31 de março, no meu 10º Regimento de Infantaria (10º RI), quando nós nos preparávamos para sair do quartel.

Hoje à noite, quando deitei, me tocou funda emoção, e é como me sinto agora, muito satisfeito em falar de um Movimento puro, íntegro, que tanto fez pela Nação, e que temos que manter sempre enaltecido, sempre lembrado, para que as jovens gerações absorvam o que passamos, e mantenham sempre dentro de si aquele pensamento de que salvamos o Brasil do comunismo, através dos governos revolucionários, de que muito fizemos pela nossa Pátria.

Qual a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução, na sua eclosão e nas suas conseqüências?

Desde meados de 1961 eu era integrante do 10º RI. No início de 1964, era 1º Tenente, Instrutor do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) de Infantaria da minha Unidade. Entre nós, havia uma grande inquietude pela situação vivida pelo Brasil, advinda, particularmente, da revolta dos sargentos, ocorrida, em setembro de 1963, na cidade de Brasília, que trouxera uma real apreensão ao nosso quartel.

É uma coisa interessante como dois sentimentos me dominavam: um sentimento de vergonha – estava envergonhado pela minha inação, de não ter ainda tomado uma posição – e uma vontade forte, um senso de responsabilidade acentuado de dizer: “Temos que salvar o País.”

Uma curiosidade: em um contato com o meu futuro sogro, um pouco antes do meu casamento, disse: “Coronel Pinho, se não for tomada uma providência logo, vou participar do primeiro bando armado que for à rua se insurgir contra esse governo.” O meu sogro até procurou me controlar, mas eu já estava tão revoltado que foi o que senti na época.

Éramos tenentes do 10º RI, sem experiência. Como desconhecíamos as estratégias e táticas comunistas, valeu muito a presença de alguns oficiais que lá serviam, e gostaria de destacar os capitães de Infantaria Ítalo Mandarino e Ney Castro e Silva Fassheber, e os capitães COR (Curso de Oficial da Reserva) Pedro Prado Perez e Almenor Pereira Guimarães – oficiais da reserva oriundos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que foram à Segunda Guerra Mundial e, quando retornaram, com um estágio especial, passaram a integrar os quadros da ativa. Eles eram muito estimados e, realmente, se constituíram nos nossos líderes no Regimento.

Pesaram muito, também, as palestras que o General Mourão, Comandante da 4ª RM/DI, realizava em seu Quartel-General (QG), congregando a oficialidade da guar-

nição e civis influentes da cidade. Ele nos transmitia, nos ensinava, nos doutrinava, e incutia em todos nós aquele ideário anticomunista.

Em nosso quartel, o Coronel José Bretas Cupertino, que era o Comandante, fora substituído pelo Coronel Clóvis Calvão da Silveira, oficial leal ao esquema de João Goulart. O Subcomandante, Tenente-Coronel Eurico Américo da Silva Bastos, também era um oficial esquerdista, e se ombreava com o Comandante.

Nós, sabedores dessas tendências do Coronel Calvão e do Tenente-Coronel Bastos, fingíamos obedecer às ordens, mas, na realidade, fazíamos o que achávamos que tínhamos que fazer, fingindo aceitar. Então, eles não tinham nenhuma ascendência sobre a oficialidade.

A área logística do quartel também se preveniu. Tínhamos lá, com muito orgulho, com muito prazer, o 2º Tenente Hilton Nocchi Abreu, e ele, na calada da noite, pelas madrugadas, ia estocando suprimentos, preparando tudo sem ser observado, já aguardando a saída que sabíamos que, em breve, iria ocorrer.

No dia 31 percebemos que estava próxima a Revolução. Começamos a ver movimentação, bem cedo, na rua, viaturas se deslocando, nos dando uma sensação de que seria naquele dia. Antes, o Comandante da minha Companhia, a 2ª Companhia de Fuzileiros, Capitão Mandarino, tinha dito que eu ministrasse uma instrução de combate à baioneta, às 7h da manhã. Nessa instrução, usei a seguinte expressão: "Quem quer 'passar fogo' nos comunistas levante o fuzil", e toda a Companhia levantou o fuzil. Realmente, já vínhamos fazendo uma certa doutrinação.

Foi dado o toque de oficiais, nesse dia 31 de março de manhã. Quando nos encontramos, em frente ao pavilhão de comando – eu, o Tenente Rômulo Bini Pereira e o Tenente Álvaro Henrique Vianna de Moraes, que viriam a ser generais, presentes outros oficiais, entre eles os tenentes Costa e Roberto, já falecidos –, percebendo que aquele toque poderia ser uma armadilha para nós, combinamos o seguinte: "Vamos prender o Coronel." Então, nós, que estávamos embaixo, partimos preparados para prender o Coronel Calvão.

Quando chegamos, percebemos um companheiro nosso junto ao telefone, bloqueando qualquer contato do Comando com o Governo Goulart. Então, ali nos asseguramos de que, no quartel, o telefone estava bloqueado. Naquele tempo, havia um único telefone para receber as ligações externas.

O Coronel Calvão, taticamente, sentindo a nossa maneira de pensar, tentou ganhar tempo, disse que iria sair conosco e que desse um passo à frente quem quisesse participar do movimento. Todos o fizeram, menos o Tenente-Coronel Bastos, seu Subcomandante.

A 2ª Companhia de Fuzileiros, sob o comando do Capitão Mandarino, foi destacada para cumprir uma missão de grande importância, antes do deslocamento da

tropa da guarnição, e eu fui enquadrado nessa Companhia, onde já me encontrava há um ou dois dias.

Ali fui, oficialmente, integrado à Companhia, comandando o 1º Pelotão de Fuzileiros. Do íntegro Capitão Mandarino, recebemos a síntese da missão: "Apossar-se ou conquistar e manter, a qualquer custo, a ponte sobre o rio Paraibuna." A mesma situava-se no limite entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, na Rodovia União-Indústria, que era a rodovia da época.

Quando nos preparávamos para sair do quartel, percebemos a presença do General Mourão, que destituiu o Coronel Calvão do comando e o conduziu para o Quartel-General. Ficamos, também, muito entusiasmados e confiantes, ao vermos no comando da tropa que se deslocaria para o Rio de Janeiro, o íntegro e respeitado E3 da 4ª RM/DI Coronel Everaldo José da Silva, oficial ex-combatente, herói da FEB, militar de grande valor moral e profissional que, posteriormente, promovido a General, comandou a 4ª Brigada de Infantaria.

Nós nos deslocamos rapidamente para a região em questão e, entre 12h e 13h, nos apossamos da ponte, por não existir a presença do inimigo. Ocupamos seus dois lados e ali permanecemos.

No início da tarde, chegou à área um pelotão de fuzileiros do 1º Batalhão de Caçadores (1º BC), de Petrópolis, Unidade contrária a nós, comandado pelo 2º Tenente Hélio Seabra Monteiro de Barros – muito conhecido pelo seu apelido Toró – que se postou a 200m da ponte, do lado fluminense.

Em dado momento nós, aos gritos, combinamos um encontro em um local intermediário, acompanhado de alguns militares, e eu, conversando com ele, usei a seguinte expressão: "Ó Monteiro de Barros! Você está do lado dos comunistas?!" Ele se surpreendeu, porque tinha sido recém-classificado na Unidade; e nós continuamos naquela conversa, naquele diálogo, ele me fazendo muitas perguntas.

Depois de um certo tempo, ele pensou e falou com os seus sargentos: "Acho que o pessoal da tropa mineira, aqui, está certo. Vamos passar para o lado de lá?" E os sargentos talvez muito ciosos, orgulhosos, de pertencer ao tradicional 1ª BC de Petrópolis – teve um que chorou, inclusive, pelo amor que ele tinha à Unidade – não quiseram. E o Tenente Monteiro de Barros passou a função do comando do pelotão ao sargento adjunto e cruzou para o nosso lado, foi um fato muito significativo.

Interessante! E ele veio, sozinho, para o lado de cá?

Sim. Ao final da tarde, chegaram tropas do 1º BC e ocuparam o terreno após a ponte, no lado do Rio de Janeiro, debaixo do grande paredão de pedra negra que lá existe, um lugar realmente muito bonito.

Quem comandava a Unidade era o Coronel Kerenski.

E, à noite, ele, que era partidário realmente do Governo Jango, acompanhado de alguns militares, encontrou-se comigo. Eu estava na estrada, próximo à linha de contato. Kerenski já me conhecia, tínhamos estado lá em Petrópolis em competições esportivas. Ele disse:

– Viemos tomar a ponte do Paraibuna.

– Coronel, infelizmente a ponte já foi tomada; o senhor, por favor, aguarde, que vou cientificar o nosso Comandante da sua presença aqui – respondi.

O comando do 10º RI estava com quem, a essa altura?

O Coronel Calvão foi preso e o Coronel Everaldo saiu à testa. Eu o vi à frente; então, ele devia ser, realmente, o Comandante da Unidade, porque a nossa tropa, 2ª Companhia de Fuzileiros, se deslocou independente, com rapidez para chegar à ponte o quanto antes. Tínhamos que tomar a ponte, combatendo, se preciso fosse.

Mais tarde ficamos sabendo que o 1º Tenente de Infantaria José Rodrigues, Comandante de uma subunidade do 1º BC, tinha sido preso, porque queria passar com a Companhia para o nosso lado. Demonstrou o seu valor, teve coragem, decisão e acabou sendo preso pelo seu comandante de Batalhão, Coronel Kerenski.

O nosso Comandante de Companhia, o Capitão Mandarino, que eu considero arrojado e valoroso, percebendo que aquela situação estática do Destacamento Tiradentes iria permitir aos adversários cerrar tropas para deter o nosso avanço, por várias vezes se expressou comigo da seguinte maneira: "De Biasi, precisamos abrir fogo o mais rápido possível, para reiniciar o avanço; vou falar com os nossos superiores a respeito."

Mais tarde, soube que o 4º RO 105 AR (4º Regimento de Obuses 105 mm Auto-Rebocado), atual 4º GAC (4º Grupo de Artilharia de Campanha), tinha cerrado e entrado em posição para bombardear as tropas do 1º BC, que estavam sob o paredão de pedra.

Desejo destacar a presença marcante dos irmãos Fassheber: o Capitão de Infantaria Ney e o 1º Tenente Frederico. Este último não pertencia à Unidade e eu não sei se, na época, ele estava em licença para tratamento de saúde. Acabou sendo reformado pouco tempo depois. Mas eles estavam ali, animando todos nós, junto de nossas posições avançadas, em contato com as primeiras frações do 1º BC. As palavras deles, tenho certeza, calaram fundo nas mentes daqueles militares: "É, fico pensando nas placas de pedras que vão cair em cima de vocês quando começar o bombardeio da Artilharia." E vimos olhares bastante ansiosos e assustados do pessoal que estava do lado de lá.

A noite avançou e, quando amanheceu, percebemos que a tropa do 1º BC tinha desaparecido, ninguém mais estava na frente do paredão.

No dia 1º de abril, cedo, após acolhermos o 1º Regimento de Infantaria (1º RI), que aderira ao Movimento, reiniciamos o deslocamento e fui designado, realmente, para comandar o escalão de reconhecimento da vanguarda do Destacamento Tiradentes.

Na entrada de Três Rios, cidade que oferece várias opções rodoviárias, entramos em posição de combate, na expectativa de enfrentar tropas adversárias. Ficamos algum tempo aguardando e prosseguimos, sem resistências.

À frente, em Areal, nos defrontamos com as tropas das forças antagônicas.

O Major Alirio Granja, um pára-quedista, ex-combatente da FEB, que era parlamentar do adversário, em encontro com superiores nossos, que se achavam nas minhas proximidades, disse:

– Vamos resistir às tropas mineiras, e daqui nós não saímos.

Depois de algum tempo, de um diálogo que a nada conduzia, o Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho, febiano, Comandante do 11º RI – Unidade de Infantaria que se deslocou para Areal – manifestou-se da seguinte maneira:

– Vocês estão "enchendo o saco"! Se vão resistir vamos atacar agora.

Pouco depois, ouvi o comando: "Preparar para o ataque", e a nossa tropa deslocou-se para o pé da encosta da elevação com que nos defrontávamos. O Major Granja questionou:

– Vocês vão mesmo atacar?!

– Sim – responderam os nossos chefes.

– Dê-nos uma hora para nos retirarmos - pediu o Major Granja.

– Vocês têm trinta minutos para sair da frente, ou passaremos por cima - completaram os nossos comandantes.

Sem demora, as tropas contrárias se afastaram, retornando ao Rio de Janeiro, e o Destacamento reiniciou o Movimento.

Essa tropa, em que estava o Major Granja, pertencia a que Unidade?

Havia uma Bateria de Artilharia, apoiando um batalhão de Infantaria, compondo um Destacamento, vindo do Rio contra nossas tropas.

Devo ressaltar que, quando havia uma parada da nossa coluna, procurávamos fazê-la crescer, porque todo caminhão de combustível que vinha do Rio de Janeiro, inocentemente se deslocando em direção a Belo Horizonte, dava meia-volta e entrava na coluna, maneira encontrada de arranjar o nosso combustível. Então, fomos pegando viaturas que nos interessavam, integrando-as à Coluna e descendo com ela bem híbrida, constituída de viaturas militares e civis.

À frente, num alto-horário da coluna, tivemos o prazer de encontrar o Capitão de Infantaria Edison de Oliveira Pimenta, pára-quedista, e o 2º Tenente, tam-

bém de Infantaria, Carlos Eduardo Pereira Peixoto, que eram oficiais que tinham servido conosco no 10º RI, e que, corajosamente, tinham chegado ao local por estradas secundárias, vindo se incorporar à Coluna, prontos para cumprir missão.

No trajeto para o Rio, fomos panfletados por um avião, incitando que deixássemos de cumprir o nosso intento e retornássemos. Depois, fiquei sabendo que íamos ser bombardeados por aeronave da Força Aérea, que viria do Rio de Janeiro. Por alguma razão que eu desconheço, acabou não acontecendo.

O deslocamento prosseguiu pela noite. Ao alvorecer do dia 2, adentrávamos à área urbana do Rio de Janeiro. Uma parcela do 10º RI se dirigiu para ocupar a Refinaria Duque de Caxias e a Fábrica Nacional de Motores, e a parcela da qual eu participava encaminhou-se para o estádio do Maracanã, onde ficamos acantonados.

Fomos alertados de que a nossa tropa iria permanecer no Rio de Janeiro, por desejo do Escalão Superior, pelo fato de ser uma tropa altamente leal, enquanto a situação no Rio se definia, naquele momento de mudanças nos comandos.

Alguns dias após, retornamos, extremamente satisfeitos, para Juiz de Fora, por termos cumprido a missão, com todo sucesso. Durante o deslocamento de volta, recebemos de um grupo de militares da 4ª RM/DI, quando nos aproximávamos de Juiz de Fora, a imagem de Nossa Senhora, que foi incorporada à Coluna vindo a entrar na Cidade, à frente de toda tropa, para alegria do povo que nos esperava. Naquele tempo, a religiosidade no Brasil era muito acentuada...

Findo esse acontecimento, permaneci no quartel incumbido das tarefas normais e, no segundo semestre de 1964, fui transferido para o 3º BC (3º Batalhão de Caçadores), em Vila Velha. Posteriormente, fui movimentado, em dezembro de 1966 para 1º/11º RI (1º Batalhão do 11º RI), que já não era mais Regimento, já era 1º Batalhão do 11º RI. Ao término da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1970, fui classificado e, já em 1971, apresentei-me ao 12º Batalhão de Infantaria (BI) onde, como Capitão, passei quatro anos, com orgulho, comandando uma Companhia Operacional, tipo SUOPES (Subunidade de Operações Especiais), nome que, mais tarde, passou a identificar essas Subunidades especiais.

Era uma Companhia especializada em combate contraguerrilha urbana e rural, e pronta para ser empregada em qualquer parte do território nacional. Foram anos dos quais não me esqueço, até acabei comandando o mesmo quartel no qual comandei essa Companhia.

Trabalhei até o final da carreira com simplicidade, dedicação e entusiasmo, procurando honrar os indeléveis ideais da Revolução de 31 de Março de 1964, com especial atenção ao exercício da liderança, à doutrinação anticomunista, à formação de nossa juventude militar e à preparação contraguerrilha da tropa, lembrando

aos companheiros e subordinados, em todas as ocasiões, a pureza e o amor à Nação que nortearam aquele Movimento.

Aprendemos bastante a respeito do Destacamento Tiradentes. Gostaria de recordar, aqui, o fato da adesão à Coluna por parte do Regimento Sampaio, que viera do Rio de Janeiro.

Na manhã de 1º de abril vimos o Regimento Sampaio chegando com as suas viaturas. Como fui atender a outras solicitações, não senti se ele passou em direção a Belo Horizonte, mas ele realmente aderiu à causa que defendemos e confraternizou-se conosco. Outro companheiro, na frente, nos disse, demonstrando alívio: "Ah! O pessoal do Regimento Sampaio esteve aqui, eles estão com a gente ..."

Porque, realmente, a nossa ID/4, Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, estava totalmente isolada. Tínhamos ido para frente sem saber bem o que estava acontecendo.

A saída de vocês foi realmente um lance no escuro.

Mas tinha que ser.

Tem uma coisa interessante, e isso eu gostaria de enfatizar. É um ponto de vista pessoal: diria que a Revolução de 1964 foi um Movimento de capitães e tenentes.

O ardor era dos tenentes e capitães. Os oficiais superiores estavam querendo sair com a gente, mas eles já tinham passado por outros "morros", em outras épocas, e já não tinham aquele entusiasmo que tínhamos. Notei isso em todos os tenentes, de todas as armas, e em todos os quartéis. A Companhia Leve de Manutenção, a Artilharia, o meu quartel, quando nos encontrávamos era uma "festa": "Vamos embora, vamos sair..." Era um ambiente de festa.

É, fundamentalmente, foi um movimento de capitães e tenentes.

Eu não queria afirmar isso, porque fico pensando: "Será que estou sendo justo em falar dessa maneira?"

Mas eu diria, complementando, que havia alguns oficiais superiores convictos – como nós, capitães e tenentes, que tínhamos a certeza de que era insuportável continuar naquela situação – oficiais importantes, especialmente os coronéis, por terem o comando, por terem influência. Então, tínhamos alguns majores, tenentes-coronéis e coronéis vibrantes que estavam conosco para enfrentar o que viesse; os outros, vamos dizer, seguiram a marcha dos acontecimentos.

É verdade. Nós, lá no quartel, combinamos que: "se, por acaso, nossos comandantes superiores falharem, sairemos, comandados por capitães e tenentes. Vamos levar esse Quartel para o Rio de Janeiro". Havia essa determinação.

E lá, na ponte do Paraibuna, conversando com os 2º tenentes Bini e Moraes, atualmente generais, combinamos o seguinte: se por acaso falhasse o movimento,

nós iríamos partir para a guerrilha, não voltaríamos aos quartéis, seríamos guerrilheiros dali para frente.

Eu queria complementar: meu pai comandava o 13º BC, de Joinvile, eu tinha um irmão no 1º BIB em Barra Mansa – Tenente Remo Rocha Filho – e o meu cunhado também servia no 13º BC. A nossa convicção era tanta que eu, com toda pureza de coração, pensava naquela época: "quem vier do lado de lá eu atiro. Que não venha meu pai ou parente, porque eu vou atirar".

Foi aquela convicção, não considero um lance de coragem, considero, sim, um sentimento de honra: Tínhamos que salvar o País, não podíamos ser comunizados, sabíamos como era nocivo o comunismo, aquilo não podia ocorrer.

Não podia continuar aquela baderna no País, uma falta total de autoridade, uma coisa terrível, insuportável, e o próprio civil cobrando de nós. Por isso, hoje fico irritado quando vejo falar que a Revolução foi feita pelas Forças Armadas.

O povo muito nos incentivou a sair dos quartéis.

Quais foram as raízes do Movimento de 31 de Março de 1964?

Meu pai, Coronel Remo Rocha, realmente tinha participado dos acontecimentos da Intentona Comunista de 1935, e ele já me falava sobre isso, sobre comunismo, sobre a traição dos comunistas em 1935. Mas, minha convicção, que fez com que partisse contra essa nova tentativa dos marxistas-leninistas, baseava-se, também, em três aspectos. Primeiro, o espírito intuitivamente anticomunista do povo brasileiro, avesso à brutalidade, à destruição dos valores familiares e ao sentido ateísta que caracterizava o regime marxista.

Um outro aspecto a ser considerado vem da luta pela democracia empreendida pela Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Trouxe-nos muito entusiasmo com a liberdade que o mundo passou a usufruir, depois da queda daqueles regimes brutais, que a FEB ajudou a derrotar. Então, notava um sentimento de liberdade muito grande, tínhamos aquela vontade de continuar livres. O terceiro aspecto, um privilégio do jovem militar brasileiro do pós-guerra, é que fomos amplamente preservados da influência do comunismo, pelas seguintes razões: não fomos contaminados pelas ideologias radicais que marcaram o período pré-guerra, como as defendidas por Prestes e Plínio Salgado.

Eu ouvia falar de Prestes, mas eram fatos remotos, não conhecia a sua periculosidade, e também a ideologia fascista, que orientou o integralismo de Plínio Salgado.

Outra razão muito interessante foi a inspiração marcante da imagem americana. O americano foi o grande vencedor da guerra aos olhos do mundo e ele era muito admirado nos seus valores e ideais de liberdade. Parece que estou querendo inventar,

mas houve uma grande propaganda americana na época da guerra, nos filmes de John Wayne e Errol Flynn, mostrando o militar americano como verdadeiro herói, através de filmes espetaculares; aquela propaganda tinha um grande efeito para nós, pois eram aqueles os filmes que assistíamos.

Como se vê hoje, o cinema americano sempre foi uma arma política, e eu não prestava atenção nisso. Com aqueles filmes, o americano nos passava a idéia de que ele tinha uma mentalidade correta ao apreciar os fatos.

Finalmente, outra razão que contribuiu para preservar da influência comunista o jovem militar brasileiro do pós-guerra foi o pronto repúdio que recebíamos do Exército a essa doutrina vermelha, sobretudo nos discursos contundentes que ouvíamos nas solenidades comemorativas da Intentona Comunista. Realmente, calavam fundo.

Quero destacar, dos três aspectos citados um pouco acima, o espírito anticomunista, inclusive que se percebia intuitivamente no povo brasileiro, que é um povo unido, criado e protegido por Deus. Nós somos livres e gostamos do livre arbítrio, assim como detestamos a brutalidade. Queremos a religiosidade, queremos a família, então esse sentimento já é do nosso povo, que não queria o comunismo. Não éramos só nós; todos, praticamente, pensavam assim. Nós, apenas, por termos a força, agimos e fizemos o que o povo tanto queria.

Então, a guerra fria, a bipolaridade, influiu, realmente, no Movimento de 1964?

Na minha opinião, acho que influiu como prevenção, ao mostrar o significado do regime comunista, embora eu entendesse, inicialmente, que a ameaça comunista era um problema a ser resolvido entre os Estados Unidos e a Rússia.

Até muito próximo à eclosão da Revolução, desconhecíamos, ainda, as estratégias, as táticas marxistas de atuação no Brasil e não conseguíamos aquilatar bem, avaliar, com convicção, os objetivos, o avanço comunista e o grau de risco que estava embutido nos fatos que ocorriam. Não conseguia perceber o real perigo, com toda a sinceridade.

A guerra fria parecia distante, e não tão ameaçadora ao Brasil. Ela, em si, não fez gerar, dentro do Exército, providências para o trabalho conjunto de doutrinação e treinamento para contenção comunista, tornando o Movimento de 31 de Março de 1964 um acontecimento genuinamente nacional.

E sobre o panorama político brasileiro anterior a 31 de março, como é que vivíamos aqui no País, no Governo João Goulart?

O Governo João Goulart procurava conduzir o nosso País para o modelo sindicalista. Todos deveriam ser sindicalizados, eles incitaram até os militares para se sindicalizar...

Eu sentia que João Goulart era um Presidente esquerdista, mas o radicalismo para a implantação do comunismo era nitidamente do Brizola. O Jango me parecia um homem mais moderado. Só senti a sua real periculosidade no comício da Central do Brasil.

Ali, começou a ficar bem claro que ele estava no mesmo "baú". A partir do comício do dia 13 de março, só não percebeu a sua verdadeira intenção quem não quis.

Isso. Eu já considerava o movimento trabalhista muito radical, fora de controle, tanto no meio urbano, como no meio rural. Uma coisa que se via com clareza é que a massa de manobra utilizada pelos comunistas era de operários. Naquela época, a juventude universitária, estudantil, não tinha essa presença; já havia radicalismo na juventude, mas era minoria.

Não sei se seria correto dizer que tínhamos uma sociedade avessa ao operário violento. A sociedade não aceitava aquelas palavras de ordem que vinham dos sindicatos, do operariado, em favor da greve e da violência. Esse procedimento não atraía simpatia, ao contrário, era repelido pela sociedade.

Antes de 31 de março de 1964, os operários é que eram extremamente aguerridos...

Porque eram justamente alvo de toda atenção do Governo, que apoiava abertamente tudo que o sindicalismo queria.

O apoio era total e uma coisa que, também, se via é que o Governo Federal se mostrava muito desorganizado e corrompido. Jango, de fraca personalidade, era manipulado pelo Brizola. "Cunhado não é parente, Brizola para presidente", era o que se ouvia.

Além disso, o Congresso como um todo parecia que temia os rumos traçados pelo Presidente Goulart, tanto que o parlamentarismo foi uma saída. Era assim que eu observava na época.

Havia, na maioria do povo, um clima de insatisfação, em relação àquele estado de coisas?

Havia, por grande parte da sociedade, excluindo quem? O movimento trabalhista, os ditos "intelectuais", a maior parte dos segmentos ligados à cultura, alguns setores estudantis radicais e uma pequena minoria das Forças Armadas, uma pequena minoria de oficiais, quase todos muito antigos e parte dos sargentos influenciados pela propaganda governamental. Mas o povo brasileiro não desejava ver o País convertido ao comunismo. Sobre isso, não há a menor dúvida.

Os comunistas acabaram com a liberdade por onde tomaram o Poder, mas pregam a liberdade para os outros países, inclusive eleições diretas. Por que não querem eleições nem diretas nem indiretas em Cuba? Por que chamam o Fidel Castro

de comandante, de presidente, quando ele é, na verdade, o maior ditador do mundo, há mais de quarenta anos no Poder; e outra coisa, tudo à base da "mão de ferro", levando o pessoal a fugir para Miami, correndo um risco imenso, arriscando tudo.

Por que uma pessoa é levada a fugir com tão pouca chance de sobreviver?!

Pois é, eles arriscam tudo para ver aquele regime pelas costas, como no caso do Muro de Berlim, que eles só passavam para o lado da Alemanha Ocidental, ninguém quis passar para o outro lado.

Com toda a sinceridade, a Revolução de 31 de Março de 1964 deixou em mim a certeza de sua grande importância para o Brasil e para a nossa gente, que eu não abandonei até o último dia da minha carreira, e, até hoje, me mantenho convicto dessa realidade acreditando que, futuramente, como já está começando a ocorrer, a Revolução vai ser reconhecida pelo seu verdadeiro valor, por tudo que representou e representa, não tenho dúvida.

Faria tudo de novo, sem dúvida, como o velho Coronel Remo Rocha dizia, um pouco antes de morrer: "Reynaldo, se eu pudesse, seria, novamente, um cadete de Infantaria."

O velho Coronel Remo Rocha, tão conhecido e conceituado dentro do Exército. E a Igreja naquela época, apoiou a Revolução?

Eu considerava, em parte, contrária, porque existiam padres esquerdistas, embora constituíssem uma minoria.

Minoria, a Igreja em geral era contra aquele Governo desatinado.

A religiosidade católica era extremamente destacada no Brasil, naquela época.

Isso, a Igreja apoiou integralmente, porque os contrários não tinham a menor expressão.

A minoria, na verdade, era totalmente inexpressiva.

Era uma minoria os que estavam do outro lado, tanto que a Igreja tinha uma força imensa, e passou, depois, a perder, a cada momento, a sua força, surgindo aí outras religiões, por quê? Porque ela fugiu do espírito, abraçou-se ao materialismo, com parte de sua alta hierarquia adotando caminhos equivocados, contrários à palavra da própria Igreja, que, antes fora, boa e santa. Hoje, há cardeal defendendo seqüestrador. É o fim...

É isso, também penso exatamente assim. O sentido vertical da cruz foi abandonado, ficou só o horizontal perdendo muito a Igreja com essa nova posição.

O senhor chegou a ter conhecimento da ação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze", naquela época?

Eu ouvia mais a respeito da organização do "grupo dos onze" de Leonel Brizola. Agora, o que foi aquilo para mim? Olhando para a doutrina da guerra revolucionária, representavam as células iniciais do futuro exército revolucionário comunista. Eles faziam células, grupos de combate, que iriam evoluir.

Para o "exército de libertação", como costumam intitular o exército revolucionário que vai servir ao novo regime.

Como acontece lá na Colômbia, que existe o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias Comunistas), chamadas, a partir de meados da década de 1990, de Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, cujas forças guerrilheiras começaram assim, por células.

Exatamente.

E o que se passava no meio militar? Houve tentativas de criar cisões? Como era o ambiente nos quartéis, na fase pré-revolucionária?

Vou fazer alguns comentários, dividindo essa pergunta em partes. O que se passava no meio militar? Era, como repito novamente, grande o desconhecimento da estratégia e das táticas atuantes do comunismo no Brasil. Li alguns livros, aprendi o que meu pai me falava, e a nossa sorte foi termos sido informados e instruídos pelos capitães, já citados, e pelas palestras do General Mourão.

Mas nós estávamos realmente com um conhecimento muito incipiente do que fosse o perigo; não tínhamos noção do elevado risco que corríamos. Só depois da iminência da Revolução, engraçado, fui ver como estavam certos os velhos capitães e o General Mourão naquilo que nos mostravam, e aí eu falei: "Amigo, estamos na iminência, realmente, de ver o Brasil comunizado." Custei a perceber essa realidade.

Éramos puros, porque a Academia – a Academia Militar das Agulhas Negras – não falava nisso. Nunca se falou nada sobre comunismo.

Não falou, no meu tempo, não falou.

Ela falou na década de 1960, ou mais precisamente a partir de 1961/1962, mas nós já tínhamos saído, você em 1959, um pouco antes de a Academia — através do nosso eminente General Médici e de seu Subcomandante, o então Coronel Antonio Jorge Corrêa — começar a mostrar o problema.

Quanto à pergunta relativa a tentativas de criar cisões, respondo que sim, ao tentar lançar os subtenentes e sargentos contra os oficiais. Lá em Juiz de Fora, havia a Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército, que agia, no início, como se fosse um clube, mas evoluiu para uma entidade politizada, querendo fugir às normas da hierarquia e da disciplina.

Eles pregavam a esquerdização e, em uma ocasião, no tempo do Coronel Bretas, José Bretas Cupertino, ainda Comandante, eles compareceram ao nosso quartel, para fazer uma palestra, de onde foram expulsos pelo Comandante.

E outra coisa, que também achei, foi que o meio universitário atraiu os graduados, criando idéias novas para eles. Repare que a oficialidade só veio fazer faculdade depois da Revolução, na época não tínhamos contato com a faculdade. A atração do meio universitário sobre os graduados foi iniciada antes, e os subtenentes e sargentos se orgulhavam, alguns se achando superiores intelectualmente a nós. Eu notava em alguns sargentos esquerdistas, que existiam no meu quartel, esse tipo de pensamento.

Mas nós não, o oficial não foi afetado. Sou engenheiro civil, fiz o curso já como major, tenente-coronel, freqüentava à noite uma faculdade.

Então, o sargento, nessa época, foi de duas maneiras politizado: por essas associações e pelo meio universitário que os atraiu e lançou esses elementos como uma cunha para cindir.

Sem falar nas ações premeditadas de João Goulart, do Governo como um todo, que vivia em cima dos sargentos, dos graduados, inventando uma série de coisas, como convocações para reuniões, de modo a atraí-los e separá-los dos oficiais.

Veja que a sublevação da Marinha e a revolta dos sargentos em Brasília foi fruto disso aí; os inimigos da democracia foram dando "asa"....

E foram armando e tentando criar a cisão.

E sobre a outra pergunta, de como era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária, eu diria que, em Juiz de Fora, de repúdio total ao comunismo, em sua grande maioria, excetuando-se alguns graduados, que não eram tidos como esquerdistas, mas como inocentes-úteis, entusiasmados, desconheciam o que estava por vir...

Vou citar um fato que, Graças a Deus, não chegou a ocorrer. Quando estávamos no Rio, no Maracanã, comandava a CCS (Companhia de Comando e Serviços) do 10º RI o Capitão Kleber Caldas Camerino, filho do General Camerino. E, ali, havia alguns sargentos que não tinham sido detidos em Juiz de Fora, antes de sair, e que começaram a fazer umas anotações.

E pegou-se uma pasta de um deles, com anotações de "gorilas" etc. Percebemos o perigo, e ficamos atentos, tanto que começamos a patrulhar as arquibancadas; mas foram dois ou três elementos, uma coisa muito pequena.

O Camerino, na época, se ofereceu ao Coronel Bretas, que havia retomado o comando da sua tropa, no Rio, e dele ouviu palavras que até hoje me arrepio em dizer: "Coronel, ofereço-me para fuzilar esses sargentos. Eu sou responsável pela Companhia e cabe-me fuzilá-los." O Coronel falou: "Não faça isso, Camerino, o nosso

quartel tem um moral muito elevado e não podemos perder isso. De maneira que vocês vão ter que continuar policiando, convivendo com esse pessoal".

Eles nada fizeram, começamos a observá-los de perto, a encará-los, e eles foram percebendo, verificando que não podiam fazer nada. Notava-se, entre nós, o repúdio total àquela situação, que gerou a Revolução. Todos nós queríamos dar um basta àquele estado de coisas.

Quais os principais acontecimentos, no seu entender, determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Citaria o comício da Central do Brasil do dia 13 de março, de divulgação nacional, o qual pesou muito; nele, o Presidente mostrou uma faceta bem mais agressiva de sua personalidade, defendendo, com uma veemência incomum, as tais reformas de base, que ele não definia com clareza. Eram verdadeiras incógnitas.

A sublevação na Marinha – com o Almirante Aragão sendo levado nos braços pelos marinheiros – foi um dos maiores vexames que o País assistiu, mostrando que a disciplina na Força Naval estava comprometida.

Finalmente, a reunião do Presidente com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil, também no Rio de Janeiro, deixou claro que João Goulart estava disposto a acabar com os pilares básicos das Instituições Armadas, que são a hierarquia e disciplina.

Gostaria de destacar aqui o poder de decisão dos generais Mourão e Guedes. Consta que eles tomaram uma atitude que surpreendeu até o então General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Eles se anteciparam e "atropelaram" o restante da Força Terrestre, mas tinha que ser feito... Acertaram em cheio, surpreendendo, também, os comunistas brasileiros, que sumiram de cena, amedrontados com a iniciativa daqueles Chefes decididos.

Foram geniais, porque não dava para esperar mais nada. Castello Branco, com toda a inteligência dele, falhou em entender que podia esperar mais.

O que seria de Marx, Lênin, se não tivesse a ação; a ação é que resolve: só a ofensiva conduz à vitória.

Qual foi o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Foi uma demonstração clara, pela sua amplitude, do desejo da sociedade civil de que o País não se tornasse comunista. Foi um apelo desesperado para que as Forças Armadas tomassem uma atitude decisiva. Eu senti vergonha, na época, por aquele apelo da sociedade brasileira; foi, naquela hora, que eu decidi: "Vou sair primeiro, com quem tiver."

Esse movimento – essa Marcha da Família com Deus pela Liberdade – é uma amostra cabal de que a Revolução de 31 de Março de 1964 não foi apenas uma atitude do segmento militar, mas uma aspiração ardorosa do nosso povo.

Então o Exército e as Forças Armadas, como um todo, foram intérpretes da vontade nacional?

Com toda certeza foram.

Havia, na época, uma revolução de cunho comunista em andamento no País?

Sim. Os seguintes fatos demonstraram essa realidade: aceleração do processo de sindicalização do País; tentativas de cisões no seio das Forças Armadas; criação das "Ligas Camponesas" e dos "grupos dos onze"; distribuição velada de armamento no meio operário.

Em Juiz de Fora, numa ocasião, foi visto uma viatura passar cheia de metralhadoras para os operários da época, ali na minha cidade, nas nossas barbas, porque eu estava em Juiz de Fora.

E, também, manifestações culturais, induzindo à revolta popular. Exemplo foi a encenação de uma peça campal chamada "Cristo Total", onde eles mostravam que Cristo encarnava o povo que estava sendo agredido, morrendo na cruz, com o intuito de levar o nosso povo a se revoltar, como se o povo do Brasil fosse o Cristo. Queriam que o povo se rebelasse e adotasse o regime comunista que ia libertá-lo. Isso é o que eles queriam. Quem não viu isso é porque não quis ver ou porque não lhe interessava ver!

Na verdade, o povo demonstrava angústia, sofrimento, pela incapacidade do Governo, que queria instituir no País uma revolta, com o objetivo de implantar o comunismo.

Queria levar o povo a pensar que o comunismo iria libertá-lo daquela situação. Aquela peça campal passou em Juiz de Fora, assistida pelos tenentes Bini e Moraes, que inteligentemente lá estiveram, deu-lhes a oportunidade de informar ao Comando e comentar comigo.

Quando da eclosão do Movimento, qual foi o comportamento do Congresso Nacional?

O Congresso aguardou a evolução dos acontecimentos, para escolher a opção mais sensata. Acabaram apoiando, mas notei uma grande demora em institucionalizar a Revolução.

O Congresso demorou no que concerne à institucionalização da Revolução, mas acabou apoiando a solução com Castello Branco à frente do novo Governo.

Demoraram, porque estavam acostumados com o passado, que dali sairia o novo presidente, o presidente saía sempre do meio civil.

Exatamente, foi isso que eu notei, uma diferença. Eu que estive lá na morte do Presidente Getúlio Vargas – era aluno da Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo – e em outras situações, notei sempre que as intervenções militares eram rápidas e efêmeras. O pessoal participava, resolvia e passava o Governo para um novo presidente civil.

E foi isso que me impressionou muito. Eu falei para os meus companheiros: "Mudou a forma dos militares verem as coisas. Não esperava por esse desfecho, que, realmente, me surpreendeu. As coisas mudaram!" Aí, é que eu fui perceber o grande sentido da Revolução, que iria, para o bem do Brasil, muito mais longe do que impedir a sua comunização que foi o primeiro grande benefício que ela nos trouxe.

E os sindicatos, aquelas organizações taxadas de esquerdistas, como é que elas se comportaram?

Para mim eles fizeram um "alto", uma parada política, fizeram um recuo tático e adotaram uma posição defensiva, ficaram na expectativa.

Alguns deles, mais tarde, se uniram aos estudantes, partindo para o terrorismo e para a guerrilha, e novamente se deram mal.

E quais foram os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Destaco, como líderes militares, os generais Mourão e Guedes – os principais –, além do Marechal Castello Branco, e, como líderes civis, Carlos Lacerda, que considero o principal deles, e o Governador Magalhães Pinto. O Governador Adhemar de Barros também tinha posições contrárias ao Governo deposto. Esses foram os que mais se destacaram, na minha opinião.

E, aqui, em Juiz de Fora, os nossos oficiais souberam da presença do Marechal Denys?

Soube, engraçado, lá na coluna, no dia 31 de março, tanto do General Muricy, quanto do Marechal Denys, mas eu não sabia onde eles se encontravam. Mas ouvi falar do apoio total, do incentivo, do Marechal Denys, assim como do General Muricy. O que nos animou muito, porque eram militares muito conceituados.

E a nossa Revolução foi de caráter interno ou houve interferência externa do americano, por exemplo? Os Estados Unidos ajudaram a Revolução?

Diria que foi um movimento de preparação puramente interna. Não há dúvida. O escalão era muito alto para mim, mas eu soube, na época, que o Marechal

Castello Branco foi incisivo em dizer aos americanos que o problema era do Brasil e que não era de bom alvitre pensarem em intervir. E falava-se, inclusive, no possível desembarque de tropas americanas no Nordeste: outra grande balela!

Um fato, também, importante foi a publicação de um opúsculo, um fascículo, logo depois da eclosão da Revolução, chamado "A Nação que se Salvou a Si Mesma", que mostra com argumentos convincentes que o Brasil foi salvo por nós, sem nenhuma ajuda externa.

Então, quando eu me lembro daquele folheto, digo que foi um movimento puramente nacional.

Quando o seu pelotão foi ali para a ponte, para "segurar" a ponte a qualquer preço, foi por coração, sozinho, correndo todos os riscos, porque havia a convicção da necessidade de agir assim.

Pode ter certeza de que eu falei que atiraria em quem quer que fosse do lado de lá, pensando em assim agir, em relação até mesmo a um parente meu que estivesse contra nós, porque a nossa convicção era tão grande com a nocividade do comunismo, que o nosso pensamento só podia ser aquele.

E o esquema militar que o Jango Goulart tanto anunciava por que não funcionou?

Sabemos que, dentre os nossos princípios de guerra, está um muito aplicado por Napoleão: a surpresa. Então a surpresa foi decisiva, aquilo aniquilou qualquer tentativa de uma reação ordenada. Lembro-me de uma das capas da Revista Petrobras que continha o desenho camuflado de fuzis e armas de uma possível revolução comunista, que iria se manifestar em maio de 1964. A Petrobras estava completamente infiltrada de comunistas a ponto de apresentar em sua revista oficial um sinal claro do que estava por vir.

Recordo-me desses fatos. Então, percebíamos que eles poderiam fazer alguma coisa, pelos estoques de armas que sabíamos entrar no Brasil, embora não se soubesse, ao certo, onde esse armamento era enterrado, como parte da preparação de uma revolução comunista, que viria fardada, inclusive.

Nesse esquema militar, devo destacar aqui também, que, além da surpresa, ele não esboçou reação, particularmente, pela falta de liderança, falta de organização, ausência de idealismo, que se juntou à incompetência, ao espírito oportunista e à covardia de seus integrantes. Penso que eles não tinham nenhuma liderança.

Essa resposta, espelha a realidade. E dentro do Movimento de 31 de Março de 1964, quais as maiores demonstrações de chefia e liderança nas tropas que se deslocaram?

Conhecemos bem esse aspecto de chefia e liderança. Chefias são atributos que devem ser desenvolvidos em função de comando. Já a liderança é, normalmente,

carismática, a pessoa não precisa ter contato nenhum com a gente e pode nos liderar, não precisa nem ser da nossa profissão.

Havia um sentido de chefia, embora não muito marcante. Com toda a sinceridade, diria que o Exército, naquela ocasião, estava muito deteriorado, muito desgastado, muito desmotivado.

Mas a liderança surgiu com aquela doutrinação anticomunista, que começou com os generais Mourão e Guedes em suas palestras importantíssimas e que procuramos fazer chegar aos graduados, muitos deles indecisos, e aos soldados nos quartéis. O que levou a tropa foi o sentimento de sinceridade que uniu a todos ali, e foi transmitido de tal maneira ao soldado, que não deixou dúvida nenhuma de que aqueles eram os chefes que eles deviam seguir. Foi essa liderança natural. Aquilo contagiou, era um ardor que vinha de todos nós, e o recruta foi contagiado completamente. O exercício da liderança pôde ser notado, a liderança que tanto admiramos.

O soldado sentiu que aquilo era sincero e espontâneo.

Instintivamente, os militares que estavam mais desmotivados cresceram e eles mesmos passaram a adotar uma outra postura; aquilo contagiou a todos, foi um movimento que uniu, e o aspecto mais importante da liderança, na minha opinião, é a sinceridade ao falar: "Esse camarada vai fazer o que ele pensa", foi o que eles perceberam e sentiram na nossa doutrinação, que o comunismo não seria do nosso agrado, porque era internacionalista, contrário às tradições e à índole do povo brasileiro.

Poderia destacar, nas operações militares, os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Sim. Vou falar por mim, realmente nunca li nada a respeito. Mas, tendo feito a Escola de Estado-Maior, diria que, principalmente, foi a tomada da Capital Federal pelas tropas da 4ª RM/DI, que foram para Brasília, bem como a liberação do eixo Rio-Brasília para as tropas que fossem leais ao Movimento. Caso não fôssemos acudidos, não houvesse adesão de outras tropas, iríamos fazer um retardamento naquele eixo, para permitir que a Capital Federal fosse tomada por tropas nossas vindas por outros eixos. Foi assim que eu percebi. Não tínhamos certeza de que iríamos ter adesão de alguém, estávamos completamente sozinhos.

Exatamente. E a ida para o Rio também tinha, estrategicamente, a intenção de ir, como foi dito, ao encontro dos Grandes Comandos sediados no Rio, assim como ao encontro do Estado-Maior do Exército que, naquela época, estava no Palácio Duque de Caxias. Todos os Departamentos e Diretorias permaneciam, também, no Quartel-General. O Rio, ainda, preservava uma grande expressão. Brasília e Rio de Janeiro, realmente, significavam muito em termos estratégicos.

Quanto ao emprego operacional dos cadetes da AMAN, qual a sua opinião a respeito?

No âmbito da 4ª RM/DI, vibramos com a presença efetiva da AMAN no Movimento, o que nos transmitiu grande força moral. A participação da juventude da Academia Militar numa ação considerada nobre, porque estava em jogo o destino do Brasil, representou fonte de muito entusiasmo para os mais antigos.

O aspecto principal é que sabíamos que a cartada era decisiva, pois pressentíamos que o comunismo, se não freado, dominaria o Brasil, e que nenhum militar poderia ser deixado à margem, mesmo que tal atitude acarretasse o sacrifício de muitos dos futuros oficiais do Exército.

Considerei perfeitamente válido. O General Médici os empregou como uma tropa de combate. Encontrei, depois, companheiros da Academia, que estiveram presentes naquela ocasião, que ratificaram que os cadetes foram empregados como uma tropa de combate, estabelecendo uma posição defensiva na Rodovia Presidente Dutra para impedir ou retardar a passagem das tropas do Rio na direção de Resende.

E ele, ali, definiu a situação: elevou imensamente o moral das tropas do II Exército e diminuiu todo o ímpeto de ação da tropa do Rio de Janeiro.

Quem iria "topar" com os cadetes ali na frente? O que é que eles iriam fazer? Atirar nos cadetes?! É como se fossem os nossos filhos que estivessem ali, senti como se fosse um filho meu. Foi uma decisão correta e corajosa.

Inclusive puderam acolher as tropas do Rio que adotaram posição contrária ao Governo que estava sendo deposto para que a Nação voltasse a ter paz e pudesse trabalhar.

Para nós, que vínhamos na Coluna do II Exército, marchando contra o Rio de Janeiro, a decisão do General Médici criou-nos alma nova, mas estou vendo que o pessoal de Minas, da mesma forma, vibrou com aquela sábia decisão do Comandante da nossa AMAN.

A Revolução robusteceu a união e a coesão entre as Forças Armadas?

Sim. Após a Revolução, aquele ideal anticomunista uniu todos nós. A vitória do Movimento foi fundamental, porque quem vence sempre se aglutina e o grande senso de responsabilidade que nos contagiou, mostrando que éramos, dali para frente, os grandes guardiões da Nação.

E aquele receio, dentro do quartel, daquelas possíveis dissensões, foi afastado e nos sentimos livres daquele perigo.

Graças a Deus não fizemos uma ação em força contra esse pessoal, que eu achava também muito desavisado, inocente, romântico. Depois os sargentos foram

percebendo e, hoje em dia, ainda, encontro com alguns deles, daquela época: "Coronel, como eu estava enganado naquele tempo!"

E a mídia apoiou o Movimento?

Na mídia, vou destacar, antes de tudo, uma figura que ficou no esquecimento do Brasil: o radialista, o homem de televisão, Flávio Cavalcante. Flávio Cavalcante antes da Revolução fez um programa – que me marcou bastante – onde ele levou vários pracinhas e enalteceu o valor do militar. Mostrou a importância do militar brasileiro e o espírito de liberdade que os pracinhas defenderam. O anticomunismo que ele pregou, diretamente, no seu programa e a coragem que teve me marcaram muito. Foi um profissional que caiu no esquecimento, porque ele não era da linha esquerdista.

A maioria dos jornais e estações de rádio e televisão foram favoráveis à Revolução e contra o Governo deposto. Alguns jornais, como o *Correio da Manhã*, depois ficaram contra nós. Engraçado, eu não lia muito naquela época, estava muito mais preocupado com o quartel, com a instrução. Mas na maioria das estações de rádio, também notava uma crítica contundente aos atos de João Goulart e de vários de seus ministros.

Lá em Juiz de Fora, eu via, também, a posição da mídia, contrária aos desmandos do Governo. Tenho impressão de que a mídia, como um todo, estava realmente conosco, apenas alguns setores, de pouca expressão, eram favoráveis à política janguista.

E as revistas da época, na hora da Revolução, quando saíram, foi um apoio integral.

Total, nos jornais e nas revistas, logo após a Revolução, foi uma vibração muito grande.

"Carnaval da Vitória", coisas dessa natureza, nas manchetes.

Quando voltamos para Juiz de Fora, o povo nos jogava flores; lembro-me bem, vínhamos pela estrada e várias senhoras jogando flores na gente; o povo em massa nas ruas aplaudindo o nosso retorno.

Quando chegamos ao Rio de Janeiro, no Maracanã, junto aos caminhões o pessoal vinha oferecer frutas, cigarros para a tropa. Valeu sentir o povo do nosso lado, rapazes, senhoras, a sociedade estava conosco.

Como é que poderíamos chamar o Movimento de 31 de Março, Revolução ou contra-revolução?

Eu diria que o termo Revolução está certo. Porque se nós definirmos revolução – eu tenho essa definição em um livro, até muito bom – como "uma transformação radical que atinge uma sociedade em todos os níveis: econômico, político, social e ideológico", realmente, o Movimento de 31 de Março de 1964 encarna esse significado. Em todos esses níveis, a Revolução penetrou profundamente.

Não foi um Movimento puramente militar, nada disso; foi um Movimento popular que eclodiu contra a ideologia comunista e que mudou tudo, purificando a política e integrando até os municípios à Nação, que eram completamente alijados da sua riqueza.

Na parte econômica, sem comentários. No social, como melhorou o nível da população, com aquela política, que ficou consagrada, voltada para a construção de habitações para a classe média e de baixa renda, através do Banco Nacional da Habitação (BNH). Sua filosofia era toda direcionada para o social.

Os governos da Revolução foram governos militares ou governos cujos presidentes eram militares?

Eles eram governos cujos presidentes eram militares. Porque há uma diferença: o governo militar, ele tira partido do Governo para beneficiar as Forças Armadas, para desenvolver a atividade bélica, o que não aconteceu em nenhum momento.

Ele utiliza-se, à vontade, do Poder em benefício da classe ou, particularmente, de seus integrantes, o que gera corrupção; e, naquela época, foi ao contrário, o que se dizia era isso: "Temos que, cada vez mais, mostrar a nossa integridade, temos que nos sacrificar pela Nação, temos que ser a classe que vai mostrar o maior espírito de sacrifício." Foi esse o sentido claro das palavras dos nossos chefes.

E as decisões vinham de ministérios civis.

Civis, completamente. Os Ministérios entregues a civis que tinham um poder imenso, como os do Planejamento, Fazenda, Justiça. Nós, muitas vezes, não gostávamos de certas decisões, mas aceitávamos e procurávamos adotar uma posição conciliatória.

Quais os principais benefícios que a Revolução trouxe para o País?

Trouxe benefícios no campo moral, trouxe desenvolvimento econômico e tecnológico que projetou a nossa Nação em âmbito mundial. No campo social, melhorou a vida, de um modo geral, do nosso povo, sobretudo no setor habitacional e no ensino superior. No campo político, apoiou a integração dos municípios com o afluxo de recursos, o que permitiu que eles se desenvolvessem.

Achei que a Revolução trouxe o prejuízo da crescente estatização, mas justifico. Havia, naquela época, um nacionalismo muito exacerbado ao achar que nós precisávamos ser auto-suficientes em tudo e na defesa do nosso patrimônio; temendo o imperialismo mundial, procurou-se estatizar tudo.

Isso tirou um pouco a competitividade dos nossos produtos, pois o desenvolvimento tecnológico ficou um tanto estagnado, perdendo, de certa forma, na

competição mundial, mas justifico, pelas razões elevadas que eles tinham, razões ligadas ao fortalecimento da soberania nacional.

Por que ninguém divulga os sucessos econômicos da Revolução, principalmente os da década de 1970?

Eu vejo que, hoje, existe uma grande parcela da mídia que é, ideologicamente, esquerdista, contra. E vejo, também, que outro segmento procura, sempre que possível, criar uma dicotomia entre Força Armada e os meios intelectuais, buscando criar uma barreira, uma separação, entre militares e o setor da inteligência nacional.

Eles evitam manter ligações com as Forças Armadas. Eles, via de regra, são avessos ao contato conosco. Eu li um artigo na Revista do Clube Militar muito interessante, mostrando que a única Instituição inteiramente nacional é o Exército, porque o homem de certo estudo, desde o século XVIII, era muito ligado à Europa e o militar brasileiro atrapalhava, porque só pensava em fazer a defesa do País; eram homens mais simples, que queriam defender a nossa Nação, e contra os quais, desde aquele tempo, o civil preparado já guardava certa prevenção.

Uma coisa interessante chama atenção, na sociedade: apesar de estarmos juntos, civis e militares, em 1964, lutando no mesmo barco, hoje, a mídia, a Universidade e os responsáveis pela Educação no Brasil se colocam frontalmente contra o militar, uma prevenção que já é histórica, mas está muito estimulada hoje, pela influência dos esquerdistas nos setores da Imprensa e da Educação, onde o domínio deles é praticamente total.

E houve uma ação dos perdedores de 1964, através da estratégia gramsciana, de entrarem no meio intelectual, no meio estudantil e na mídia, pois Gramsci e seus seguidores viram que a Revolução não poderia ser feita através dos sindicatos. Com isso, eles passaram a atuar, inteligentemente, nos setores que conduzem a opinião pública em todo País – mídia e professores de nível superior – os quais foram comunizados dentro da filosofia gramsciana, e essa gente, que hoje combate o militar, é, justamente, a responsável pelo "revanchismo".

É verdade. Sobre a mídia eu diria que existe uma terceira corrente que nos é contrária. Eu ousaria dizer, fruto dos meus conhecimentos desde os tempos de garoto, de rapaz, que as Organizações Globo – e os líderes dos Diários Associados da época falavam muito sobre isso – sempre se constituíram em "testas de ferro" do americano, para procurar "quebrar" a nossa sociedade. Valem-se, hoje, do fato de que não há nada como a Globo, no mundo da televisão. É uma coisa realmente fantástica, impressiona muito. Assim, ela emprega toda essa eficiência para favorecer o americano e esse favorecimento implica, em última instância, atuar para a

redução da auto-estima dos brasileiros e do prestígio das Forças Armadas, por meio dos mais diferentes artifícios em sua programação.

Nota-se nas novelas principalmente, mas em quase tudo que programa, o empenho em desestruturar a Família brasileira, reduzir a auto-estima da nossa sociedade e denegrir, sempre que possível, as Forças Armadas.

Desestruturar tudo é a regra geral, salvo algumas exceções, como uma minissérie – intitulada *Aquarela do Brasil* –, que vem sendo bem conduzida atualmente. Eu, apenas, assisti a um ou outro capítulo, mas o meu irmão me fala que essa minissérie tem valorizado a Força Expedicionária Brasileira.

Então existe uma linha esquerdista, outra inocente ou orgulhosa da sua inteligência e uma linha ligada ao americano. Esta é a pior, porque a televisão, hoje, é uma forma de domínio de corações e mentes, porque tudo é bonito e atrativo, tanto que falei sobre a propaganda que nós, como rapazes, cadetes, víamos, na época, no cinema, naqueles filmes americanos de Errol Flynn, aquele outro, John Wayne, "o americano realmente é o maior, é o herói, é quem defende a liberdade", quer dizer, aquilo calou fundo na gente.

E hoje, a Rede Globo faz o jogo dos americanos e ingleses, abertamente, desestruturando o Brasil, dando grande ênfase a tudo que é negativo.

Já reparou que todas as refeições, na televisão, nas novelas, são fartas? O povo fica revoltado, "eles estão comendo e eu não". Parcela significativa das famílias tem os seus amantes, homens e mulheres; eles procuram desestruturar a família, mostrando sempre a família se desintegrando, por meio de conflitos permanentes entre casais e entre pais e filhos.

Eles não divulgam o que temos de bom, o que a Revolução fez, tanta coisa caiu no esquecimento, de maneira proposital.

Quem tem, como o Brasil, uma organização desse tipo, garota-propaganda dos americanos e ingleses, não precisa ter inimigo, porque ela sozinha destrói o Brasil. É só exploração de aspectos vulgares, como apologia ao corpo, a ostentação, e nada sobre virtudes, sobre o espírito, tudo voltado para a matéria.

Veja, por exemplo, esta moderna arma, a Internet. Estou me negando a participar da Internet, sabe por quê? Sinto, agora, o golpe final do domínio dos corações e mentes, porque é muito atrativo, todos querem se integrar à rede, poder acessá-la, mas o que sinto, é que nela estão embutidas toda a cultura e as diretrizes americanas. Absorve-se essa cultura toda através da Internet, e eu falo, previno os meus filhos sobre isso.

Mas temos que reagir usando a própria Internet.

A nosso favor. Parece que aí está um caminho.

Quanto às ações de guerrilha, terrorismo, assaltos a quartéis, a bancos etc., particularmente a partir de 1967/1968, qual a sua opinião a respeito?

Vou considerar dois pontos de vista: o do inimigo e o nosso. Vendo pelo lado do inimigo, achei atitudes válidas, sem considerar o aspecto ético e moral. Eram ações que se aplicam em guerrilhas, urbana e rural, ações que uma guerra revolucionária utiliza.

Sob o nosso ponto de vista, aquelas ações nos trouxeram inquietude mas, como aspecto positivo, geraram uma forte união dos militares. Quem estava, ainda, em dúvida, naquela hora, fez o que tinha de fazer – quando falo isso, já tenho uma tendência de falar em Exército e o faço muito orgulhoso.

No seu ponto de vista, eles iniciaram a luta armada ou nós os levamos a iniciá-la? Quem tomou a iniciativa?

Foram eles, não há dúvida. Eles iniciaram a luta armada e nós a reprimimos.

O que alguns deles dizem é que nós os levamos à luta armada, porque não abrimos canais para eles, o que não é verdade; eles não queriam, por doutrina, dialogar.

Além disso, não seria a abertura de canais que diminuiria a impetuosidade dos opositores. Eles adotaram, por convicção, a luta armada, por serem radicais, extremistas, violentos. Eles queriam manter o radicalismo, modo de atuação da linha chinesa de guerra revolucionária, que é a da luta armada, para a tomada do Poder. Essa é a maneira correta de ver o problema. Qualquer atitude que se tomasse, no sentido de buscar soluções pela persuasão não teria valor nenhum. E se, naquela época, à luz daquela conjuntura, fizéssemos alguma concessão, seria uma demonstração de fraqueza nossa, sem dúvida.

Foi necessário o cerceamento da liberdade?

Sim. O que acontecia? Naquele tempo, tanto nas ações do DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), aqui no Rio, como nas operações da OBAN (Operação Bandeirantes), lá em São Paulo, quando morria um terrorista, passava a ser um mártir, e as instituições encarregadas da repressão solapadas, gerando uma simpatia pela vítima, que realmente nada mais era do que a massa de manobra dos intelectuais comunistas. A grande massa foi conseguida no meio universitário, que se encantava com a doutrinação com o discurso comunista e partia para a ilegalidade e para o crime.

Aí, começou a haver uma ação da Imprensa que gerava uma tendência ao domínio, particularmente em relação aos estudantes, de corações e mentes, que teve que ser cerceado, a Imprensa teve que ser cerceada. Então, eu achei que,

taticamente, foi uma ação perfeitamente válida, senão teríamos, talvez, o perigo da tomada do Poder.

No seu entender, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi necessário?

Sim, porque, naquele tempo, o País passou a viver um clima exacerbado, insuflado pela guerrilha urbana e pelo movimento estudantil, extremamente radical, que colocaram em risco as Instituições e a própria Revolução, levando o Presidente Costa e Silva, com o apoio de todos os ministros – civis e militares – a assinar o AI-5, para enfrentar o caos que se avizinhava.

O Congresso mesmo, em 1968, através de um deputado, cujo nome eu me dispenso de citar, resolveu entestar a Revolução.

A Câmara, naquela ocasião, negou autorização para que o tal parlamentar fosse processado. Aquilo ali foi a gota d'água, e, por isso, achei perfeitamente válido o AI-5. Como tudo, esse episódio tem que ser visto à luz da conjuntura.

Quais eram os objetivos da luta armada, no campo e na cidade? De onde vinha o apoio externo?

O objetivo, como sempre, da guerra revolucionária, é a tomada do Poder; e a orientação vinha, particularmente, da União Soviética, da China, de Cuba e de outros países comunistas. Agora, o apoio externo era mais estruturado na União Soviética.

Hoje em dia muita gente fala em ditadura militar, "anos de chumbo". Qual a sua opinião a respeito?

São termos usados para intimidar os militares que, infelizmente, os aceitam sem contestar.

Ditadura existiu e existe em Cuba, mas os esquerdistas adoram Fidel Castro, que é chamado por eles de Presidente. Veja que absurdo!

O que é necessário dizer é que, se houve ditadura, ela foi exercida com altruísmo, na busca dos interesses do povo e que muito realizou pela Nação. Os fora da lei, os terroristas e seus simpatizantes chamam a época da repressão ao terrorismo, de "anos de chumbo", o que é um paradoxo. Aceitam e aplaudem o terrorismo violento e sanguinário e condenam a justa repressão aos crimes do terror. É um contra-senso, sem dúvida.

E a batalha da comunicação social nós perdemos?

Veja, um cidadão ordeiro e bem informado é a favor da Revolução; todos cidadãos de bem se colocam do nosso lado, pela ordem e pelo progresso que havia no período revolucionário.

As famílias, as pessoas que nos encontram, dizem logo que o Exército, as Forças Armadas são as únicas instituições moralizadas e idealistas que existem, tanto no passado, como no presente.

Acho que nós não perdemos a batalha da comunicação social. Está faltando uma reação dos órgãos do Exército e das Forças Armadas voltados para a comunicação. Precisamos ir à mídia e publicar, com coragem, o nosso pensamento, as nossas posições, mostrar o valor das nossas Instituições, para que as atuais e futuras gerações conheçam a verdade sobre os acontecimentos.

Está faltando uma ação da nossa liderança militar, em ir à frente, corajosamente, defender a nossa Revolução. Depois das paixões e com mais maturidade, a sociedade já começa a entender o que realmente aconteceu, o que se constata pela aceitação que as pesquisas sobre o Exército e as Forças Armadas, em geral, feitas junto à opinião pública, mostram.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi fundamental para oferecer ao Governo as informações de que precisava? E os Destacamentos de Operações de Informações, qual a sua opinião a respeito desses órgãos?

Acredito que o SNI era peça fundamental para fornecer ao Governo informações a nível estratégico. O Presidente muito se valeu da ação do SNI, nem há dúvida.

Sem informações, não é possível.

Em nível estratégico, sobretudo. Já em nível tático, tínhamos os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), em todos os Comandos de Grandes Unidades e, inteligentemente, foi criado um Destacamento de Operações de Informações, os DOI, porque o "verde-oliva" não estava acostumado à contraguerrilha. Até, então, atuávamos de fuzil, para fazer o que nós sabíamos: combater em guerra convencional.

Para a guerrilha, foi necessário trabalharmos com agentes descaracterizados, à paisana e com novas técnicas. Por meio do CODI, congregou-se órgãos civis e militares: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, onde houve uma grande troca de informações. Os DOI e os CODI absorveram e passaram a dominar os conhecimentos necessários para realizar a contraguerrilha urbana, com muito bons resultados.

Havia a necessidade de criar uma doutrina operacional de contraguerrilha urbana. Outro ponto é que o pessoal da tropa, do Exército, precisava também participar, sem desmerecer absolutamente a Polícia Militar, até porque a Polícia mineira brilhou, como sempre, aqui, em Minas Gerais, naquela época. Eles realmente eram muito bons e se desincumbiram com muito acerto em várias missões de combate. Mas, para obtenção de informações confiáveis, que necessitavam de sigi-

lo e eficiência, a fim de conquistar certos objetivos, passou a ser importante para o CODI ter essa fração (o DOI) na mão.

A Revolução demorou-se muito no Governo do País? Quais foram os seus erros?

Acho que demorou, mas como é que eu justifico isso? O grande receio é que os velhos vícios, nas mãos de governos civis, retornassem, e isso talvez tenha afetado essa demora na passagem. Por que querer tirar o idealismo e a pureza dos governos da Revolução? Acho, portanto, que a idéia de preservar as conquistas obtidas foi uma das razões. Não criamos lideranças civis, e, aí, está uma das falhas a lamentar. No momento apropriado, não havia quem pudesse receber a chefia do Governo.

E as Forças Armadas, auferiram vantagens de qualquer ordem na época da Revolução?

Não. Austeridade e espírito de sacrifício são características que nunca vão nos abandonar, de maneira nenhuma. Eu realmente digo isso: foi o período em que os militares auferiram menores vencimentos, que eu conheço, fora o Governo do Presidente Figueiredo, onde houve uma certa melhora. Anteriormente, a situação foi muito difícil.

Quanto às Forças Armadas como Instituições, os recursos que elas receberam em todo o período revolucionário foram sempre escassos. A idéia era dar o exemplo, começando pelas Instituições Armadas.

Realmente, os nossos próprios meios, os nossos materiais, equipamentos ficaram em segundo plano; era o máximo de desenvolvimento e o mínimo de segurança.

No seu ponto de vista, a conjuntura internacional acelerou o processo de abertura? O desengajamento dos governos revolucionários deu-se por quê?

Tenho para mim que a conjuntura internacional pouca influência teve. Acho que o que pesou, realmente, foi a vontade espontânea dos militares. Abrimos porque quisemos abrir, tínhamos moral para permanecer, continuar, e muita coisa ainda seria feita. Mas, tínhamos um compromisso com a democracia, além de naturais desgastes; e sentimos que era chegado o momento de passar o Governo. O Brasil era outro, respeitado internacionalmente.

Houve "revanchismo" por parte dos políticos, de autoridades, bem como da própria mídia que, inclusive, evita publicar o que hoje nós queremos, deixando de levar os nossos pontos de vista ao conhecimento do público em geral?

Esse "revanchismo" é uma atitude natural nos políticos, em geral, e que existe, também, aqui no Brasil. Parte dos elementos, que, na época, eram opositores, partiram para o "revanchismo", sobretudo nessa última década, o que é visível

tanto por parte dos políticos como da mídia. Esta, pelas suas características, evita falar qualquer coisa favorável à Revolução. Lembro mais uma vez a necessidade de se penetrar nessa mídia com coragem, defendendo os nossos ideais e o nosso Movimento. É mister começarmos, porque vai haver receptividade, a sociedade vai receber bem, mas precisamos mostrar iniciativa e vontade para começar.

Pode ter certeza, porque notamos, em conversa com civis, como eles reconhecem: "Realmente, como vocês estavam certos naquela época."

O comunismo desapareceu após a queda do Muro de Berlim?

Eu diria que aquele radicalismo deixou de existir, em face da falência econômica e ideológica da Rússia, que era o principal elemento, dentro da União Soviética, que criava aquele radicalismo da bipolaridade. O comunismo caiu no descrédito. A China possui um regime totalmente deturpado: capitalismo na parte econômica e, ideologicamente, comunista. O comunismo de Cuba não tem, hoje, qualquer expressão, porque não conta mais com o apoio da União Soviética, que desmoronou.

Como conclusão, vemos que a situação do Brasil é de busca de uma atitude independente, sem sujeição aos Estados Unidos, única grande potência.

Até o crescimento da China para nós é importante, porque irá se contrapor ao americano, tornando-se uma preocupação para eles, para que não se sintam tão "donos do mundo".

A imagem do Exército vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade, como têm atestado várias pesquisas de opinião. Qual o seu ponto de vista a respeito?

Na visão da sociedade, o Exército, ao lado das demais Forças Armadas, é uma Instituição moralizada e respeitada. Hoje, numa análise mais madura e desapaixonada, verifica o desprendimento e a pureza de sua atuação em toda a história da sua existência, especialmente quando deu o seu leal apoio ao movimento revolucionário de 1964, interpretando fielmente o desejo do povo brasileiro.

Qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, que pode ser aquela "porta" para a entrada na mídia, mostrando os fatos reais, verdadeiros, da Revolução, de modo a neutralizar as versões inverídicas divulgadas pelos seus críticos?

A Revolução de 31 de Março de 1964 mudou a História do mundo. Se não tivesse ocorrido, teríamos a comunização do País ou a intervenção americana para contê-la, com conseqüências imprevisíveis. Tenho orgulho de ter participado dela ativamente.

Fiquei muito satisfeito com esse Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964, porque vai demonstrar que não fizemos nada mais do que cumprir com a obrigação. Realmente, considero que tínhamos que fazer aquilo, por obrigação. Atendemos ao apelo desesperado do povo, e, com ele, fizemos a Revolução, por brio, por vergonha na cara. Não podíamos decepcionar a nossa gente, que não suportava mais tanta confusão e incompetência. Tivemos que fazer a Revolução, que baniu o comunismo, que já se sentia dono do Brasil.

Mas acho que esse Projeto não terá o impacto que dele se espera, se não forem tomadas duas atitudes: primeiro, que a história da Revolução seja divulgada, sob a forma de ação psicológica, como uma matéria, na Academia Militar, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), nos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), na Escola de Sargentos das Armas (ESA) e em outras escolas militares existentes.

Há muita gente entre nós que nem sabe o que se passou. À mocidade de hoje em dia, temos que mostrar a Revolução, como a Intentona Comunista nos era mostrada no passado. Há necessidade de haver uma ação psicológica, institucionalizada, dentro do Exército, para que possamos atingir o objetivo, o que seria a primeira parte.

Além das escolas, teríamos que chegar aos quartéis com toda a intensidade, porque os programas-padrão de instrução não mostram o papel desempenhado pela Revolução e os motivos de sua eclosão, e isso precisa ser divulgado.

Atingir o meio civil seria bom, dentro das nossas possibilidades, que são restritas.

A Revolução de 31 de Março de 1964 precisa ser comemorada com mais coragem, está sendo muito discreta. Com toda a sinceridade, está faltando vibração e entusiasmo na comemoração do aniversário da Revolução.

Sinto que não há um caráter chamativo, que sintamos aquela satisfação, e há tanta necessidade que o façamos. Falam: “Não, De Biasi, esse ano não vai ser comemorado, disseram para não fazer.” Isso aí, para mim, “pesa”. Eu sou muito sincero, e acabo comparecendo poucas vezes. Então, a Revolução precisa ser comemorada com espontaneidade, com coragem, com orgulho.

E outra coisa que não faço absolutamente como crítica: considero a nossa hierarquia e disciplina sagradas, mas o nosso Comando, do nosso Exército, precisa manifestar-se mais incisivamente, com riscos pessoais. Há necessidade de quem nos representa falar com coragem, com sinceridade, entrar na mídia, rebater, aceitar as farpas que vão surgir, os desgastes, mas mostrar aquilo que está latente, que já pertence ao povo brasileiro: o sentimento que a Revolução semeou. Os ideais estão embutidos na alma do brasileiro.

É só motivar que os frutos virão. A nossa juventude militar é receptiva, mas ela não viveu o período revolucionário. Então, é importantíssimo, também, que

essa juventude seja conscientizada, que a matéria Ação Psicológica, com base na Revolução de 31 de Março de 1964, seja apresentada, com ênfase, nas escolas, seja uma matéria ministrada com todo capricho, para que o pessoal tenha o máximo empenho em participar. Precisa ser uma ação psicológica permanente, para não desaparecer mais.

Devo ressaltar a minha emoção por ter sido chamado e aqui comparecido para dar o meu depoimento sobre a nossa Revolução. Eu, um simples militar, que participei, naquela época, procurando muito humildemente cumprir as minhas tarefas, com toda a abnegação possível, buscando a orientação nos belos exemplos que o nosso Patrono, o Duque de Caxias, nos legou, ele que foi um líder à frente de seu tempo.

Nós, das Forças Armadas, em toda a nossa História, fomos o Poder Moderador, trabalhando dentro da caserna, mas com o pensamento voltado para o País, que queremos sempre grande.

É essa a mensagem que eu gostaria de deixar. Reitero a satisfação que tive em vir aqui para essa entrevista, por poder colaborar. Tenho fé que as minhas palavras sejam bem recebidas, não no sentido de crítica, absolutamente, eu respeito os meus chefes, exatamente como a Instituição prega, mas gostaria de lembrar: estamos todos receptivos, esperando essa ação que será muito bem recebida dentro dos quartéis e no País como um todo.

Coronel José Carlos Lisbôa da Cunha

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), além de ter pertencido ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Comandou o 1º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (1º GAC AP) – Regimento Floriano e foi Oficial de Gabinete do Ministro do Exército.
- No exterior, exerceu o cargo de Assessor do Comando-Geral do Exército do Equador, cumulativamente com o de Assessor do Instituto de Comando e Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.
- Graduou-se em Ciências Administrativas.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Superior de Guerra, da ESG.
- Em 1964, era tenente, instrutor do Curso de Artilharia da AMAN.

Entrevista realizada no dia 16 de novembro de 2000.

Inicio a minha participação, neste Projeto de História Oral do Exército, afirmando o quanto me é prazeroso retornar a este Quartel-General – onde, na juventude, servi como Capitão Ajudante-de-Ordens do insigne e respeitado General Aristóbulo Codevilla Rocha – para falar de um marcante e decisivo episódio da história de nosso País – a Revolução de 31 de Março de 1964.

Na expectativa de poder contribuir para o escopo do Projeto, fico, então, à inteira disposição para atender às suas perguntas.

Que fatos o senhor gostaria de abordar sobre a sua participação pessoal nos pródromos da Revolução de 31 de Março de 1964 e na sua eclosão?

Quando a Revolução eclodiu, era o então 1º Tenente Lisbôa, recém-promovido a este posto. Naquela época, a minha visão sobre os acontecimentos nacionais era bastante reduzida e se limitava ao que era informado pela mídia local, nem sempre precisa ao relatar os acontecimentos. Por este motivo pretendo restringir as minhas declarações à interpretação dos fatos conforme me apresentaram na ocasião, aqueles mesmos que observei e em que pude participar dentro dos limites funcionais de minhas atribuições. Nessas circunstâncias, creio que o meu testemunho pode ser mais útil, além de fiel e preciso.

Após declarado Aspirante, em dezembro de 1959, fui classificado no então I/5º RO 105 AR, situado em Lapa – PR, comandado pelo Tenente-Coronel Nilton Freixinho, oficial extremamente dedicado às suas funções e muito firme em suas decisões, sempre acatadas disciplinadamente por todos os subordinados.

O ambiente na Unidade era de muita tranqüilidade, de trabalho e acima de tudo de respeito aos chefes. Não se falava em política, de ameaças relacionadas a doutrinas espúrias ou de perigos iminentes. Os oficiais e sargentos se dedicavam inteiramente à instrução da tropa, de forma objetiva e produtiva. Todos eram motivados e se voltavam, exclusivamente, para o cumprimento da missão.

Esta tranqüilidade funcional foi momentaneamente interrompida quando participamos ativamente dos acontecimentos nacionais que se sucederam à renúncia do Presidente Jânio Quadros, período de 25 de agosto a 8 de setembro de 1961. A situação exigiu e a Unidade se mobilizou e se deslocou para Curitiba, impulsionada por seu comandante. Não houve uma só voz discordante quando ele declarou "estar de pleno acordo com os seus superiores" e nos mandou simplesmente "tomar ciência de sua decisão". Na verdade, naquele momento, desconhecíamos os perigos pelos quais mais adiante iríamos passar. Não havia ainda uma ameaça clara às instituições nacionais, como se veria dois anos depois. Mesmo assim, recordo-me de ter sido designado, nesta época, para preparar sessões de instrução especializada denomi-

nadas "combate em localidades" e "controle de distúrbios", a serem ministradas pela primeira vez no âmbito da tropa. Tive que recorrer a manuais americanos, pois muito pouco havia sobre estes assuntos.

No ano seguinte, fui indicado para freqüentar a então Escola de Defesa Antiaérea (EsDAAe), situada na Vila Militar, e, ao término do curso, em 1963, designado para servir no Primeiro Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (1º GCan 90 AAe). Creio ter sido este o mais difícil período de minha vida profissional. Experimentei, a partir daí, momentos duros que até então desconhecia e que culminaram, logo adiante, no Movimento de 1964.

Estranhei muito o ambiente que encontrei na Unidade, então comandada pelo Coronel Antônio Sá Barreto Lemos Filho, bem diferente daquele que deixei no Paraná. Nitidamente havia uma forte cisão entre os oficiais. De um lado, alguns poucos que seguiam as orientações do Comandante e, por isso, passaram a ser de sua confiança. De outro, a maioria formada de tenentes e sargentos, comunistas ativos, que procuravam minar o comando em todos os seus campos de atuação, buscando, como objetivo final, destruir as suas bases de disciplina e de hierarquia.

Assim que cheguei, fui designado para a função de Comandante da Linha de Fogo (CLF) da 2ª Bateria, comandada pelo Capitão Fernando Octávio Tavares Ferreira. Lá, encontrei os tenentes Luiz José e Fernando, amigos com os quais passei a compartilhar as minhas dúvidas e apreensões.

Não demorou muito e tivemos uma reunião sigilosa com o Capitão Tavares. Este nos comunicou que o Comandante escolhera a nossa Bateria para ser a Subunidade de sua inteira confiança. Conseqüentemente, deveríamos indicar para movimentação interna aqueles que não se enquadrassem dentro do seu pensamento. Não foi difícil e, logo a seguir, compúnhamos a "Bateria do Comandante", como ele nos dizia reservadamente. A todos os momentos entrávamos em "prontidão". Quando isso ocorria era normal que o Coronel Sá Barreto fizesse uma reunião com os oficiais para alguns acertos, inclusive relativos ao desencadeamento do plano de segurança da Unidade. Terminada a reunião, ele sigilosamente nos convocava para outras missões em que cada um de nós, além das atribuições de rotina, deveria se preocupar com todos os movimentos de determinados oficiais e sargentos, particularmente à noite, quando instalávamos postos de observação que nos permitiam monitorar as suas atividades.

No grande esforço para tentar reverter aquela situação, o Coronel Sá Barreto – não sei se ainda é vivo – designou-me para ministrar uma série de instruções referentes ao assunto guerra revolucionária. Assim procedi e, poucos dias depois, no cassino de oficiais (refeitório), o 1º Tenente Amorim disse-me:

"Lisbôa, tome cuidado. Ainda existem aqui no quartel algumas alamedas sem nome." Novo na Unidade, procurei informar-me e fiquei ciente de que as alamedas tinham o nome de militares mortos em serviço... A partir daí, recordando-me dos ensinamentos de 1935, tirava serviço a cada três dias, mas não me recolhia durante a noite para o quarto destinado ao oficial de dia, localizado no corpo da guarda. Agindo com mais cautela, passei a andar pelo quartel atento a tudo e, quando exausto, entrava na boléia de qualquer viatura para dar uma breve "cochilada".

O ambiente era tenso. Os tenentes passaram a concorrer a outra escala de serviço, a de Comandante de Pelotão de Choque, devendo estar preparados para serem empregados, particularmente nas estações da Estrada de Ferro. Algumas vezes desloquei-me para Deodoro, ocupei a estação com os meus soldados e, pelo menos em duas ocasiões, deparei-me com a difícil situação de ter que me confrontar com badernistas que tentavam quebrar os trens. Na missão, quase sempre indefinida que recebia de meus superiores, apesar de inquirir a respeito, nunca me foi dada explicitamente a ordem de "quando atirar", se necessitasse reagir. A idéia que tinha era de que estava ali como uma espécie de "bucha de canhão", com a finalidade de permitir criar uma situação difícil e incômoda, envolvendo o pessoal militar que, na realidade, atendesse a outros objetivos não claramente explícitos.

Acreditava que havia no ar uma grande conspiração e que a minha Unidade era parte integrante dela. Aos poucos, comecei a ligar os fatos... Por exemplo, certa vez fui à 3ª Bateria (os mais perigosos estavam reunidos nas 1ª e 3ª Baterias) procurar o Tenente Amorim a quem me referi anteriormente. Ele era o Diretor do Curso de Formação de Cabos (CFC) e, intencionalmente, não coordenava a instrução com os tenentes das Baterias. Certamente, agia assim na tentativa de desestabilizar a Unidade e estava conseguindo o seu objetivo, pois a instrução de cabos era um verdadeiro caos... Encontrei-o na reserva dos sargentos recebendo, de um deles, detalhada orientação sobre "ordens" que deveriam ser seguidas. Perplexo, observei que o referido tenente estava sendo enquadrado pelo sargento, em flagrante inversão de todos os valores hierárquicos que conhecia. Compreendi, naquele momento, que alguma coisa de grave estava para acontecer...

Foi neste ambiente de incertezas que, já no final do ano de 1963, a Unidade recebeu a visita do Major Camargo, Instrutor-Chefe do Curso de Artilharia da AMAN, trazendo um convite para eu ser instrutor daquela Escola, o que aceitei imediatamente, com uma sensação de grande alívio.

Começou aí uma nova fase da minha vida pré-revolucionária. Agora, era um oficial mais esclarecido, consciente dos perigos pelos quais passava a nossa Instituição e o País. Rapidamente, apresentei-me para as novas funções. O ano letivo

ainda não começara e aproveitávamos aquele período de calma para adiantar a montagem de exercícios. Foi assim que o meu chefe, o Capitão Dickens Ferraz, convocou-me para um reconhecimento no campo. Ainda não o conhecia bem, mas já dava para perceber que se tratava de um oficial competente no qual poderia confiar, bem diferente daqueles capitães que eu deixara no Rio. No alto de um morro, ele foi direto ao assunto e me indagou mais ou menos assim:

– Você deve estar por dentro da situação grave pela qual passamos. Quero saber de que lado você está?

Fiquei um pouco surpreso e embaraçado com a inesperada pergunta, mas sentindo a importância daquele momento, respondi-lhe prontamente:

– Eu estou do lado de tudo aquilo que possa combater a situação lamentável e triste em que se encontrava a Unidade de onde vim.

O Capitão Dickens disse-me então que, a partir daquele momento, eu me mantivesse em alerta para agir sob o comando de chefes íntegros e confiáveis, aguardando a ordem que deveria vir em breve. Acrescentou, ainda, que deveria preparar uma Bateria de Obuses, com todo o material e munição necessários, para sair mediante ordem. Essa Bateria seria enquadrada pelos cadetes que, logo a seguir, começariam a ter instrução de material comigo. Finalmente, recomendou total sigilo sobre tudo aquilo que conversáramos.

No dia 31 de março de 1964, se não me falha a memória, uma terça-feira, cerca das 18h, chegou a ordem de "preparar para sair". Fui até a Bateria de cadetes para reuni-los e embarcamos tudo o que estava previsto durante a noite e madrugada, inclusive grande quantidade de munição que eu e meu sargento já havíamos loteado no paiol.

O curso letivo da Academia passara de três para quatro anos e estávamos justamente vivendo aquela fase de transição. Sem saber exatamente o que acontecia, porém engajados inteiramente na missão, os cadetes do 3º ano, únicos disponíveis no curso, mal tinham iniciado a Instrução de Artilharia e já estavam sendo convocados para guarnecer as peças em todas as suas funções. Nos dois primeiros anos, freqüentaram o Curso Básico. Assim, possuíam poucos conhecimentos de linha de fogo e de técnica de tiro.

A Bateria foi organizada e na manhã seguinte estava pronta para cumprir missão. Era comandada pelo Capitão Dickens. Os outros oficiais integrantes eram: 1º Tenente Marcello Rufino dos Santos (Oficial de Reconhecimento – O Rec), 1º Tenente Luiz Seldon da Silva Muniz (Comandante da Linha de Fogo – CLF) e eu, 1º Tenente José Carlos Lisbôa da Cunha (Auxiliar do CLF). Recebemos a missão de apoiar as ações de um Batalhão integrado por cadetes do Curso Básico e do Curso de

Infantaria, comandados pelo Major Geise Ferrari, Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria, o qual, tempos depois, reencontraria como brilhante Chefe na Seção de Ensino/2 (SE/2) da ECEME.

Na manhã de 1º de abril, nos deslocamos pela Rodovia Presidente Dutra na direção do Rio. Eu e o Muniz ficamos na estrada, em Posição de Espera, enquanto o nosso Comandante de Bateria (Cmt Bia) e o Marcello procuravam uma posição inicial para ocupação. A situação não era muito clara... Permanecemos atentos com o nosso material colocado em posição de tiro nos acostamentos da rodovia, com a preocupação de enfiar com nossos fogos uma lombada mais à frente, de onde poderia vir a ameaça inimiga. Foi quando observamos, lá em cima, viaturas que se deslocavam em disparada na nossa direção. Observamos que não eram da Academia, pois não dispúnhamos de caminhão REO. Houve alguns instantes de muita tensão entre nós. A situação indicava que deveríamos cumprir as ordens recebidas e impedir com o fogo a passagem das tropas que viessem do Rio. Foi então que, nesse momento, observamos militares posicionados em pé, junto à boléia das viaturas, acenando com uma camiseta branca em sinal de paz. Deixamos que o comboio se aproximasse e constatamos que se tratava de uma Bateria do Grupo Escola de Artilharia (GesA), conduzida pelo seu Capitão-Comandante e por alguns tenentes que tinham os sargentos sob a mira de suas pistolas. Tenho ainda muito viva na minha lembrança aquela imagem, em que companheiros, na verdade de duas baterias de obuses, passavam para o nosso lado de uma forma decisiva, tranqüila e pacífica. Logo à frente, distingui o meu fraterno amigo, o 1º Tenente Oacyr Pizzotti Minervino, que, eufórico, contou-me, com detalhes, como se passara aquela incrível façanha.

Julgamos por bem que nossos companheiros seguissem para a AMAN, a fim de que os prisioneiros fossem recolhidos e para que o restante do pessoal e do material recebesse uma nova destinação. Já sabíamos de antemão que seria a de reforçar o nosso poder de fogo.

Ainda presenciamos a passagem do carro que conduzia o General Armando de Moraes Âncora, Comandante do I Exército, para a reunião que teria na AMAN com o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, e, logo em seguida, recebemos ordem para entrar em posição.

A região era muito acidentada. O acesso para o local escolhido era único, bastante estreito e de difícil transitabilidade. A posição ficava no fundo de um vale, cercado de elevações íngremes, bem diferente daquelas que estávamos acostumados em nossos exercícios. Enquanto o Muniz cuidava da Central de Tiro, eu apontava a Linha de Fogo e preparava toda a munição. Tive que tomar um cuidado redobrado

pois, como já me referi anteriormente, os cadetes estavam iniciando aquelas atividades. Aproveitei para adiantar a instrução...

Em seguida, fui ajudar o Muniz na Central de Tiro. A situação exigia o Tiro Vertical, o único meio de podermos vencer um enorme morro que se estendia bem a nossa frente. Os cadetes mal conheciam os fundamentos da Técnica de Tiro e, assim, nós dois assumimos literalmente as funções de CH (controlador horizontal) e de CV (controlador vertical).

A noite começou a cair e com ela uma chuva constante. Não tínhamos muitos recursos para nos proteger. Ficamos bem molhados, porém com o moral elevadíssimo e bastante motivados. Ninguém dormiu naquela noite... A expectativa era muito grande e aguardávamos ansiosos pelos acontecimentos, prontos para o início do fogo, se necessário, mesmo que de maneira precária, pois os nossos elementos de pontaria não eram precisos (foram retirados de uma carta topográfica).

Tarde da noite, o Marcello retornou após exaustivos trabalhos de reconhecimento e, a partir daí, pudemos atualizar a nossa Central de Tiro com os dados novos que ele trouxera.

Amanheceu e o dia continuava instável, com muita chuva. Nada de importante havia acontecido, pelo menos que fosse de nosso conhecimento. Reinava entre nós muita expectativa e alguma incerteza.

Pudemos observar que estávamos enterrados, com muita lama ao nosso redor. Logo nos preocupou a hipótese de uma rápida saída de posição...

No meio às naturais preocupações que a situação apresentava, o nosso Comandante trouxe a notícia de que tudo se normalizara com a reunião havida na Academia e que deveríamos regressar.

Tivemos imensa dificuldade em desmontar a grande quantidade de munição preparada na véspera. Ficamos preocupados em diminuir os riscos de acidentes que poderiam advir de um manuseio inadequado por parte dos cadetes. Foi um trabalho muito tenso e difícil, felizmente levado a bom termo.

Mais adiante, nos deparamos com outros problemas: obuseiros e viaturas atolaram na lama. Tivemos que fazer uso de viaturas-guincho para sair de posição e, finalmente, colocar a Bia na estrada.

Partimos para a AMAN e, quando lá chegamos, fomos surpreendidos por uma entrada triunfal preparada a partir do Portão Monumental. Lá estavam dispostos ao longo da reta todos aqueles que não haviam participado diretamente da operação militar, mas que estavam imbuídos do mesmo espírito de patriotismo que nos movera, a Bandeira com a sua guarda, a banda de música, militares formados, inclusive de Unidades vindas de São Paulo, civis moradores da Cidade de Resende, amigos e fami-

liares vindos de nossas vilas militares, além dos oficiais do GEsA que passaram para o nosso lado. Desfilamos garbosamente sob aplausos, com uniformes sujos e alguns até rasgados, mas de cabeças erguidas, conscientes de que havíamos feito o que era certo e de melhor para o nosso País. Estávamos todos muito orgulhosos e felizes!

Qual o significado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade?

Para mim, constituiu-se na maior demonstração de civismo até hoje ocorrida no Brasil, provando que a sociedade brasileira, na sua totalidade, estava unida em torno dos grandes objetivos que orientaram o Movimento de 31 de Março. Foi uma manifestação espontânea e direta que partiu da família brasileira e que deu um testemunho público de seu amor às liberdades então ameaçadas e de seu espírito sinceramente cristão.

Infelizmente, ao longo dos últimos anos e a serviço de outros interesses, esta imagem vem sendo diminuída das suas reais proporções, numa incrível tentativa de esvaziar o que foi aquele grande sentimento popular.

Como doação, estou deixando em minha pasta-arquivo, cópia de uma publicação da época – *Revista Manchete* - Edição Histórica, de abril de 1964 –, que corrobora as minhas afirmações.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Houve incontestáveis líderes do Movimento de 31 de Março. Dentre eles, poderíamos citar os generais Kruel e Mourão e o Governador Magalhães Pinto, por exemplo. Porém, na minha visão participativa do acontecimento, destaco a efetiva atuação do General Médici, Comandante da AMAN, que, se antecipando à ação do II Exército, colocou cerca de seiscentos cadetes em posição na Rodovia Presidente Dutra, barrando as forças do I Exército que se dirigiam para São Paulo. Esta ação evitou o encontro das tropas que vinham de São Paulo e de Minas com as forças deslocadas do Rio, criando as condições para a reunião de cúpula que houve em Resende entre os generais Âncora e Kruel, permitindo, finalmente, que o Movimento fosse vitorioso sem qualquer derramamento de sangue.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964? Por quê?

Sim, houve um fortalecimento de princípios e de idéias que muito contribuíram para isso. Por outro lado, foi feito um judicioso trabalho de expurgo de suas fileiras, daqueles elementos contaminados com a doutrina comunista.

A hoje chamada mídia apoiou o Movimento? Poderia citar exemplos?

Na época do Movimento, houve o apoio maciço da mídia. A publicação que encaminho bem demonstra isso. Basta verificar as manchetes de capa:

"Um milhão de cariocas na marcha pela liberdade."
"Mourão Filho – A história secreta da Revolução."
"Minas – São Paulo – Rio – O eixo da vitória."

Com o decorrer dos tempos, surgindo novos interesses, a mídia passou claramente a apoiar os movimentos de esquerda que, hoje, procuram desfigurar os verdadeiros ideais que levaram os militares à Revolução de Março de 1964. Altera os fatos, criando a sua própria versão, lança-a aos incautos, tudo com o objetivo escuso de mudar a história e de denegrir a imagem de nossa Instituição junto ao povo brasileiro.

O senhor acha que a Revolução de 31 de Março cometeu erros? Caso positivo, quais foram?

Do meu Posto de Observação (PO), até certo ponto restrito, não dispus das melhores condições para observar tudo o que se passava. Cumpria as minhas missões e tinha a certeza de que estava contribuindo para um projeto redentor que faria mudar o País. Por certo, que houve erros. Não creio que esteja em condições de julgá-los, principalmente agora, entretanto gostaria de citar aqui um fato que me marcou muito e que jamais saiu de minha lembrança.

Não estou certo se isso se passou em 1972 ou 1973. Cursava a ECEME, quando uma equipe de oficiais, chefiada pelo saudoso General Milton Tavares, apresentou aos alunos uma palestra sobre a atuação do Exército Brasileiro na guerrilha de Xambioá. Quando terminou, disse-nos que nenhuma palavra sobre aquele assunto poderia ser difundida. Estranhei muito essa atitude, pois, apesar dos argumentos apresentados, pensava que tais fatos deveriam ser amplamente divulgados para o conhecimento de toda a população brasileira.

Anos mais tarde, constatei que estava correto no meu juízo. Acompanhei muito triste a história distorcida, criada pela imprensa sensacionalista, que ocupou o lugar dos fatos verdadeiros, que deixamos de informar no momento oportuno. Observamos perplexos que os bandidos de ontem eram agora apresentados como "heróis nacionais, que lutaram e morreram para libertar o Brasil do Poder e do jugo militar". No meu ponto de vista, esta total inversão de valores, ocorrida aí, e em outras situações semelhantes, foi fruto, exclusivamente, de nossa inabilidade em conduzir algumas situações nas quais admitimos o silêncio como a melhor conduta. Penso ter sido um grande equívoco...

Tal omissão abriu um espaço que foi prontamente ocupado pelos nossos inimigos, fortalecidos por uma Lei de Anistia, mal-elaborada e mal-aplicada, que deu ensejo ao "revanchismo" surgido logo a seguir, agora com proporções gravíssimas quando coloca em risco as instituições militares e, conseqüentemente, a soberania nacional.

Que mensagem final o senhor gostaria de deixar para o Projeto de História Oral da Revolução de 31 de Março de 1964?

Considero estar no rol daqueles brasileiros, militares ou não, que pertencem a uma geração privilegiada. Pudemos viver e acompanhar os fatos que antecederam o 31 de Março... Presenciamos a destituição de um Governo sem esperanças, que quase submeteu o Brasil à utopia comunista... Participamos e fomos testemunhas da vontade popular que legitimou aquele Movimento através do grito de liberdade de suas mulheres, mães de família, preocupadas com o destino incerto reservado a seus filhos... Vimos o Brasil crescer e prosperar como nunca...

Novas gerações se sucederam e se beneficiaram das mudanças, mas não souberam exatamente por que e como elas ocorreram. Motivos diferentes nos fizeram calar sobre os acontecimentos passados e o pior, permitimos que os nossos inimigos de antes, agora travestidos de "nobres idealistas", "recontassem a história à sua moda".

Os espaços deixados por nós foram rápida e eficientemente ocupados nas escolas, nos poderes constituídos, nas principais instituições e na mídia em geral, sempre com o cuidado de distorcer os fatos e de difamar a figura daqueles que, no passado, lutaram pelos mais nobres ideais do País.

Hoje, aos 64 anos, estou na reserva. Levanto os olhos e vejo o Marcello e o Muniz, por exemplo, ocupando os últimos cargos funcionais de nossa carreira. Depois deles, poucos restarão em condições ainda de transmitir as experiências vividas no passado. Se pudesse, numa atitude extrema, sairia por aí bradando às alturas o que de bom a Revolução de 31 de Março fez ao Brasil. Mas isso não é possível e de pouco adiantaria... Porém, mesmo que até certo ponto possa parecer tarde, reconheço o extraordinário esforço que o nosso Exército realiza, através dessa importante e valiosa iniciativa para, ainda em tempo, escrever a verdadeira história da Revolução, com base em livres depoimentos daqueles que a testemunharam.

Entretanto, na minha avaliação, este trabalho não se encerra aí. Após elaborado, será preciso difundi-lo amplamente, de forma pertinaz e contínua, a despeito das pressões contrárias e dos obstáculos que certamente surgirão.

Finalmente, faço votos de que os brasileiros possam usufruir, em todos os sentidos, do seu conteúdo altamente positivo.

Tenente-Coronel Pedro Cândido Ferreira Filho

- Natural da Cidade de Piracaia, SP.
- Exerceu, entre outras funções, a de instrutor do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Detém experiência profissional em atividades de segurança e inteligência, assim como em administração de pessoal e de materiais.
- É bacharel em Direito pela Faculdade Milton Campos.
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Na eclosão da Revolução, em 1964, era 1º Tenente e Comandante da 2ª Companhia de Fuzileiros do então 12º Regimento de Infantaria, com sede em Belo Horizonte, hoje 12º Batalhão de Infantaria Motorizado. Nesta condição, integrou o Destacamento que seguiu, naquela oportunidade, para Brasília.

Entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2000.

Gostaria de salientar que me senti muito honrado ao receber o convite para falar sobre a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964. Naquela época, era 1º Tenente de Infantaria e comandava a 2ª Companhia de Fuzileiros do, então, 12º RI. O Regimento foi a primeira Unidade a sair do quartel para derrubar o Governo João Goulart e o nosso Batalhão seguiu para Brasília, tendo ocupado a Capital Federal.

Gostaria, também, de ressaltar que a Revolução de 1964 se constituiu num fato histórico marcante e imorredouro, não só para o Brasil, mas para todo o mundo, o que digo com grande satisfação. Se ela não tivesse ocorrido, o Brasil cairia, sem dúvida, nas mãos dos comunistas e, pelo peso que o nosso País representa dentro das Américas, fatalmente, todos os países latino-americanos, principalmente da América do Sul, tornar-se-iam comunistas. Em conseqüência, podemos dizer, sem falsa modéstia, que a História do mundo seria outra.

Quais as suas participações pessoais nos pródromos da Revolução, nos seus surgimento e desenvolvimento? Desejamos saber mais a respeito dos antecedentes, do desencadear da Revolução e do seu desenvolvimento.

Praticamente, acabava de assumir o Comando da 2ª Companhia de Fuzileiros, quando eclodiu a Revolução. Viera transferido da AMAN, onde fora instrutor do Curso de Infantaria, para o 12º RI. A AMAN dedicada à formação de oficiais, manifestava forte acento anticomunista. Não me esqueço de uma reunião de oficiais realizada, se não me engano, no auditório do Curso de Infantaria, na qual um companheiro afirmou entre outras coisas: "O Brasil já é um País comunista e a maior célula comunista se encontra no Palácio do Planalto". Nas reuniões eram lidos, principalmente, documentos oriundos do Estado-Maior do Exército, redigidos de próprio punho pelo General Castello Branco. Essas reuniões, na Academia Militar, pretendiam mostrar o grau de "comunização" a que chegara o Brasil.

Carregava, pois, comigo, além da minha formação herdada de meu pai, que era um grande democrata, a forte influência anticomunista adquirida no período em que servi na AMAN, como instrutor.

Em Belo Horizonte, senti que estava em terreno propício para a derrubada do Presidente João Goulart. E posso salientar que, na primeira reunião, na véspera do dia 31 de março, dos oficiais superiores com os capitães e tenentes, a todos foi perguntado se concordavam participar – aí está a característica democrática da Revolução. Os oficiais foram, portanto, inquiridos se concordavam participar de um movimento que visava à derrubada do Presidente João Goulart. E, aqui, afirmo que o Comandante da 1ª Companhia, o primeiro oficial a ser perguntado, disse "não", e este humilde oficial, ao ser indagado, disse "sim". Então, aqui do 12º RI,

posso dizer que fui o primeiro oficial a dizer "sim" à Revolução de 1964. Partimos para Brasília e o outro Batalhão deslocou-se para o Rio de Janeiro. Fomos vitoriosos com o auxílio das tropas de outras áreas do País. É isso o que tenho a dizer.

As raízes desse Movimento estariam onde, no seu entender?

Aqui, em Minas, há um fato, um episódio muito importante, do qual pouco se fala. Foi a quebra do jornaleco chamado *Binômio*. *O Binômio* era um jornal panfletário que explorava as pessoas, exigindo dinheiro para não divulgar notícias que lhes fossem adversas. Esse jornal, certo dia, publicou uma matéria que era degradante para o Comandante da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão (ID/4) – na época, General Punaro Bley. Ele teve a coragem de ir à redação do *Binômio* e tirar satisfação. Foi acompanhado do motorista. Este ficou na rua, no carro, esperando, e o general subiu e foi enfrentar a direção do jornal. Destratado e agredido, saiu de lá ferido, machucado. Voltou para o QG (Quartel-General). Um companheiro, um oficial que estava de serviço, viu o estado do General e comunicou aos comandantes de Unidades que, basicamente, naquela época, eram o 12º RI, o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e mais a Base Aérea que ficava, exatamente, junto ao aeroporto da Pampulha.

Os comandantes de Unidades do Exército resolveram ir ao jornal impedir que a próxima edição saísse porque, fatalmente, publicaria coisas desagradáveis contra o General, inclusive fotos. Reuniram oficiais, somente oficiais e sargentos, pegaram um ônibus da Aeronáutica que ficava sempre no pátio do 12º RI e foram ao jornal *Binômio*. Era o final do ano de 1961.

Quando lá chegaram, foram recebidos de forma muito agressiva. Os militares, então, resolveram o seguinte: "Vamos impedir a saída da edição de amanhã e de qualquer outra edição; vamos empastelar o jornal." A ordem era não deixar nada inteiro que tivesse mais do que 20cm. Tudo que tivesse mais do que 20cm deveria ser quebrado. E assim foi feito. Oficiais e sargentos dessa gloriosa guarnição assim agiram e destruíram o jornaleco *Binômio,* que nunca mais circulou em Belo Horizonte ou em lugar nenhum, graças a Deus.

Era um jornal panfletário da pior categoria. Isso uniu a Guarnição, porque o Presidente queria a punição de todos os oficiais. Foi feito um inquérito e todos diziam: "Nós fomos lá quebrar o jornal, para defender a dignidade de um general do Exército."

A única punição que sobrou foi a transferência dos Comandantes do 12º e do CPOR para outra guarnição, e, também, do Comandante da Base Aérea. Ninguém mais foi punido. Mas esse fato gerou uma coesão muito grande no meio militar de Minas Gerais; somado a uma série de outros, fez com que as tropas de Minas tivessem fortalecido o espírito revolucionário, levando-as à eclosão da Revolução de 1964. Não

estou preconizando a quebra de nenhum jornal nos dias de hoje mas, naquela época, foi necessária, fundamental, ação das mais corretas, exaltada no Brasil. Foi uma lição e um exemplar corretivo, em virtude do desrespeito à pessoa humana, comum naquele jornal. Não conheço na História do Brasil outro fato semelhante. Os oficiais e os sargentos saíram e foram alertados para que nada além de 20cm sobrasse, e não sobrou nada além de 20cm. O jornal nunca mais saiu. De vez em quando, se recorda essa história e falam sobre isso, mas, graças a Deus, *Binômio* nunca mais.

Essa foi uma das motivações para a coesão da nossa guarnição. Evidentemente, as presenças do General Carlos Luís Guedes – pai dos nossos colegas Luiz Carlos Guedes e Henrique Guedes – e a do General Olympio Mourão Filho, que comandava a Região Militar, foram de fundamental importância também.

A guerra fria contribuiu para a eclosão da Revolução?

É evidente que havia a divergência ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. O mundo estava dividido em dois pólos e fazia parte da filosofia, da ideologia comunista, estender sua influência no mundo. Os exemplos da História, presentes, na Europa, na América, na Ásia e na África, mostravam como vários países caíam nas mãos dos comunistas ou entravam em sua órbita e o Brasil seria o próximo. Na guerra fria, acirrada disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobressaía a ação do Movimento Comunista Internacional, voltado para a expansão da ideologia comunista, ameaçando o mundo ocidental, particularmente. A humanidade vai reconhecer, um dia, que a Revolução de 1964 mudou a história da esquerda na América do Sul, podemos dizer assim. A Revolução de 1964 e a Queda do Muro de Berlim concorreram para a falência da expansão do comunismo, em suas áreas geográficas.

O 12º RI chegou vitorioso a Brasília para cumprir a missão que lhe coube. Qual foi exatamente o papel que desempenhou o Regimento?

Os deslocamentos, tanto do 1º Batalhão para Brasília quanto do 2º Batalhão para o Rio de Janeiro foram retardados por forças contrárias que, depois, retraíram. O nosso batalhão enfrentou, nas margens de um rio – cujo nome não me lembro – que corta o eixo rodoviário antes de Brasília, um pelotão de carros de combate, comandado por um companheiro meu. Só mais tarde, soube de sua presença no episódio. Mas, felizmente, o pelotão recuou para a sua base que ficava em Brasília e o Batalhão continuou e chegou lá sem derramamento de sangue.

No desembocar do movimento, todos sabemos, não houve troca de tiros, felizmente, e com a ajuda de Deus, sem dúvida. O 12º RI estava com três meses de

incorporação, tínhamos realizado tiros, apenas, de 30m, nada além disso. O soldado era bisonho e, naquela época, muito mais atrasado, sem instrução e sem cultura. Não tinha o nível do soldado de hoje. Saímos, evidentemente, para uma aventura, foi uma aventura a Revolução. Mas Deus é brasileiro.

É importante que se assinale a surpresa da Revolução. Vou comentar um fato, também, sobre o qual pouca gente fala. É um documento baixado pelo Estado-Maior do Exército, assinado pelo General Castello Branco, chamado "Lealdade ao Exército". Esse documento, alguns comentam, nos estimulou, provocou a ordem de partida para a Revolução, não porque ordenasse partir, pelo contrário. O documento, dizem os historiadores, deu o "toque de reunir" para as Forças Armadas, mas não determinou a ordem de partida. Foi considerado, pelos militares de Belo Horizonte, pelos generais, principalmente, um documento pouco incisivo para a situação que enfrentávamos. Mas, naquele momento, o Movimento teve início. Minas antecipou a Revolução e desagradou, inclusive, ao General Castello Branco, como os fatos mostraram mais tarde.

Os generais que a iniciaram foram, praticamente, preteridos no Governo da Revolução. Nenhum deles desempenhou cargos importantes. Nenhum deles recebeu do governo revolucionário a atenção que merecia, muito menos qualquer privilégio. Os generais mineiros quando leram aquele documento "Lealdade ao Exército" acharam, vamos dizer na nossa linguagem, fraco. Eles queriam uma ordem de partida e não um toque de reunir. E foi, então, que a Revolução eclodiu, e se não eclodisse, naquele dia, com a forte motivação da reunião do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, talvez a história fosse outra, porque os generais, apesar do forte clamor do povo, custam a quebrar a inércia, pesam demais as conseqüências de seus atos. O próprio Ministro do Exército, General Jair Dantas Ribeiro, estava do outro lado.

Todos os fatos geradores da Revolução – a rebelião dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília, em setembro de 1963; o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964; a rebelião dos marinheiros e fuzileiros, liderada pelo Cabo Anselmo, contando com o apoio do Almirante Aragão – provocaram a difusão desse documento "Lealdade ao Exército". Ele precisa ser lido e interpretado. Provocou o "pontapé inicial". Mas os militares de Minas Gerais, quando tomaram conhecimento daquele documento, acharam que ele estava muito aquém do necessário e foi, assim, que a Revolução, em Minas, antecipou-se, ao eclodir no dia seguinte ao da reunião do Automóvel Clube do Brasil, onde João Goulart desafiou, levianamente, a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, recebendo o troco de imediato.

Gostaria de ressaltar as atitudes de uma instituição e de uma autoridade. Primeiramente, sobre o Governador Magalhães Pinto. Banqueiro, ele sabia quais

seriam as conseqüências para sua empresa se os comunistas tomassem o Poder. Quando percebeu o que acontecia, em Minas, concluiu que estava na hora de apoiar o Movimento. E outra coisa importante: a gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. A Polícia aderiu totalmente, todos os batalhões aderiram. Um se deslocou com o 1º/12º RI para Brasília. Outro se deslocou para o Rio de Janeiro. As unidades do interior garantiram a ordem em Minas Gerais. Houve algumas reações contra a Revolução, mas foram abafadas por esses batalhões da Polícia e pelos nossos tiros-de-guerra. É importante salientar isso: os tiros-de-guerra ajudaram a garantir a ordem, internamente, em Minas Gerais.

Deslocamo-nos em ônibus. Imagino, hoje, se o pelotão de carros de combate, que se nos antepunha, atirasse em nossos ônibus, após alguns disparos. o deslocamento estaria comprometido. O outro batalhão, que foi para o Rio de Janeiro, também movimentou-se de ônibus, por isso as tropas do Rio de Janeiro que se opusessem à coluna, do mesmo modo, teriam mais poder de combate do que as de Minas. Porém, é preciso entender que faltava convicção aos oponentes e sobrava entre nós; exatamente, a consciência militar falou mais alto. É importante que se diga que o que estava na nossa cabeça, naquela época, era derrubar, exterminar a aventura comunista que queria estabelecer-se no Brasil. Para isso, fazia-se necessário interromper, acabar com o malfadado Governo João Goulart. Tanto é que o Presidente Castello Branco convocou eleições diretas, em 1965, normalmente. A Revolução, depois, teve os seus desdobramentos, mas o objetivo maior era impedir a comunização do País, derrubando o governo da anarquia e grevista, em atendimento ao clamor do povo brasileiro.

O senhor poderia nos dizer algo a respeito do panorama político brasileiro, anterior a 31 de março?

O panorama político era o pior possível, a partir da renúncia do Jânio Quadros – um fato que ninguém esperava. Ele fora eleito com a maioria absoluta. Este modesto tenente, na época, votou naquele cidadão, em Resende. Votei e ele renunciou alegando presença de "forças ocultas" que o impediam de governar. Todos asseguram que ele queria ficar no Poder como ditador, mas ninguém sabe o que ia, realmente, na cabeça dele. Os militares, acertadamente, resolveram impedir a posse de João Goulart, que era o Vice-Presidente e que, no momento, estava passeando pelos países comunistas.

Com a violenta reação de seus correligionários, funcionou o "jeitinho brasileiro". Adotaram o parlamentarismo, com Tancredo Neves como Primeiro-Ministro do novo regime. Aí, veio o "diga Não", uma campanha publicitária terrível que fez a

cabeça de todos os brasileiros para que declarassem em plebiscito “Não” ao parlamentarismo. E assim foi. O Governo João Goulart volta ao regime presidencialista, com plenos poderes. Os comunistas, praticamente, eram os donos do Governo. Os sindicatos e as empresas estatais estavam nas mãos de comunistas: os sindicatos, os funcionários, os ministérios, a Petrobras e o Banco do Brasil, tudo nas mãos deles.

Desde então, em ritmo frenético, começaram a ocorrer os eventos que mais degradavam o País: a rebelião de Brasília, a anarquia no Rio de Janeiro incentivada pela cúpula, com o João Goulart à testa; o Miguel Arraes, no Nordeste, o Brizola, no Sul, formando unidades paramilitares ameaçadoras – os “grupos dos onze” – com o intuito de criar um movimento de guerrilha. O Brasil não trabalhava mais, era greve em cima de greve. Aproximava-nos do caos. A Revolução chegou na hora exata. Foi extremamente importante para exterminar o comunismo, que já estava no Governo, como dizia Prestes. Não há dúvida disto. E, evidentemente, houve outros desdobramentos, depois.

Como se manifestava o clima de insatisfação, da maioria do povo, contra o Governo?

Temos alguns exemplos como o das mulheres, saindo às ruas com os seus terços na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Saíram, em Minas e em São Paulo, marchas memoráveis clamando por democracia e por liberdade. Os empresários estavam preocupados e deram todo o apoio à Revolução. A própria Igreja estava apreensiva. Por isso aderiu e apoiou a Revolução. Em meio à insatisfação generalizada, havia minorias que se alinhavam com o Governo: os sindicatos, os empregados na indústria, nas minerações, e militares, também, que bateram palmas para os comunistas, inclusive o nosso General Lott, que recebeu a espada de ouro das mãos do João Goulart.

E o que se passava no meio militar? Tentavam uma cisão dentro das Forças Armadas, especialmente entre oficiais e sargentos? Como atuavam, tentando minar a hierarquia e a disciplina?

Foi uma coisa gritante. Não sofri muito com isso, porque vivia na AMAN. Lá, prevalecem os valores de hierarquia e de disciplina, embora existissem uma ou duas células comunistas. Quando cheguei à AMAN, havia serviço de oficial de dia à Ala (nome como era conhecido o prédio onde localizavam-se os apartamentos dos cadetes). O tenente, “o frango” (gíria militar) de serviço dormia na Ala. Cada uma dispunha de um oficial, tal a preocupação, pois havia o núcleo ligado ao Lamarca. O grave problema, que penso ter existido naquela época, não na AMAN, mas em vários quartéis, principalmente na Marinha, foi o da quebra da disciplina.

Os militares partidários do Governo criaram um canal paralelo – pouca gente sabe disso – de informações. Foi inventado através do, então, Quadro Auxiliar de Oficiais. Esses oficiais tinham acesso ao Gabinete do Ministro. Tinham força para derrubar comandantes. Lembro-me de um sargento que por razões óbvias eu o puni várias vezes, que foi promovido ao Quadro de Oficiais Auxiliares – e, quando promovido, pegou a farda de sargento, arrancou as divisas e, nela, colocou as estrelas de tenente. Ao encontrar-me, falou, com um ar de superioridade: "Tenente, agora, estou no Gabinete do Ministro. Qualquer coisa, me procure." Falou isso comigo: "Qualquer coisa me procure."

Havia, naquela época, o famoso Batalhão Suez. Para nele ingressar, tinha que ser ligado a um desses caras e foi inclusive o caso do Lamarca. Ele integrou o Batalhão Suez, pela ligação que tinha com oficiais que influíam na composição daquele Batalhão. E quando ele voltou aconteceu um fato, também, que pouca gente fala. Cobraram dele: "Você foi para Suez, graças a nossa interferência. Agora, você vai fazer alguma coisa para nós." E deram a missão de roubar as armas do 4º RI.

Havia, portanto, esse canal de inteligência. O Comandante que punisse um sargento, que fosse mais rigoroso com os sargentos, podia perder o Comando. Ele era destituído.

Além do mais, havia entre os oficiais... o 12º, tivemos dois companheiros que não aderiram à Revolução. Falei do comandante da 1ª Companhia, mas houve um outro elemento que disse "não". Então, havia, mesmo aqui, que era o núcleo da Revolução, adversários convictos. E a Revolução foi tão humana, foi tão "bacana" que nada, absolutamente nada, houve contra eles: ficaram em suas casas, enquanto eclodia a Revolução. Quando terminou o Movimento, a punição que sofreram foi uma transferência, sendo que um para o Norte e outro para o Sul. Não sei para que guarnições. Um deles até fez Estado-Maior. Vejam vocês!... Não houve aquilo que falam da Revolução: "anos de chumbo". Isso é invenção da imprensa, logicamente.

Havia, na verdade, uma revolução de cunho comunista em andamento no País?

É lógico. Tanto é que aconteceu, exatamente, o seguinte: a Revolução Democrática de 1964 pegou a revolução comunista, em preparação, de surpresa. Aí, é que ressalto a importância de Minas Gerais, a importância do General Mourão e do General Guedes de precipitarem o Movimento, porque se não houvesse a Revolução de 31 de Março, teria havido outra, a de esquerda, talvez um mês depois – 1º de maio quem sabe. Só que da parte deles. Mas foram surpreendidos, e quando falam que vieram os "anos de chumbo", certamente cometem um ato falho pelo que fizeram, isto é, partiram para a luta armada, na tentativa de combater os governos

revolucionários, desencadeando as guerrilhas urbana e rural que, graças a Deus, destruímos, porque, caso contrário, o Brasil poderia ter-se transformado numa Cuba. Os comunistas entraram lá e permaneceram. Continuaríamos comunistas pelo resto da nossa existência, mas reagimos e evitamos essa desgraça.

Como o Congresso Nacional reagiu ao Movimento de 1964?

Os políticos, como sempre ocorre, tendem para o lado mais forte. Havia muitos parlamentares – não há dúvida quanto a isso – democratas, mas havia um grande número do lado de lá, mas que, também, foram surpreendidos e resolveram colaborar. Tanto é que, se não me engano, em 15 de abril, o Congresso elegeu o General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército, Presidente da República. Dois ou três dias depois, desfilamos – inclusive este modesto oficial – fazendo continência a um Presidente–General, primeiro Presidente da Revolução. Olhei à direita e fiz a minha continência para ele, com imenso prazer. Castello Branco foi, no Exército, sobretudo na campanha da Itália, um exemplo de oficial. Como Presidente, mostrou-se, como sempre, o patriota exemplar, modelo de correção e de amor ao País, em todos os seus atos. Que falta faz um homem como ele, para defender os interesses brasileiros no exterior, com aquela admirável força moral!

Como disse, os políticos aderiram, de um modo geral, porque a classe política sabia que o comunismo não era bom para eles. Então, aplaudiram. Aqui, em Minas Gerais, contamos com a liderança de Magalhães Pinto; no Rio de Janeiro, do Carlos Lacerda e, em São Paulo, do Adhemar de Barros. Foi importante a adesão deles. No Nordeste, sofremos a oposição de Arraes e, no Sul, do Brizola, mas, com a fuga de Jango para o Uruguai, essas resistências caíram.

E os sindicatos e as entidades taxadas de esquerdistas – UNE, CGT, PUA – como se portaram, logo após o início da Revolução?

A Revolução pegou todo mundo de “calça-curta”, de surpresa. Não houve reação. Assim, como tenho falado, a Revolução não deu um tiro. Eles se fecharam e se reorganizaram e partiram para fazer cursos de guerrilha fora do País. Os líderes sindicalistas foram, então, realizar cursos no exterior e voltaram preparados para a guerra. Voltaram, a partir de 1966 e 1967. Começaram, então, os atentados contra pessoas selecionadas, os assaltos a bancos, as bombas em quartéis e em jornais, e tudo o mais que se pode incluir no capítulo do terrorismo no Brasil. Iniciaram, também, a guerrilha rural, aquela guerrilha lá de Registro, SP, com o desertor Lamarca que matou, a coronhadas na cabeça, para evitar barulho de tiro, covardemente, um companheiro, um tenente da Polícia de São Paulo, o Tenente PM Alberto Mendes

Júnior. Eles estavam preparados, e agiam sem dó nem piedade. "Os fins justificam os meios" – é a máxima dos comunistas, muito valorizada pela linha da luta armada.

Temos de dar graças a Deus por ter havido o Movimento de 1964, exatamente após a Semana Santa, um mês antes dos comunistas iniciarem a sua revolução. A nossa começou numa segunda-feira, após a Semana Santa. Esse foi um outro grande mérito. As pessoas estavam fora, voltando para as suas bases e nós de prontidão. Na eclosão da Revolução, João Goulart, se não me engano, estava no Rio. Quando viu que a coisa ficara feia, tentou reagir de Brasília e, quando constatou que, de lá, também não dava, saiu correndo para o Rio Grande do Sul e, dali, fugiu para o Uruguai.

As nossas tropas foram acolhidas em Brasília e, inicialmente, ficaram em situação difícil, porque os militares de lá eram, quase todos, elementos de confiança do Ministro e do próprio Presidente. Mas, depois, fomos recebidos normalmente. Era aquele negócio, nossos companheiros de turma, colegas, entenderam que estávamos certos.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução?

Já citei alguns, mas destaco entre os civis: Magalhães Pinto, Lacerda e Adhemar. O Milton Campos, também. Em sua homenagem, fundou-se uma faculdade que recebeu o seu nome e que tem se saído muito bem nesse "provão", do MEC. Entre os militares, temos que citar os generais de Minas Gerais – Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, que, realmente, colocaram a Revolução na rua, atendendo aos apelos do povo brasileiro.

Outro grande chefe, foi, sem dúvida, o General Médici, que mobilizou os cadetes, conseguindo deter as tropas da Vila Militar que se deslocavam pela Via Dutra, evitando o confronto com as Unidades de São Paulo que marchavam contra o Rio. O General Médici evitou o derramamento de sangue, como o fez, também, o grande Marechal Odylio Denys, que, de Juiz de Fora, conseguiu a adesão do Regimento Sampaio à causa da Revolução, através de contato telefônico com seu antigo assistente, Coronel Raimundo, Comandante daquele Regimento.

Temos que falar, ainda, do saudoso General Murici, que comandou as tropas mineiras até o Rio de Janeiro, bem como do então Coronel Dióscoro do Vale, depois General, que foi à frente das tropas onde eu me encontrava, até Brasília, nosso objetivo final.

Devo, mais uma vez, falar de um militar que merece um lugar de relevo na História do Brasil – trata-se do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco – o nosso primeiro Presidente da Revolução, grande pelo seu valor moral e profissional e pela seriedade e firmeza com que tratou dos interesses do Brasil, interna e externamente.

Destaco, também, o papel do General Golbery do Couto e Silva, que após 1955, ano em que aconteceram aqueles fatos ligados à posse do Juscelino – o General posicionara-se contra – veio "esfriar", como se dizia naquela época, em Belo Horizonte. A cidade era bem mais calma do que o Rio ou Brasília. Aqui, foi um dos que começou a reunir o pessoal, oficiais da ativa e da reserva. Foi um dos brilhantes homens da Revolução.

A Revolução de 1964 foi exclusivamente de natureza interna ou houve ajuda externa?

A Revolução não contou com a ajuda de ninguém do exterior.

Isso é outra grande palhaçada inventada por aqueles que não têm compromisso com a verdade. Não houve nada que saiba, pelo menos dentro da minha esfera de atuação e de tudo que li, até agora, escrito por gente séria. É lógico que o americano bateu palmas. É evidente que sim, seria um absurdo, se ele não adorasse. Caiu do céu para eles! Mas dizer que havia navios americanos na nossa costa, que recebemos dinheiro, tudo fantasia! Fizemos a Revolução em ônibus e usando o fuzil ordinário, que já era peça de museu, o fuzil ordinário 1908 – o FO. Onde estava a ajuda americana? Cadê o apoio americano? Se a Revolução tivesse sido abortada, tenho a certeza de que todos estaríamos no paredão! Não teria ninguém para socorrer, ninguém viria ao nosso encontro, ninguém se meteria aqui, não. É o tipo da acusação fácil de fazer, mas onde estão as provas? Vários livros de autores sérios, inclusive civis, negam este fato.

Gosto de dizer que a nossa Revolução foi "crioula", e, vou dizer mais, uma Revolução que veio do povo. Ela ocorreu, como dizem popularmente, porque "Deus é brasileiro". Ele nos ajudou. Um pelotão de carros de combate, como citei, fazendo frente a nós, se ele atirasse teríamos ido para o "buraco" – o nosso batalhão, o soldadinho e o batalhão da PM. Nossas melhores armas eram a metralhadora Madsen e o morteiro 81. Tudo velho! A munição escassa, e o soldado, como falei, mal-instruído, porque, logo que incorporara, foi mobilizado. O I Exército, por exemplo, estava preparado. Tinha tudo lá, inclusive, o Grupamento B que era o grupamento que incorporava em junho. Ele estava no auge da instrução, perfeitamente adestrado, e nós, aqui, começando.

Coronel, a que o senhor atribui o rápido desmoronamento do esquema militar de João Goulart, de Assis Brasil e companhia?

É o que falo – o fator surpresa. Eles foram pegos, mesmo, de surpresa e houve uma coesão nacional, contra o Governo Jango. A falta de liderança entre eles era uma coisa visível. Achavam que a guerra estava ganha, grande balela, porque o brasileiro,

até hoje, não quer saber de comunismo. Quem quer? Naquela época, tanto quanto hoje. Atualmente, se perguntar, ninguém quer. Os próprios comunistas estão deixando de lado a hipocrisia e o fingimento: não querem ser mais comunistas. Temos, apenas, duas ou três nações. E a própria China está mais "coca-cola" do que nós. Posso dizer, em uma frase, o seguinte: "O comunismo foi o maior engodo que a humanidade já conheceu, a maior mentira, a maior impostura, a maior falácia, o maior embuste imposto ao homem."

Assim, tivemos, aqui, o caso da Intentona Comunista que é sempre lembrada, no dia 27 de novembro. Companheiros foram mortos, assassinados no Rio, em Belo Horizonte, em Natal e em Recife. Aquilo tudo ficou na alma de muitos militares que viveram esses problemas. Os oficiais e praças, da época, tiveram que enfrentar a criminosa Intentona Comunista. Hoje, há uns cretinos que dizem que a Intentona é exagero nosso. Claro, não foram eles que morreram!...

Como é que o senhor viu a chefia e liderança dentro das tropas revolucionárias: o General Médici na AMAN, o General Mourão em Juiz de Fora, o General Carlos Guedes, em Belo Horizonte e nosso Coronel Meira Mattos em Mato Grosso e depois em Brasília?

Já falei da liderança do General Guedes e do General Mourão. Não há dúvida de que foram líderes, corajosos, machos. Colocariam a cabeça deles na guilhotina, iriam para o paredão, se perdessem, como ocorreu em Cuba. Foram valentes, foram homens, foram brasileiros, foram heróis brasileiros que, um dia, a História vai reconhecer.

Um fato muito importante, básico, para quem desencadeou, saiu na frente, para quem deu os primeiros passos da Revolução, foi a hora que nos informaram: "A AMAN aderiu." Foi fundamental... porque a nossa "mãe" aderiu. Então, a AMAN – que, para nós, é tudo – quando aderiu, sob o Comando lúcido do General Médici, mostrou-nos que a vitória estava próxima. Quem iria posicionar-se contra a AMAN ? Era a nossa "mestra" e estava dizendo: "Oponho-me a tudo isso que está aí." A AMAN aderiu na noite de 31 para 1º de abril – na primeira noite. Quando ouvimos a notícia, bradamos: "Ganhamos a Revolução. Essa ninguém toma, é nossa." E foi uma grande felicidade. Os revolucionários tiveram o apoio do "cadetal" e o cadete, ao entrar, sinalizou, para todos nós, que o Brasil estava salvo!

Quais os objetivos estratégicos visados pelas tropas que deflagraram a Revolução?

Tomo a liberdade de fazer a minha crítica à Revolução, porque temos que ter, também, esta capacidade. Fui revolucionário quando disse "sim" e dei um passo em frente, na sala de reuniões do nosso 12º RI. Dissemos "sim", porque o objetivo foi apresentado com muita clareza: "Derrubar João Goulart e exterminar o comunismo

no Brasil." Então, bradei o meu "sim", bem como a totalidade dos oficiais jovens, na faixa de 1º tenente e capitão, porque os oficiais superiores já tinham, logicamente, decidido. O nosso objetivo era acabar com o comunismo.

Uma coisa tem que ser reconhecida: parte do nosso Exército pode até ter apoiado ditaduras, como a de Getúlio, mas o Exército é eminentemente democrático. A nossa filosofia é a democracia. A Revolução é, hoje, chamada de "ditadura" pela imprensa, pelas esquerdas, pelos perdedores, mas os generais presidentes – "ditadores" para eles – não se perpetuaram no Poder, nenhum deles se perpetuou. Foi um regime autoritário, só na medida da necessidade.

Daí, vem, exatamente, a minha crítica, a crítica deste humilde oficial, crítica que advém de minha posição política, da maneira como vejo as coisas. O maior erro da Revolução foi não ter passado o comando para os civis, após o Governo Médici. Baixamos a inflação a 6% ao ano, tínhamos um crescimento do PIB de mais de 10% ao ano, passando do 59º lugar na escala de pujança econômica mundial, para oitava posição. Era um outro Brasil, completamente diferente daquele de 1963. Ainda, tricampeões mundiais de futebol. Então, aí erramos.

Se tivéssemos deixado o Poder após o Governo Médici, com as guerrilhas urbana e rural derrotadas, praticamente exterminadas, teríamos saído no momento certo, pois não havia mais luta armada, apenas idéias esquerdistas, como até hoje existem em profusão. E, graças a Deus, vamos permitir que existam, porque jamais vão vigorar no mundo e muito menos no nosso País. O mundo cansou e o Muro de Berlim, construído e mantido pelos soviéticos, caiu.

O Brasil estava pronto para a "passagem do comando", porque o militar – reconheço isso – é péssimo político. Não temos jogo de cintura, não sabemos fazer aquelas jogadas que o político conhece bem. Para nós, na hora de cassar o fulano: "Não interessa, cassa o fulano." O político não faz isso, nenhum político faz. Ao tomar uma decisão, ele quer agradar a todos, os dois lados. E o militar não é assim. A Revolução foi feita no momento certo e pelas pessoas que podiam fazer – os generais. Entretanto, demorou-se demais no Poder – foi o grande erro.

Saímos pela porta dos fundos. Se tivéssemos saído no fim do período Médici, teríamos saído na hora exata, vitoriosos sob todos as aspectos. E melhor, ficaríamos em condições de voltar. Hoje, não temos essa condição. É preciso que se diga isso. Saímos pela porta dos fundos. O General Figueiredo retirou-se pela porta dos fundos e não "passou o comando" ao Sarney. Saímos sendo criticados. Foi o grande erro da Revolução, o maior talvez. Se tivesse decidido: "Vamos convocar eleições diretas..." Outro engano que a Revolução cometeu com a continuidade: deixou de formar os políticos. Atualmente, não temos políticos, temos isso que estamos ven-

do por aí, essa politicalha. O que estamos assistindo, é uma tristeza, não formamos novos políticos, diferentes desses que estão por aí que não têm qualquer compromisso com o País e com o seu povo. Não se criaram os partidos necessários, apenas aqueles determinados pela Lei e o foram artificialmente. O resultado está aí...

Sintetizando, na minha maneira de ver, cometeu-se um erro. Modéstia parte, é uma opinião muito pessoal, mas acho que foi um grande equívoco da Revolução não ter transferido, para os civis, o Poder, após o Governo Médici. Veio o Geisel que enfrentou a crise do petróleo, em 1974, e a economia do País sentiu. Depois, veio à década de 1980 – a década perdida – e saímos pelos fundos.

A Revolução aumentou a coesão, a união das Forças Armadas?

Não há dúvida, isso foi um fato. Gosto de dizer que a nossa geração teve um grande mérito, tivemos um inimigo e, quando tem um inimigo, o Exército é mais unido: do soldado ao general. Naquela época, os quartéis eram atacados, éramos agredidos na rua, assassinados etc. Se não houvesse a coesão militar, a luta armada vermelha venceria. O inimigo audacioso e traiçoeiro acabou por unir mais o nosso Exército.

Quem é o nosso inimigo no momento? Seja ele qual for, para o Exército, para as Forças Armadas, a missão continua a mesma: "Defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, a lei e a ordem." Avulta de importância, portanto, a defesa da soberania.

A Amazônia, sobretudo, é uma grande área vazia, aguardando a nossa presença efetiva, pois o que lá existe, em termos de homens, é muito pouco para guardá-la, como aquela nobre região exige. A estratégia da presença, principalmente na Calha Norte, é uma necessidade cada vez mais urgente.

Gostaria de ouvir a sua opinião sobre a necessidade de dar maior prioridade à garantia de soberania do Brasil na Amazônia, mormente na Calha Norte, por meio de alocação de recursos orçamentários para atividades na área, inclusive dos nossos batalhões, companhias e pelotões, como fizemos anteriormente nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo com Médici, Figueiredo e Sarney.

Antes, nos preocupávamos com a fronteira Sul. Hoje, temos que nos preocupar com a Amazônia, porque a cobiça estrangeira sobre a nossa Região Norte está nos jornais e na imprensa em geral. O que é dito no exterior: "A Amazônia é do mundo, não é do Brasil, o mundo precisa da Amazônia." A humanidade quer essa área, campeã em recursos de toda a espécie. Infelizmente, eles estão, sim, de olho na Amazônia – acreditem ou não os desavisados e os acomodados. Alguma coisa precisa ser feita com base na liberação de recursos orçamentários. Caso contrário, vamos ter

que lutar para defendê-la como fizeram heroicamente os nossos antepassados. Então, precisamos voltar as nossas antenas, agora, para o Norte e ocupar aquela região. Uma ação integrada de civis e militares faz-se urgente.

O termo Revolução está correto? Como deveremos chamar o Movimento de 31 de Março?

Acho que foi uma Revolução. Foi uma Revolução porque derrubou um presidente, que, pelos seus atos, tornou-se ilegítimo; e ocupou o Poder, atendendo ao apelo aflito do povo brasileiro. Assim, houve uma Revolução e pacífica, porque os seus adversários não tiveram como detê-la, apesar de desejarem ardentemente. O povo apoiou e bateu palmas. Fomos recebidos, aqui em Belo Horizonte, como salvadores da Pátria.

Ela entrou no campo econômico, no campo político, em todos os campos. Baniu o comunismo e restabeleceu o princípio da autoridade, que desaparecera completamente em 1962 e 1963. Transformamo-nos na oitava economia do mundo. Crescimento do Produto Interno Bruto em seis anos, de 1968 até 1973, em torno de 10% ao ano. Foi o milagre brasileiro que os perdedores insistem, sem argumentos, em questionar. Felizmente, hoje ainda, muita gente tem saudades da Revolução, apesar do esforço dos "revanchistas" em esconder ou denegrir aquilo que foi feito. Não havia esse desassossego, essa insegurança, característica da atualidade.

No período revolucionário, lembro que, no Rio de Janeiro, você saía, deixava o carro em Copacabana e não precisava fechá-lo. Deixava o carro, voltava, e ele estava no mesmo lugar, ninguém mexia. Hoje, você não pode deslocar-se, fica preso dentro de casa, encurralado, trancado e, assim mesmo, é um perigo porque o ladrão vai lá e o agride.

Coronel, que governos da Revolução merecem o seu aplauso?

Para o Marechal Castello Branco, temos que "tirar o chapéu". Tem que tirar mesmo. Foi, realmente, um homem espetacular, um dos maiores democratas que tivemos, mais democrata do que a maioria dos muitos políticos que pousam de paladinos da democracia. Ele teve que ser duro, cassou, tomou algumas medidas fortes, mas foi, antes de tudo, um grande estadista. Um homem que ninguém pode falar da sua honestidade, da sua lisura, do seu caráter, sob todos os aspectos. Ninguém pode falar. Com ele, aprendemos, novamente, o que é autoridade, dentro e fora do País. Nunca pretendeu perpetuar-se no Poder, e, se quisesse, teria apoio para isso, mas não quis.

Depois do Castello, vamos tirar o chapéu para o Médici, o Presidente de que os "revanchistas", extremistas de toda espécie, têm pavor, porque ele foi bom em

tudo, inclusive por acabar com o terrorismo e com a guerrilha rural. Então, esses dois governos destaco por dever de justiça. Orgulhamo-nos deles e os perdedores os detestam, porque eles foram excelentes sob todos os aspectos.

A fase dos presidentes Geisel e Figueiredo, da "abertura", mais política, foi onde erramos, no meu modo de ver. Nós, os militares, não temos vocação política e não sabemos fazer "abertura".

Quais os benefícios que a Revolução trouxe para o País?

O crescimento deu-se em todos os campos da atividade. Na economia, em especial na infra-estrutura econômica, e no campo social. Não tínhamos estradas, energia elétrica, telecomunicações, não tínhamos nada. Na área social, principalmente em termos de habitação, para a classe média e para os pobres, a Revolução, também, entrou para a História. Os perdedores estão envergonhados porque não conseguiram, até hoje, fazer nada parecido. Na educação superior, também evoluímos muito. As faculdades e universidades cresceram significativamente. As gestões de Jarbas Passarinho e de Rubens Ludwig têm que ser lembradas pelo grande alcance das mesmas. Com relação à educação, aqui em Minas, foram abertas várias universidades, aumentando muito o número de vagas no ensino superior. Assim, o País se desenvolveu, cresceu em torno de 10% ao ano, de 1968 a 1973, e os perdedores ficam estupefatos e envergonhados, porque nunca mais se viu nada parecido. Por tudo isso, pela vergonha que sentem de sua incapacidade, eles procuram, a todo custo, esconder os inúmeros sucessos da Revolução.

Escamotear todas essas realizações da Revolução é, para eles, um grande objetivo. Descaradamente, escondem tudo das novas gerações! Eles vão morrer de vergonha quando o Brasil souber exatamente o que a Revolução fez e que eles encobrem, valendo-se do fato de não termos divulgado o que realizamos.

O Brasil progrediu, abriram-se estradas – riscamos este País de rodovias –, que agora estão aí abandonadas, porque nem manutenção os perdedores fazem: não há dinheiro para nada, porque tudo é destinado ao pagamento de dívidas astronômicas que não param de crescer. Melhoramos os nossos portos e aeroportos. Toda esta parte de infra-estrutura econômica foi efetivamente desenvolvida: energia, com base nas hidrelétricas, e telecomunicações que se ampliaram de modo impressionante. Cresceu a indústria de transformação, principalmente, em São Paulo, Minas e Rio. A siderurgia, também evoluiu bastante. Criamos importantes estatais que, hoje, estão sendo praticamente doadas, entregues de "mão beijada".

Volto, com a maior alegria, a falar do General Médici. Foi Subcomandante da AMAN, quando lá estava como Tenente. Sempre foi um homem simples, que nos

tratava com toda a consideração. Vibrávamos muito com a sua forte personalidade. Tinha a felicidade de ir ao Maracanã e ser aplaudido, no estádio, pelas duas torcidas. Dizem que não há uma fotografia dele abraçando qualquer político.

Ele, General, Presidente, revolucionário, deixou este País numa situação tão admirável que todo mundo tem saudade, menos os terroristas e seus asseclas, é claro. Eu, na época, estava fazendo estágio em Porto Alegre e viajei para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Eu me orgulhava de ser brasileiro.

Na Argentina, chegava nos restaurantes, olhava só o lado esquerdo do cardápio e não via o lado direito – eu, minha mulher e a minha filha – comíamos sem olhar. Senti-me rico na Argentina, naquela época, no início da década de 1970.

Tenho saudades desse período, em que a nossa auto-estima era enorme. Estou errado? Claro que não. Foi uma época que deixou saudades. Foi a época brilhante deste País. Ganhamos a Copa, no México. O Presidente previu o placar do último jogo: 4 x 1. Exatamente. Foi fantástico. Falou isso na véspera, no sábado. O jogo foi no domingo. O General Médici disse que o jogo iria ser de 4 x 1 e no dia dá 4 x 1. Os revanchistas não o suportam, porque ele foi de uma grandeza inigualável, sob todos os aspectos.

Os sucessos econômicos obtidos pela Revolução são citados, inclusive, por professores renomados, professores civis da Escola Superior de Guerra (ESG), da UNICAMP, como o professor João Manuel. Este, por exemplo, diz que a década de maior progresso para o Brasil, em todos os tempos, foi a década de 1970, e elogia, também, a de 1960 do período revolucionário. Eu pergunto: Por que hoje não se fala nisso? Quais são os motivos determinantes dessa omissão? Por que não há uma divulgação como deveria?

Isso é muito simples, na minha maneira de ver. O problema está na mão da imprensa e a ela não interessa divulgar. Atua, hoje, de forma muito diferente do que na época da Revolução, em que essa mesma imprensa batia palmas para nós, porque morria de medo dos comunistas que se assenhorearam do Governo Jango, ameaçando acabar com a iniciativa privada e conseqüentemente estatizar os jornais e a mídia em geral.

Hoje, acham que, pelo fato de ter havido repressão ao terrorismo, a Revolução falhou. Ledo engano, fomos bons demais com os criminosos que tentaram, como em 1935 e 1963/1964, mais uma vez, entre 1968 e 1973, chegar ao Poder pela força. E nós, militares, não tivemos alternativa a não ser combatê-los e vencê-los. Acho que, se eles, envergonhados, não dizem o que a Revolução fez de importante, cabe-nos divulgar, relembrando os nossos acertos para eles se envergonharem ainda mais.

Além do crescimento econômico, social, político etc., a Revolução exterminou o comunismo no País. Isto é que tem que ser dito, com todas as letras. A autoridade renasceu, porque estava morta com o fantoche Jango. Houve uma série de medidas que não seriam normais num regime plenamente democrático, mas que foram extremamente válidas, no período revolucionário, para acabar com a luta armada.

Não há interesse, hoje, de se dizer, realmente: "Olha, a Revolução salvou o Brasil do comunismo. Salvando o Brasil do comunismo, salvou a América do Sul, salvando a América do Sul, salvou a América Latina, salvando a América Latina mudou a História Mundial." Se tivéssemos nos tornado comunistas, talvez o muro alemão – O Muro da Vergonha – estivesse ainda lá e, quem sabe, mais ampliado... Contribuímos decisivamente para a queda do Muro de Berlim. Mostramos, em 1964, que o comunismo era um enorme engodo. Agora, isso ninguém diz, a imprensa não comenta, nem como matéria paga. Ela não vai publicar: Dirá: "Não, não está em consonância com a linha do jornal."

A verdade, muitas vezes, incomoda. Eles querem dizer: atirou, matou, destruiu. Quantos mortos eles tiveram? Quantos mortos tivemos? Trezentos deles contra duzentos nossos, para uma Revolução, convenhamos, é pouco. O que é que se pode fazer?! Houve depois a anistia, perdoou-se, procurou-se esquecer. Mas eles usaram e usam a anistia só para um lado. Aqueles que ficaram contra a Revolução estão melhor do que nós, que fomos os vitoriosos.

A nossa Revolução não é aplaudida, porque não há interesse da imprensa, não há interesse da mídia.

Sabemos que existe muita gente que foi do outro lado, batia palmas para o outro lado, torcia para o outro lado, mas, quando saíram do País, nunca foram morar em Moscou ou em Havana. Ficaram no primeiro mundo – Paris, Londres ou então no Chile. Elogiam muito os comunistas, mas nunca foram para a Cortina de Ferro. Não foram viver em Cuba. No fundo, sabem que o comunismo é um engodo!

Meu pai já dizia isso. Quando eu era menino, houve a Intentona Comunista e várias manifestações. O Iêdo Fiúza, do Partido Comunista, disputou as eleições presidenciais de 1945 e meu pai ficou apavorado. Venceu o Dutra.

"Por que o comunismo não deu certo?" É uma boa pergunta. Nós não somos comunistas, o ser humano não é comunista. Eu tenho um netinho. Ele não empresta a bolinha dele para ninguém e, mais tarde, quando tiver uma bicicleta, não emprestará a bicicleta dele para ninguém. Mais à frente, quando possuir o carrinho dele, não o emprestará. Nós, seres humanos, não somos comunistas, nunca fomos e nunca seremos a não ser que se mude o nosso "computador" – o programa do nosso "computador". Nós, seres humanos, não temos o comportamento que o comunista pregava. Nós não

temos, somos contra, por um problema de programa do nosso "computador". E não deu certo, porque não somos comunistas, ninguém é comunista. É pura utopia...

Ele é muito bom para as elites comunistas, para os dirigentes comunistas, para os donos do Partido Comunista, mas não para o "povão". Tanto é que ninguém, lá na União Soviética ou em outro país de Cortina de Ferro, tem saudade do comunismo, ninguém! Em Cuba, fogem quando podem, arriscando a vida na tentativa de se livrarem daquele pesadelo que já dura mais de quarenta anos!

Quais eram os objetivos da luta armada desencadeada no campo e na cidade? Onde eles buscavam a orientação e o apoio externo?

A luta armada foi uma contra-revolução, porque foram surpreendidos e, como todos que são surpreendidos, retraem e procuram se reorganizar. Eles se organizaram e buscaram o apoio externo. É sabido, é público e notório, os apoios externos recebidos de tudo quanto é maneira: em instrução, em material e em dinheiro. Buscaram apoio externo e partiram para destruir a Revolução, para acabar com a Revolução, através da implantação do comunismo no Brasil, em estrita obediência à filosofia do Movimento Comunista Internacional (MCI).

À frente do MCI, estava a União Soviética. Eles queriam estender o seu império ao continente americano, para isso, fizeram várias tentativas, não só no Brasil mas, também, na América Central e no coração da América do Sul, com a tentativa de Che Guevara na Bolívia, onde foi morto pelo Exército. Temos, inclusive, a própria Cuba, que caiu nas mãos dos comunistas, com toda a proximidade dos americanos. Ninguém apoiava o Fulgêncio Batista, todos queriam a sua queda e Fidel Castro derrubou o ditador, mas bandeou-se para o lado do comunismo e está lá até hoje, tão ditador como o que ele ajudou a derrubar. Espero que seja o último reduto comunista na América. Mas quiseram estendê-lo para o Brasil, para a Nicarágua (os sandinistas) e para a Bolívia como dissemos, para não falar do Peru (Sendero Luminoso e o Tupac Amaru, duas organizações comunistas ligadas à luta armada); da Colômbia (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – as FARC – e o Exército de Libertação Nacional – ELN); da Argentina, do Chile e do Uruguai, estes três últimos com toda uma história de luta contra o comunismo que queria, a todo custo, se instalar no Poder também no sul do continente americano.

A guerrilha rural e a guerrilha urbana foram movimentos contra-revolucionários que teriam obtido sucesso se nós não estivéssemos unidos... Felizmente, as Forças Armadas estavam coesas contra esse inimigo insistente e impiedoso que estava na nossa porta, no nosso quintal. O 12º foi atacado em 1935. Vários militares morreram pelo País afora, sentinelas foram assassinadas, como no quartel do II Exér-

cito, em 1968, fato que, juntamente com muitos outros atos terroristas, incentivou a implantação do AI-5. No nosso caminho, havia um inimigo. Não pense que eles estavam brincando. Fizeram a guerrilha no Pará e, se não fossem as nossas ações determinadas, eles não teriam sido neutralizados. As ações de combate vitoriosas foram sempre precedidas por operações de inteligência.

O AI-5 foi necessário?

Lógico, foi muito necessário. O AI-5 foi, talvez, a medida mais correta, mais oportuna. Dizem que foi a segunda revolução. A primeira foi em 31 de março de 1964 e a segunda com a assinatura do AI-5, em dezembro de 1968. Estava na Academia Militar, quando foi assinado. Acho que foi medida extremamente correta. Foi uma segunda revolução, desta feita jurídica. Vamos bater palmas para aqueles que votaram a favor da medida – os ministros de Costa e Silva sem exceção e o Presidente que teve o descortino de assiná-lo. Foi graças ao AI-5 que o Governo Médici, ao assumir, pôde derrotar o inimigo interno, apoiado do exterior, e trazer o País à normalidade, acabando com as guerrilhas urbana e rural.

E a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI)? Pode algum país viver sem informações? E os Destacamentos de Operações de Informações dos Centros de Operações de Defesa Interna (os DOI/CODI)?

Acho que o SNI, evidentemente, foi uma necessidade. Pertenci ao SNI – como está no meu currículo – por 17 anos. O que vou dizer agora, aqui, ninguém publicaria. E digo isso, porque participei, fui elemento do SNI por 17 anos. O SNI foi um dos órgãos que mais participaram da democratização do País, por incrível que pareça. Na área de inteligência, o SNI nunca "pisou na bola". Os trabalhos do SNI concorreram – é preciso que se diga isso e falo com a maior serenidade – para a democratização do nosso País. Não vou citar casos porque estaria quebrando o meu sigilo. O homem de informações deve morrer com o trabalho que fez. Não é o caso de citações. Mas posso dizer com toda a tranqüilidade: o SNI foi um dos órgãos que mais contribuíram para a democratização do nosso País.

Os DOI/CODI foram criados, também, numa época muito oportuna, depois do AI-5. Foi uma medida corretíssima. Cometeram erros, como lá em São Paulo, mas o que fizeram de proveitoso é digno de todo realce. Quanto se fez. Quantos "aparelhos" – imóveis ocupados por terroristas – foram estourados?! Os nossos companheiros – nunca fui de operações – colocaram a pele no fogo, arriscaram as suas vidas e as de suas famílias. Alguns morreram, outros ficaram feridos, mas a missão foi cumprida. Não vou dizer que não houve exagero, não houve enganos.

Houve, claro. Acho que toda revolução erra, mas os acertos foram muito superiores. Anulam todas as falhas. Se não houvesse esses órgãos que o Exército criou, principalmente os DOI/CODI, talvez a Revolução não tivesse o êxito que teve, porque foi exatamente, com aquelas operações, que a guerra foi ganha. As nossas polícias não estavam bem preparadas para fazer face à guerrilha urbana e à guerrilha rural, principalmente à urbana. Os policiais militares e civis integraram os DOI/CODI, inclusive o próprio delegado Romeu Tuma, hoje senador por São Paulo. Acho que os DOI/CODI foram a execução, o braço armado da atividade de informações.

E as Forças Armadas, durante esse período da Revolução, obtiveram benefícios, locupletaram-se?

Nunca, nunca. Todos nós sabemos que nos primeiros dias, após a Revolução, tivemos um aumento de remuneração considerável, mas estávamos, há muito tempo, sofrendo um terrível achatamento salarial. Lembro-me de que não havia assistência médica – nenhuma assistência médica – não havia moradias, não havia próprios nacionais residenciais (PNR) para quase ninguém. Eu estava na AMAN e morava em Monte Castelo, numa casinha. Tudo bem. Mas, quando fui transferido, a situação ficou muito difícil. Os oficiais não possuíam automóvel, eram pouquíssimos os que tinham. Nem os comandantes possuíam. Telefone não havia nem para comprar, nem quem tivesse dinheiro poderia adquirir. O oficial vivia mal, o sargento, também, pessimamente remunerados. A Revolução recompôs isso. Mas, no Governo Geisel, voltamos a um aperto salarial medonho.

A tese, nesse Governo, era "máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança possível". Com isso, até a nossa remuneração foi afetada. Os investimentos no campo do desenvolvimento foram muito ambiciosos, principalmente no setor da energia nuclear, o que não aconteceu no da segurança. Esta tese foi respeitada inteiramente com prejuízo para as Forças Armadas e seus integrantes.

Alguns militares ocuparam cargos civis, mas nenhum deles se locupletou. Os que conhecemos morreram pobres, como os presidentes militares. É aquilo que já falei: não vou dizer que acertamos em tudo, mas os benefícios superaram, em muito, as falhas.

A atuação do Governo Figueiredo, último Governo dito revolucionário, contribuiu para desgastar a imagem da Revolução?

Acho que o General Figueiredo, brilhante general do nosso Exército, chefe do SNI, onde se destacou, não possuía, contudo, habilidade política para realizar a transição de um governo revolucionário para uma democracia plena. Faltava-lhe vocação para fazer composições políticas. Além de tudo veio a crise do petróleo e

ele teve que fazer aquela cirurgia, em Cleveland, teve que ir para lá e aí, dizem as más línguas, voltou bastante desanimado, perdeu todo o entusiasmo. Quando a pessoa escapa de um problema como aquele, cria um sentimento de autoproteção muito acentuado, passando a dar muito valor à vida, porque sabe que morreu e voltou. Já li um trabalho escrito por um psicólogo sobre isso. O comportamento do Figueiredo, com aquele quase abandono do Poder, contando os dias que faltavam, fugindo do enfrentamento com os políticos, foi negativo para a Revolução. Ele podia ter passado o Governo ao Aureliano Chaves, mas não o fez, infelizmente.

O Muro de Berlim caiu. Acabou o comunismo?

Nada foi imposto de modo tão brutal à humanidade como o comunismo. Foi um engodo, uma mentira. Apresentaram-no como se fosse o paraíso, a salvação da pátria, como se fosse o regime de igualdade para o ser humano. Seria um basta ao capitalismo selvagem. Já falei, aqui, que não somos comunistas, o ser humano não é comunista, a não ser que nos modifiquem. Mas, se estou lá com o meu carrinho e o senhor pedir emprestado talvez eu lhe ceda, mas vai ser com muita preocupação. Nós não somos comunistas, não gostamos de emprestar nada. É, então, uma questão de cabeça. Tenho dois filhos adolescentes e eles brigam por bobagem. Às vezes, tento apaziguá-los, mas eles dizem: "Não, isso aí é meu, pai, comprei com o meu dinheiro, com a minha mesada." E daí, como é que eu vou falar, apelar para o comunismo para eles não brigarem? Não vai adiantar, porque a cabecinha dele não aceita isso.

O comunismo foi um grande engodo, uma grande mentira que empolgou a Revolução Russa de 1917, veio para o Brasil em 1922 e nós começamos a "engolir" sua doutrina, a partir de então. Houve uma série de acontecimentos para divulgá-lo. O Prestes, com a coluna que levou seu nome, saiu como o salvador da pátria; veio, em 1935, a Intentona Comunista. Em 1937, se o Getúlio não fecha, não dá o golpe, os comunistas tomavam o Poder, todos sabiam disso.

Em 1946, o Partido comunista disputou a eleição e caiu na ilegalidade pela Constituição desse mesmo ano. Em 1963, Jango Goulart traz o comunismo para dentro do seu Governo, quando o regime voltou a ser presidencialista, mas foi um desastre porque não dá certo, nunca deu e nunca dará. Partido único, não permite outro. Aliás, ele caiu, em 1946, exatamente por isso. Ele prevê que o partido é único e a Constituição, da época, sabiamente, dizia que não poderia existir um partido que não admitisse a pluralidade partidária.

O Muro de Berlim caiu, mas o comunismo não acabou. Ele está aí, na contramão da História, em busca do Poder, principalmente nos países periféricos, onde há fome e há miséria, ingredientes que facilitam a sua penetração.

As Forças Armadas estão bem situadas em termos de pesquisas de opinião. Uma valorização significativa, acima de 80%, sendo muito bem aceitas pelo povo. Como é que o senhor vê essa realidade, apesar do "revanchismo", centrado na ação da mídia que faz, atualmente, o jogo dos gramscistas ou dos donos do Poder no mundo – os norte-americanos –, diretamente interessados no solapamento das Instituições castrenses dos países latino-americanos?

O Exército sempre participou da vida do País, sempre esteve ativamente ligado à vida do nosso povo: o Brasil cresceu e desenvolveu-se com o apoio do Exército. Hoje, nos quartéis, ocupa o seu lugar no coração dos brasileiros. Atualmente, nenhum dos assuntos nossos, se positivos, são notícia: ninguém fala, nenhum jornal, ninguém diz nada. No entanto, o homem do povo vai para os quartéis, trabalha no Exército, vê o que é a Instituição por meio das suas Unidades, dos CPOR, NPOR, Tiros-de-Guerra e Colégios Militares. O povo sabe que o Exército permanece cumprindo suas missões, mesmo sofrendo restrições terríveis. O povo acredita no Exército, sabendo que nele pode confiar.

Por isso, vemos o Exército, as Forças Armadas, disputando com a Igreja a primazia nessas pesquisas. As Forças Armadas, com toda justiça, aparecem, à frente, bem na frente, secundado pela Igreja. É a opinião do povo agora conhecida pelas pesquisas, que os revanchistas, envergonhados, escondem, evitam publicar.

Os revanchistas envergonhados sabem que há muita gente com saudade do período revolucionário, principalmente do período em que o Poder público atuou vigorosamente contra o terrorismo. Assim, os revanchistas, formados na cartilha de Antonio Gramsci, empenham-se, desesperadamente, por qualificar os melhores anos da vida brasileira – os anos do milagre econômico, em que o Brasil cresceu a mais de 10% ao ano, os anos em que registramos a maior vontade nacional do mundo – como sendo os anos de chumbo.

Veja a incoerência e a maldade dos revanchistas para enganarem as novas gerações, desinformadas sobre o período revolucionário.

Costumo dizer assim: "Você quer ir para o Exército, vai. Entretanto, você nunca vai ser rico." Você vai ter a sua vida digna, vai ter o seu trabalho gratificante, maravilhoso, agora, rico você nunca vai ser. Essa é uma realidade a não ser que você se case com uma fazendeira rica. Tudo bem, mas se não encontrar uma mulher rica na sua frente e, hoje, elas também estão escolhendo bastante... então vai ser difícil.

Assim, acho que, por tudo isso, essas pesquisas são favoráveis, principalmente quando se vê as polícias, os políticos e até o Judiciário envolvidos em muitas podridões. Não existe moralidade administrativa, tudo se deteriorou demais. Cada caso esconde o outro. Surge um problema a imprensa explora, mas

surge um segundo e ela se esquece daquele e se concentra no mais recente. Ninguém vai para a cadeia.

Então, acho que, de qualquer forma, o cidadão sabe que existe um Colégio Militar, um CPOR etc., etc.. Ele sabe que estamos atentos. Acho que ele pensa assim: "Tenho onde bater ainda, tenho uma porta onde bater. O Brasil sabe que poderá contar, sempre, com uma reserva moral – as suas Forças Armadas."

Coronel, qual a sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964?

Já falei muita coisa, dei os meus recados humildes. Sinto-me extremamente gratificado por ter podido falar sobre a Revolução de 1964, da qual participei tomado pelo ideal sublime de ver o Brasil livre da camarilha que cercava o despreparado Jango – gosto de dizer isso – que fui revolucionário de antes da Revolução, seguindo o meu velho pai que era um anticomunista convicto; então, eu, graças a Deus, tornei-me também um anticomunista.

Quando cheguei ao 12º, houve um fato interessante. O Jango Goulart vinha para Belo Horizonte, no dia 21 de abril, fazer uma visita. Quando me apresentei pronto para o serviço, houve uma reunião e, naquele momento, o subcomandante chamou-me ao seu gabinete e disse-me: "O Presidente vem aqui no dia 21 e sua Companhia vai fazer a guarda de honra, vai fazer a segurança do Presidente." Eu falei: "Pois não." Ele continuou: "O senhor vai receber ordem da ID/4" – naquela época era a ID/4. Eu, oficial recém-egresso da AMAN, fiz a minha continência, meia-volta volver e pronto. Ia sair para cumprir a missão.

Quando desci, ao pátio do quartel, havia uns cinco ou seis oficiais me esperando com a cara amarrada, botaram o dedo no meu nariz e disseram:

– Você aceitou a missão?

– Não é para aceitar?! – perguntei meio assustado e continuei. – Disseram-me que a minha Companhia vai fazer a segurança do Presidente.

O que eu vou contar, agora, era um segredo até este momento. Eles perguntaram:

– E você concordou?

– Como, não é para concordar?

– Não é, porque ninguém, ninguém aceitou essa missão. Aqui, ninguém vai cumprir essa missão."

Fiquei na "minha", numa "banana danada". Puxa vida, eu, tenente recém-chegado, voltar lá para o Comandante e dizer: "Eu não vou cumprir a missão." Eu não estava acostumado com aquilo. Um companheiro, que já me conhecia, desde o tempo em que tinha sido Aspirante ali na mesma Unidade, pegou-me pelo braço e me levou

para um canto. "Você vai cumprir a missão. Agora, ela vai ser muito diferente da que lhe deram." Deixo, para aqueles que venham a conhecer essa minha entrevista, que tirem a sua conclusão – qual seria a incumbência desse humilde tenente, na época. Graças a Deus, houve a Revolução de 1964, senão as coisas iriam complicar. Sou muito grato à Revolução, muito grato, porque ela me impediu de participar de uma missão... Deixo à cabeça dos senhores a conclusão sobre qual seria a minha verdadeira missão, naquela oportunidade. Não há dúvida do que iria acontecer aqui. De qualquer forma, acho que me sairia bem. Tenho plena convicção.

Gostaria de acrescentar mais um fato, nessa minha mensagem, que penso ser importante. A única baixa da Revolução de 1964 foi de um soldado da minha Companhia a quem gostaria de prestar uma homenagem – Soldado Alcides Salles Filho. Desapareceu, em Brasília, e nunca mais foi encontrado. Saí com uma equipe, para encontrá-lo e não o vimos jamais. Devo essa homenagem a ele e a sua família, da qual fiquei amigo. Hoje, estamos distantes, mas é importante salientar isso: a única baixa da Revolução de 31 de Março foi a do Soldado Alcides Salles Filho, da 2ª Companhia de Fuzileiros do 12º RI. Acho que ele merece essa homenagem pela sua participação num movimento que veio, em boa hora, salvar o Brasil.

Estou aproveitando esta oportunidade para registrar esse acontecimento que é mais um a ser somado a tantos outros que compõem o quadro da Revolução de Março de 1964.

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*376*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Junho de 2003*